

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE ARTE E COMUNICAÇÃO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CULTURA E TERRITORIALIDADES

MATHEUS GOMES LIMA

O FUTURO DO PRETÉRITO DO DESENVOLVIMENTO URBANO: UM
ESTUDO SOBRE OS IMPACTOS DO COMPERJ E DA CIDADE DA PESCA
EM ITAOCA, SÃO GONÇALO



Niterói
2021

MATHEUS GOMES LIMA

O FUTURO DO PRETÉRITO DO DESENVOLVIMENTO URBANO:

**Um estudo sobre os impactos do Comperj e da Cidade da Pesca em Itaoca,
São Gonçalo**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades, da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Cultura e Territorialidades.

Orientador: Prof. Dr. João Luiz Pereira Domingues

Niterói
2021

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG
Gerada com informações fornecidas pelo autor

L732f Lima, Matheus Gomes
O futuro do pretérito do desenvolvimento urbano : um estudo sobre os impactos do Comperj e da Cidade da Pesca em Itaoca, São Gonçalo / Matheus Gomes Lima ; João Luiz Pereira Domingues, orientador. Niterói, 2021.
180 f. : il.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22409/PPCULT.2021.m.14780012759>

1. Planejamento urbano. 2. Crescimento urbano. 3. Conflito social. 4. Região metropolitana. 5. Produção intelectual.
I. Domingues, João Luiz Pereira, orientador. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Arte e Comunicação Social.
III. Título.

CDD -



Nº 124

Ata de Defesa de Dissertação de Mestrado

Aos vinte e sete dias do mês de outubro de dois mil e vinte e um às 14:00, em sessão remota (on-line), excepcionalmente, em decorrência da Portaria n.º 36 de 19 de março de 2020 da CAPES, reuniu-se a Comissão Examinadora designada na forma regimental pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação / Mestrado Acadêmico em Cultura e Territorialidades, para julgar a dissertação, orientada pelo(a) professor(a) João Luiz Pereira Domingues, apresentada pelo(a) aluno(a): **Matheus Gomes Lima**, sob o título: **"O futuro do pretérito do desenvolvimento urbano: um estudo sobre os impactos do Comperj e da Cidade da Pesca em Itaoca, São Gonçalo"**. Requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Cultura e Territorialidades, área de concentração em Cultura e Territorialidades. Aberta a sessão pública, o(a) candidato(a) teve a oportunidade de expor o trabalho. Em seguida, o(a) candidato(a) foi arguido oralmente pelos membros da Banca, que, após deliberação, decidiu pela:

- Aprovação.
- Aprovação "com restrições"; "com exigências"; "com sugestões da banca"; "condicionada" (vide verso).
- Reprovação.

Nos termos do Regulamento Geral dos Cursos de Pós-Graduação desta Universidade, foi lavrada a presente ata, lida e julgada, conforme vai assinada pelos membros da Banca Examinadora.

Banca Examinadora:

JOAO LUIZ PEREIRA
DOMINGUES
joaodomingues@id.uff.br:0880
0893775

Assinado de forma digital por JOAO
LUIZ PEREIRA DOMINGUES
joaodomingues@id.uff.br:08800893775
Dados: 2021.10.29 12:10:56 -03'00'

Prof. Dr. João Luiz Pereira Domingues - (Orientador - Presidente da Banca)
(UFF e PPCULT)

Prof. Dr. Luiz Augusto Fernandes Rodrigues
(UFF e PPCULT)

Prof. Dr. Orlando Alves dos Santos Junior
(UFRJ)

Obs.1 : esta ata constitui exclusivamente um comprovante de defesa de dissertação, requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Cultura e Territorialidades pela Universidade Federal Fluminense, não substituindo, como documento oficial, a declaração de conclusão de Mestrado dada pela Secretaria do PPCULT somente após o cumprimento de todos os demais requisitos e entrega, em até 60 dias após a defesa, de duas cópias impressas e uma em CD dentro das especificidades formais indicadas pela Secretaria.

Obs. 2: justifica-se a participação remota de três membros na banca referente ao artigo 2.º da Portaria n.º 36 de 19 de março de 2020 da CAPES: "Art.2.º A suspensão de que trata esta Portaria não afasta a possibilidade de defesas de tese utilizando tecnologias de comunicação à distância, quando admissíveis pelo programa de pós-graduação stricto sensu, nos termos da regulamentação do Ministério da Educação".

Dedico este trabalho à Filomena Maria Barbosa da Silva: minha vó Filó.

AGRADECIMENTOS

A todas as pessoas da Ilha de Itaoca e as que me levaram até ela – que não revelarei por questões de anonimato. Este trabalho não seria possível sem vocês. Muito obrigado pela gentileza com que me apresentaram a ilha e suas histórias. A vitalidade de vocês me inspira.

Aos meus pais, Lêda e Julio, por sempre acreditarem em meus sonhos. À minha família linda: Artur, Marta, Martina, Celso, Sheila, Daniel, Pedro, Bia, Martinha, Sarah, Rafinha, Rodrigo, Osana, Jéberson e à matriarca Filó por todo amor do universo.

Ao meu querido orientador, João Domingues. Muito obrigado pela parceria, pela amizade e, sobretudo, por não ter topado a aposta de usar a camisa do time rival que perdesse o Grêmio x Flamengo na Libertadores 2019.

À Banca de Defesa, Luiz Augusto Rodrigues e Orlando Santos Junior. Fico muito feliz que vocês sejam as primeiras pessoas com quem compartilho este momento de nascimento da dissertação e tenho uma admiração imensa por vocês. Obrigado também à Ana Enne, que compôs a Banca de Qualificação e que sempre está presente em minha trajetória.

Ao meu orientador da graduação, Luciano Muniz, que sempre acredita em meu potencial e segue sendo um guia em meu caminho.

À queridíssima Marina Frydberg e ao queridíssimo Pedro Amorim. Realizar o estágio docência com vocês foi um daqueles momentos que inspiram uma pessoa a querer continuar na docência. Obrigado, “time patrimônio”!

Ao Marcelo Neder, Gilmar Rocha e Flávia Lages, junto ao João Domingues e à Ana Enne, pelas aulas ministradas, que tanto apontaram direções em meu caminho.

A todos e todas que fazem parte do corpo de funcionários do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades, do Instituto de Arte e Comunicação Social e da Universidade Federal Fluminense. Obrigado pelo carinho e dedicação para com quem estuda e ama a UFF. Um agradecimento especial ao querido Danilo.

Aos meus queridos e queridas da turma 2019 do PPCULT: Vítor, Mariano, Dio, Kevin, Isa, Camille, Wescla, Julia, Fabi, Sandro, Karen, Millena, Lene, Rejane, Pedro, Bruno, Mona, Iliriana, Carol, Clarinha, Henrique e Vinicius. Ter compartilhado

o caminho com vocês fez de toda essa experiência algo extraordinário. Minha dissertação não seria a mesma sem as noites na Cantareira, as músicas compartilhadas, os risos e as reflexões sobre a vida. E também me sinto honrado de poder fazer parte de suas trajetórias. Agradeço também à turma 2018, especialmente Thiago e Gustavo, que tão bem nos receberam e nos apontaram caminhos preciosos.

Aos queridos amigos que a vida me deu e segue me dando. Vinicius, Ana, Jover, Leonader Nardo, Dudu, tia Leila, Arthur “Justin”, Iguinho, Alex, JP, Nino, Rodolfo, Luã, Jonatã, Perugino, Pessanha, Rafael e todos da República Imperial, PA, Pedrinho, Thiago Ludolf, Camilinha, Matheuzinho, Vitor Hugo e todos do saudoso Âncoras de Regatas Futebol Clube, os queridos Elefantes Voadores Thyaguinho, Leo e Godoy, Marcelly, Olga, Berock, Leozin dos Anjos, Mandinha. No afã da rotina, nem sempre paramos para dizer às pessoas queridas o quanto elas são especiais. Este agradecimento singelo é apenas para dizer: amo vocês. Obrigado por me ensinarem o que é viver.

À minha segunda família, Elza, Zé Augusto, Mina, Tamas, Lily, André, Eliza, Altair, Cida, Neuzir e Maxwell. Obrigado pelo acolhimento e por todo apoio.

Aos amigos e amigas de quatro patas que tanto estiveram comigo (literalmente). Minhas gatinhas Alecrim, Malhadinha, Peteca e Vitória. Às gatinhas de Petrópolis Miúda (in memoriam), Pretuça, Pietro, Jaune e às cachorras Blake (in memoriam), Malu e Arya. Às gatinhas do Rio Laila e Lindinha. Obrigado pela relação que vai além das palavras.

Ao Sidney e todos e todas na Associação de Moradores para o Desenvolvimento de Neves, por me fazer sonhar e acreditar que uma cidade diferente é possível. À cidade de São Gonçalo, espero que tenha retribuído a ela um pouco do que ela tanto me dá.

E à Sofia, por ter pegado minha mão para dançar nossa chuva de verão.

“Aqui, tinha cheiro de mangue; hoje, tem cheiro de óleo queimado”

Fala captada através do processo de escuta-flânerie

RESUMO

A pesquisa reflete sobre a relação entre os Grandes Projetos de Desenvolvimento Urbano (GPDU) e a produção da vida de sujeitos socioculturais. Mais precisamente, a dissertação investiga GPDUs que não se concretizaram (ao menos, não como suas premissas iniciais anunciavam) e os impactos causados na produção de vida e de espaço dos grupos sociais envolvidos nesta promessa de desenvolvimento urbano que se realizou de forma obtusa. Para esse fim, coloca-se como estudo de caso a comunidade pesqueira do bairro de Itaoca, em São Gonçalo (RJ), diante dos GPDUs Comperj e Cidade da Pesca, projetos que atravessam o recorte espacial do bairro. Metodologicamente, o trabalho está ancorado principalmente na revisão bibliográfica e na análise das trajetórias e histórias de vida, observadas através de entrevistas semiestruturadas e contidas na pesquisa sociourbanística. Secundariamente, como complementação, outras técnicas são acionadas: *escuta-flânerie*, conversas abertas com interlocutores e exame de folhetos informativos, matérias jornalísticas e mapas. Assim, propõe-se avaliar o quanto as projeções de tais projetos fazem ou fizeram (ou, ainda, *fariam*) inflexões em suas rotinas, relações laborais, território, espaço, perspectivas de vida, projeção geracional e com sua comunidade em si. A hipótese desta pesquisa é que os adiamentos e possíveis cancelamentos de tais projetos, continentes de uma premissa de “desenvolvimento”, suspendem perspectivas de vida que tais sujeitos socioculturais porventura possam ter criado, diante deste imaginário promissor. Tal realidade fraturada revela, por sua vez, o fenômeno do futuro do pretérito do desenvolvimento urbano, dos tempos assíncronos entre as premissas dos GPDUs e a produção da vida dos grupos sociais.

Palavras-chave: planejamento urbano e regional; grandes projetos de desenvolvimento urbano; produção da vida; pesquisa sociourbanística; conflitos socioculturais.

ABSTRACT

The research reflects on the relationship between mega urban projects and the sociocultural subjects' production of life. More precisely, the dissertation investigates mega urban projects that did not materialize (at least, not as their initial premises announced) and the impacts caused on the life and space production of social groups involved in this promise of urban development that was carried out in an obtuse way. For this purpose, the Itaoca's fishing community, in São Gonçalo (RJ), is used as a case study, against Comperj and Cidade da Pesca, projects that cross the neighborhood's spatial outline. Methodologically, the work is mainly based in the bibliographical review and in the analysis of trajectories and life stories, observed through semi-structured interviews and contained in the sociourbanistic research. Secondly, as a complement, other techniques are used: listening-*flânerie*, open conversations with interlocutors and examination of information leaflets, journalistic articles and maps. Thus, it is proposed to evaluate how much the projections of such projects make or made (or would make) inflections in their routines, labor relations, territory, space, life prospects, generational projection and with their community itself. The hypothesis of this research is that the postponements and possible cancellations of such projects, continents of a "development" premise, suspend life perspectives that such sociocultural subjects may have created, given this promising imaginary. This fractured reality, in turn, reveals the phenomenon of the past future of urban development, of asynchronous times between the premises of the mega urban projects and the social groups' production of life.

Keywords: urban and regional planning; mega urban projects; production of life; sociourbanistic research; sociocultural conflicts.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Objeto de pesquisa.....	1
Figura 2 – As regiões do estado do Rio de Janeiro e a implantação do Comperj.....	3
Figura 3 – Sistema UHOS e Cidade da Pesca, em relação à Itaoca.....	4
Figura 4 – Cenas de Itaoca.....	6
Figura 5 – Cenas do futuro do pretérito do desenvolvimento urbano.....	7
Figura 6 – Vista da Praia da Beira, em Itaoca, e os símbolos da comunidade pesqueira e dos GPDU.....	11
Figura 7 – Mapa de contextualização do bairro de Itaoca.....	20
Figura 8 – Vista aérea parcial de Itaoca.....	21
Figura 9 – Fotografias da Ponte do Rodízio, Itaoca, em 2003 e 2019.....	22
Figura 10 – Mangue regenerado, ao fundo, na região do Focinho do Porco, em Itaoca.....	23
Figura 11 – Lixão de Itaoca.....	25
Figura 12 – Pescadores, gatos e garças em uma das praias de Itaoca.....	27
Figura 13 – Currais na Baía de Guanabara.....	28
Figura 14 – Atividade de coleta e catalogação de plantas e ervas medicinais nativas da Mata Atlântica na Associação de Moradores e Amigos da Ilha de Itaoca.....	30
Figura 15 – Carta do Rio de Janeiro de 1586. Localização de São Gonçalo, de seus cursos hídricos estratégicos e da frase “aqui ha pao vermelho!” no canto direito.....	32
Figura 16 - Repartição das sesmarias na região de São Gonçalo no período de 1568-1579.....	33
Figura 17 – Pintura, realizada por Maria Graham, de parte da paisagem de Itaoca, mostrando a área da capela e da fazenda.....	34
Figura 18 – Sesmarias para a ocupação do “sertão” da região de São Gonçalo, no período de 1642-1692.....	35
Figura 19 – Carta do Rio de Janeiro de 1626; destaque para as duas capelas, no canto superior direito da imagem.....	36
Figura 20 – Brasão de São Gonçalo: mitos de origem.....	37
Figura 21 – Estação ferroviária em Neves, São Gonçalo, e o cruzamento das linhas da Estrada de Ferro Maricá e da Estrada de Ferro Leopoldina.....	38

Figura 22 – Fragmento da Carta Corográfica do Estado do Rio de Janeiro de 1920-1922 com a delimitação dos traçados das ferrovias e linha de bondes (em vermelho) ao longo do território de São Gonçalo.....	39
Figura 23 – Capa da revista “Vida Fluminense”, em 1959, destacando São Gonçalo como a “cidade das indústrias”.....	41
Figura 24 – Ciclo de expansão urbana em São Gonçalo.....	43
Figura 25 – Divisão de distritos e bairros de São Gonçalo.....	44
Figura 26 – Antiga fábrica à beira da Baía de Guanabara, em Neves.....	45
Figura 27 – Fachada da antiga fábrica Hime em estado de ruína, 2019.....	46
Figura 28 – Logotipo da Associação De Moradores Para O Desenvolvimento De Neves (AMONEVES), com destaque para o símbolo de uma fábrica ao centro da figura.....	47
Figura 29 – Fotografias da Praia da Beira, em Itaoca, nos anos 2003, 2013 e 2019.....	50
Figura 30 – Mapa de parte dos projetos desencadeados a partir do Comperj.....	69
Figura 31 – Mapa de áreas com restrições à pesca na Baía de Guanabara.....	86
Figura 32 – Detalhes de meu processo de escuta- <i>flânerie</i>	106
Figura 33 – Mapa com áreas demarcadas para possíveis remoções, anos 2000...	112
Figura 34 – Mapa da mesma área, já com a estrada do Comperj, atualmente.....	112
Figura 35 – Folheto explicativo sobre o sistema UHOS.....	115-116

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACP - Ação Civil Pública

ALERJ - Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

AMONEVES - Associação de Moradores para o Desenvolvimento de Neves

ANP - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis

APA - Área de Proteção Ambiental

APALMA - Associação de Preservação Ambiental das Lagunas de Maricá

APEDEMA - Assembleia Permanente de Entidades em Defesa do Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro

APESCASIRILUZ - Associação de Pescadores e Escarnadeiras de Siri da Praia da Luz

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CAU - Conselho de Arquitetura e Urbanismo

CEASA - Central de Abastecimento

CEDAE - Companhia Estadual de Águas e Esgotos

CENPES - Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello

CENTRO POP - Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua

CIESG - Complexo Industrial e Comercial de São Gonçalo

CNPC - China National Petroleum Corporation

CNPE - Conselho Nacional de Política Energética

COMPERJ - Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro

CONCRECOMPERJ - Conselho Comunitário Regional do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro

CONLESTE - Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Leste Fluminense

COPPE - Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia

EIA - Estudo de Impacto Ambiental

ESEC - Estação Ecológica da Guanabara

ETE - Estação de Tratamento de Esgoto

FECOMÉRCIO - Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo

FEEMA - Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente
FIPERJ - Fundação Instituto da Pesca do Estado do Rio de Janeiro
FIRJAN - Federação das Indústrias
FUNDAÇÃO CIDE - Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro
FUP - Federação Única dos Petroleiros
GPI - Grande Projeto de Investimento
GPDU - Grande Projeto de Desenvolvimento Urbano
GPR - Grande Projeto Regional
GPU - Grande Projeto Urbano
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INEA - Instituto Estadual do Ambiente
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MPF - Ministério Público Federal
MPRJ – Ministério Público do Rio de Janeiro
ONIP - Organização Nacional da Indústria do Petróleo
ONU - Organização das Nações Unidas
ONU-HABITAT - Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos
OPEP - Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
PDAM - Plano Diretor do Arco Metropolitano
PDT - Partido Democrático Trabalhista
PETROBRAS - Petróleo Brasileiro S. A.
PESET - Parque Estadual da Serra da Tiririca
PIB - Produto Interno Bruto
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSOL - Partido Socialismo e Liberdade
PT - Partido dos Trabalhadores
REDUC - Refinaria Duque de Caxias
RIMA - Relatório de Impacto Ambiental
RMRJ - Região Metropolitana do Rio de Janeiro
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

TAC - Termo de Ajuste de Conduta

TPN - Terminal Ponta Negra

TPP - Terminal Pesqueiro Público

UC - Unidade de Conservação

UFF - Universidade Federal Fluminense

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

UHOS - Ultra Heavy Over Size

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

ZUPI - Zona de Uso Predominantemente Industrial

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1 O FUTURO DO PRETÉRITO DO DESENVOLVIMENTO URBANO	12
2 A PRODUÇÃO E SIGNIFICAÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM SÃO GONÇALO E EM ITAOCA	19
2.1 Contextualizando Itaoça	20
2.2 A formação histórica do município de São Gonçalo e do bairro de Itaoça	30
2.3 A produção do espaço litorâneo em São Gonçalo	43
3 DO COMPERJ AO GASLUB: ASCENSÃO E QUEDA?	51
3.1 Introdução: quadro inicial sobre o Comperj, antes e depois	51
3.2 Cenários anteriores ao Comperj no país, no estado e na RMRJ	55
3.3 A Geopolítica do Petróleo, a Economia do Petróleo, a Economia dos Royalties e o Comperj	60
3.4 A definição do lugar de implantação e seus desdobramentos	66
3.5 Vozes opositoras	77
3.6 Síntese do capítulo: a queda?	93
4 A ILHA DE ITAOCA: OS ESPAÇOS CINGIDOS E OS TEMPOS ASSINCRÔNICOS	100
4.1 A ilha e eu: aproximações através da escuta- <i>flânerie</i>	101
4.2 Os quatro interlocutores	106
4.3 A presença do que não está aqui: as mudanças com a entrada do Comperj e da Cidade da Pesca	109
4.4 Reflexões sobre espaço, trabalho e emprego	123
4.5 Relações de tempo: o “irá” e o “iria”	133
4.6 Os espaços cingidos e os tempos assincrônicos	143
CONSIDERAÇÕES FINAIS: OS POSSÍVEIS CENÁRIOS PARA FILEMO E BÁUCIA	151
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	157

INTRODUÇÃO

Este trabalho reflete sobre a relação entre os Grandes Projetos de Desenvolvimento Urbano (GPDU) e a produção da vida de sujeitos socioculturais. De modo mais preciso, investigam-se GPDUs que não se concretizaram (ao menos, não como suas premissas iniciais informaram) e os impactos causados na espacialidade e na produção da vida dos grupos sociais envolvidos nesta promessa de desenvolvimento urbano e regional que se realizou de forma obtusa. Para tal, coloca-se como estudo de caso a comunidade pesqueira do bairro de Itaoca, em São Gonçalo (RJ), diante dos GPDUs Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) e Cidade da Pesca, projetos que atravessam o recorte espacial do bairro (fig. 1).

Fig. 1 – Objeto de pesquisa



Fonte: O autor

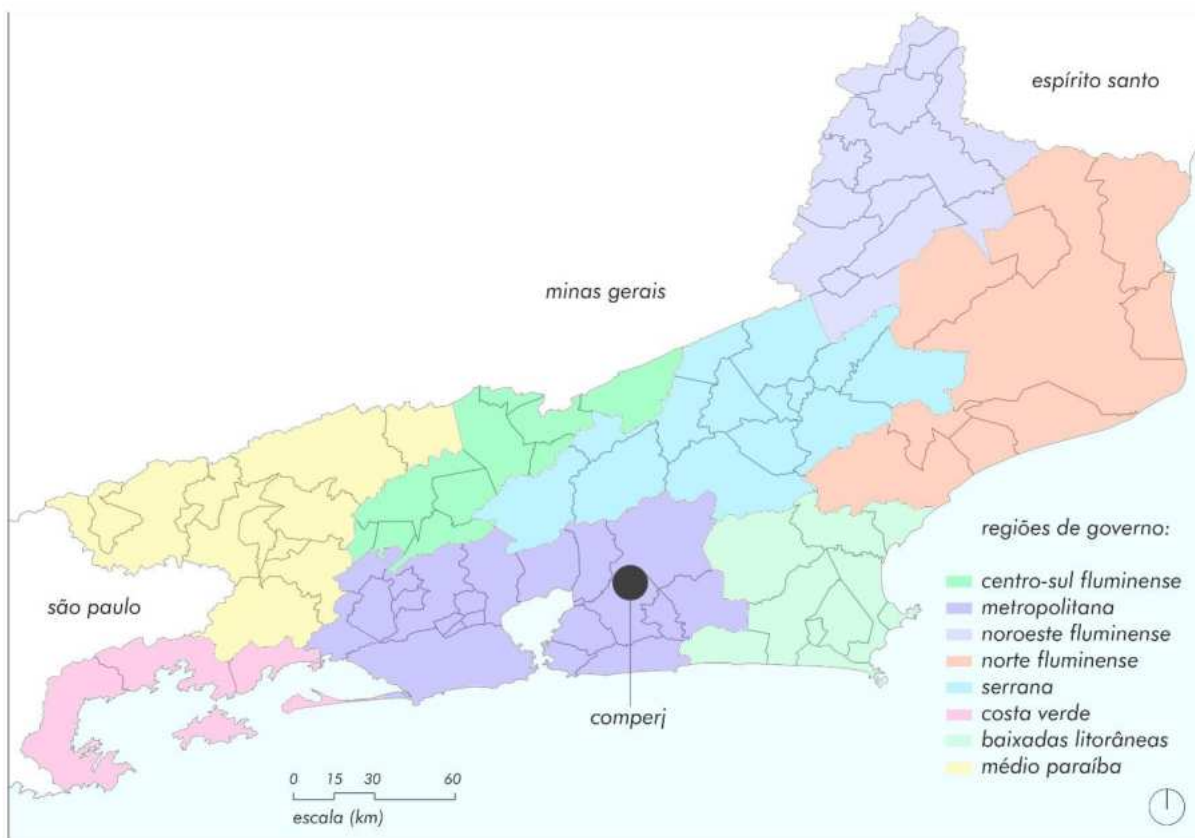
Como uma contextualização geral do processo, até chegar ao bairro de Itaoca, em 2006 a Petrobras confirmou a descoberta de campos de petróleo na faixa

marítima brasileira, nas camadas conhecidas como pré-sal, próximas às regiões sul e sudeste. Tal achado constituiu-se em marco tanto no setor petroquímico quanto além. Como Pessanha define, o anúncio não apenas foi uma das grandes inflexões desde a descoberta de petróleo no estado baiano como, outrossim, inseriu o país “num contexto geopolítico da energia no mundo” (PESSANHA, 2015, p. 16).

Ao mesmo passo que o país passava a despertar atenção de agências do capital privado, estrangeiro e nacional, a gestão federal vislumbrava uma possível posição de distinção na rede de países com maiores reservas petrolíferas. Assim, com a possibilidade de destaque na política internacional e de almejo à certa concepção de desenvolvimento para o país, através desta “janela de oportunidades”.

Destarte, em um movimento de investimento em redes de infraestrutura de diferentes tipos, o governo federal aciona o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), bojo ao qual diversas plantas industriais ligadas ao processamento de petróleo foram concebidas. Uma dessas plantas se trata do Comperj, cuja decisão de implantação recaiu sobre o município de Itaboraí, ao Leste da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) – em detrimento de outras regiões cotadas, como a Região Norte Fluminense ou a Costa Verde (fig. 2).

Fig. 2 – As regiões do estado do Rio de Janeiro e a implantação do Comperj

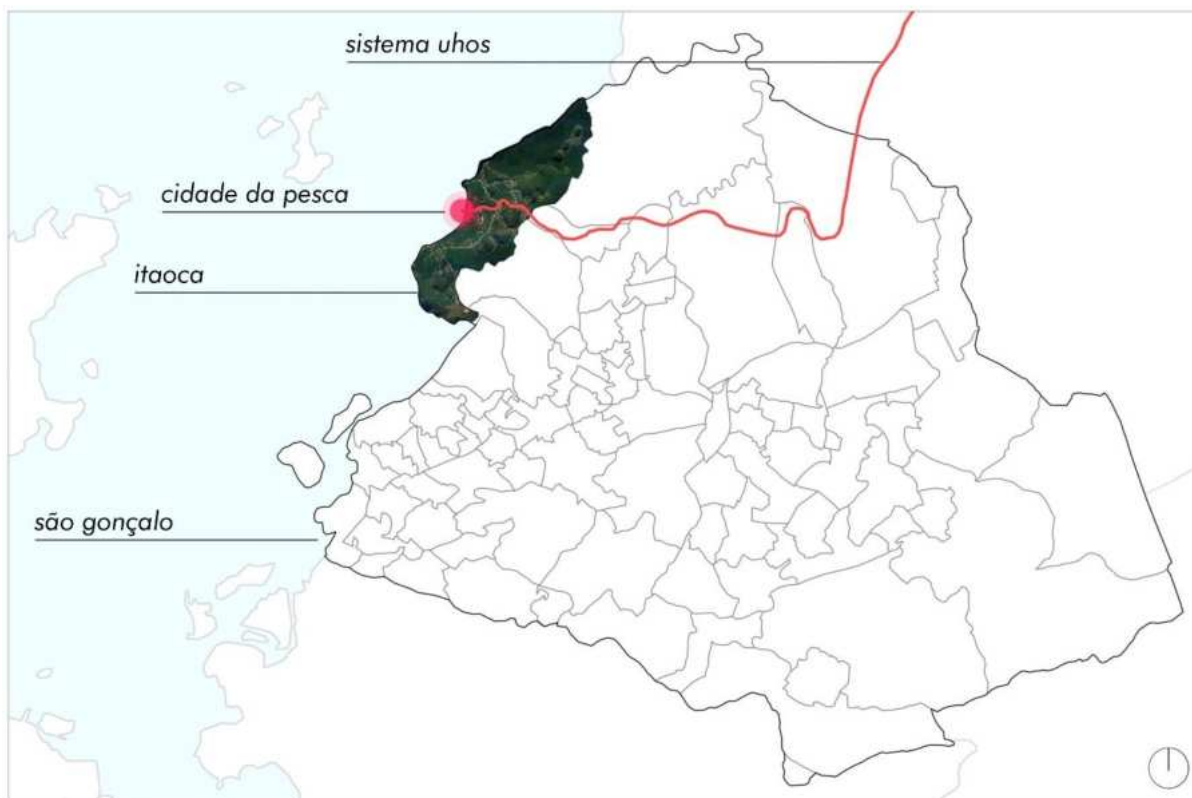


Fonte: O autor

Como é próprio de um GPDU deste porte – e da economia do petróleo (PESSANHA, 2015) – uma série de outros projetos foram desdobrados, a partir dessa decisão de implantação em Itaboraí, para ligar Comperj a uma rede de infraestruturas envolvendo rodovias, portos, estaleiros, barragens, emissários submarinos, dentre outros projetos.

Desses desdobramentos, destaco dois que afetam diretamente o recorte espacial do bairro de Itaoca: o sistema UHOS (*ultra heavy over size*) e a Cidade da Pesca (fig. 3).

Fig. 3 – Sistema UHOS e Cidade da Pesca, em relação à Itaoca



Fonte: O autor, sobre base do Google Earth

O que ocorre: as peças para montagem do Comperj são muito pesadas, de modo que elas chegavam ao Porto do Rio de Janeiro e apresentavam dificuldades para serem transportadas até Itaboraí, visto que as vias existentes não suportavam tal peso (CANDIDO, 2019). Pensando nisso, a Petrobras elaborou um píer e uma estrada com requisitos projetuais específicos, justamente para poder fazer essa conexão entre Baía de Guanabara e Itaboraí. E o local escolhido para receber o píer e parte dessa estrada foi o bairro de Itaoca, em São Gonçalo.

Só que essa estrutura construída possui uma função efêmera: fazer o transporte das peças para construção do Comperj. Ela precisaria ser reconfigurada para um usufruto futuro mais duradouro assim que o Comperj fosse concluído. Então, instâncias do governo do estado, do município e do capital privado elaboraram a Cidade da Pesca, um projeto que visa refuncionalizar esse píer, transformando-o em um Terminal Pesqueiro Público (TPP) para abrigar diversas indústrias privadas do setor da pesca industrial.

Entretanto, uma série de mudanças, ao final dos anos 2000 e ao longo da década de 2010, fez com que o Comperj ainda não tenha sido finalizado até a data atual – o cronograma inicial previa funcionamento em 2014. Ao passo que o

Comperj não foi finalizado, a Cidade da Pesca sequer chegou a ser iniciada. A incompletude dos projetos, contudo, não impediu que houvesse mudanças e impactos no seio desse duplo movimento – de desenvolvimento e de paralisação.

Aqui, trago dois casos bastante simbólicos. Primeiro, houve remoções urbanas na Praia da Beira, em Itaoca, para “abrir espaço” para o Terminal Pesqueiro Público – desapropriações emitidas pelo governo estadual¹. Segundo, há notícia de pescadores artesanais que trocaram seus ofícios – momentaneamente ou não – pelo futuro operário (MENASCE, 2015).

Dito isso, a questão da pesquisa consiste em interpelar como e quanto a projeção de tais GPDU's fazem inflexões na produção espacial e na produção de vida dos sujeitos socioculturais de Itaoca.

Então, o recorte do meu objeto de pesquisa se dá justamente no recorte espacial do bairro de Itaoca. Este é um bairro, às margens da Baía de Guanabara, no município de São Gonçalo, que é o segundo mais populoso da região metropolitana. Em termos de urbanização, seu tecido urbano é caracteristicamente esparsa, contornando o relevo da região; o uso do solo é predominantemente residencial unifamiliar; e o gabarito das construções geralmente não ultrapassa 3 pavimentos, sendo uma ocupação horizontal (LIMA, 2017). O bairro é uma ilha fluviomarinha, o que faz com que boa parte de seus moradores se refiram a ele apenas por “ilha”, e possui presença de importantes marcos ambientais, tendo como uma das características a presença da Área de Proteção Ambiental (APA) de Guapimirim.

Em relação aos grupos sociais que compõem o bairro, o que pude apreender em meu campo é que há pessoas que se denominam pescadoras artesanais, pela natureza de seu ofício estar em equilíbrio com a natureza; há pessoas que se organizam em atividades de limpeza nos mangues da região; há pessoas que participam ativamente das associações comunitárias; há pessoas que saem diariamente para trabalhar na Ilha de Paquetá (devido à proximidade entre ambas); há pessoas que trabalhavam no Lixão de Itaoca e, quando do fechamento deste, em 2012, perderam suas fontes de renda; há pessoas que conhecem caranguejos, siris, guaiamuns, camarões, sardinhas, aratus, guaias e siriacus; há pessoas que não possuem ofícios ligados diretamente aos marcos ambientais do

¹ Fonte: O Globo, 19/10/2014. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/cidade-da-pesca-sera-criada-em-area-desapropriada-em-praia-de-sao-goncalo-14298958>> Acesso em: 13/09/2021.

bairro, mas que possuem a ilha e a Baía de Guanabara como forte presença em seus imaginários e em suas falas (fig. 4).

Fig. 4 – Cenas de Itaoca



Fonte: O autor, sobre base do Google Earth e com mosaico de fotos²

A hipótese desta pesquisa é que os adiamentos e possíveis cancelamentos de tais projetos, continentais de uma premissa de “desenvolvimento” do Leste Fluminense, suspendem e interrompem perspectivas de vida possíveis que os moradores da comunidade pesqueira de Itaoca porventura possam ter criado, diante deste imaginário “promissor” de desenvolvimento. Tal realidade fraturada revela, por sua vez, o fenômeno do futuro do pretérito do desenvolvimento urbano.

Esta noção, como será visto ao longo desta dissertação, revela-se como uma distensão entre os tempos assíncronos das premissas dos GPDU e da produção da vida dos grupos sociais, na medida que os atores do planejamento urbano referentes ao Comperj apregoaram uma mudança que, de fato, ainda não ocorreu - revelando as ambiguidades de tempo entre o “irá” e o “iria” (fig. 5).

² De cima para baixo, da esquerda para direita: Foto 1: Rêgo, 2019; foto 2: APAemFoco, 2010; foto 3: Mesquita, 2015; fotos 4, 7, 8: o autor; foto 5: <<https://mapio.net/pic/p-4845970/>>; foto 6: Ascom Sedrap, 2014; foto 9: Woyames, 2014; foto 10: Feitosa, 2011.

Fig. 5 – Cenas do futuro do pretérito do desenvolvimento urbano



Fonte (a partir da esquerda): Fotos 1 e 4: BBC News Brasil, 2016; foto 2: Petronotícias, 2012; foto 3: o autor, 2019

Em relação à metodologia, vale considerar que a pandemia de Covid-19 causou atravessamentos em minha pesquisa, de modo que inviabilizou minha ideia inicial de lançar mão da observação participante, indo com frequência ao longo do ano de 2020 em Itaoca, situação que não ocorreu. A crise sanitária bloqueou também minha segunda ideia, que levei à Banca de Qualificação, de criar uma trama de técnicas de pesquisa formada igualmente pela escuta-*flânerie* e pela pesquisa sociourbanística.

Assim, atualmente, a metodologia desta pesquisa é ancorada centralmente na revisão bibliográfica e na análise das trajetórias e histórias de vida. Esta se dá através das entrevistas semiestruturadas e faz parte da pesquisa sociourbanística. Secundariamente, de modo a dar maior robustez às análises colhidas, outras técnicas de pesquisa são acionadas: escuta-*flanêrie*, conversas abertas com interlocutores e exame de folhetos informativos, matérias jornalísticas e cartografias.

Para tal empreitada, um grupo de autoras, autores e conceitos auxiliaram a dar norte a essa trama de técnicas de pesquisa.

As trajetórias de vida fazem parte do campo da pesquisa sociourbanística e têm como escopo a realização de entrevistas semiestruturadas com diferentes sujeitos socioculturais³ envolvidos na espacialidade da Ilha de Itaoca. O objetivo é permitir que o trabalho aqui proposto possa colocar em primeiro plano as percepções dos próprios sujeitos e grupos sociais sobre a ilha, atravessada pelo

³ Nesta pesquisa, entendem-se sujeitos socioculturais como sinônimo de agentes sociais. A forma escolhida apenas ressalta que este sujeito está inserido em relações sociais e culturais, sendo que todo sujeito é um sujeito sociocultural.

Comperj e pela Cidade da Pesca. Visa-se, também, dar valor à oralidade como forma de foco aos grupos sociais por não raras vezes invisibilizados por projetos “desenvolvimentistas” que os atravessam e os recalcam.

Sobre os grupos de autoras e autores que trabalham a relação entre trajetórias de vida, preferiu-se utilizar os que relacionam as análises das trajetórias, as histórias de vida e o espaço urbano. Tal interlocução, ao ver de Koga e Ramos (2011, p. 335), torna possível a “incorporação da dimensão relacional do território”. Assim, como afirma Argan, trazido por Koga e Ramos, tal técnica de pesquisa tenta dar sentido a uma análise que traz ao foco o “estudo da experiência urbana individual como princípio de qualquer pesquisa sobre os modos de vida urbana de uma sociedade real” (ARGAN, 1993, apud KOGA; RAMOS, 2011, p. 340).

Ademais, há amplas investigações na literatura especializada em planejamento urbano e regional (SANDERCOCK, 2005) que afirmam que as histórias são fundamentais para o planejamento urbano, uma vez que, para imaginar o espaço, a vida e as linguagens da cidade, o ser humano os transforma em narrativas. O modo como se narra a cidade torna-se constituinte da realidade urbana, dessarte.

Logo, trazer ao foco as trajetórias e as narrativas dos sujeitos socioculturais da ilha se torna imprescindível para se pensar novas possibilidades de se fazer planejamento urbano, de um modo amplo, e de apontar novas direções para a ilha, de modo específico, a fim de ampliar os cânones de discussão sobre planejamento urbano e regional, desenvolvimento urbano, grandes projetos de investimento, pesquisa sociourbanística e afins.

Explicadas aqui de forma incipiente, a escuta-*flânerie*, desenvolvida por Gurski (2008, apud GURSKI, 2019) e baseada no flâneur de Walter Benjamin e Charles Baudelaire, consiste em uma técnica de pesquisa que visa colocar as percepções do próprio pesquisador, acerca do espaço social e do espaço urbano, em primeiro plano e fomentadoras de dados científicos sobre os grupos sociais e sobre os espaços. Sendo assim, torna-se ela uma suprapercepção espacial autoral. O objetivo é apreender, em primeira pessoa, assimilações sobre os territórios e sobre seus usos por parte de diferentes grupos sociais, valorizando o encontro.

Acerca do grupo de autoras e autores que utiliza o flâneur como técnica de pesquisa, este trabalho destaca as contribuições provindas do campo da Psicanálise e encontradas em Gurski (2019) e em Romero e Zamora (2016). As

últimas autoras relacionam o método do flâneur-cartógrafo como uma ferramenta útil para a pesquisa que foca na relação entre cidade e subjetividade, ancorando-o tanto no supracitado flâneur de Benjamin e Baudelaire quanto na pesquisa-cartográfica de Deleuze e Guattari.

Vale ainda destacar que algumas condições pessoais precisam ser ressaltadas, na medida que eu, homem, branco, heterossexual, cisgênero, acesso certo tipo específico de campo através de meu flâneur e de meu corpo. Outro ponto importante é frisar que meu tipo de informação colhida através desta técnica é detido a experiências de campo pré-pandemia. O que significa dizer que são particulares e limitadas em certo sentido de apreensão e diagnóstico de certo espaço e certo tempo. De tal modo, as informações colhidas em campo possuem um grau de densidade muito específico. Por último, ressalto que não possuo interlocutores, a priori, na Ilha de Itioca, mas tenho o contato de uma pessoa próxima que possui familiares que residem na ilha, sendo este meu principal canal com o bairro.

Cabe também salientar que, nesta dissertação, entende-se o conceito de produção da vida como uma relação entre a produção material da vida, a produção espacial e a produção de territorialidades.

Ao final, o objetivo geral da pesquisa é traçar um panorama sobre o fenômeno do futuro do pretérito do desenvolvimento urbano. Investiga-se junto aos grupos sociais de Itioca o quanto as projeções de tais projetos fazem, fizeram (ou, ainda, fariam) inflexões em suas rotinas, relações laborais, território, espaço, tempo, perspectivas de vida, projeção geracional e na comunidade em si.

Justifica-se serem desenvolvidas pesquisas sobre esta temática por certos motivos. Primeiro, as projeções e expectativas de desenvolvimento do Comperj mobilizaram agentes diversos, assomando escalas globais. Além dos efeitos nacionais, estaduais e municipais, tal grande projeto gerou inflexões locais, como é o caso de Itioca. O adiamento e o possível cancelamento de certos projetos e projeções, após a ilha sofrer severas rupturas espaciais, sociais, culturais, simbólicas - materializadas em remoções urbanas, suspensão de projeções pessoais às famílias de Itioca, por exemplo - merece atenção da academia.

Para tal, ressalta-se que o caminho de estudo aqui proposto se adere ao bojo de discussões da Linha de Pesquisa "Políticas, espacialidades, relações e conflitos socioculturais". De acordo com a própria ementa do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades, "esta linha de pesquisa reconhece as

relações de mútua dependência entre espaço, cultura e política. Traduz-se, portanto, nas práticas sociais e culturais atravessadas pelas diversas formas de territorialização e as formas como os sujeitos sociais assumem seu lugar no mundo político⁴.

Assim, planeja-se analisar o atravessamento entre tais grupos sociais e tais GPDU's a partir das óticas do território, política, cultura, trabalho, formas de territorialização, dentre outras.

Por fim, a dissertação é estruturada em quatro capítulos. No primeiro, apresenta-se a literatura acerca de GPDU's. Aborda-se o pano de fundo sobre o qual os grandes projetos são concebidos, suas características e formas de rupturas. Além disso, o capítulo também delinea conceituações sobre grandes projetos que não se realizaram e, a partir delas, traça o fenômeno do futuro do pretérito do desenvolvimento urbano.

O segundo capítulo consiste na apresentação e contextualização do município de São Gonçalo e do bairro de Itaoca. Analisam-se ambos através da ótica histórica (de formação territorial, de planejamento urbano, da produção de mitos de origem, da produção de narrativas por parte de certos atores), complementando o estudo com leituras físico-espaciais e com levantamento iconográfico (logotipos e/ou brasões, fotografias das áreas de estudo etc.), para poder avaliar a produção e significação do espaço gonçalense e islenho, de forma geral, e o espaço litorâneo, de forma específica.

O terceiro traz ao foco o Comperj e seus desdobros; em especial, a Cidade da Pesca. Traçando-se uma linha temporal do processo maior e anterior ao Complexo, o objetivo é revelar como, ao passo que o Comperj era emanado como a materialização de uma determinada noção de desenvolvimento, o projeto carregava incongruências em sua própria concepção, tal qual alertado por diferentes vozes opositoras. Ao final, relaciona-se o Comperj aos projetos fáusticos (ou, a depender da análise, pseudofáusticos), na linha de interpretação pontuada por Berman acerca da tragédia do desenvolvimento. Também neste capítulo é realizada uma aproximação dos projetos encabeçados pelo Comperj à teoria do espaço tripartite de David Harvey (2015), ressaltando como as instâncias espaciais são relevantes

⁴ Fonte: sítio eletrônico do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades. Disponível em: <<https://www.ppcultuff.com/linha-1>> Acesso em: 14/09/2021.

categorias para captar os movimentos ligados majoritariamente à economia do petróleo e à geopolítica energética mundial.

O quarto capítulo debruça-se em um estudo socioespacial sobre e com a Ilha de Itioca. A investigação, aqui, constitui a análise em interação com os grupos sociais de Itioca e com a própria ilha em si, através da trama de técnicas de pesquisa citadas acima, mormente guiadas pela análise das trajetórias de vida, inseridas na pesquisa sociourbanística.

O cruzamento das análises levantadas através dos capítulos propõe-se ao entendimento do fenômeno do futuro do pretérito do desenvolvimento urbano. Espera-se apontar direções nas discussões sobre planejamento e desenvolvimento urbano e regional, remoções urbanas, conflitos socioculturais, dentre outras. O intuito é apresentar um quadro sobre um território que foi preparado palco de uma mudança que, como tal, não ocorreu; ou, sob outra ótica, ocorreu de modo diferente ao postado inicialmente pelos agentes fomentadores, alterando de variadas formas o modo como os indivíduos produzem suas relações materiais, espaciais e territoriais (fig. 6).

Fig. 6 – Vista da Praia da Beira, em Itioca, e os símbolos da comunidade pesqueira e dos GPDU



1 O FUTURO DO PRETÉRITO DO DESENVOLVIMENTO URBANO

Grandes Projetos de Desenvolvimento Urbano, Grandes Projetos Urbanos, Grandes Projetos de Investimento, Grandes Projetos de Intervenção Urbana ou apenas Grandes Projetos. A nomenclatura varia para um tipo de projeto também muito heterogêneo, mas que, se agrupadas determinadas características à sua análise, compartilha um mesmo bojo léxico.

Como apontam Oliveira et al. (2012), a década de 2000 ofertou uma gama de estudos sobre GPDU's na experiência brasileira, a saber:

Operações urbanas, rodovias metropolitanas, projetos de reabilitação de áreas portuárias e/ou centrais, megaeventos envolvendo a construção de equipamentos esportivos e projetos imobiliários, plantas industriais, grandes condomínios residenciais e outros investimentos públicos e privados com expressão territorial (OLIVEIRA et al., 2012, p. 07).

Antes, entretanto, de buscar uma definição para este tipo de projeto, é necessário virar-se para o processo maior que faz materializar tal fato: a produção capitalista do espaço.

Baseado em análises contidas em “Condição pós-moderna” de Harvey (1992) ou “Modernidade Líquida” de Bauman (2001), sabe-se que o sistema capitalista está em (constante) mudança na atualidade – seja ela chamada de modernidade, pós-modernidade, contemporaneidade ou qualquer outro recorte nominado. E, como apontam Sánchez et al. (2004, p. 41), “à reestruturação do poder e da economia na escala mundial há uma correspondente – e não menos importante – reestruturação socioespacial”.

Sem querer simplificar o processo, o efeito globalizante se traduz, dentre outras formas, numa nova lógica de industrialização, onde não mais são rentáveis grandes fábricas com 1 KM de extensão, mas sim unidades fragmentadas e pulverizadas onde a mão-de-obra seja mais barata. Como dito acima, essa nova estrutura afeta a espacialidade e a produção de vida nas cidades, que foram formadas ou densamente modificadas para cumprir tais funções econômicas. É o caso exemplar da cidade de Detroit, nos Estados Unidos.

Neste cenário de constrangimentos – principalmente de ordem fiscal (SÁNCHEZ et al., 2004) – emerge uma “nova” forma de ver, pensar e administrar as cidades, buscando adequá-las às – pretensas – oportunidades oferecidas pela atual

dinâmica de acumulação caracterizada pela seletividade de investimentos” (SÁNCHEZ et al., 2004, p. 42).

O estabelecimento de uma noção generalizada de falta de recursos subjugam as gestões urbanas, que, independentemente do espectro político (SÁNCHEZ et al., 2004), imbricam-se em “coalizões sociopolíticas” para aproveitar as famigeradas *janelas de oportunidades* do capital, adaptando-se assim “aos novos tempos do capitalismo globalizado” (SÁNCHEZ et al., 2004, p. 42). Como informam os autores, a “competição pelos investimentos instaura uma verdadeira “guerra” entre os lugares, expressão emblemática da subsunção do mundo e da vida contemporâneos à lógica do capital nesses tempos de desmedida empresarial” (SÁNCHEZ et al., 2004).

Assim, a agenda urbana para este novo “momento de crise” inclui:

[a] formação de parcerias entre os setores público e privado; a implementação de novos instrumentos e instituições voltados para o governo urbano; a desregulamentação e/ou flexibilização do aparato legal da cidade e a redução da escala de intervenção/gestão urbana, por meio de projetos de grande impacto no espaço construído das cidades (SÁNCHEZ et al., 2004, p. 42).

O objetivo desta lógica é criar um clima – ou um *espírito* – para o empreendedorismo urbano (SÁNCHEZ et al., 2004, p. 42). Um “*clima bom para os negócios*”; uma cidade “*business-friendly*”. A esses jargões empresariais, sucedem-se outros: “sinergias”, “competitividade”, “parcerias”, “sustentabilidade” (ambiental e financeira), “pertencimento”, “cidadania”, “eficiência”: “o vocabulário atual das agências multilaterais de desenvolvimento” (SÁNCHEZ et al., 2004, p. 43).

Como resultado no âmbito do planejamento urbano, os preceitos do urbanismo modernista, de seus *planos diretores* e do Estado como agente centralizador das práticas do planejamento são rechaçados por uma lógica pautada em *planos estratégicos* e do agente estatal reduzido perante o capital financeiro. Sob o pano de fundo desta troca provém a lógica que sustenta os Grandes Projetos de Desenvolvimento Urbano:

Conforme indicação de Swyngedouw, Moulaert e Rodríguez (2002), os GPUs constituem hoje uma das expressões mais visíveis e difundidas de estratégias urbanas de revitalização perseguidas por cidades à busca de crescimento econômico e competitividade (SWYNGEDOUW; MOULAERT; RODRÍGUEZ, 2002). Incontáveis são os exemplos de GPUs que, orientados para a “revitalização urbana”, prometem promover o crescimento econômico, tanto mediante o incremento do turismo quanto da atração de novos investimentos. Apresentado como alternativo ao modelo normativo,

diretivo e rígido do zoneamento e do Plano Diretor, o planejamento por projeto é propugnado como estratégia apta a estimular o desenvolvimento e a articular o tecido da cidade (SÁNCHEZ; VAINER, 2003).

(...) [Esse] modelo de gestão por projetos dá prioridade às intervenções localizadas, pontuais, que possam entranhar efeitos positivos para a cidade, em contra-ponto aos modelos inscritos num planejamento tido como mais “tradicional” e “regulador” (FERNANDEZ VILAN, 1999; CHADOIN; GODIER; TAPIE, 2000). Trata-se da imagem que a cidade veicula junto às obras de um urbanismo caracteristicamente de resultados. O projeto ganha importância face ao plano e a expertise para realizá-lo transforma-se numa mercadoria ela mesma (SÁNCHEZ et al., 2004, p. 43).

Este tipo de literatura serve de suporte tanto à crítica às cidades-empresas-culturais quanto aos projetos pertencentes a um discurso mais voltado ao desenvolvimentismo econômico, ambos vistos na citação acima. São os casos, respectivamente, dos produtos urbanos da operação Porto Maravilha, no Rio de Janeiro, e da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco.

Em busca de uma conceituação, então, que busque caracterizar tal produção espacial tão diversa, Vainer et al. (2012) analisam um sem-número de produções literárias sobre o tema. Parte dos autores busca uma definição para este tipo de projeto a partir do “porte da intervenção”; outros, através do “tamanho” ou “volume de investimento”; e outros, ainda, como projetos que induzem “coalizões políticas”, por também serem lidos como “grandes investimentos políticos e simbólicos” (VAINER et al., 2012, p. 15).

Assim, os autores chegam a um ponto em comum a respeito dos GPDUS: “Investimento financeiro, institucional, político, simbólico, urbanístico-arquitetônico, *os grandes projetos (...) poderiam ser definidos como uma intervenção que instaura rupturas na cidade*, entendida esta como espaço social multidimensional” (VAINER et al., 2012, p. 15-16, grifos meus).

Sem querer exaurir o tema, o grupo busca, para nortear a discussão, uma listagem de possíveis rupturas que este tipo de projeto pode induzir:

- a) Rupturas institucionais, através da implantação e desenvolvimento de novos tipos de arranjo institucional e administrativo, cuja marca é a parceria público-privada, mas cujas formas podem ser as mais variáveis;
- b) Rupturas urbanísticas, pela geração de espaços que introduzem, pela monumentalidade e/ou qualidades particulares, descontinuidades na malha e paisagem urbanas pré-existentis;
- c) Rupturas legais, pela criação de regras *ad hoc* que geram descontinuidades no espaço legal da cidade;
- d) Rupturas na dinâmica imobiliária e no gradiente de valores fundiários, pela sua capacidade de alterar os “fatores externos” que intervêm na determinação dos preços da terra e na conformação e distribuição espacial dos modos de uso do solo;

- e) Rupturas políticas, ao instaurar ou reconfigurar coalizões políticas que disputam legitimidades e hegemonia no espaço urbano;
- f) Rupturas simbólicas, ao produzir novas representações e imagens da cidade;
- g) Rupturas escalares, ao introduzir novas relações entre as esferas local, nacional e internacional, tanto do ponto de vista financeiro-econômico quanto do ponto de vista cultural (VAINER et al., 2012, p. 16).

Assim, os autores dirigem à síntese que

grandes projetos urbanos desencadeiam rupturas nos espaços físico e social, em suas múltiplas dimensões, e contribuem para a consolidação de mudanças na dinâmica socioespacial, caracterizadas por reconfigurações escalares e efeitos de desenvolvimento desigual na escala local (VAINER et al., 2012, p. 16).

À luz das constatações de Sánchez et al. (2005) e Vainer et al. (2012), esta pesquisa se norteia através do questionamento a uma manifestação bem específica dentro do grupo de produção dos GPDUs: *e o que ocorre nos grandes projetos que não se realizam ou não se concluem? E como ocorre a produção de vida e de espaço dos sujeitos socioculturais nos lugares afetados pelas rupturas trazidas por grandes projetos que não se realizam?*

Ora, antes de ingressar na investigação dessas perguntas, vale ressaltar que nenhum grande projeto se realiza tal qual sua intenção inicial, seja por mudanças políticas, que afetam o andar dos projetos; seja por motivos de inserção e apropriação local, que jamais poderiam ser lidos a priori; seja por quaisquer outros fatores. À parte isso, pode-se distinguir os GPDUs inconclusos por diferirem em elevado grau do proposto inicial - seja porque o prazo de previsão na conclusão se estendeu por muito tempo, seja porque foram adiados ou suprimidos, seja porque o escopo do projeto mudou extremamente se comparado ao anunciado, ou por quaisquer outros motivos como esses.

A título de exemplo e diferenciação, muitos projetos anunciados são cancelados. São os casos da Refinaria Premium 1, no Brasil, e da estrada de ferro Salekhard-Igarka, também conhecida como Stalinbahn, na antiga URSS. Outros têm seu prazo de finalização e entrada em funcionamento estendido. É o caso do aqui analisado Comperj que, com prazo de previsão de funcionamento para 2014, ainda hoje, em 2021, não foi concluído. Provavelmente, se esta pesquisa fosse feita daqui a alguns anos, estar-se-ia abordando um projeto finalizado e em exercício, mesmo que com mudanças drásticas em escopo e escala.

Entretanto, essa elasticidade entre o tempo de previsão de sua conclusão e a real conclusão, somadas aí questões diversas como mudanças no cerne do projeto, deixa projeções de vida suspensas, talvez por gerações, fazendo pairar uma nuvem de incógnitas sobre a produção de vida e de espaço das pessoas envolvidas nessa perspectiva.

A matéria jornalística da BBC⁵ apresenta uma trabalhadora que atuava como soldadora nas obras do Comperj. Pela entrevista, não fica nítido se ela se mudou de outro lugar para Itaboraí (ela informa que sua mãe trabalhava nas praias do Espírito Santo), mas a matéria indica que ela projetava seu futuro na cidade - e como soldadora. De repente, as pausas nas obras do Comperj a colocaram em compasso de espera. Com sua família envolvida nesse processo, ela abriu uma lanchonete para ter renda.

Então, como ela se projetaria? Como uma soldadora que, no tempo de intervalo até a volta das obras do Complexo, abriu uma lanchonete? Mas e se essa “pausa” dura 5 anos? 10 anos? Ela ainda se identificaria como uma soldadora das obras do Comperj que abriu uma lanchonete enquanto as obras não voltam; ou como uma dona de lanchonete que, antigamente, costumava ser soldadora? Essa interrogação na projeção identitária é essencial para esta pesquisa. E essa é apenas uma das questões que se pronunciam ao olhar a temática através deste preâmbulo.

Assim, uma afirmação se torna relevante nesta discussão. A resposta para muitos desses questionamentos se dará no debruçar sobre o social, porquanto a investigação junto ao sujeito sociocultural em uma escala local poderá revelar novas texturas dos impactos na produção de vida e de espaço de quem se vê envolvido por tal projeção englobante de planejamento urbano. Por isso, inclusive, a decisão de pautar a metodologia da dissertação na pesquisa sociourbanística.

Acerca da questão das dimensões impactadas por um grande projeto, Vainer et al. (2012, p. 17-18) elaboram uma matriz de análise que envolve, mais ou menos a depender de cada caso, a “dimensão política”, a “institucional”, a “simbólica”, a “arquitetônico-urbanística”, a “fundiária”, a “socioambiental”, e a “econômico-financeira”.

Ao olhar tal matriz, outra informação importante que se revela é que, ainda que tais GPDUs não tenham sido concluídos, eles, mesmo assim, possuem

⁵ Fonte: BBC News Brasil, 26/06/2016. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-36385300>> Acesso em 04/05/2021.

poder de rupturas, pois até a anúncio ocasiona movimentos. A essa condição de impacto - ainda a ser analisada aqui -, de um tipo “frustrado” ou “suspenso” de produção de espaço e de vida, esta pesquisa chama de futuro do pretérito do desenvolvimento urbano⁶.

A introdução de uma expressão derivada da conjugação verbal auxilia a entender este fenômeno. Aqui *aconteceria*. Ali *seria*: o tempo verbal desvela um futuro que, uma vez projetado, não se realiza. Assim, as pessoas se veem envolvidas em outra relação espaço-tempo.

Ainda a ser pormenorizada, essa relação travada projeta questões a serem investigadas. Será que vou continuar vivendo aqui ou terei que me mudar para outro lugar? Será que as obras voltam? Se sim, será que ainda me chamariam pra trabalhar nelas? Será que aquele curso de soldador que fiz ainda me será útil? Será que vale matricular meus filhos nesse curso, pensando no caso de as obras voltarem pra cá? Será que faço aquela reforma na minha casa? Mas e se eles voltarem com aquele projeto e me removerem daqui?

O fato de um grande projeto ser colocado em pausa estendida também incide sobre o caráter trágico. Pois, ao menos se o projeto fosse definitivamente cancelado, os sujeitos envolvidos em sua projeção poderiam trabalhar com a ideia de que aquele GPDU não mais acontecerá, podendo remodelar seus planos de futuro a partir disso. O estado de suspensão, sem saber *se* e *quando* as obras voltam, e sem saber se o projeto sairá do papel tal como foi anunciado ao início, coloca permanentemente em estado de alerta os grupos sociais envolvidos nesta distensão.

Por óbvio, tal situação causa um grau de insegurança, ansiedade e fragilidade na produção de vida e de espaço dos sujeitos expostos a ela. Embora isto possa ser projetado como uma possível situação, os reais impactos só serão passíveis de captar a partir da experiência de contato direto com os sujeitos socioculturais - situação esta cujo último capítulo da dissertação se dedica a investigar.

Por fim, há uma conjuntura curiosa, trazida do cinema, que nos ajuda a refletir sobre a condição do futuro do pretérito. No filme “O banheiro do Papa”

⁶ Uma consideração é necessária: entendo que há outras pesquisas que já lançaram mão da figura “futuro do pretérito” para tratar o campo do planejamento urbano, como Nunes (2015). Aqui, nesta dissertação, o fenômeno é entendido confrontando os tempos verbais dos agentes fomentadores e dos atores locais.

(2007), a população da cidade uruguaia de Melo, fronteira ao Brasil, é surpreendida ao saber que por lá, em 1988, o Papa João Paulo II passará em uma de suas visitas à região. A imprensa local afirma que há uma fila quilométrica de ônibus no Brasil, preparados para trazer os turistas vizinhos para a pequena cidade.

Isso faz movimentar os moradores locais, que se planejam para vender comidas, bebidas e souvenirs ao espetacular fluxo de visitantes que chegará. O caso mais exemplar é do morador que decide construir um banheiro, justamente para atender ao grande público que irá peregrinar pelo Papa por lá.

Entretanto, parece haver uma mudança no escopo e a visita papal teve uma proporção bem menor que a esperada. Seu discurso durou poucos minutos. Do público brasileiro, que alguns acreditavam vir dezenas de milhares de turistas, chegaram pouco mais de 400 brasileiros: quase o mesmo número de barracas montadas pelos moradores. A grande maioria do público foi formada por pessoas da própria Melo.

Assim, essa mudança dentro da estrutura e escala do evento fez os grupos de Melo passarem por uma sensação deslizando. Aqui *viriam* dezenas de turistas brasileiros. Aqui *aconteceria* um grande evento.

Essa situação inusitada (e baseada em fatos reais), embora não tenha relação com os grandes projetos, auxilia a entender toda a mobilização que o anúncio de futuro oferece às pessoas de um determinado lugar. O desvio de um futuro esperado faz com que todo um universo de expectativas e mobilizações de um grupo social se frustre.

O filme mostra tempo e dinheiro gastos por parte das pessoas para comprar comidas, bebidas e badulaques pensando no “grande evento” que seria a visita papal. Uma idosa pegou empréstimo no banco para comprar insumos para preparar chouriço; a garantia de pagamento foi a sua casa. O personagem principal - um contrabandista que pedalava cerca de 60 KM de trajeto atravessando e voltando da fronteira - aumentou sua carga de trabalho para construção do banheiro. Investiu dinheiro antes destinado aos estudos de sua filha no empreendimento.

Acompanhamos os deslocamentos para comprar material. O tempo invisível dedicado a aprender a técnica da obra. A expectativa de que aquela empreitada valeria a pena e aplainaria a pobreza. E o posterior sentimento vazio e fatídico após o fato não consumado.

2 A PRODUÇÃO E SIGNIFICAÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM SÃO GONÇALO E EM ITAOCA

“São Gonçalo começou por Itaoca”

Interlocutora anônima

Esta dissertação se debruça sobre os sujeitos socioculturais que moram e tecem suas relações de vida na Ilha de Itaoca. Como exposto na introdução, são pescadores artesanais, trabalhadores de Paquetá, líderes de organizações sociais, dentre outras, que compõem o mosaico da ilha. Portanto, é de suma importância apresentar Itaoca no contexto da cidade de São Gonçalo, para desvendar, através de sua formação histórica, significados de sua ocupação urbana e de seus conflitos socioculturais.

Itaoca é considerada uma comunidade pesqueira. Logo, parafraseando Silva (2018) – cuja pesquisa se dedica aos pescadores artesanais de Itaipu, Niterói – , esta constituição identitária tem relação intrínseca com o espaço; mais especificamente, com a dimensão relacional do espaço, do significado que os sujeitos atribuem a este. Por exemplo, em uma das entrevistas, um interlocutor me confessou que há uma diferença de aceitação social, por parte de grupos sociais da ilha, de quem é ou não “cria de Itaoca”, assim afetando nas relações socioespaciais e de pertencimento.

Em sendo, este capítulo se dedica a dois pontos: primeiro, a apresentar Itaoca de forma descritiva, de acordo com sua ocupação urbana, marcos urbanos, presença de massa verde, aspectos sociais, geográficos etc.; segundo, a entrelaçar a formação urbana de Itaoca à formação do município de São Gonçalo e de sua orla marítima.

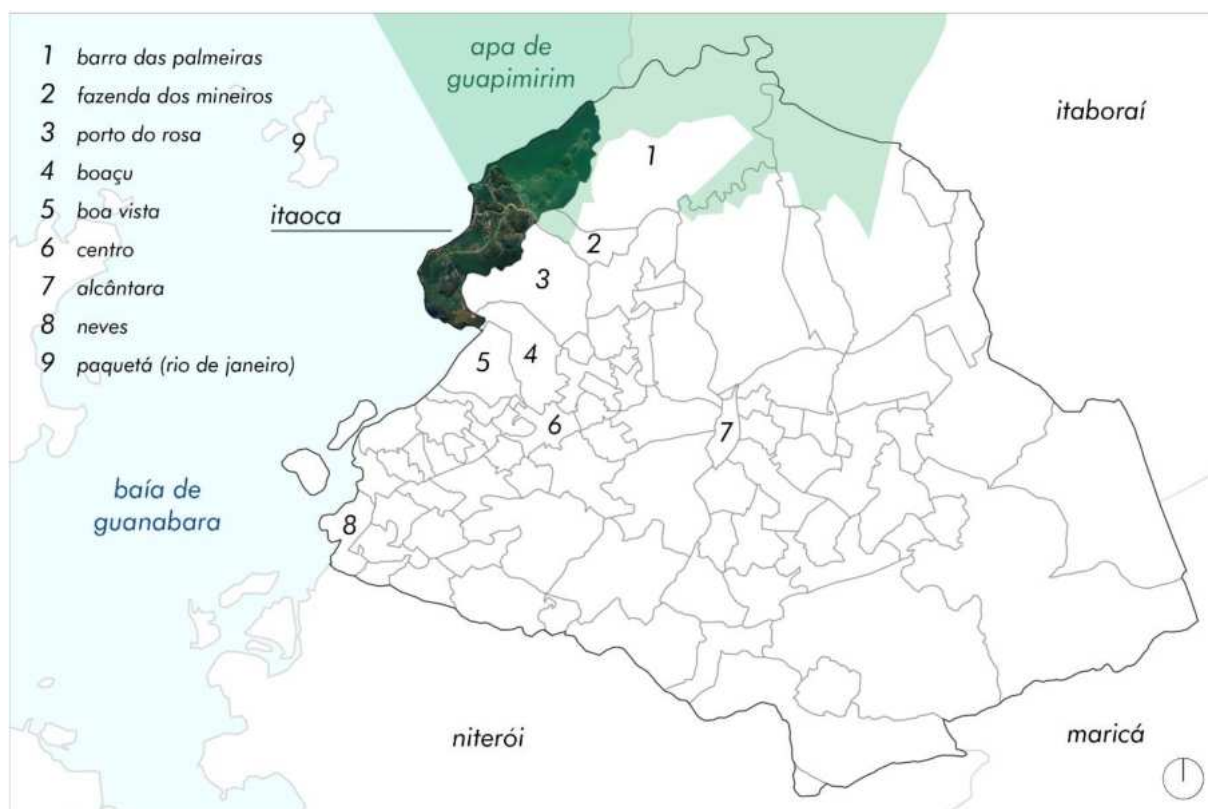
O capítulo, então, tem a função de mediar a transição entre o aparato teórico-conceitual e o Comperj. Antes de entender os significados e as rupturas simbolizadas por tal GPDU à Itaoca e aos sujeitos socioculturais, o objetivo é compreender o município de São Gonçalo, como o ideário de desenvolvimento apregoado ao Comperj encontra sinergia nos mitos de origem atribuídos à cidade gonçalense e, ainda, como as rupturas desse GPDU fraturado encontram colagem e impactam, de uma forma geral, o território gonçalense e seus grupos sociais.

Similarmente, expõe-se a Ilha de Itaoca, de forma a contextualizá-la e caracterizá-la, a fim de, doravante, entender mais pormenorizadamente como as texturas dos impactos de tal GPDU incidem sobre os grupos sociais da ilha.

Uma consideração é necessária. Por um lado, há muitas pesquisas que abordam Itaoca por diferentes prismas e áreas – da Antropologia à Tecnologia Ambiental. Entretanto, como relata Couto (2006, p. 13), “[há] poucos documentos que retratam a história de Itaoca”. A maior parte do material sobre a formação histórica da ilha se concentra até o período colonial. Assim, para fazer caminhar a análise historiográfica de Itaoca até a atualidade, esta pesquisa recorre a outros tipos de fontes, tais como história oral e análise de cartografias e mitos de origem.

2.1 Contextualizando Itaoca

Fig. 7 – Mapa de contextualização do bairro de Itaoca



Fonte: O autor, sobre base do Google Earth

Itaoca (fig. 7, acima) é um bairro litorâneo pertencente ao 1º Distrito de São Gonçalo, segunda cidade mais populosa da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ). Localizado a noroeste do município, o bairro é fronteiro aos

bairros de Barra das Palmeiras, Fazenda dos Mineiros, Porto do Rosa, Boaçu, Boa Vista e à Baía de Guanabara. É, por sinal, o bairro com a maior frente marítima da cidade (fig. 8) – uma característica que se reflete nos modos de vida de seus grupos sociais.

Fig. 8 – Vista aérea parcial de Itaoca



Fonte: <<http://wikimapia.org/31417026/pt/Hotel-Vista-Linda#/photo/7198541>>

Itaoca está a aproximadamente 6 KM de distância do Centro de São Gonçalo e, como coloca Souza (2011, p. 57), “pode ser tido (...) como o bairro mais distante das políticas públicas locais, como pode ser observado nas diversas regiões do país onde o ecossistema de manguezal se encontra predominantemente”.

O nome Itaoca revela a história dos povos indígenas que lá habitavam. De origem tupi, o topônimo pode ser traduzido como “casa de pedra”. Mas a história de ocupação dos povos originários está impressa em Itaoca para muito além de apenas seu nome. Como retrata a história oral local⁷, há, em Itaoca, inúmeros sítios arqueológicos sambaquis⁸ espalhados pela Ilha; Souza (2011, p. 56) relata que os

⁷ Aqui, baseio-me nas histórias confiadas a mim em minha pesquisa e nas relatadas para Souza em sua dissertação (SOUZA, 2011).

⁸ Sambaquis “são enormes montanhas erguidas em baías, praias ou na foz de grandes rios por povos que habitaram o litoral do Brasil na Pré-História. Eles são formados principalmente por cascas de moluscos – a própria origem tupi da palavra sambaqui significa “amontoados de conchas”. Mas essas elevações também contêm ossos de mamíferos, equipamentos primitivos de pesca e até objetos de

moradores destacam, em entrevistas, costumes indígenas que permanecem até os tempos atuais, “como a pesca, o uso de ervas medicinais”, “a alimentação de raízes”, os “costumes da caça, plantio e dos artesanatos e danças”.

Itaoca é uma ilha fluviomarina – cercada pela água doce do rio Imboáçu e pela salgada da baía. Com cerca de 160 KM² de área, a única conexão da ilha com a parte continental se dá pela Ponte do Rodízio, assim chamada por conta de “sua antiga estrutura de madeira que permitia às embarcações atravessarem o (...) canal Imboáçu, de onde desembocam as águas da maioria dos rios da cidade” (SOUZA, 2011, 57).

Como afirma Souza (2011), com o passar dos anos, a ponte foi aterrada, perdendo então seu caráter rotante. Assim, a autora explica que é difícil perceber Itaoca como ilha por sua proximidade ao continente: “Itaoca é uma ilha que, geograficamente, não se vê, apenas de forma panorâmica, onde grandes bolsões verdes em seu interior ainda podem ser vistos, apesar do desgaste da orla da Baía” (SOUZA, 2011, p. 54-55). Após tal aterramento, a ponte ainda sofreu novas obras de ampliação para receber a estrada do Comperj (fig. 9).

Fig. 9 – Fotografias da Ponte do Rodízio, Itaoca, em 2003 e 2019



arte (...). Os arqueólogos calculam que existam milhares de sambaquis espalhados pela costa do país. Os mais antigos nasceram há cerca de 6 500 anos”. Super Interessante, 18/04/2011. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/mundo-estranho/o-que-sao-sambaquis/>>. Acesso em: 20/03/2021.

Fonte: O autor, sobre base do Google Earth

Em que pese dados de atributos ambientais, Itaoca é característica por seu biossistema de manguezal (SOUZA, 2011). Como relata a autora (2011, p. 59), o sistema marca a “transição entre o ambiente marinho e o terrestre” e é suscetível “ao regime das marés”, que influencia, assim, “toda lógica de seu entorno”. O local, por tal perfil, “é um grande abrigo de muitas espécies de peixes e crustáceos, atraindo a população local para a pesca e a catação de caranguejo, ramos de atividades que sobreviveram nessas áreas até os dias de hoje” (SOUZA, 2011, p. 59).

Um grande marco ambiental da região é a Área de Proteção Ambiental (APA) de Guapimirim (fig. 10), cuja delimitação se estende até parte de Itaoca. A APA de Guapimirim é uma reserva ecológica que abarca os municípios de São Gonçalo, Itaboraí, Magé e Guapimirim, possui mais de 14.000 hectares de extensão e forma a maior área preservada de manguezal do estado fluminense, ao fundo da baía⁹.

Fig. 10 – Mangue regenerado, ao fundo, na região do Focinho do Porco, em Itaoca



Fonte: Plano de Manejo APA Guapimirim, mimeo

⁹ Fonte: Biblioteca Virtual do Meio Ambiente da Baixada Fluminense, mimeo. Disponível em: < <http://www.bvambientebf.uerj.br/arquivos/guapi.htm>>. Acesso em: 20/03/2021.

Entretanto, a ilha é também marcada pelo processo de deterioração ambiental que afeta Baía de Guanabara e seus municípios limítrofes. Por exemplo, o rio Imboaçú, que era utilizado para navegação, “encontra-se hoje totalmente assoreado e desgastado pela poluição da Baía de Guanabara” (SOUZA, 2011, p. 58). Pellens (2002), citado por Souza (2011, p. 58), complementa que estudos do FEEMA indicam que há “a ausência total de vida e elevados níveis de poluição, tanto doméstica quanto industrial”, no rio.

Talvez o marco mais emblemático deste processo de deterioração ambiental seja o chamado Lixão de Itaoca. O Plano de Manejo da APA Guapimirim descreve-o:

Nas margens da APA de Guapi-Mirim na Ilha de Itaóca encontra-se o aterro de lixo do município de São Gonçalo. O lixão de Itaóca, como é conhecido, é destino final dos resíduos sólidos gerados pela população do município. Recebe cerca de 750 t de lixo por dia, o qual é disposto a céu aberto e sem tratamento. Este lixão está sofrendo reformas para ser transformado em aterro sanitário¹⁰. Enquanto as reformas não são finalizadas, o lixo oriundo de toda a população de São Gonçalo é depositado sem tratamentos maiores nas margens da APA de Guapi-Mirim e o chorume ali produzido chega à Baía de Guanabara através dos manguezais (MMA/IBAMA, mimeo).

A pressão exercida pelo Lixão (fig. 11) sobre a área faz com que “os manguezais da parte da APA de Guapi-Mirim, localizada na Ilha de Itaóca (...) [sejam] os menos preservados em toda a APA” (MMA/IBAMA, mimeo). O aterro sanitário foi desativado oficialmente em 2012. Não obstante, ainda há despejo irregular de lixo na região¹¹, o que, em conjunto com casas se expandindo nas áreas manguezais, faz avançar a mancha urbana sobre a área verde da região.

Fig. 11 – Lixão de Itaoca

¹⁰ O Lixão de Itaoca foi fechado em 2012. Logo, o texto do Plano de Manejo é anterior a essa data.

¹¹ Fonte: O Globo, 21/07/2014. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/bairros/despejo-irregular-faz-lixao-avancar-com-favelizacao-sobre-area-de-manguezal-em-itaoca-13308590>>. Acesso em: 22/03/2021.



Fonte: <<http://gersonbfeitosa.blogspot.com/2011/05/lixao-de-itaoca-sao-goncalorj.html>>

Vale destacar que, curiosamente, o Lixão de Itaoca está localizado fora dos limites da ilha. Na verdade, o aterro fica na Fazenda dos Mineiros, bairro vizinho. Para Souza (2011, p. 66), a identificação do Lixão como sendo “de Itaoca” não se dá por mera proximidade, mas “há que se considerar o início dos despejos do lixo na Ilha. Além disso, dos depósitos clandestinos que ocorrem hoje no local antigo e em toda a Ilha”.

Assim, uma interlocutora de Souza coloca a questão dos primórdios:

Antigamente o lixo era jogado na Ponte do Rodízio, na Estrada de Itaoca, na entrada da Igreja. Ficava muito lixo na rua e atrapalhava o ônibus, atrapalhava a passagem do caminho. Então resolveram jogar neste local que é hoje.

Aqui era um local muito arborizado, com muitas mangueiras, muito bonito.

[Hoje tem cerca de 4 andares de lixo].

O problema da Ponte do Rodízio melhorou, mas não mudou totalmente, pois até hoje muito carro de fora vem pra lá jogar lixo, trazendo desovas... (Leonora, catadora) (SOUZA, 2011, p. 64-65).

Em relação à sua ocupação urbana, suas vias apresentam em geral traçado orgânico, que contorna o relevo de acidentes geográficos, e sua arquitetura é formada em sua maioria por construções intuitivas, autoconstruídas, com uso de madeira e alvenaria.

O uso do solo é marcado predominantemente por residências unifamiliares, mas também é pontuado por usos comerciais e institucionais. O gabarito, ou seja, a altura das edificações, não ultrapassa três pavimentos, o que caracteriza uma ocupação horizontal do espaço. O diagrama de cheios e vazios

demonstra uma ocupação caracteristicamente dispersa, diferente do adensamento urbano das áreas centrais do município¹².

Fora alguns marcos urbanos já salientados anteriormente, Itaoca possui alguns dos espaços litorâneos mais abertos ao turismo local e à recreação de toda cidade. Por exemplo, há na ilha pontos como a Praia da Luz, da Beira, de São Gabriel, de São João, Focinho de Porco e da Caieira. Nesta, há um píer com barcos que fazem o transporte local de pessoas e mercadorias para abastecimento de Paquetá (GOVERNO DO ESTADO, mimeo), onde muitos moradores da ilha tecem suas relações laborais no bairro carioca.

Sobre os grupos sociais que vivem em Itaoca, Souza (2011) afirma que há cerca de 6000 pessoas morando na ilha, divididas em 786 famílias¹³, tendo em sua constituição

descendentes dos seus antigos moradores e da população vinda do continente atraída por seu ecossistema (pescadores, por exemplo), ou repelida da cidade, por ausência de recursos financeiros, ocupando lotes de áreas de manguezais, ou comprando pequenas faixas de terras por preços irrisórios (muitos constroem suas casas em cima de terrenos irregulares, em cima da lama) (SOUZA, 2011, p. 56).

De acordo com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente do município, “os moradores (...) possuem como principais atividades econômicas desenvolvidas a *pesca artesanal* [fig. 12], a catação e escarnação de caranguejos”, que são “práticas (...) dependentes diretamente da qualidade ambiental do manguezal e das praias existente no local” (GOVERNO DO ESTADO, mimeo, grifos meus), sendo destaque o camarão e a sardinha entre os principais pescados (SOUZA, 2011).

Fig. 12 – Pescadores, gatos e garças em uma das praias de Itaoca

¹² Para mais análises físico-espaciais, ver Lima, 2017.

¹³ Fonte: Jusbrasil. Disponível em: <<https://al-rj.jusbrasil.com.br/noticias/100507208/comissao-flagra-despejo-clandestino-em-aterro-desativado-em-itaborai?ref=amp>>. Acesso em: 23/03/2021.



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=FwapcUQOsD0&ab_channel=PaulinhoPasFotografias>

De fato, Souza (2011) afirma que tais pescadores podem ser descritos, em geral, na categoria *pescador artesanal ou assemelhados*, sendo, em definição:

Aquele que, individualmente ou em regime de economia familiar, faz da pesca sua profissão habitual ou meio principal de vida, desde que:

a) não utilize embarcação; b) utilize embarcação de até seis toneladas de arqueação bruta¹⁴, ainda que com o auxílio de parceiro; c) na condição exclusiva de parceiro outorgado, utilize embarcação de até dez toneladas de arqueação bruta (Instrução Normativa INSS/DC No 95, de 7 de Outubro de 2003, apud SOUZA, 2011, p. 61).

Souza (2011) aponta para a importância dos próprios pescadores se definirem como tal, em entrevistas a ela; principalmente representantes de grupos ou associações.

Sobre as características laborais, o *Masterplan* da Cidade da Pesca afirma que:

A pesca nesta região é caracteristicamente artesanal, com embarcações de pequeno porte (de 5m a 12m) e com equipamentos de baixo nível tecnológico – algumas são a remo e outras com motor a diesel. As condições de conservação e de higiene no momento da captura, desembarque e beneficiamento do pescado, também são baixas e os estabelecimentos de apoio à atividade são do mesmo modo precários (GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, mimeo).

¹⁴ “entende-se por tonelagem de arqueação bruta a expressão da capacidade total da embarcação constante da respectiva certificação fornecida pelo órgão competente.” (idem, apud SOUZA, 2011, p. 62).

O texto ainda complementa que modalidades principais de pesca “são o Puçá, o Laço, a Tarrafa e a despesca de Curral” (fig. 13) (GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, mimeo). A depender do tipo de pescado, a rede da comercialização abastece locais como o Mercado de Peixe de São Pedro em Niterói, feiras e comércios em diferentes pontos de São Gonçalo – ou vendido a atravessadores (idem).

Fig. 13 – Currais na Baía de Guanabara



Fonte: O autor

Em que pese todo o guarda-chuva de atividades ligadas à pesca ou coleta de animais – tais como siris, caranguejos e peixes –, todas as espécies possuem um período de reprodução, cujo profissional deve respeitar. A esse momento de pausa denomina-se “período do defeso”, e o auxílio financeiro reservado a tais pessoas, o chamado “seguro defeso”.

Souza (2011) atenta que as espécies possuem tempos reprodutivos diferentes, tendo, então, períodos de defeso distintos. Isto, junto a outros motivos complexos, afeta a rotina de trabalho e dá tons de sazonalidade ao trabalhador do mar ou do mangue. Em sendo, Souza também atenta ao fato das alternativas para complementação de renda nesses períodos:

Assim, como alternativas, além das citadas de tentativa de pesca, surgem outras opções locais, como o caso da própria catação de lixo. Durante o trabalho de campo no aterro de Itaoca, pude observar e ouvir pessoas que relatam serem “catadores de caranguejo” em meio ao lixo. Ao serem

perguntados sobre o que faziam ali, abordavam justamente a questão do defeso e da proibição da catação: “tem gente que continua lá no mangue, catando, não respeita não, pois vai viver de que, né? Mas eu to aqui, catando lixo. Minha família não pode passar fome, dona.” (M.S. – 37 anos).

Isso remete à forma cíclica com que a catação de caranguejo é substituída pela catação de lixo. Na visão inicial do trabalho de campo no aterro de Itaoca, separava-os como catadores de lixo que se intitulavam ou possuíam outras profissões e ofícios, o que é muito comum de se observar neste local. Quase ninguém se nomeia como “catador de lixo”. Todos possuem profissões, como domésticas, pedreiros, entre outras, e se encontram ali – muitos por décadas seguidas ou intercaladas por “bicos” (SOUZA, 2011, p. 65).

Mesmo que a dissertação de Souza tenha sido defendida em 2011 – um ano antes do oficial encerramento do Lixão – seu trabalho aponta para questões de colocação identitária dentre os pescadores. Sua pesquisa também faz pousar atenção sobre a questão da precarização identitária/espacial/material cujos pescadores artesanais, escarnadeiros e caranguejeiros são postos. Muitos, por diversos motivos, não conseguem acesso ao auxílio do defeso. Outros muitos, por outras razões, complementam suas rendas de distintas formas.

Por fim, uma informação interessante é trazida pelo Plano de Manejo da APA de Guapimirim:

O IBG [Instituto Baía de Guanabara] trabalhou com a população de Itaóca em 2001, durante a elaboração do Plano de Gestão da APA do Guapimirim. *Ela é desconfiada e descrente de novas iniciativas, já que tem sido vítima de muitas propostas não concluídas, repetidas vezes devido a interesses particulares* (MMA/IBAMA, mimeo, grifos meus).

Esta informação é valiosa. O Plano de Manejo tem, como data provável de sua feitura, 2001¹⁵. Logo, muito antes da perspectiva de chegada do Comperj e de seus desdobramentos em Itaoca. Assim, vale sublinhar tal excerto, porquanto mostra, de forma geral, uma população com dúbias expectativas perante um histórico de projetos de futuro inconclusos.

Embora tal posição marcada acima, de descrença perante externalidades, o *Masterplan* do Projeto Cidade da Pesca demonstra que “o grau de associativismo é forte entre os pescadores desta região” (GOVERNO DO ESTADO, mimeo). Há, na ilha, diversas associações (fig. 14): “duas associações de pesca, Associação de

¹⁵ Fonte: Terra Brasilis. Disponível em: <

Pescadores e Escarnadeiras de Siri da Praia da Luz (APESCASIRILUZ) e a Associação de Pescadores e Escarnadeiras da Praia de São Gabriel”¹⁶ (idem).

Fig. 14 – Atividade de coleta e catalogação de plantas e ervas medicinais nativas da Mata Atlântica na Associação de Moradores e Amigos da Ilha de Itaoca



Fonte: Interlocutora anônima (foto editada pelo autor)

Segundo a mesma fonte, “Grande parte dos associados são mulheres e sua principal atividade é de escarnar siri capturado na Ilha” (idem). Tal informação é importante, pois ela se liga ao dado – do mesmo documento – afirmando que, em Itaoca, há mais mulheres que são chefes de família, segundo levantamento do IBGE (idem). Em comparação, 3252 pessoas responsáveis, do sexo feminino, e 704 pessoas responsáveis, do sexo masculino (idem).

2.2 A formação histórica do município de São Gonçalo e do bairro de Itaoca

Como informa Souza (2011, p. 55), “a história da Ilha de Itaoca perpassa pela história das primeiras ocupações da cidade de São Gonçalo, onde, nessa área específica, viviam os tupinambás, importantes na preservação do local”. Como narra a autora, os originais da terra sofreram pressão de diferentes formas dos exploradores europeus.

¹⁶ Fora outras formas associativas, como Associação de Moradores e Amigos da Ilha de Itaoca (GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, mimeo).

Uma das primeiras invasões que se tem registro ocorreu quando o capitão Francisco Dias da Luz assomou o Rio de Janeiro no ano de 1565, ao lado do governador-geral Mem de Sá, e fixou residência em Itaoca, instalando ali a Fazenda da Luz (SOUZA, 2011). Mesmo com essa ocupação alienígena, os indígenas ainda viviam nos arredores da baía.

De acordo com Araújo (2019), a exploração europeia da região leste da baía, onde atualmente compreende-se como São Gonçalo, tem relação com os cursos hídricos. Respectivamente, o autor destaca que os rios “Vaxindiba” e “Suassunhão” - hoje conhecidos como Guaxindiba e Imboaçú - tiveram papel fundamental nessa ocupação.

Na imagem abaixo (fig. 15), realizada para a Carta do Rio de Janeiro de 1586, revela-se a importância que os cursos fluviais detinham na representação gráfica da época, assim como no entendimento/interpretação espacial daquela região. Outro aspecto válido de nota, trazido por Araújo (2019), é o recalque da presença indígena na representação espacial da área (SILVA; MOLINA, 1995, apud ARAÚJO, 2019). Tal fato, associado à sentença “aqui ha pao vermelho!”, como mostra Araújo (2019, p. 06), configura “aquelas terras como um espaço socialmente ermo e propício à exploração de pau-brasil, tendo seu escoamento facilitado pelos rios Guaxindiba e Imboassu”.

Fig. 15 – Carta do Rio de Janeiro de 1586. Localização de São Gonçalo, de seus cursos hídricos estratégicos e da frase “aqui ha pao vermelho!” no canto direito

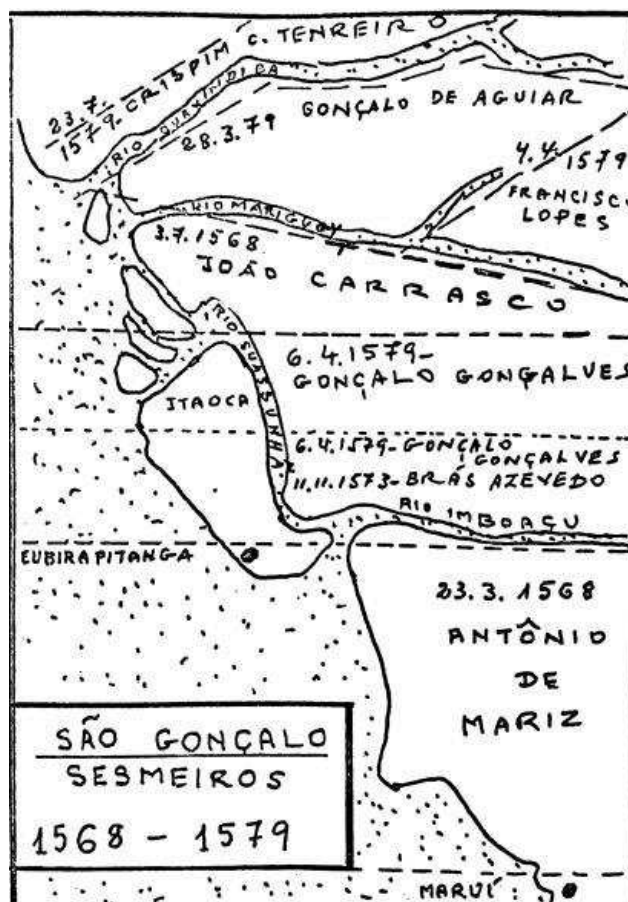


Fonte: Arquivo Nacional/Biblioteca Nacional, 1586, apud Araújo, 2019, p. 06

Os conflitos entre as povoações nativas e os diferentes atores europeus infletiram sobre a situação de tensão das capitânicas hereditárias de então (ARAÚJO, 2019). Em sendo, em 1568, um novo sistema de ocupação daquelas terras foi acionado: as sesmarias. Estas foram distribuídas a pessoas com certo grau de distinção no cenário político do Rio de Janeiro (ARAÚJO, 2019).

Mesmo assim, os atores que receberam as sesmarias não ocuparam de imediato tais terras; o processo de ocupação só começou em 1579 através de “Gonçalo Gonçalves, o Velho” (FERNANDES, 2012, p. 28; SILVA; MOLINA, 1995, p. 61, apud ARAÚJO, 2019, p. 07). Na imagem abaixo (fig. 16), visualiza-se o domínio da sesmaria de Gonçalves. Destaca-se, aqui, a presença de Itaoca; e vale sublinhar novamente que um desses rios de importância na região, o Imboaçú, é o que delimita as fronteiras geográficas da ilha com o continente.

Fig. 16 - Repartição das sesmarias na região de São Gonçalo no período de 1568-1579



Fonte: Croqui realizado por Silva e Molina, 1995, p. 60, apud Araújo, 2019, p. 08

Deste momento em diante, dá-se início às primeiras atividades agrícolas na região¹⁷, manifestas em monoculturas, sendo assim propulsoras do desenvolvimento urbano do período (ARAÚJO, 2019). Fundados em um sistema escravocrata, engenhos e fazendas da sesmaria adquiriram posição de distinção em um cenário regional, sendo referência na produção açucareira (SILVA; MOLINA, 1996, apud ARAÚJO, 2019).

Souza faz uma síntese sobre esse momento em sua dissertação:

Como retrata a história do governo-geral de Mem de Sá, que foi responsável também pela expulsão dos franceses do litoral fluminense, quando fundou a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, esse governo foi responsável economicamente pela expansão da agricultura exportadora, fundando engenhos e aumentando a importação de escravos negros, além da expansão da pecuária.

¹⁷ Cabe sublinhar que, aqui, fala-se sobre as atividades agrícolas na lógica europeia-colonizadora, pois já havia povos indígenas que se utilizavam da agricultura em seus modos de vida (RIBEIRO, 1995, apud TAVARES FILHO, 2017).

Na Ilha de Itaoca, então, não foi diferente. Os contatos da época deveriam ser principalmente pela rota marítima, assim como as demais regiões da Baía de Guanabara. A Fazenda da Luz, que existe até hoje como patrimônio histórico da Ilha de Itaoca, onde se instalou Francisco Dias da Luz, legou à região toda essa influência dos portugueses, inclusive um (sic) capela, fundada em 1646, com vistas para a Baía de Guanabara e tombada como patrimônio cultural [fig. 17]. Nessa fazenda existem até hoje os grilhões fincados no chão, onde os escravos eram presos, e onde acredita que exista um túnel criado pelos escravos como rota de fuga (SOUZA, 2011, p. 55-56).

Fig. 17 – Pintura, realizada por Maria Graham, de parte da paisagem de Itaoca, mostrando a área da capela e da fazenda

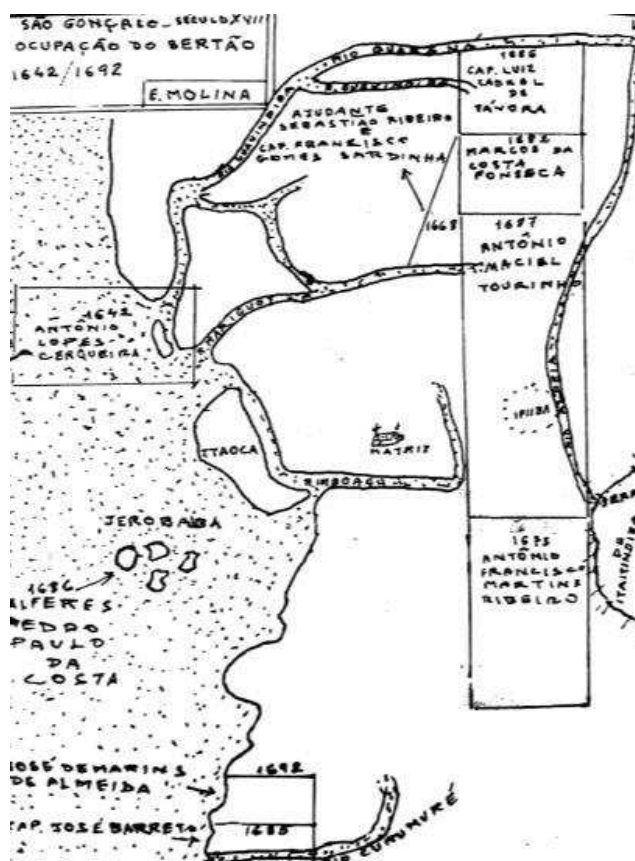


Fonte: *Masterplan Cidade da Pesca*, mimeo

Os cursos fluviais se mostram mais uma vez importantes nesta fase de formação urbana de São Gonçalo em diante. Através desses, já no século XVII, foi-se viabilizada a expansão deste molde de ocupação urbana para áreas mais interioranas da sesmaria, conhecidas como “sertão”, o que propiciou o surgimento de novas centralidades locais (ARAÚJO, 2019, p. 08) (fig. 18).

Fig. 18 – Sesmarias para a ocupação do “sertão” da região de São Gonçalo, no período de 1642-

1692



Fonte: Croqui realizado por Silva e Molina, 1996, p. 34, apud Araújo, 2019, p. 08

Ainda no século XVII houve a “segunda etapa do avanço das colunas civilizatórias” (PALMIER, 1940, p. 17, apud ARAÚJO, 2019, p. 08). Assim, a então sesmaria passa à denominação de freguesia. Neste momento de ocupação, como relata Araújo (2019), certos símbolos urbanos demarcam a presença dos atores sociais – europeus – na produção espacial e dominância/opressão cultural, tais como casas-grandes, senzalas e capelas – como é o caso de Itaoca. Vale notar que, em Carta do Rio de Janeiro de 1626 (fig. 19), já há a representação de duas capelas margeando os rios Imboaçú e Guaxindiba, frisando esse tipo de ocupação urbana na freguesia em dois dos rios mais importantes da região (ARAÚJO, 2019).

Fig. 19 – Carta do Rio de Janeiro de 1626; destaque para as duas capelas, no canto superior direito da imagem



Fonte: Arquivo Nacional/Biblioteca Nacional, 1626, apud Araújo, 2019, p. 09

Nesse momento da história, a partir do século XVIII, com a ocupação mais consolidada das áreas de "sertão", as localidades dos atuais bairros de Alcântara e do Centro despontam como pontos importantes social, econômica e politicamente (ARAÚJO, 2019). Conforme elucidado pelo autor (2019, p. 10), ancorado em Braga (1988, p. 45), a produção agrícola da freguesia se destaca perante o período imperial, diversificando-se para além dos derivados da cana-de-açúcar, como para "a criação de gado e a lavoura de milho".

Em tal momento, os portos apresentavam importância central para estes deslocamentos. Como pontua Lima (2020, p. 08), "sua importância, à época, é atestada em bairros nomeados a partir de seus portos", tais como Porto Novo, Porto Velho ou Porto da Madama.

Apenas à segunda metade do século XVIII que há a construção de uma via terrestre, de conexão em caráter regional: a via conhecida como Estrada Real ou Estrada Geral (ARAÚJO, 2019). Sua implantação auxiliou na ligação direta entre a freguesia e as "atuais cidades de Niterói e Itaboraí" (ARAÚJO, 2019, p. 12), bem como na ligação das regiões dentro da própria freguesia, tais como Nossa Senhora de Neves (Neves), São Pedro de Alcântara (Alcântara) e da Capela Matriz de São Gonçalo do Amarante (Centro). Como será visto adiante, o traçado da via, de certa

forma, acentuou um importante eixo de desenvolvimento urbano gonçalense, mormente em torno das centralidades Neves-Centro-Alcântara.

No século XIX, já tendo perdido o título de freguesia e sido incorporada como distrito ao território da Vila Real de Praia Grande (atual município de Niterói), destaca-se em São Gonçalo a produção cafeeira, junto à produção açucareira. Tal momento, embora efêmero, se mostra muito marcante na construção de mitos de origem gonçalenses. Como nota Lima (2020, p. 07), “traço da importância desse período pode ser observado no próprio brasão oficial da cidade (...). Há um ramo de café, à esquerda, e uma cana-de-açúcar, à direita” (fig. 20).

Fig. 20 – Brasão de São Gonçalo: mitos de origem



Fonte: <<https://www.exponencialconcursos.com.br/prefeitura-de-sao-goncalo-rj-retifica-editais-com-672-vagas>>

Ao longo deste período de destaque econômico, a região “angariava o título de importante entreposto comercial, pois era um centro conector entre o interior e a metrópole núcleo” (BESSA; GONÇALVES, 2012, p. 04, apud LIMA, 2020, p. 07-08). Diversas obras públicas são realizadas a dar suporte para tais usos e demandas, em correspondência a uma intensificação dos fluxos, ao aumento populacional e, a reboque, ao novo status atribuído ao leste da Baía de Guanabara¹⁸.

Dois momentos de destaque são a construção da Estrada de Ferro The Leopoldina Railway e da Estrada de Ferro Maricá.

¹⁸ Em razão da elevação à categoria de capital da província atribuída à Vila Real de Praia Grande (neste momento, denominada Nichteroy) (ARAÚJO, 2019).

A primeira, construída em atendimento à demanda cafeeira, foi inaugurada na década de 1870, com a presença de D. Pedro II¹⁹. Seu traçado, que conectava Minas Gerais a Espírito Santo e Rio de Janeiro, acabou por estreitar também os fluxos e trocas comerciais entre São Gonçalo, Niterói e Rio de Janeiro (ARAÚJO, 2019). A segunda teve sua demanda fundamentada na ligação entre Maricá e tais outras localidades fluminenses (MARGARIT, 2009). Assim, pontos de conexão foram criados em estações de localidades como Alcântara e Neves (fig. 21).

Fig. 21 – Estação ferroviária em Neves, São Gonçalo, e o cruzamento das linhas da Estrada de Ferro Maricá e da Estrada de Ferro Leopoldina



Fonte: Estações Ferroviárias do Brasil, 21/10/2019. Disponível em:

<http://www.estacoesferroviarias.com.br/efl_ramais_3/neves.htm>. Acesso em: 08/02/2021

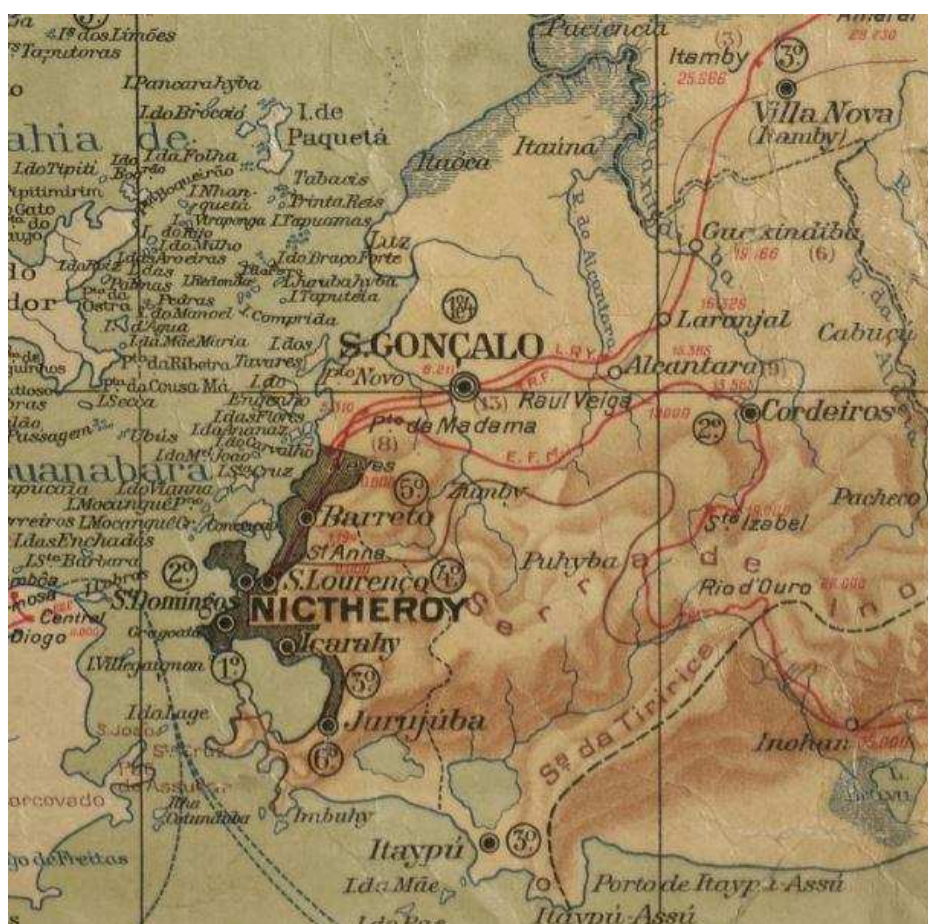
Como mostra Lima (2020, p. 08), baseado no sítio eletrônico da Prefeitura de São Gonçalo, “os dois vetores ferroviários definiram e foram responsáveis pelo (...) desenho urbano de ocupação observado na cidade, que se inicia em torno das estações dos trens e segue por suas margens”²⁰.

¹⁹ Fonte: Estado de Minas, 21/03/2016. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2016/03/21/interna_gerais,745550/viagem-pela-antiga-estrada-de-ferro-leopoldina-resta-apenas-na-memoria.shtml>. Acesso em: 06/02/2021.

²⁰ Fazendo um pequeno parêntese temporal, ainda no auge de sua fase agrícola, como mostra Araújo (2019), a necessidade de maior conexão entre as localidades da província fez surgir a construção de trilhos de bondes, também muito importantes para o desenvolvimento urbano de São Gonçalo.

Abaixo, a figura 22 revela o traçado das linhas férreas. Interessante essa imagem, pois ela corrobora, de certa forma, como o desenho urbano da cidade foi se desenvolvendo no eixo Neves-Centro-Alcântara, reforçando seus caracteres de polos urbanos; como expõe Araújo (2019, p. 15) já no começo do século XX “os núcleos mais populosos” de São Gonçalo. Em sendo, Itaoca acaba, em contraposição, marginal a esse traçado. A falta de equipamentos urbanos, como as linhas ferroviárias, é um sintoma desta condição.

Fig. 22 – Fragmento da Carta Corográfica do Estado do Rio de Janeiro de 1920-1922 com a delimitação dos traçados das ferrovias e linha de bondes (em vermelho) ao longo do território de São Gonçalo



Fonte: Arquivo Nacional/Biblioteca Nacional, 1922, apud Araújo, 2019, p. 14

Apesar do expoente da região como de perfil agrário-exportador (BESSA; GONÇALVES, 2012), ou autores (2012, p. 04, apud LIMA, 2020, p. 08) pontuam que “o mercado de commodities agrícolas era facilmente impactado pelas crises econômicas na época”, assim influenciando “nos processos político-espaciais”.

Ainda, para os autores, a conturbada trajetória de consolidação de São Gonçalo como município – “que inicialmente surge como sesmaria, ora alcança relativa autonomia político-administrativa, ora se torna freguesia de Niterói” (idem) – mostra “a forte influência das oligarquias rurais na política local, cuja manutenção do poder estava diretamente ligada à capacidade econômica local” (idem).

Aliás, a disputa política do distrito de São Gonçalo em relação ao domínio administrativo da cidade de Niterói, como aponta Lima (2020, p. 08), “perdurou de 1890 a 1943, ano em que o Distrito de Itaipu (que, neste período, pertencia à São Gonçalo) foi incorporado aos limites do município de Niterói”. Como mostram Bessa e Gonçalves, “trata-se de um momento histórico interessante (...) uma vez que se inicia um forte processo de industrialização no município” (BESSA; GONÇALVES, 2012, p. 04, apud LIMA, 2020, p. 08).

Assim, neste momento de transição, “o argumento do desenvolvimento industrial foi importante” na história urbana gonçalense, “tendo sido usado como um dos mitos de origem da localidade” doravante (LIMA, 2020, p. 08) (ver figura 20 acima).

Bessa e Gonçalves (2012) ainda pontuam que:

O contexto político e econômico desta época foram fatores decisivos na estruturação do espaço urbano de São Gonçalo. As mudanças no perfil socioeconômico, aliadas à crise do modelo agrário-exportador e aos processos de migração tiveram grande impacto na produção espacial – o mercado de terras. Grandes parcelas de terra, antes destinadas à produção agrícola, cediam cada vez mais espaço aos loteamentos (BESSA; GONÇALVES, 2012, p. 04).

Devido ao baixo custo do preço deste solo urbano, ao crescimento industrial do município e à proximidade com Rio de Janeiro e Niterói, “adquirir uma parcela de terra nas franjas periféricas [de São Gonçalo] era um fator atraente para as camadas da população de renda mais baixa e (...) imigrantes oriundos de outras regiões do país” (BESSA; GONÇALVES, 2012, p. 04, apud LIMA, 2020, p. 08).

O *Masterplan* da Cidade da Pesca pontua este processo de loteamento em Itaóca:

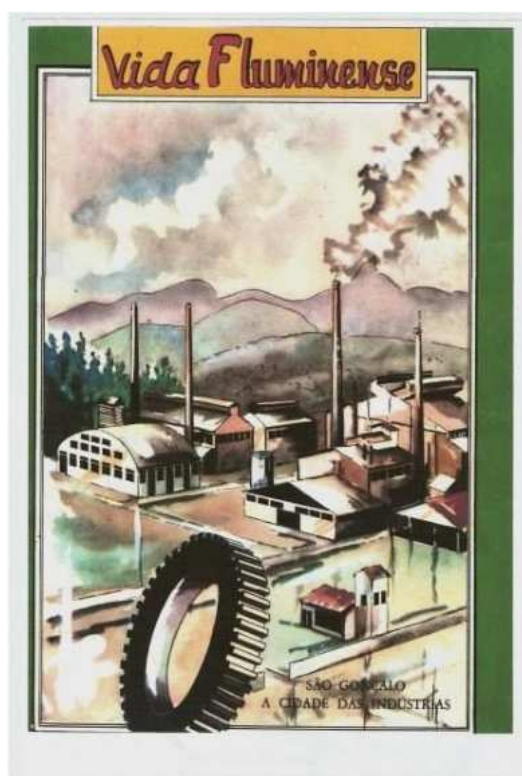
Data deste mesmo período o início do fracionamento das terras de Itaóca, acentuado a partir da década de 1950, quando surgiram os loteamentos “Nova Paquetá” e outros para a Fazenda da Luz e diversas áreas da Praia da Beira. FREIRE (2002, p.68) destaca as duras críticas feitas a estes loteamentos, com destaque para o artigo intitulado “Praia da Luz”, publicado no jornal “O São Gonçalo” n.º 1398 de 21 de novembro de 1954. Esta crítica incide sobre os grandes lucros alcançados pelo agente loteador, lembrando o lugar aprazível do balneário as margens da Baía de Guanabara, cercada de belezas naturais (...)

Enfim, o custo inicial para se lotear uma área era muito baixo; pois não se investia em nenhuma infraestrutura, somente a beleza natural do lugar era ressaltada como elemento propagandístico para elevar o valor dos terrenos e maximar (sic) os lucros (GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, mimeo, p. 18-19).

Entre as décadas de 1940 e 1960, esse processo de industrialização atinge seu ápice em São Gonçalo. Como Bessa e Gonçalves (2012, p. 05) demonstram, nesse período, o município “apresentava um dos parques industriais mais importantes do país e um dinamismo econômico sem precedentes em sua história”.

Tal estágio fez surgir narrativas, por parte de certos atores, que procuravam evidenciar esse desenvolvimento econômico. Alguns autores deram ao município a alcunha de “Manchester Fluminense”, em comparação à cidade inglesa de forte herança industrial. Na figura 23, abaixo, uma revista da época assinala São Gonçalo como “a cidade das indústrias”, revelando certa pompa em relação ao período.

Fig. 23 – Capa da revista “Vida Fluminense”, em 1959, destacando São Gonçalo como a “Cidade das indústrias”



Fonte: Revista *Vida Fluminense*, n. 15, Ed., Extra, Ano III, 1959. Capa: Digitalizado pelo autor.

Fonte: Página “Memória de São Gonçalo”, 18/04/2016. Disponível em:
<<https://web.facebook.com/memoriasg/photos/1158317297525967>>

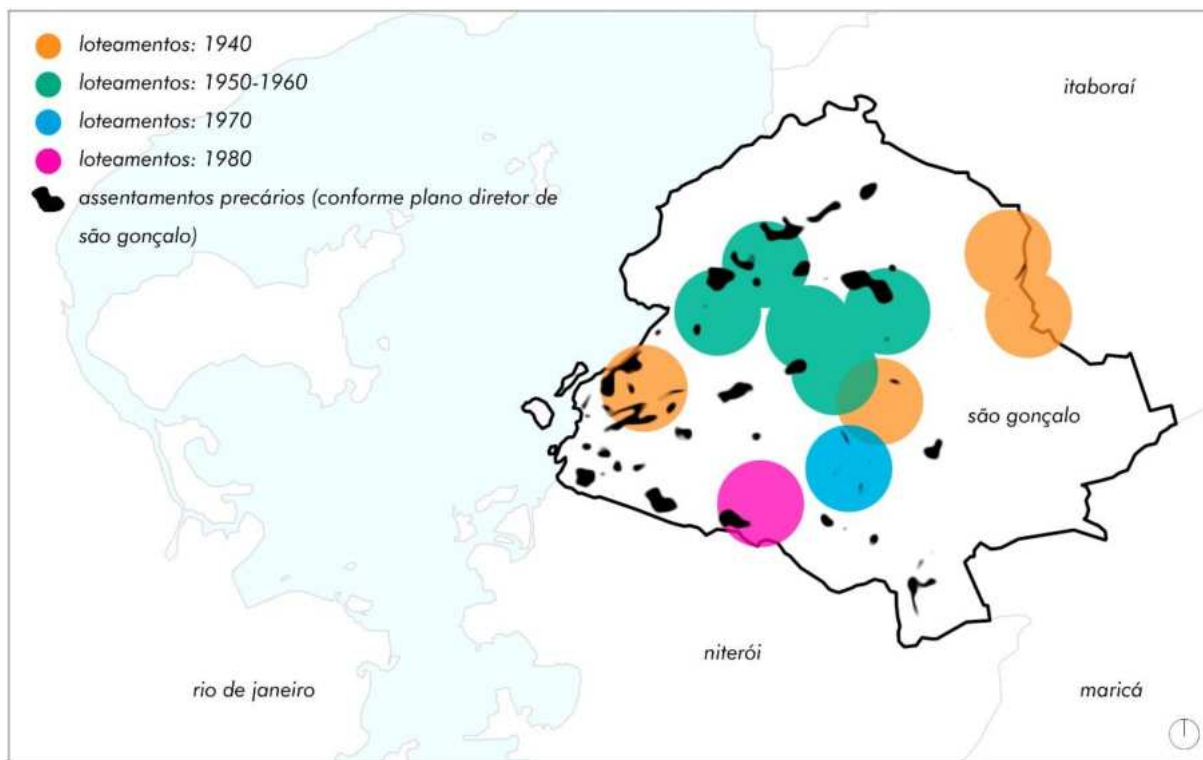
Bessa e Gonçalves (2012, p. 04-05) também afirmam que houve “uma série de projetos urbanísticos voltados para a melhoria em infraestrutura e saneamento” em São Gonçalo e, para isso, “a associação entre as empresas e o poder político local foram decisivos na implementação destes projetos”.

A partir da década de 1970, entretanto, Bessa e Gonçalves (2012, p. 05) atentam que “a crise econômica nacional que surgia impõe uma nova estratégia no que tange os investimentos públicos”; assim, estes “passam a ser cada vez menores e cada vez mais pontuais e centralizados”.

Os autores (2012, p. 05, apud LIMA, 2020, p. 09) assinalam ainda que “os investimentos em infraestrutura e saneamento básico não acompanham o crescimento populacional”. Neste cenário, a unificação dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro não ocasionou benefícios na estruturação urbana do município; por sinal, essa ação, ocorrida durante a ditadura civil-militar, agravou a crise urbana (idem).

Após os anos ditatoriais, a partir da década de 1980, Bessa e Gonçalves (idem) observam que “viriam os primeiros sinais de uma crise econômica, acarretando a ausência de fundos para novos financiamentos habitacionais e a crise do desemprego”. A figura 24 apresenta “o ciclo de crescimento urbano, ressaltando o surgimento dos assentamentos precários pelo território gonçalense” (LIMA, 2020, p. 09). Nota-se como parte dos assentamentos formados entre as décadas de 1940 e 1960 coincidem, em diversos trechos, com o desenho urbano das estruturas viárias; cabe também mencionar como esse fluxo de ocupação não segue, ao mesmo ritmo, para Itaoca.

Fig. 24 – Ciclo de expansão urbana em São Gonçalo



Fonte: Lima, 2020, p. 09, sobre base de Bessa e Gonçalves, 2012, p. 06

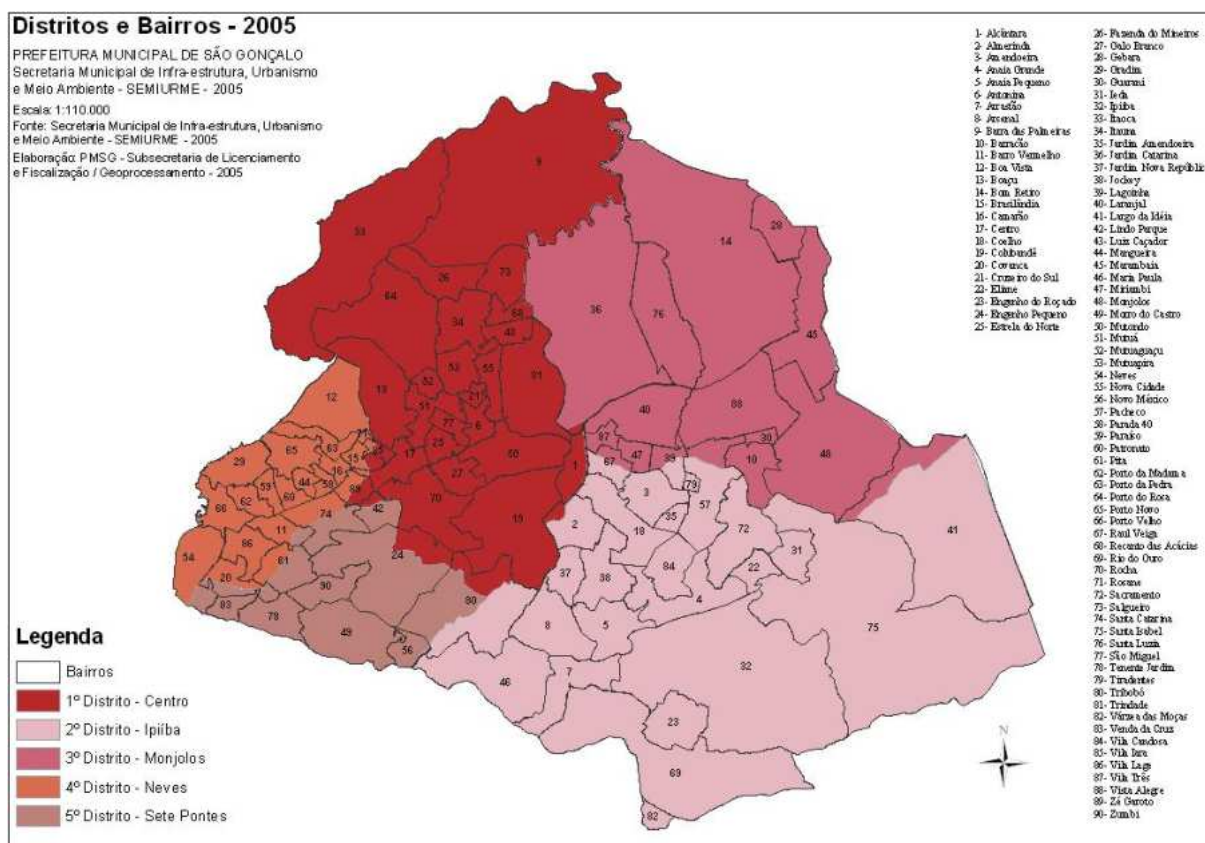
Nesta esteira, Santos et. al (2014, p. 05, apud ARAÚJO, 2019, p. 17), afirmam que São Gonçalo, “por muito tempo, não representou para o capital a atratividade que sustentasse grandes investimentos em função do perfil da população cotejada por forte pobreza urbana”. Destarte, Araújo aponta para uma mudança no perfil econômico gonçalense, afirmando que “a ausência dessa atratividade condicionou São Gonçalo à vertiginosa demanda pelo setor de comércio e serviços a fim da reestruturação de sua economia” (ARAÚJO, 2019, p. 17).

2.3 A produção do espaço litorâneo em São Gonçalo

Antes do início da seção, vale explicar que a orla marítima gonçalense se estende, nos moldes atuais do município, por nove bairros: do bairro de Neves ao de Barra das Palmeiras. A orla é abrigada por dois distritos²¹ – o 1º Distrito (Centro) e o 4º Distrito (Neves) – tal qual indicado na figura 25. Itaoca pertence ao primeiro.

Fig. 25 – Divisão de distritos e bairros de São Gonçalo

²¹ Um distrito é formado por um conjunto de bairros; em São Gonçalo, há 90 bairros divididos em 5 distritos.



Fonte: Prefeitura Municipal de São Gonçalo

Como visto anteriormente, toda orla do município é banhada pela Baía de Guanabara. Tavares Filho (2017) mostra, ancorado em Amador (1997), que o desgaste em decorrência dos processos de ocupação e colonização das margens da baía fez com que esta unidade ambiental seja considerada uma das mais deterioradas do país. Tavares Filho (2017, p. 27-28) coloca:

À medida que se dá o avanço da ocupação urbana se dá também as alterações na configuração de suas enseadas, praias, rios, mangues, devido aos aterros, mudanças de cursos dos seus rios, desmatamentos de suas baixadas e morros. Essas ações alteraram o fluxo das marés, provocando assoreamentos e mudanças no gradiente de salinidade, produzindo impactos na produtividade biológica da baía, que será agravada pela elevada poluição gerada pelas descargas de esgotos sanitários sem tratamento e pelo lixo levado pelos rios devido à expansão urbana (AMADOR, 1997; COELHO, 2007).

Cabe pontuar que há certa diferença entre as orlas dos distritos do Centro e de Neves. Se, por um lado, o distrito de Neves abrigou parte de um dos polos industriais mais expressivos da região (tendo sua orla amplamente modificada por portos, plantas industriais, aterros e vias expressas), a orla do distrito do Centro, em comparação, se manteve mais preservada e próxima de suas configurações iniciais

(inclusive, com extensões de praia e manguezal)²². Tal constatação se revela patente se comparados os padrões de ocupação urbana e de presença de massa verde na orla dos dois distritos²³.

Assim, parte dos agravamentos entre a ocupação urbana e a orla marítima pode ser percebida na análise ao litoral do distrito de Neves. Este, como dito acima, “era um dos principais polos industriais da cidade” (fig. 26) (LESSA, 2018, apud LIMA, 2020, p. 09), abrigando indústrias de expressão como Siderúrgica Hime S. A. e Companhia Fiat Lux.

Fig. 26 – Antiga fábrica à beira da Baía de Guanabara, em Neves



Fonte: Mendonça, 2001

Conforme exposto por Lessa (2018) e trazido por Lima (2020, p. 09), há um desacordo entre diversos autores acerca da desindustrialização no município, “etapa que teria marcado a segunda metade do século XX em diante”²⁴. À parte a discussão, fato é que houve queda expressiva na produção industrial do distrito de Neves. Como expõe Lessa, “quase a totalidade desta planta industrial encerrou suas atividades. Basicamente sediada na região do 4º Distrito de Neves, o colapso da região foi associado como se fosse de todo o município” (LESSA, 2018, p. 04).

²² O que não significa dizer que este trecho de orla não sofreu com o processo de degeneração citado. As condições de poluição do rio Imboáçu, já citadas, são exemplares.

²³ A exemplo, a orla do distrito de Neves apresenta adensamento e malha urbana característicos de urbe, enquanto a ocupação urbana da orla do distrito do Centro é mais esparsa, com o desenho das ruas geralmente acompanhando a geografia do relevo. Enquanto a orla do primeiro carece de espaços verdes, a orla do último se caracteriza pela inserção à APA Guapimirim. Para mais, ver Lima, 2017.

²⁴ Um grupo sustenta a hipótese de deterioração total na produção industrial do município; outro, que houve uma reestruturação industrial, com mudanças do perfil do setor e dispersão de novas plantas em outras áreas mais interioranas do município.

Pelos estudos de Mendonça (2001), fica-se nítido que tal movimento de “descentralização industrial” não é exclusivo a São Gonçalo, sendo explicado pelos ciclos capitalistas e encontrando ressonância também em subúrbios industriais de Paris, Londres e São Paulo.

Lima (2020, p. 09) discorre que “como afirma Mendonça (2001), a identidade local está referenciada aos símbolos industriais, mesmo que estes se encontrem em estado de ruínas”. Mendonça enumera exemplos de tais símbolos, como:

a vila de operários da Hime, a fachada da Fábrica [fig. 27], o campo de futebol do time dos metalúrgicos, referência da identidade local, os prédios da Usina da Gerdau e o próprio nome do bairro operário Vila Lage, em homenagem ao industrial Henrique Lage. Pode-se notar que o modo de organização espacial local ainda hoje é muito influenciado pelo período industrial. (MENDONÇA, 2001).

Fig. 27 – Fachada da antiga fábrica Hime em estado de ruína, 2019



Fonte: Lima, 2020, p. 10

Ainda consoante a Mendonça (2001), tal esvaziamento industrial na orla marítima ocasionou vazios urbanos, os *friches industrielles*²⁵. Debruçando-se sobre

²⁵ De acordo com Choay e Merlin (1985), conforme citado por Mendonça (2001), *friches industrielles* são “terrenos abandonados pelas indústrias, por estas terem sido realocadas ou cessado suas atividades”. Esta designação é indicada “aos terrenos ainda ocupados por construções de indústrias, não demolidos, mas inutilizados” (MERLIN; CHOAY, 1985, apud MENDONÇA, 2001).

o estudo dos espaços litorâneos de São Gonçalo e de Niterói, o autor (2001) conclui que “ruínas e vazios industriais estão ligados a um dos mais importantes traços da identidade cultural local, formada pela classe trabalhadora dos municípios citados”, daí explicando, em parte, a conexão entre certos atores sociais e tais mitos de origem na formação de imaginários urbanos (fig. 28).

Fig. 28 – Logotipo da Associação De Moradores Para O Desenvolvimento De Neves (AMONEVES), com destaque para o símbolo de uma fábrica ao centro da figura



Fonte: <<https://twitter.com/amoneves>>

Mendonça (2001), como citado por Lima (2020, p. 10), questiona “se os projetos de renovação nestes vazios industriais dialogam com a memória urbana do território”. Analisando o antigo terreno de uma fábrica que foi reconvertido para um supermercado, Mendonça pontua que os dois projetos não possuem origens locais; entretanto, frisa que “algumas atividades industriais no meio urbano deram origem à diferenciação e à solidariedade entre diferentes comunidades da cidade, e contribuíram para criar antagonismos com outras cidades vizinhas” (MENDONÇA, 2001, apud LIMA, 2020, p. 10).

Assim, a análise dos *friches industrielles*, e da incógnita que paira sobre o caminho de sua resignificação, aponta para as discussões do espaço tripartite de David Harvey (2015). Como afirma Lima,

de acordo com Harvey (2015, p. 131), “certas temáticas, como o papel político das memórias coletivas nos processos urbanos, somente podem ser abordadas desta maneira [relacional do espaço-tempo]”. Ao mesmo tempo em que o espaço absoluto é alterado e os fluxos no espaço relativo, então, mudam, reordenam-se os sentidos que produzem o espaço relacional (LIMA, 2020, p. 11).

Cabe, então, analisar o significado das mudanças em cena em Itaoca, na zona costeira do distrito do Centro, por conta dos desdobramentos do Comperj e da Cidade da Pesca.

Em um outro momento (LIMA, 2020), debruçei-me a investigar como certos mitos de origem fazem inflexões na forma do planejamento urbano nas cidades globais e nas cidades invisibilizadas. Ao entendimento da referida pesquisa, o espaço litorâneo se torna exemplar para percepção dessa materialização no urbano.

O estudo de caso foi pautado em duas cidades vizinhas que compartilham, em suas orlas marítimas, o mesmo marco geográfico: a Baía de Guanabara. Niterói, onde diversas administrações municipais se aderiram à fórmula das cidades-empresas-culturais para alçá-la a um grau específico de consumo urbano e cultural, dentro da rede de competição própria das cidades globais. A segunda cidade, São Gonçalo, que, na explicação dada na pesquisa, seria tornada invisibilizada de diferentes formas pela proximidade à cidade global Niterói²⁶.

Ainda de acordo com a referida pesquisa (LIMA, 2020), à orla marítima de Niterói é atribuído certo “requisite” de consumo urbano e cultural que não é dado à mesma maneira na orla gonçalense, para uma projeção de turismo internacional, por exemplo. Conforme Lima conecta tal produção do espaço litorâneo à produção de mitos de origem em dadas localidades:

Conclui-se que a produção e a significação do espaço litorâneo nas duas cidades se deram de formas diferentes porque houve diferentes territorialidades em disputa em cada espaço. Através do viés histórico, percebe-se que os mitos de origem em relação à Niterói foram (não sem disputa ou ressignificação das narrativas) majoritariamente ligados à Araribóia, à família imperial, ao caráter estético da orla e ao arquiteto Oscar Niemeyer; em São Gonçalo, os principais mitos de origem são relativos à força industrial (Manchester Fluminense) e ao fato do município ser um importante entreposto comercial. Tal análise contribui à explicação de porque a orla de Niterói é ressaltada pelo aspecto de lazer e turismo, abrindo-se, assim, à baía, e porque a orla de São Gonçalo é projetada majoritariamente para fins desenvolvimentistas, fechando-se em seu desenho urbano à mesma baía (LIMA, 2020, p. 19).

²⁶ Por exemplo, se entendidas dentro do mesmo campo regional ou estadual, as gestões niteroienses teriam certo poder de atração de capitais maior em comparação às gestões gonçalenses. Tal entendimento pode ajudar a explicar o fato de Niterói conter duas linhas de transporte aquaviário, enquanto, em São Gonçalo, não há sequer uma. Mesmo sendo uma das pautas recorrentes de parte da população do município, além do que a demanda potencial de usuários do serviço em São Gonçalo seria, dado o número da população, maior do que o número de usuários do serviço em Charitas, bairro niteroiense que abriga a segunda estação aquaviária (LIMA, 2020).

Assim, de uma forma geral, a orla marítima do município de São Gonçalo é majoritariamente produzida urbanisticamente para se dar em prol de projetos e empreendimentos que tenham certa conexão com os mitos de origem do entreposto comercial e da *Manchester Fluminense*²⁷.

Esta premissa poderia ajudar a explicar, por exemplo, a forma de implantação da via expressa BR-101²⁸, que marca praticamente toda extensão de orla do Distrito de Neves. Além de formar uma espécie de cinturão entre a baía e o restante da cidade, deixando pouca faixa terrestre disponível perto da orla, sua implantação também foi responsável por pressionar populações que vivem à beira-mar, como a comunidade pesqueira da Favela do Gato.

Fica-se visível que, ao ver deste trabalho, tais novos equipamentos industriais – desdobramentos do Comperj e a Cidade da Pesca – parecem entrar em consonância com os mitos de origem da “cidade das indústrias”, revitalizando-os, como se fossem uma “vocação natural” adormecida da cidade. Assim, parece haver uma colagem com um imaginário urbano já existente para São Gonçalo, agora revigorados para o século XXI.

Possivelmente, tal colagem pode fazer algum sentido para o discurso dos agentes fomentadores do projeto ou à produção da vida de grupos sociais gonçalenses, de uma forma geral, tal como a pesquisa já citou casos de pescadores artesanais que, ao nascer das obras do Comperj, trocaram seus ofícios iniciais pelo futuro operário: “a notícia animou alguns pescadores, que trocaram o mar e as redes pela (sic) luvas e o macacão de operário e puseram a mão na massa para erguer o píer” (MENASCE, 2015)²⁹.

Desta vez, a expansão urbana parece ter chegado justamente à Itaoca, um dos últimos trechos de orla que não haviam sido alterados para uma finalidade desenvolvimentista (fig. 29).

Fig. 29 – Fotografias da Praia da Beira, em Itaoca, nos anos 2003, 2013 e 2019

²⁷ O que não descarta outras construções mitológicas também impressas no brasão da cidade. Por exemplo, diversas toponímias se relacionam à construção indígena, tais como a própria Itaoca.

²⁸ Que acaba por reforçar a característica de São Gonçalo como “entreposto”, visto que auxilia na conexão, em escala regional, de municípios e regiões mais interioranas à capital metropolitana. Auxilia, assim, tanto no fluxo de mercadorias quanto no de pessoas em seus movimentos pendulares aos locais de trabalho.

²⁹ Tal troca pode ter relação, também, com o estado de precarização ao qual os pescadores da Baía de Guanabara são expostos. De todo modo, ressalta-se aqui o grau de colagem que tais novos empreendimentos podem ter tido com os mitos de origem da “Manchester Fluminense”.



Fonte: O autor, sobre base do Google Earth

As mudanças nas instâncias espaciais daí desdobradas – à luz do conceito de espaço tripartite de Harvey (2015) – serão abordadas nos capítulos a seguir.

3 DO COMPERJ AO GASLUB: ASCENSÃO E QUEDA?

*"This place has changed for good
Your economic theory said it would
It's hard for us to understand (...)
Your economic theory makes no sense"*

Sting - We work the black seam

3.1 Introdução: quadro inicial sobre o Comperj, antes e depois

Um dos principais empreendimentos da história da Petrobras, o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) marca a retomada da Companhia no setor petroquímico e vai transformar o perfil socioeconômico de sua região de influência. Previsto para entrar em operação em 2014, o Comperj promoverá uma transformação ainda mais completa do petróleo, fornecendo ao mercado e à sociedade produtos de grande utilidade, que tornam a vida mais confortável e prática: os plásticos e outros produtos petroquímicos, que hoje são encontrados em qualquer residência, escritório, automóvel e no campo. O empreendimento prevê a geração de mais de 200 mil empregos diretos, indiretos e por "efeito-renda", durante os cinco anos da obra e após a entrada em operação; todos em escala nacional (Disponível em: <<http://www.comperj.com.br/Apresentacao.aspx>>. Acesso em: 28 mar. 2011) (SALANDÍA, 2018).

Este excerto é bastante sintético do que significou, inicialmente, o impacto emanado a partir e através do Comperj, além de suas previsões de desenvolvimento em diferentes campos e em diferentes escalas. O Comperj, da área de abastecimento da Petrobras, configura-se como o maior empreendimento único feito pela empresa, com custo "estimado em 13 bilhões de dólares" (BARBOSA; BINSZTOK, 2018, p. 9). Entretanto, o cenário que remonta ao Complexo é maior e anterior a ele.

Em 2006, a Petrobras confirma a existência de reservas de petróleo em águas oceânicas pertencentes ao litoral brasileiro, nas profundidades denominadas "águas profundas" e "águas ultraprofundas". Tratam-se das camadas "pré-sal", localizadas no mar territorial das regiões sul e sudeste, como na Bacia de Campos e na Bacia de Santos.

Por mais onerosos que fossem os processos de engenharia, logística e afins, referentes ao tópico, tal anúncio fazia o Brasil figurar na lista de países com maiores reservas de petróleo e, assim, "num contexto geopolítico da energia no mundo" (PESSANHA, 2015, p. 16).

O desenho da geografia do petróleo fez com que atenções de agências internacionais fossem lançadas às reservas. Ao mesmo passo, projeções políticas

levavam o país, com tal fato, a poder almejar posições de destaque e influência no cenário mundial, tal como o ingresso na Organização dos Países Exportadores de Petróleo³⁰.

A partir de tais dados, a Petrobras anunciou, em 28 de junho de 2006, o projeto do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, tendo-o no bojo do Programa de Aceleração do Crescimento do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT, 2003-2011).

Após certos imbróglios acerca da implantação, em detrimento de outras regiões cotadas, como a Costa Verde e a Norte Fluminense, a Região Metropolitana do Rio de Janeiro foi a escolhida para instalação do Complexo. Mais especificamente, o município de Itaboraí, ao Leste da Região Metropolitana.

Tal escolha impactou de diferentes formas a produção e significação do espaço no município. Para ter-se dimensão da estrutura do projeto, a planta industrial do Comperj ocupa aproximadamente 10% da área total de Itaboraí. Para receber a planta, inclusive, “foi necessário alterar o Plano Diretor, principal instrumento de planejamento local que havia sido recém-aprovado, transformando o local como Zona Estritamente Industrial” (BIENENSTEIN; BIENENSTEIN; DRUMOND; GALVÃO, 2018, p.46).

Pela própria dimensão imanente ao Comperj, os desdobramentos³¹ atravessaram os limites municipais de Itaboraí e tomaram proporções regionais, nacionais e globais, criando-se novas centralidades de poder e conexões em redes, com suas verticalidades e horizontalidades específicas (BINSZTOK, 2018).

Além disso, vale ressaltar que, conforme o projeto do Comperj se materializava, certa camada de valorização imobiliária e status foi-se investida nos municípios da área de influência do GPDU. Por exemplo, em Itaboraí, São Gonçalo,

³⁰ Fonte: Portal O Tempo, 10/11/2007. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/politica/lula-quer-brasil-na-opec-nos-proximos-anos-1.275604>> Acesso em 21/03/2020.

³¹ A citar alguns exemplos, a realização do Comperj acionou o projeto do Arco Metropolitano, conectando, inicialmente, Itaboraí ao município de Itaguaí. O objetivo era aproximar o Complexo à Refinaria de Duque de Caxias (REDUC), ao trecho BR-101 em direção à Santos e ao Porto de Itaguaí, permitindo fluxo de transporte industrial por fora do perímetro urbano da cidade do Rio de Janeiro. Após algumas alterações no traçado inicial, hoje o projeto do Arco conecta Maricá a Itaguaí: alteração diretamente ligada ao “efeito Comperj”. O Porto de Itaguaí, por sinal, recebeu obras de ampliação, em decorrência da intensificação de seus usos. A Baía de Guanabara também se tornou caminho para o escoamento dos equipamentos até Itaboraí, pela orla de São Gonçalo. A instalação da Petrobras na orla da baía também fomentou a criação do projeto Cidade da Pesca. Aponta-se ainda a criação de uma nova centralidade no estado, através da formação do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Leste Metropolitano (Conleste), envolvendo a participação de representantes dos diversos municípios contidos na área de influência do Comperj.

Niterói e Maricá. À medida que tais municípios adquiriam certa centralidade no processo de acumulação de capital no campo econômico, novos atores e agências fomentavam seus novos símbolos de “desenvolvimento urbano”³².

Faz-se de extrema importância ressaltar que o projeto do Comperj e suas consequências diretas e indiretas não foram aceitos em cheio e em otimismo por todos os atores envolvidos.

Pesquisadoras e pesquisadores da Universidade Federal Fluminense, apoiados pela Onu-Habitat, apontavam que municípios como São Gonçalo e Itaboraí já possuíam graves problemas urbanos que, com as rupturas advindas de tal GPDU, poderiam se aprofundar em curto espaço de tempo (BIENENSTEIN; BIENENSTEIN; DRUMOND; GALVÃO, 2018). Associações de comunidades tradicionais se insurgiram em diferentes cidades, como Cachoeiras de Macacu, contra a remoção de suas condições originais de cultura, trabalho e espaço (NEEPES/ENSP/FIOCRUZ, 2014). Muitos grupos também criticavam a flexibilização nas normas ambientais para instalação do Complexo nas proximidades de uma área tão rica em diversidade ambiental como a APA Guapimirim (MOYSÉS, 2018).

O próprio PAC mostra-se fruto de um projeto ambíguo. Se, por um lado, o governo Lula passa uma imagem de mudança de paradigma, nacional-desenvolvimentista, demonstrado através de, por exemplo, escolha de certas tessituras narrativas, por outro ele mostra-se como uma continuação, mais ou menos sutil, do projeto neoliberal que permeava o campo político federal.

Mesmo assim, impossível não relacionar o Comperj com a produção de um imaginário de desenvolvimento interestelar e um inicial clima de otimismo nacional por parte de certos atores administrativos. Aproximadamente no mesmo período em que o Complexo foi anunciado, por exemplo, outras projeções eram publicizadas, tais como os Jogos Pan-Americanos de 2007, a Jornada Mundial da Juventude de 2013, a Copa do Mundo de futebol masculino de 2014, as Olimpíadas Rio 2016, dentre outros projetos provindos do PAC, como a Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, e a transposição do Rio São Francisco.

Apesar de tais premissas iniciais mostradas que, longe de formarem uma análise definitiva, remontam, em relances, as diversas forças e redes que

³² A saber, shopping centers, condomínios fechados de alto luxo, arranha-céus (como o *Oscar Niemeyer Monumental*, em Niterói) e hotéis se multiplicaram em tais cidades, em assincronia com os padrões de urbanização vigentes em cada município: trata-se da modernização seletiva, materializada através das “próteses urbanas” (ALENCAR *et al.*, 2015).

convergir para a criação de tal grande projeto de desenvolvimento urbano, duas notícias lançadas na imprensa em 2019 revelam a inflexão atual do Comperj.

Em 09 de agosto de 2019, o Ministério Público do estado do Rio de Janeiro, o governo do estado e a Petrobras assinaram um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), onde a empresa deverá investir R\$ 814,5 milhões na recuperação da região afetada pelo Comperj³³. “O objetivo do acerto”, conforme exposto por matéria da *Exame*, “é reparar prejuízos ambientais, sociais e econômicos causados pelo atraso nas obras do complexo”, que, por sinal, ainda não foram concluídas. A previsão, conforme citado inicialmente, era de início das operações em 2014.

Para completar o quadro, em dezembro de 2019, a Petrobras anunciou o cancelamento da construção da refinaria do Comperj, um dos corações do projeto inicial. A Petrobras e a companhia semiestatal chinesa China National Petroleum Corporation (CNPC) avaliaram os gastos para completude do projeto e o consideraram “economicamente inviável”³⁴. A última empresa, aliás, havia firmado acordo para estudar a praticabilidade da construção em forma conjunta com a Petrobras, num investimento de 20% do total da refinaria.

No mesmo momento de anúncio do cancelamento, o presidente da Petrobras informou possíveis projetos alternativos para tal área, como a construção de uma termelétrica, “em parceria com outros investidores”, demonstrando a dependência de parcerias e capital privado para dar cabo ao projeto - qualquer que seja ele.

Vale ressaltar que, antes do cancelamento do projeto da refinaria, enquanto o Comperj ainda era uma realidade possível e otimista, a Petrobras havia apregoado a construção de uma segunda refinaria; o projeto inicial contava apenas com uma (NOVAES; RIBEIRO, 2014).

Outro destaque cabe ao subtítulo da matéria vinculada à revista *Exame*, onde lê-se que: “Petrobras está em processo contrário, de vender refinarias para focar em exploração e produção de petróleo”³⁵.

Dito isto, o capítulo está estruturado em uma linha temporal, usando como referenciais para o recorte as noções de “Ascensão” e “Queda?”.

³³ Fonte: *Exame*, 09/08/2019. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/negocios/petrobras-assina-acordo-de-r8145-mi-para-encerrar-acao-sobre-comperj/>> Acesso em: 21/03/2020.

³⁴ Fonte: *O Globo*, 18/12/2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/petrobras-informa-que-abandonou-projeto-de-refinaria-no-comperj-24146854>> Acesso em: 21/03/2020.

³⁵ Fonte: *Exame*, 11/12/2019. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/negocios/petrobras-e-cnpc-desistem-de-construcao-de-refinaria-no-comperj/>> Acesso em: 21/03/2020.

Destarte, são expostos os quadros de momentos anteriores ao anúncio do Comperj até certa parte de sua realização. São discutidos os cenários iniciais ao grande projeto em diferentes escalas; comentários acerca da geopolítica do petróleo, de onde se encaixam o pré-sal e o que Pessanha (2015), tal como citado por Candido e Oliveira (2018, p. 72-73) denomina como “a economia do petróleo” e “a economia dos royalties”; o anúncio do Comperj, os imbróglis na definição do lugar para implantação e a conseqüente decisão pelo município de Itaboraí; expectativas, territorializações, fluxos e espacialidades em mudança sob a perspectiva de tal GPDU, bem como desdobramentos de outros projetos complementares e conectores ao Comperj, tal como a Cidade da Pesca.

No outro extremo, abordam-se certas mudanças que afetaram o desenvolvimento do projeto; os adiamentos do Comperj e as suspensões da Cidade da Pesca; e análise das rupturas sociais, espaciais, territoriais, ambientais, culturais e econômicas provindas de tal GPDU que não foi finalizado.

O objetivo é entender, de forma mais abrangente, o que Marshall Berman (1982) classificaria como a tragédia do desenvolvimento e, de forma específica, o que Barbosa e Binsztok (2018) denominaram como “modernização fracassada”. Ao mesmo tempo, tal entendimento da geopolítica do petróleo, de escala global, é vital para o entendimento do próximo capítulo, sobre como esses movimentos ligados à escala global se manifestam no recorte local.

3.2 Cenários anteriores ao Comperj no país, no estado e na RMRJ

Antes de abordar o Comperj, vale retroceder alguns passos e entender certos cenários interescares anteriores e maiores. Com isso, busca-se desvelar o que fez do Complexo, com suas repercussões e rupturas, o grande projeto da magnitude que é.

Em relação aos grandes projetos de desenvolvimento urbano, o empreendimento do Comperj não se trata de uma novidade no quadro brasileiro, e sim de uma metonímia. Bienenstein et al. (2018) afirmam que:

Ao longo da história brasileira, a instalação de grandes projetos regionais (GPR) de desenvolvimento não é fenômeno recente. Tais iniciativas parecem constar das pautas político-administrativas, notadamente a partir da década de 1950, surgindo, na maioria das vezes, desvinculadas da realidade e das condições socioeconômicas das regiões em que eram implantadas, sob ordens de justificação que acionavam (na realidade, ainda

acionam) e eram (e ainda são) identificadas com o desenvolvimento econômico (por intermédio, por exemplo, da geração de empregos e progresso técnico) e articuladas à ideia de superação das desigualdades regionais, especialmente no que se refere à promoção das condições de vida da população (BIENENSTEIN; BIENENSTEIN; DRUMOND; GALVÃO, 2018, p. 38-39).

Com efeito, a cronologia da experiência brasileira traz à tona variados exemplos de grandes rupturas através do ímpeto de modernização. Da construção do Distrito Federal, do zero, em pleno Cerrado, em 1960, às megaconstruções da ditadura civil-militar, excedentes em dívidas externas e faltantes em participação popular.

Em relação aos GPDUs ligados à economia do petróleo, mormente refinarias, Barbosa e Binsztok (2018, p. 10-11) assinalam que não houve construções deste tipo “nos últimos trinta anos”. O Comperj, aliado a outros GPDUs contidos no PAC, de acordo com os autores (2018, p. 10), marca “o retorno do Estado como indutor do desenvolvimento econômico após mais de duas décadas de predomínio de práticas neoliberais pautadas pela desindustrialização”.

Como um demonstrativo desse processo geral que os autores mencionam, entre 1991 e 2002, as gestões federais privatizaram 165 empresas. Como aponta estudo feito pelo IBGE, em matéria da *Folha de São Paulo*³⁶, tal movimento causou redução de investimentos públicos. Além, houve uma maior dependência aos empréstimos e diminuição na oferta de postos de trabalhos por parte das empresas públicas. O cume desta corrente encontra-se no governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB, 1995-2003).

Neste período, aliás, aponta-se, de forma mais precisa, certa guinada do papel estatal que, em momentos anteriores, de nacional-desenvolvimentista, como em Vargas e Kubitschek, assume um cerne regulador. Esta marca é apontada no próprio discurso de Cardoso, conforme sublinhado por Albuquerque:

Figura indissociável do surgimento do Estado industrial brasileiro, Getúlio Vargas mantém a mítica até os dias atuais. Tanto que no ciclo liberal dos anos de 1990, o então presidente Fernando Henrique Cardoso disse que subira ao poder para “enterrar a herança Vargas”, entendida como intervencionista, estatizante (...) (ALBUQUERQUE, 2015, p.27).

³⁶ Fonte: Folha de S. Paulo, 21/12/2004. Disponível: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2112200423.htm>> Acesso em: 23/03/2020.

Após a desestruturação seletiva do Estado por parte das experiências neoliberais³⁷, pode-se afirmar que certa camada de capital econômico foi esvaziada dos setores estatais. Tal movimento teve um atravessamento específico na cidade, na região metropolitana e no estado do Rio de Janeiro.

De um modo geral, o estado fluminense foi palco de diferentes formas de amesquinamento político, econômico e cultural. Esta proposição foi abordada em pesquisa de Neto e Santos (2013), confirmando tal declínio político e econômico do estado no cenário nacional, entre o final da década de 1960 e começo do século XXI. Ao passo que a inflexão neoliberal, que também afetou certas dimensões espaciais da cidade, da região e do estado, é apenas uma das faces deste quadro histórico geral.

No sentido de estruturar suas análises, Neto e Santos (2013, p. 469) separam o período em três segmentos históricos: “o regime democrático de 1946 a 1964, o regime militar de 1964 a 1985, e o novo regime democrático de 1985 ao presente [2013, data do artigo]”.

De acordo com os autores, “apenas o Rio caiu ao longo dos três períodos, sendo também o estado que sofreu a mais drástica redução em sua presença nos gabinetes presidenciais entre a primeira experiência democrática e a atual” (NETO; SANTOS, 2013, p. 472). Neto e Santos (2013, p. 469) ainda apontam, através de dados do IBGE, que “o Rio foi a unidade da Federação que menos cresceu entre 1985 e 2001”. Ademais, “entre 1985 e 2002, o Rio de Janeiro também fora quase sempre mal no tocante à sua influência sobre a política nacional” (NETO; SANTOS, 2013, p. 469).

Como principal questão de suas pesquisas, Neto e Santos (2013, p. 474) indagam os motivos para tal declínio, maiormente no período de 1969 a 2002, se o estado se manteve, desde 1946, “como o detentor do segundo PIB da Federação, da terceira maior bancada na Câmara dos Deputados, sendo também berço de algumas das melhores universidades e institutos de pesquisa do país”.

Analisando o período da ditadura civil-militar, Neto e Santos (2013) apontam o Rio de Janeiro como oposição ao regime. Nas palavras de Dias (2000, p.

³⁷ Entende-se que o neoliberalismo não se resume apenas às privatizações, tendo efeitos mais amplos constituintes de sua estrutura, como a desestruturação seletiva do Estado, da indústria e da economia nacionais, através, dentre outros, de dependência ao capital privado e estrangeiro, além de um modo de pensamento e discurso inerentes à sua própria ideologia.

168, apud NETO; SANTOS, p. 475) “um bastião oposicionista incontornável”: um dos motivos pelo qual o regime o constrangeu.

Sobre a contínua perda de influência e peso político do estado, perante o plano nacional, entre 1985 e 2002, os autores apontam três fatores. Primeiro, o eleitorado do estado sempre esteve “mais à esquerda” do que as gestões vigentes no período (NETO; SANTOS, 2013, p. 477). Segundo, o Partido Democrático Trabalhista, o mais expressivo nas eleições estaduais, “sempre foi de médio a pequeno porte no plano nacional, o que contribuiu para reduzir a importância desta unidade federativa nas negociações relativas à formação de maiorias legislativas no Congresso” (NETO; SANTOS, 2013, p. 477). Por último, dos três partidos cujos representantes assomaram ao poder nacional, de 1985 a 2002, nenhum deles possuía forte votação carioca e fluminense (NETO; SANTOS, 2013).

Para exemplificar tal situação entre o plano nacional e o estado do Rio de Janeiro, cabe mencionar o caso citado por Binsztok, Vieira e Wentzel:

(...) no Governo Moreira Franco (1987-1991) foi criada a Companhia do Polo Petroquímico do Rio de Janeiro, em Itaguaí, subordinada à Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico, e planejada mediante parceria com a Petroquisa, o empreendimento foi abandonado em função do Governo Sarney (1985-1990) ter optado pela ampliação do Polo Petroquímico de Triunfo/RS (BINSZTOK; VIEIRA; WENTZEL, 2018, p. 135).

Em síntese, Neto e Santos arrematam que:

Nos 20 anos que se seguiram ao restabelecimento do pluripartidarismo em 1982, gerou-se uma espécie de ciclo vicioso nas relações entre o Rio de Janeiro e o governo federal: a distância política entre o estado e Brasília levou a um substancial declínio da presença do Rio nos gabinetes presidenciais, dificultando o entrosamento entre esta unidade da Federação e a capital federal, dificuldade que, no limite, levaria à queda nas transferências orçamentárias da União para o estado. Este resultado, por sua vez, acabou por justificar, em “bases objetivas”, uma quase permanente disposição oposicionista no seio de eleitores e líderes cariocas fluminenses para com o governo federal, aumentando mais ainda a distância entre o Rio e Brasília (NETO; SANTOS, 2013, p. 480).

Ainda, vale agregar à análise a participação do estado do Rio de Janeiro na economia da pesca industrial. Conforme informa Pessanha (2003), em seu trabalho realizado na década de 1970, sobre o estado fluminense na economia da pesca:

Dentro desse quadro, o estado do Rio de Janeiro tinha uma posição singular. Ele havia sido, até 1948, o maior produtor de pescado do país, em termos de volume e valor da produção, contribuindo em mais de 20% para o total do volume da pesca brasileira. Essa posição entrou em declínio no

início da década de 1950 (quando o volume de sua produção foi suplantado pelo do Maranhão e do Rio Grande do Sul), ascendeu aos poucos até recuperar-se em 1960, para novamente decrescer, a ponto de, já na década de 1970, o estado aparecer em 5º lugar em termos de volume de produção. (PESSANHA, 2003, p. 16).

Como exemplificação do cenário mais atual, no panorama da produção pesqueira de aquicultura, o Rio de Janeiro ocupa a 7ª posição, “atrás de Pará, Santa Catarina, Bahia, Maranhão, Ceará e Amazonas” (LOBO, 2015) - atrás, inclusive, de alguns estados com menor extensão costeira.

Tal panorama do campo da pesca industrial será de suma utilidade para abordar o significado do projeto da Cidade da Pesca. Cabe ainda relacionar tal cenário da economia pesqueira com o quadro maior, destacado nesta seção, acerca das inflexões sofridas pelo estado do Rio de Janeiro, que tiveram rebatimentos na região e na cidade.

Postos tais dados, para o estado do Rio de Janeiro, o projeto do Comperj significou, a partir de 2003, certa sinergia entre o governo federal e o governo estadual, principalmente entre o governo Lula e a administração Sérgio Cabral Filho (PMDB, 2007-2014), após longo período de assincronia entre as instâncias governamentais. Em consequência disso, o estado voltou a ser palco de investimentos em diferentes níveis, o que acarretou em um novo reposicionamento em termos de acúmulo de capital e valorização espacial.

Para as dinâmicas internas das regiões diversas do estado, o projeto do Comperj significou um novo balanço para esses territórios. Historicamente, a RMRJ, de forma geral, e o Oeste Metropolitano, de forma específica, foram palco principal das ações de investimentos de grandes projetos e de capitais fixos e fluxos. Entretanto, a partir dos anos 1990, houve um movimento de descontração da RMRJ em direção a outras regiões do estado. Tal qual observam Candido e Oliveira (2018):

Um novo cenário econômico mundial e a ascensão de um novo projeto político e desenvolvimento no Brasil, nos primeiros anos deste século, influíram na instituição de mudanças econômicas e sociais no espaço metropolitano do Rio de Janeiro. Tais mudanças foram decorrentes da implantação de Grandes Projetos de Investimento (GPIs) na região e se constituíram em um marco no processo de recuperação da economia no estado e na delimitação de novas territorialidades no Rio de Janeiro (CANDIDO; OLIVEIRA, 2018, p. 67).

Os autores destacam que “os GPIs, iniciados em meados da primeira década (anos 2000), foram indutores” de um “processo de reversão” dos eixos

produtivos do estado (CANDIDO; OLIVEIRA, 2018, p. 67). O processo, assim, simbolizou um novo balanço para o Leste Metropolitano, como mostram as novas centralidades advindas da implantação do Complexo no município de Itaboraí.

Ainda, os incrementos provindos do setor petroquímico desdobraram outros projetos e outras áreas da economia do estado: o aquecimento econômico do Comperj, do setor petroquímico, abriu espaço para a criação do projeto Cidade da Pesca, do setor de pesca industrial, por exemplo.

Este projeto, aliás, constitui-se de um complexo que abriga empresas privadas do setor para o desembarque e processamento do pescado. A Cidade da Pesca refuncionaliza, assim, as estruturas deixadas pela Petrobras para São Gonçalo, tornando-as um terminal pesqueiro.

Deste modo, o escopo do projeto é maior: recolocar o estado do Rio de Janeiro na ponta do setor pesqueiro, em cenário nacional, reassumindo posições perdidas ao longo das últimas décadas, além de recuperar um espaço litorâneo perdido quando do fechamento do mercado de peixe da Praça XV, centro do Rio de Janeiro.

O fato do projeto ser localizado para a orla de São Gonçalo também corrobora a ideia da criação de novas centralidades no estado, mormente referentes ao Leste Metropolitano.

Ressalta-se, então, que tal guinada para o cenário nacional, para o estado do Rio de Janeiro e para dinâmica interna de suas regiões começou, em grande parte, com a inserção do país, do estado e das regiões num contexto da geopolítica energética e nas suas subdivisões da “economia do petróleo” e da “economia dos *royalties*” (PESSANHA, 2015, apud CANDIDO; OLIVEIRA, 2018, p. 72-73). Logo, o foco do próximo item se direciona a desvendar tal inflexão histórica.

3.3 A Geopolítica do Petróleo, a Economia do Petróleo, a Economia dos Royalties e o Comperj

Para este item, foi de especial importância ao avanço do trabalho a pesquisa feita por Pessanha (2015) acerca da geopolítica do petróleo e suas subdivisões das economia do petróleo e economia dos royalties. Embora sua pesquisa tenha focado, ao final, nos impactos no Norte Fluminense, em especial Macaé, Campos dos Goytacazes e São João da Barra, suas análises globais foram

tão bem delineadas que auxiliaram a criar conexões para esta incursão, acerca da Região Metropolitana, de forma ampla, e do Leste Metropolitano, de forma específica.

Como afirma Pessanha (2015), a história do petróleo revolve a Revolução Industrial, no século XIX. A partir deste momento, ao petróleo é associado tal capital econômico, tornado commodity, sob a égide do capitalismo e da industrialização. De fato, a história do petróleo é inerente à história da modernização capitalista.

A trajetória do petróleo, transformado produto industrialmente, tem ligação direta com a Inglaterra e os Estados Unidos (PESSANHA, 2015). Embora, desde o século XIX, diversas reservas de petróleo tenham sido descobertas ao redor do mundo, em lugares como Venezuela, Arábia Saudita e Irã, a maioria delas era explorada por empresas estrangeiras, tais como a britânica British Petroleum (antiga Anglo-Persian Oil Company), ou como no caso de descoberta e exploração das reservas árabes pelo domínio americano (PESSANHA, 2015). Em sendo, a história do petróleo também é a história da exploração colonizadora hegemônica.

Como um contraponto a essa supremacia, no momento após a Segunda Guerra Mundial, uma série de países (dentre os quais, Venezuela, Arábia Saudita e Irã) cria a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), no bojo de um “movimento de descolonização” que “se espalhou pelo mundo” e, nesse sentido, estava “vinculado, ao direito das nações usarem seus recursos naturais, em especial o petróleo, a favor do seu próprio desenvolvimento” (PESSANHA, 2015, p. 8).

No Brasil, aproximadamente no mesmo período, o interesse estrangeiro nas reservas petrolíferas brasileiras fez surgir o movimento “O petróleo é nosso”, que culminou na “criação da Petrobras, em 1953, no segundo governo Vargas” (PESSANHA, 2015, p. 12). Garantia-se, assim, “o monopólio estatal sobre toda a cadeia produtiva do petróleo e do gás” (PESSANHA, 2015, p. 12).

Como aponta Pessanha, tal “monopólio só foi suspenso em 1995, por uma Emenda Constitucional patrocinada pelo governo de Fernando Henrique Cardoso [FHC]” (PESSANHA, 2015, p. 12). Tal excerto reafirma a característica seletivamente desestruturante do período neoliberal da década de 1990, com destaque para o governo FHC, autor de “Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica”.

Durante a vigência de seu governo, um momento é importante para entender as imbricações entre petróleo brasileiro e a desestruturação seletiva neoliberal: a “Lei do Petróleo”.

Tal como exposto por Novaes e Ribeiro, a lei:

determina que toda empresa, nacional ou estrangeira, pode realizar atividades de exploração, produção, transporte, refino, importação e exportação de petróleo no país, desde que tenha autorização, permissão ou concessão da autoridade pública. Após a aprovação desta Lei, criou-se o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) e a Agência Nacional de Petróleo (ANP), os quais passaram a ocupar os vértices da política pública e da regulação respectivamente, restando à Petrobras a operação, atividade em que não ocupava mais a posição de monopolista. Portanto, a petrolífera brasileira, com a instauração do novo ambiente institucional, perdeu a exclusividade e passou a ser legalmente obrigada a participar dos leilões promovidos pela ANP para obter áreas de exploração (RIBEIRO, 2005, apud NOVAES; RIBEIRO, 2014, p. 36).

Assim, a produção de petróleo no Brasil sofreu certa alta na segunda metade da década de 1990; entretanto, às custas da perda de independência econômica para o país.

Após o exposto até aqui, vale focalizar a inflexão dada pela descoberta do pré-sal:

Em 2006, a Petrobras confirma a descoberta das reservas na camada do pré-sal, no litoral brasileiro. A nova reserva se situa a uma distância de cerca de 300 km da região Sudeste, com área total da província 149 mil km² e se estende, desde o estado de Santa Catarina, até o Espírito Santo. A reserva a uma profundidade entre 4 mil e 10 mil metros, já produz hoje, maio de 2015, o equivalente a 800 mil barris de petróleo, de excelente qualidade. (...) (PESSANHA, 2015, p. 13)

O autor (2015, p. 14) ainda nota que, em 2008, “seis campos gigantes do Pré-sal” figuravam “na lista das dez maiores descobertas do mundo”. Sendo que os três maiores da lista são brasileiros: os Campo de Franco, Libra e Iara (PESSANHA, 2015).

A descoberta do pré-sal, através da Petrobras, formou certo cruzamento entre o cenário brasileiro e a geopolítica energética internacional. Sinal desta premissa convolve à grande fusão entre as empresas Shell e BG Group. Como aponta Pessanha:

Todas as reportagens que se seguiram a este anúncio da Shell afirmaram, categoricamente, que os principais motivos que redundaram na aquisição, eram os ativos da BG no Brasil, e pelo fato da Shell, a terceira maior petrolífera do mundo ficar ainda mais próxima da Petrobras na exploração do Pré-sal (PESSANHA, 2015, p. 11).

Assim, “esta conjunção de fatos e fatores ajudam (sic) a compreender os interesses comerciais pelas reservas brasileiras e explicam as pressões geopolíticas mundiais que estão em curso” (PESSANHA, 2015, p. 11).

Nesse sentido da inserção das reservas do pré-sal num contexto mundial da geografia da energia, é interessante analisar o governo Lula. Legalmente, a entrada da gestão Lula também mudou o marco legal do petróleo, até então alterado por FHC, com a criação do marco regulatório para o pré-sal.

De acordo com o próprio presidente, “o pré-sal abria uma *janela de oportunidade* para que o Brasil consolidasse uma forte indústria petrolífera, exportadora de derivados” (NOVAES; RIBEIRO, 2014, p. 44, grifos meus). Deste modo, ao final de 2010, é aprovada a lei nº 12.351. Conforme os autores:

Com sua criação, o Brasil passou a contar com um regime regulador misto para o setor: regime de concessão para as áreas fora do pré-sal ou não consideradas estratégicas e de partilha para o polígono definido em Lei. O marco regulatório do pré-sal, instituído pela lei no 12.351/2010, além de estabelecer o regime de partilha, previu a criação da Pré-Sal Petróleo S.A., do Fundo Social e o instrumento da cessão onerosa (Brasil, 2010) (...).

O governo Lula, por meio da lei nº. 12.351/2010, *substituiu o regime de concessão*, instituído durante o governo Cardoso, *pelo regime de partilha da produção* (...).

Além disso, a lei nº. 12.351/2010 estabelece que a Petrobras será operadora única dos blocos, ou seja, a responsável por furar e operar os poços. Nos casos em que o CNPE decidir pela licitação de um bloco (ao invés da contratação direta), a petrolífera brasileira terá pelo menos 30% de participação nos consórcios formados (NOVAES; RIBEIRO, 2014, p. 45, grifos meus).

Ao apresentado, os autores concluem parcialmente que “com base no exposto, salta aos olhos, ao menos do ponto de vista normativo, a preocupação do governo Lula em reforçar o papel do Estado brasileiro no marco regulatório” (NOVAES; RIBEIRO, 2014, p. 45). Aqui, entretanto, fica nítida uma das continuidades do neoliberalismo através do governo Lula.

Por um lado, sua gestão trouxe a Petrobras para o foco do processo do petróleo nacional. Além disso, torna-se patente certa preocupação acerca da designação dos ganhos do pré-sal, com a criação do Fundo Social do Pré-sal, que especifica que os investimentos provindos do pré-sal devam ser destinados “75% para educação e 25% para a saúde” (PESSANHA, 2015, p. 16).

Por outro, seu governo não quebrou grande parte do arcabouço legal criado por FHC. Primeiro, para áreas “não consideradas estratégicas”, o regime de

concessão ainda estaria preservado. E, para as áreas consideradas estratégicas, o regime de partilha indica ainda a possibilidade de participação dos agentes do capital privado, mesmo com a taxa mínima fixa de participação de 30% da empresa brasileira.

Boito Junior confirma que a gestão Lula “herdou e reproduz o bloco no poder onde pontificam o grande capital, o capital estrangeiro e os bancos” (2003, p. 24). Nestes termos, o novo marco legal do petróleo não rompe exatamente com a estrutura legal de FHC e não restabelece por completo o monopólio nacional anterior a 1997.

Mesmo com as ressalvas feitas sobre o marco legal de 2010, Pessanha afirma que tal decisão “fez surgir resistências dentro e fora do país, num processo que parece misturar as questões sobre o poder que a geopolítica do petróleo sempre remete” (PESSANHA, 2015, p. 17).

Como o autor expõe, é da própria natureza da geopolítica do petróleo ter uma capacidade de “arrasto” muito intensa em relação a determinados tipos de investimentos, capital fixo no espaço, forte poder de territorialização, desdobramentos políticos e aportes logísticos. Assim, o autor desenvolve a análise em dois efeitos diretos da geopolítica do petróleo: a economia do petróleo e sua derivação, a economia dos royalties³⁸. Tais compreensões são de extrema importância para se entender os desencadeamentos a partir das reservas do pré-sal brasileiro.

Sobre a economia do petróleo, Pessanha classifica como:

(...) aquela cuja dinâmica está ligada às instalações e infraestruturas que servem à extração de petróleo, ao seu apoio, como as instalações portuárias, os estaleiros de montagem de sondas, plataformas e embarcações de apoio e movimentação de cargas. Também se inserem aí, as instalações das unidades industriais de produção de peças e equipamentos para a indústria do petróleo (perfuração, produção, circulação e beneficiamento), assim como todos os serviços agregados a essas demandas. Ela tem uma imensa capacidade de arrasto, formando uma cadeia acima e abaixo dessas atividades, que (...) envolve construção civil de infraestruturas, portos, obras civis, montagens, dutos, etc., cadeias de

³⁸ Ambos exemplos são perceptíveis no estado do Rio de Janeiro, como sublinhado por Pessanha. Por um lado, o município de Campos dos Goytacazes, por abrigar grande parte dos bancos de pré-sal brasileiro, recebe considerável parte da renda em decorrência da exploração dessas reservas em seu litoral; em verdade, é “o que detém a maior receita de participações governamentais (royalties) no estado e no Brasil” (PESSANHA, 2015, p. 23). Por outro, a sede da base operacional do petróleo de Campos é localizada no município de Macaé. Logo, pode-se interpretar que Campos é mais infletida pela economia dos royalties, ao passo que Macaé é mais pela economia do petróleo. Embora, como aponta Pessanha (2015), Macaé também faça parte do circuito da petrorrenda, torna-se notória a preponderância do município no campo da economia do petróleo.

logística e transportes nas diversas modalidades (marítima portuária, rodoviária, ferroviária, dutoviária e aeroviária) e indústria naval (estaleiros) entre outras. A economia do petróleo envolve altos investimentos em capital fixo no território, ou em equipamentos e serviços. Ela tem enorme poder de alterar a dinâmica regional, tanto econômica, quanto social, ou seja as territorialidades onde se instala, ou exerce influência, direta ou indiretamente. A Economia do Petróleo tende a ser mais hierárquica e vertical sobre o ponto de vista espacial da cadeia produtiva. Já sob a ótica política e do poder ela não consegue ser tão centralizadora ou controladora (...) [tendendo] à horizontalização. No caso brasileiro, em especial no estado do Rio de Janeiro, ao longo do litoral, considerando tratar-se de extração offshore, que demanda bases portuárias, além da sede da Petrobras e todas as demais petroleiras, estarem na capital fluminense, também junto à costa sudeste (PESSANHA, 2015, p. 19).

Sobre sua derivação, que entrou no cenário brasileiro a partir dos anos 1980 e ganhou novo impulso a partir da descoberta do pré-sal e da validação do novo marco regulatório do mesmo, Pessanha define que:

A Economia dos Royalties é derivada das receitas das participações governamentais (quotas mensais e quadrimestrais) devidas à União, estados e municípios. Estas receitas (rendas) são divididas em duas partes: as quotas mensais e as participações especiais (PE). Esta última (PE) é paga em função dos campos com alta produção. Enquanto as quotas são mensais as PE são pagas em parcelas trimestrais. Com o tempo estas duas participações governamentais passaram ser chamadas genericamente e de maneira informal, simplesmente como: royalties do petróleo. Os royalties são pagos pelas empresas exploradoras (produtoras) por cobrança e fiscalização da Agência Nacional de Petróleo (ANP), conforme legislação nacional em vigor. Esta estabelece as regras e os critérios de rateio entre os entes federados e outras instituições como da Marinha e de ciência e tecnologia. Na prática a economia dos royalties, deriva da economia do petróleo e portanto, não (...) [existiria] sem a que lhe deu origem. Por isso, estamos também denominando-a como geradora da Economia dos Royalties. (...) Mais importante ainda é identificá-la como uma renda, uma "petrorrenda". (...) Renda vinculada a uma atividade produtiva e geradora desse valor, que inclusive é pago, tendo como base, o valor do barril no mercado internacional cotado em dólar americano. Na condição de renda governamental é administrada por governos e daí circula movimentando a economia. Ao contrário da Economia do Petróleo, a Economia dos Royalties tende a ser mais horizontal sob o ponto de vista espacial. Inversamente, na dimensão política ela hierarquiza o poder do gestor e controlador destas significativas receitas. No estado do Rio de Janeiro, especialmente nas cidades chamadas de produtoras, e também consideradas como petrorrentistas (pelo recebimento das rendas do petróleo), é difícil dizer que uma possa existir sem a outra, de forma exclusiva. Porém, é relativamente fácil perceber os entes federados onde há predominância, ou hegemonia, de uma ou outra economia (PESSANHA, 2015, p. 19-20).

Ponderoso notar que, em diferentes graus, o estado do Rio de Janeiro é afetado pela geopolítica do petróleo, de caráter internacional, e por suas diferentes instâncias. Assim, revela-se como, a partir da inserção do estado no contexto da geopolítica da energia, grande camada de capitais é investida novamente no Rio de

Janeiro. Vale evidenciar a retomada que essa inflexão significou em termos políticos e de destaque no plano nacional, após anos de certas afetações.

Para finalmente completar o quadro de análise, cabe unir todos os pontos aqui já levantados, sobre a geopolítica da energia, sobre a descoberta das camadas pré-sal e sobre o novo marco legal de 2010 para arrematar que:

O aumento da produção tem sido acompanhado também do aumento da demanda de consumo. A necessidade simultânea de exportação e importação está ligada ao fato de que parte do petróleo produzido na Bacia de Campos é mais pesado e parafinado, exigindo plantas e processos de refinarias específicas. Essa troca no mercado internacional sempre gerou déficit e levou à decisão da Petrobras adquirir refinaria no exterior, para processar esse óleo mais pesado que exige instalações e processos distintos. Junto disso, em função do aumento do consumo, a Petrobras também decidiu fazer ampliações em algumas refinarias já existentes no Brasil, e também deu início ao planejamento para a construção de quatro novas refinarias: *Comperj em Itaboraí*, RSNET, junto ao Porto de Suape, em Pernambuco e Premium I e Premium II, no Maranhão e Ceará, respectivamente (PESSANHA, 2015, p. 13, grifos meus).

Assim, em um movimento de reinvestir na infraestrutura de novas refinarias, diminuindo tal fato acima citado, é que uma série de novos projetos surge, dentro dos preceitos do PAC³⁹, tendo aí incluída a gênese do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, o Comperj.

3.4 A definição do lugar de implantação e seus desdobramentos

Como visto, a cadeia petrolífera tem uma imensa capacidade de “arrasto” e um forte desdobramento político.

Ao mesmo tempo em que o anúncio de construção do Comperj gerou um conjunto de expectativas para os atores envolvidos no território estadual, também produziu uma série de conflitos internos às gestões municipais e às suas respectivas regiões, alterando a dinâmica interna do estado. Assim, como bem aborda Pessanha:

É da natureza do setor de óleo e gás ser fortemente ancorado em altos investimentos, de realizar grande aporte de capital fixo sobre território e em se articular com o poder político, para a maioria de suas decisões e frentes de atuação. Um caso visível dessa realidade foi sobre a localização do

³⁹ De acordo com Moysés (2010, p. 10), “o PAC além de ser um programa de expansão do crescimento, é considerado um novo conceito de investimento em infra-estrutura, já que aliado a medidas econômicas tem o objetivo de estimular os setores produtivos e, ao mesmo tempo, levar benefícios sociais para todas as regiões do país (<https://www.pac.gov.br/>, Acesso em 15 de abril de 2009)”.

Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), entre 2005 e 2006, através da disputa entre os municípios de Campos e Itaguaí *que acabou redundando numa “decisão salomônica” a favor de uma terceira opção que foi Itaboraí* (PESSANHA, 2015, p. 17, grifos meus).

Acerca dos imbrólios políticos, Moysés (2018) ainda nota que outros interesses foram considerados, colocando em questão os campos econômicos e político-partidários em detrimento do ambiental, por exemplo. Em sua argumentação, o município de Campos, “na época, a cidade mais cotada, antes do anúncio federal”, apresentava em sua gestão governantes opositores ao governo federal vigente (MOYSÉS, 2018, p. 160).

Por outro lado, como aponta o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) do Comperj, um dos motivos frisados para a escolha do local de implantação se deve, dentre outros, a uma “maior inclusão social para região” (MOYSÉS, 2010, p. 11). Barbosa e Binsztok também apontam que o discurso oficial acerca da implantação de tal GPDU visa

oferecer à região possibilidades de integração à economia do país, compensando os efeitos de um longo processo de exclusão de iniciativas modernizantes a que foram submetidas as áreas localizadas a Leste da Baía de Guanabara, desde a construção da Ponte Rio/Niterói e da Rodovia Niterói-Manilha, em comparação com o Oeste, contemplado com plantas industriais apoiadas pelo Governo Federal beneficiando-se da proximidade da antiga Capital Federal (BARBOSA; BINSZTOK, 2018, p. 9).

Bienenstein et al. ainda destacam que:

Na verdade, a escolha dessa região foi defendida, principalmente, devido à facilidade de integração por meio das principais rodovias e ferrovias que cortam a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, potencializada por uma nova logística de mobilidade e fluidez na região, incluindo o chamado Arco Metropolitano (...). Pesaram também na escolha, sua proximidade aos portos de Itaguaí e do Rio de Janeiro, aos terminais de Angra dos Reis, Ilha d'Água e Redonda e as sinergias com a Refinaria de Duque de Caxias (REDUC), com as plantas petroquímicas das empresas Rio Polímeros e Suzano e com o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello - Cenpes (BIENENSTEIN; BIENENSTEIN; DRUMOND; GALVÃO, 2018, p. 46-47).

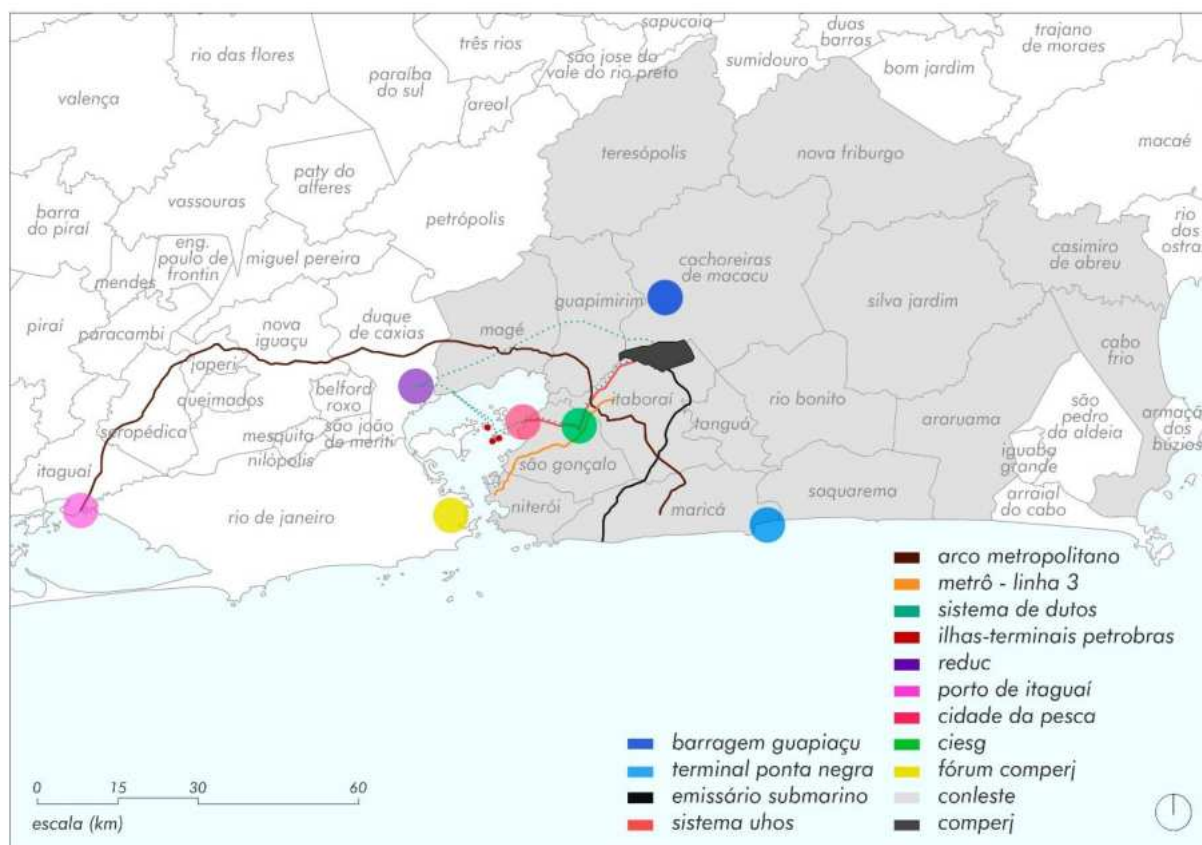
Assim, em destaque para a grande capacidade de territorialização concernente à geografia do petróleo, vale trazer as considerações metodológicas de David Harvey acerca do espaço tripartite para analisar o desenrolar dos movimentos a partir da escolha de Itaboraí como sede do Comperj. Neste estudo, Harvey decodifica o espaço em três dimensões: o espaço absoluto, o espaço relativo e o espaço relacional. Uma síntese do conceito é encontrada a seguir:

O espaço não é nem absoluto, nem relativo, nem relacional em si mesmo, mas ele pode tornar-se um ou outro separadamente ou simultaneamente em função das circunstâncias. (...) A questão 'o que é o espaço?' é por consequência substituída pela questão 'como é que diferentes práticas humanas criam e usam diferentes concepções de espaço?'. A relação de propriedade, por exemplo, cria espaços absolutos nos quais o controle monopolista pode operar. O movimento de pessoas, de bens, serviços e informação realiza-se no espaço relativo porque o dinheiro, tempo, energia, etc, são necessários para superar a fricção da distância. Parcelas de terra também incorporam benefícios porque contêm relações com outras parcelas... sob a forma do arrendamento, o espaço relacional se torna um aspecto importante da prática social humana. (HARVEY, 1973, p. 13, apud HARVEY, 2015, p. 132).

É acerca de tais desdobramentos espaciais que este item se debruça. A seguir, é apresentado um mapa da região de influência do Comperj (fig. 30), a explicitar parte dos projetos e novas territorialidades que se desenrolaram a partir de tal GPDU. Destaca-se o que Candido e Oliveira (2018, p. 67) nominam “uma nova espacialização “regional””, através da construção de redes técnicas no território⁴⁰.

Fig. 30 – Mapa de parte dos projetos desencadeados a partir do Comperj

⁴⁰ Tal qual Candido (2019, p. 5), a “construção de infraestruturas para a conexão de fluxos no território, como redes de transporte e redes de comunicação, compõe um sistema importante que são as redes técnicas. Esses instrumentos constituem uma modernização no espaço urbano e permite condições básicas, mas não simples, para a circulação de pessoas, bens materiais e informação. As redes técnicas funcionam para a ação de atores econômicos, político ou social no território, a fim de proporcionar uma lógica espacial de circulação de produção”. Atenta-se que “as redes são técnicas, mas também sociais” (SANTOS, 1996, p. 187; apud CANDIDO, p. 5).



Fonte: O autor

Após a definição de implantação em Itaboraí, alguns projetos - novos e antigos - foram desencadeados, justamente a poder complementar e conectar o Comperj a uma rede de interações necessárias, do próprio porte de tal GPDU e contidas nas premissas que Pessanha aborda (2015). Talvez um dos mais impactantes, por alterar materialmente a espacialidade de nove municípios diferentes, seja o Arco Metropolitano.

Como discorrem Candido e Oliveira (2018, p. 79),

a necessidade de uma área portuária é condição fundamental para a operacionalidade do Comperj. Assim, como a decisão locacional do Comperj recaiu sobre o município de Itaboraí, distante das bases portuárias, a necessidade de uma rodovia ligando o complexo ao porto de Itaguaí foi definida no mesmo ato de anúncio do município de Itaboraí como local de instalação do GPI.

Assim, o Arco tem por escopo inicial fazer a ligação rodoviária entre os municípios de Itaboraí e Itaguaí, conectando complexo petroquímico e porto, e cuja necessidade se ancora nos preceitos da tríade Petróleo-Porto-Indústria Naval (PESSANHA, 2015).

Uma característica marcante do Arco é fazer com que o fluxo passe por fora da metrópole, não sobrecarregando, assim, vias como a Ponte Rio-Niterói e a Avenida Brasil. Com isso, a evitar embaraços deste tráfego industrial com o tráfego diário de tais vias internas. O traçado do Arco, enfim, permite contornar a Baía de Guanabara, ligando o trecho norte ao trecho sul da BR-101. Além dos trechos conectando Itaguaí à Itaboraí, há um projeto de extensão do Arco até o município de Maricá – acréscimo decorrente do “efeito Comperj”⁴¹.

Candido e Oliveira ainda reforçam que a via expressa é notável “por se constituir na primeira rodovia que teria caráter industrial no estado” (2018, p. 79). A leitura do “Resumo do Plano Diretor Integrado do Arco Metropolitano”, realizada pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo, sugere que o discurso oficial acerca da via a sinaliza justamente como “uma retomada de liderança na indústria naval” (CAU, 2014). Assim, a construção da nova estrutura viária está em sintonia com o intento de criar novos espaços industriais ao longo de seu eixo, desdobramentos decorrentes igualmente da presença do Comperj.

Trazendo ao foco os municípios nas extremidades do projeto do Arco – Itaguaí e Maricá – salutar citar algumas mudanças em suas espacialidades.

Primeiro, o Porto de Itaguaí recebeu projetos de ampliação. Um dos argumentos para tal foi o incremento provindo da construção do Comperj e de sua ligação, o Arco Metropolitano⁴².

Sobre o segundo extremo, Maricá, vale notar alguns projetos que alteram sua espacialidade, a entrar em sinergia com Itaboraí. Primeiro deles é o Emissário Submarino do Comperj⁴³. O segundo, o Terminal Ponta Negra (TPN), “tem como principal objetivo fornecer uma alternativa eficiente à atual oferta de infraestrutura voltada ao atendimento da indústria de exploração e produção de petróleo e gás” (LIMA/COPPE/UFRJ, 2016).

⁴¹ Fonte: LIMA/COPPE/UFRJ, 2016, p. 90. Disponível em: <<http://www.lima.coppe.ufrj.br/images/documentos/projetos/comperj/03-Diagnostico.pdf>> Acesso em: 12/06/2020.

⁴² Fonte: Plano Mestre Porto de Itaguaí, 2014. Disponível em: <https://www.infraestrutura.gov.br/images/SNP/planejamento_portuario/planos_mestres/sumario_executivo/se13.pdf> Acesso em: 09/06/2020.

⁴³ A saber, um Emissário Submarino serve para lançar rejeitos de uma planta industrial, por exemplo, em alto-mar. A princípio, no projeto original do Comperj, a “estatal iria tratar os efluentes e reutilizar a água na própria planta, num circuito fechado”, rememora matéria de O Globo, em interpretação à fala de Axel Grael, ex-presidente da Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA). Fonte: O Globo, 08/06/2012. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/construcao-de-duto-do-comperj-em-marica-alvo-de-protestos-5155972>> Acesso em 06/06/2020.

Sobre a Baía de Guanabara, esta recebe uma malha de dutos, a conectar Refinaria Duque de Caxias (REDUC), Ilhas-Terminais da Petrobras e Comperj. Aproveitando o contexto sobre a baía, e trazendo ao foco a imbricação entre as criações de novos eixos viários e de novos espaços industriais, cabe analisar as instalações da Petrobras em São Gonçalo e Itaboraí, conectando Comperj à Baía de Guanabara, constituindo doravante a gênese da Cidade da Pesca.

Como explicado por Candido e Oliveira:

O Porto e a estrada UHOS (ultra heavy over size) foram construídos para garantirem a chegada de equipamentos superpesados ao Comperj, pois as vias existentes, como a BR-101, não eram adequadas para fazer o deslocamento entre o Porto do Rio de Janeiro e Itaboraí. Tornou-se necessário, então, criar um píer de atracação marítimo mais próximo ao complexo industrial e construir uma estrada exclusiva para transportar os equipamentos. Essa estrada teria que seguir um padrão técnico que comportasse o tamanho e o peso dos equipamentos. Assim é que nasce a estrada UHOS (...), ou seja, uma via para o transporte logístico de peças ultrapesadas e de grandes dimensões. Ela liga o píer da praia da Beira, em Itaoca, um bairro litorâneo da cidade de São Gonçalo, até a BR-493. A partir do entroncamento com a BR-493, parte do Arco Metropolitano, os equipamentos seguiriam pela estrada construída pela Petrobras para o acesso ao portão principal do Comperj [neste trecho da estrada UHOS chamado Estrada do Convento] (CANDIDO; OLIVEIRA, 2018, p. 82).

Sobre a necessidade de criação de tal estrada UHOS, os autores ainda frisam que alguns desses equipamentos do Comperj, que “têm em média 1000 toneladas, 40 metros de comprimento e 12 metros de diâmetro” (CANDIDO, 2019, p. 8) e que levam “aproximadamente de 3 a 4 dias entre o porto e o [Comperj]” (CANDIDO, 2019, p. 9),

(...) são indivisíveis, pela natureza do tanqueamento e dos filtros nele instalados, e seu transporte é extremamente difícil. Assim, equipamentos importados de grande volume chegavam ao Porto do Rio de Janeiro e não tinham como chegar ao Comperj. Por esse motivo foi preciso construir o píer de atracação no litoral de São Gonçalo, e a estrutura portuária do Comperj no município [além da estrada UHOS] (CANDIDO; OLIVEIRA, 2018, p. 82).

A escolha pela instalação do píer em São Gonçalo se deu, “pois a orla de Itaboraí é totalmente salvaguardada pela Área de Proteção Ambiental de Guapimirim” (LIMA, 2020, p. 11).

Vale ainda sublinhar que as instalações do píer e da estrada até o Comperj possuem um objetivo temporário, apenas de fazer o transporte das peças necessárias à montagem do Complexo. Em sendo, tais sistemas, viário e portuário, precisavam ser refuncionalizados para o futuro.

A instalação desse sistema portuário e viário produziu um novo eixo de circulação no município de São Gonçalo e, com ele, novas estratégias de uso do território foram se delineando, de forma interligada. A primeira foi a busca de uma destinação da estrutura portuária após o recebimento desses equipamentos e a conclusão das obras do Comperj (...). A segunda foi a utilização da estrada como novo eixo de circulação para acesso às comunidades situadas mais próximas às áreas alagadas, entre a BR-101 e a Baía de Guanabara. A terceira foi o uso da estrada como vetor de localização de atividades industriais e relacionadas a usos comerciais e logísticos (CANDIDO; OLIVEIRA, 2018, p. 83).

Sobre o sistema viário e suas duas estratégias de uso, Candido e Oliveira (2018) observam que o traçado da estrada foi realizado de forma a ter função para ambas as atividades e sob domínio da administração local. Assim, ao mesmo tempo que seu traçado conecta “bairros periféricos como o Jardim Itambi, Gebara, Jardim Catarina, Palmeiras, Salgueiro, Fazenda dos Mineiros” e “Itaoca” (CANDIDO; OLIVEIRA, 2018, p. 83), a via “possui um entroncamento com a BR-101. Neste ponto, aproveitando a proximidade das duas vias, foi instalado o parque industrial de Guaxindiba, denominado Complexo Industrial e Comercial de São Gonçalo (CIESG)” (CANDIDO; OLIVEIRA, 2018, p. 84).

O parque industrial é “um projeto que associa a Prefeitura de São Gonçalo, o Governo do estado do Rio de Janeiro e a União” (CANDIDO; OLIVEIRA, 2018, p. 86) e está localizado em uma antiga área industrial no bairro de Guaxindiba. O CIESG “é composto por empresas privadas com atividades diversificadas, mas que têm relação com a “economia do petróleo”” (CANDIDO; OLIVEIRA, 2018, p. 86). Fica-se nítida, assim, a expectativa, por parte da estatal e das esferas administrativas, do Comperj em atrair indústrias de 2ª e 3ª geração à área de influência do projeto.

Sobre a reconversão do sistema portuário, chega-se a um dos pontos mais importantes deste trabalho, visto que seu escopo envolve a Ilha de Itaoca: o projeto da Cidade da Pesca. De antemão, para abordar a importância simbólica deste projeto, é preciso recuperar à análise a trajetória do estado do Rio de Janeiro no setor pesqueiro. Como lembra Candido:

O Estado do Rio de Janeiro tem uma importante tradicionalidade do setor pesqueiro como local de desembarque e abastecimento do pescado. No entanto, com o passar dos anos, a falta de infraestrutura e ambiente de precariedade tem resultado no declínio dessa atividade no Estado. Entre os maiores polos pesqueiros do Estado, está São Gonçalo, Niterói, e na cidade do RJ, nos bairros da Ilha do Governador e do Caju. O principal entreposto de pescado na região metropolitana era o mercado de peixe na praça XV, criado em 1934. Na época grandes empresas de pescado se instalaram na região e boa parte era de empresas de enlatados. Esse entreposto foi uma

modernização importante no Rio de Janeiro, que veio acompanhado com o processo de industrialização da época, isso colocou o ERJ em um novo patamar competitivo do setor. Contudo, com a desativação do mercado de peixe em 1991, grande parte do desembarque do pescado passou a ser na Ilha da Conceição em Niterói, ou no CEASA (...) no bairro de Irajá, na cidade do Rio de Janeiro. Desde então, o setor tem tido cada vez mais dificuldade no transporte e conservação do pescado. A falta de um terminal público pesqueiro de grande porte tem sido uma necessidade de décadas (CANDIDO, 2019, p. 12).

Assim, como aponta Lima (2020, p. 11):

a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Abastecimento e Pesca; a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços; a Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio e a Prefeitura de São Gonçalo⁴⁴ idealizaram a Cidade da Pesca. Este projeto é um complexo que abriga empresas privadas do setor para o desembarque e processamento do pescado (...). O projeto da Cidade da Pesca visa aproveitar as estruturas (estrada do Comperj e píer) deixadas pela Petrobras para São Gonçalo.

Candido nota que, antes mesmo de o sistema UHOS ser construído, as administrações municipal e estadual já possuíam ciência e se responsabilizavam pela reconversão da infraestrutura técnica (CANDIDO, 2019). Assim, a esfera municipal, desde 2008, já havia publicado através do Decreto Municipal nº366/2008 a desapropriação de moradias em Itaoca e, através de mudanças no plano diretor da cidade, a inserção daquela área costeira como Zona de Uso Predominantemente Industrial (ZUPI) (CANDIDO, 2019).

Candido ainda ressalta que também é denominada ZUPI o parque industrial em Guaxindiba, mostrando o poder público dando legitimidade à criação destes espaços industriais (CANDIDO, 2019) e, assim também, acatando certo modelo de desenvolvimento.

Como mostra a autora, o projeto teria um caráter englobante, não resumindo-se apenas ao condomínio industrial em si, mas também criando um novo espaço de moradias naquele recorte espacial de 800.000 M² (CANDIDO, 2019), reassentando as famílias uma vez removidas do polígono original no próprio bairro. Entretanto, houve mudanças. Em suas palavras:

A Cidade da Pesca seria composta por um Terminal Público Pesqueiro (TPP), um condomínio industrial pesqueiro sustentável, e uma área para o reassentamento para a construção de moradias que posteriormente foi modificado para apenas a indenização. No início do projeto era previsto 800

⁴⁴ Fonte: O Dia, 27/06/2014. Disponível em: <<https://odia.ig.com.br/niteroi/2014-06-28/cidade-da-pesca-quer-fazer-do-estado-o-maior-produtor-pesqueiro-do-pais.html>> Acesso em 31/05/2020.

mil m² para o empreendimento, mas foi desapropriado pelo Estado 630 mil m².

O projeto gerou grande perspectiva tanto empresarial quanto dos pescadores e trabalhadores do setor, e foi apresentado como um investimento que colocaria o ERJ em um novo patamar da atividade de pescado. Sendo um empreendimento com investimento público e privado, não faltou empresas que se interessassem na proposta, grandes empresas como a Crusoé Food, o estaleiro Peixaria Pop & Peixe LTDA, a Jealsa-Rianxeira e mais 17 empresas, assinaram um protocolo de intenções com o ERJ (CANDIDO, 2019, p. 13).

De todo modo, Candido afirma que “toda a idealização do projeto mostrava uma modificação radical no bairro de Itaóca” (CANDIDO, 2019, p. 13)⁴⁵.

Simultaneamente à materialização de tal rede técnica, surgia a necessidade de instâncias administrativas que pudessem dar conta de refletir sobre tais rupturas e gerir tais processos, em uma escala de fato regional. Salandía avalia “a importância do entendimento da complexidade territorial para uma gestão territorial metropolitana, assumindo como premissa que é preciso ultrapassar o contexto administrativo municipal” (SALANDÍA, 2018, p. 99). Assim, a discussão se encaminha a analisar duas instâncias supramunicipais: O Fórum Comperj⁴⁶ e o Conleste.

Sobre o último, discutem Bienenstein et al.:

A expectativa de que o Comperj acarretasse um novo fluxo de pessoas e de capital não apenas para os municípios de Itaboraí e São Gonçalo, mas em toda a região do seu entorno, tornou evidente a necessidade de serem

⁴⁵ Como se viu no capítulo anterior, a zona costeira, da qual Itaoca faz parte, possui um tipo de ocupação urbana, densidade do tecido urbano, nível de antropização e presença de massas verdes diferentes dos outros trechos de orla do município, formando assim uma distinta unidade de paisagem em relação às outras unidades de paisagem da orla e dos bairros mais ao interior (LIMA, 2017). Em sendo, ratifica-se o efeito interpretado (por seus níveis de ruptura) por Candido.

⁴⁶ “Conforme informações constantes no Portal do Governo do estado do Rio de Janeiro, o Fórum Comperj, criado por meio do Decreto Estadual nº 40.916, de 28 de agosto de 2007, “pode ser considerado como o primeiro passo orientado para o planejamento e execução de políticas públicas relacionadas à área de influência do Comperj [...]. Formado pelos secretários de Estado, prefeitos dos municípios que integram o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Leste Fluminense - Conleste e pelo presidente da Assembleia Legislativa - ALERJ, o FÓRUM conta também com a participação de parceiros institucionais e estratégicos como o Ministério das Cidades, o BNDES, a Caixa Econômica Federal - CAIXA, o Banco do Brasil, a Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS e entidades e organizações da sociedade, na qualidade de convidados, como Universidade Federal Fluminense - UFF, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ, Federação das Indústrias do Rio de Janeiro - FIRJAN, Federação do Comércio do Rio de Janeiro - FECOMÉRCIO, Organização Nacional da Indústria do Petróleo - ONIP, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE, Serviço Nacional de Aprendizado Industrial - SENAI, Federação Única dos Petroleiros - FUP, Conselho Comunitário Regional do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - CONCRECOMPERJ e Assembleia Permanente de Entidades em Defesa do Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro - APEDEMA” (CANDIDO, OLIVEIRA, 2018, p. 69)”. Salandía ainda afirma que a Firjan foi responsável pela articulação do Fórum (SALANDÍA, 2018).

construídas pautas coletivas de ações, soluções regionalizadas e acordos entre as cidades da região Leste Fluminense que passassem a guiar as primeiras movimentações. Nesta nova perspectiva de territorialização regional, visando fazer frente às transformações esperadas, em 2006 os onze municípios anteriormente mencionados neste artigo [Itaboraí, São Gonçalo, Niterói, Maricá, Tanguá, Cachoeiras de Macacu, Guapimirim, Magé, Rio Bonito, Silva Jardim e Casimiro de Abreu] (aos quais se agregaram mais quatro [Araruama, Nova Friburgo, Saquarema e Teresópolis]) se articularam e constituíram o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Leste Fluminense (Conleste). O intuito era formatar uma política de ação regional e discutir as principais questões que envolvem a implantação desse empreendimento, compartilhando negociações e ações a serem implementadas a partir de uma pauta regional (BIENENSTEIN; BIENENSTEIN; DRUMOND; GALVÃO, 2018, p. 59).

Consta ainda da conformação do Conleste o município de Cabo Frio, cuja entrada data de 2020⁴⁷. Assim, totalizam-se dezesseis os municípios integrantes no Consórcio. Cabe notar que ambas as associações não contam com a participação da cidade-capital.

Salandía (2018, p. 100) aponta “os consórcios como mecanismo através do qual municípios e estados podem buscar a eficácia das suas políticas públicas, superando limitações administrativas que geram recortes ou entendimentos parciais, que dificultam a compreensão da dinâmica urbana” e para, assim, “enfrentar a precarização socioterritorial”. Aliás, o autor (2018) traz à tona que a região na qual o Comperj se insere apresenta grandes problemas de urbanização, cujo Complexo tende a agravar com suas rupturas em diferentes campos.

Detendo-se à análise do Leste Metropolitano, Salandía assinala que:

Os dados sistematizados tanto pela Fundação CIDE como pelo Observatório ONU - Habitat/UFF evidenciam grandes assimetrias entre os municípios do Leste Metropolitano, que de um modo geral podem ser explicadas pelas características do processo de estruturação urbana marcado por uma produção desigual do espaço urbano. Com cinco municípios, nosso recorte territorial tem em um extremo Tanguá, com menos de trinta mil habitantes, e no outro São Gonçalo, com um milhão de habitantes - trinta e três vezes mais. Os indicadores sociais e econômicos também evidenciam as assimetrias. O IDHM de Niterói em 2010 (0,837) era o mais alto do Estado, enquanto o de Tanguá (0,654) era o 86º entre os 92 municípios fluminenses (SALANDÍA, 2018, p. 106).

Interessante também entrelaçar tal produção desigual do espaço urbano à questão racial. De acordo com o *Mapa interativo de distribuição racial no Brasil*⁴⁸, a área nuclear da RMRJ - como as Zonas Sul do Rio de Janeiro e de Niterói - possui

⁴⁷ Fonte: sítio eletrônico do Conleste, 18/02/2020. Disponível em: <<http://conleste.com.br/2020/02/18/cabo-frio-membro-do-conleste/>> Acessado em 04/06/2020.

⁴⁸ Disponível em: <<https://patadata.org/maparacial/#lat=-87.110736&lon=76.571172&z=3&o=t>> Acesso em: 06/08/2020.

presença mais marcada de população branca. Por outro lado, as áreas da periferia “imediate”, “intermediária” e “distante”⁴⁹ possuem presença mais amíde de população preta e parda. Em sendo, entende-se que tal fato aponta complexidades à formulação de políticas públicas que ultrapassem as desigualdades sociais, urbanas e raciais dessas regiões.

Diante deste cenário social, o autor ainda problematiza certos desdobramentos a partir do Comperj, de ordem imobiliária, que se encaixam na dimensão relacional do espaço, de Harvey (2015). Salandía explana que, revolvendo as promessas de desenvolvimento em torno do Comperj, a perspectiva “de novos empregos diretos e indiretos acarretaria aumento da demanda por moradias” (SALANDÍA, 2018, p. 120). Ademais:

A expectativa de negócios na “nova cidade do petróleo” teve impacto imediato no mercado imobiliário local, com muitos lançamentos imobiliários e elevação do preço dos imóveis e dos aluguéis. A publicidade dos novos empreendimentos mostra explicitamente a sua vinculação com a dinâmica imobiliária provocada pelo Comperj, e confirma as previsões bastante óbvias que foram feitas assim que a sua implantação foi anunciada, em relação à forte valorização fundiária que provocaria e à necessidade de prever mecanismos de recuperação de mais-valias urbanas que pudessem permitir uma gestão social da valorização da terra e antecipar a formulação de uma política habitacional e urbana para enfrentar as novas demandas, que se somariam ao passivo típico das periferias metropolitanas. Havia grande expectativa de que a atratividade que Itaboraí e São Gonçalo ganhariam com o início da implantação do Comperj se refletisse em muitos investimentos ligados ao setor industrial e, como consequência, ao setor imobiliário. De fato, com o simples anúncio de implantação do Comperj, se iniciou a elevação do preço da terra e dos imóveis, repercutida em várias matérias publicadas na imprensa (SALANDÍA, 2018, p. 120).

Assim, percebe-se uma população, historicamente, com muitas demandas e poucos projetos. Como Salandía aponta, há, neste recorte territorial, municípios com graves e diversos problemas em termos sociais, urbanísticos, que remetem ao acesso ao Direito à Cidade. Nota-se que tais problemas são anteriores ao Comperj, sendo que o projeto, por seu poder de grandes impactos, atravessa tal cenário e pode deixar mais profundas as desigualdades territoriais e sociais.

Parece ser neste exato sentido que autores, autoras e diferentes atores e agências depositam suas expectativas e esperanças nos Fórum Comperj e Conleste. Considerável parte dos textos acadêmicos aponta para que tais instâncias possam fomentar e administrar políticas públicas e planos para administrar tal região

⁴⁹ Conforme leitura realizada por Abreu (1987) e trazida por Salandía (2018, p.107-108).

em prol do Direito à Cidade, contrapondo a força das agências capitalistas e sua produção de um espaço desigual e estratificado⁵⁰.

3.5 Vozes opositoras

Como mencionado ao começo deste capítulo, é importante frisar que o ideário de desenvolvimento que o Comperj simbolizava, assim como seus desdobramentos, não foram aceitos por grande parte da academia e dos atores sociais envolvidos neste cenário. Muitas críticas e relatos contundentes foram lançados contra a forma pela qual o Comperj e sua rede técnica se materializavam.

O objetivo desta seção é montar o mosaico de críticas de tais vozes opositoras: dos projetos desdobrados ao Comperj em si⁵¹.

A começar pelo Arco Metropolitano, se, por um lado, como apontam Campos e Silva (2019, p. 2), o Arco carregue a premissa de ser “um indutor do desenvolvimento regional”, unificando em seu traçado a RMRJ, por outro, entretanto, “dispõe-se o questionamento, após a sua conclusão em 2016, se a paisagem foi marcada pelo querer dominante de determinados grupos ou a absorção das esperanças dos cidadãos envoltos a este”.

Como citam os autores, por maior que seja a grandeza do projeto, “com custo final de R\$1,9 bilhões” (CAMPOS; SILVA, 2019, p. 7), merecendo inclusive o Plano Diretor do Arco Metropolitano (PDAM) e diretrizes da FIRJAN e do RIMA “para as supostas potencialidades que a obra viria promover”,

o traçado não considerou os impactos ambientais e socioeconômicos que o projeto possa vir a causar. Ao atribuir toda responsabilidade ao poder público no que diz respeito à solução dos impactos socioespaciais e ambientais, onde o Estado nacional aparentemente seria o mediador das tensões no intuito de ser a ferramenta para a prevalência da vontade coletiva, o que se observa com o Arco Metropolitano é o descompasso entre as especificidades dos municípios e o traçado adotado (CAMPOS; SILVA, 2019, p. 5, grifos meus).

⁵⁰ Outros projetos articulados ao Comperj e que merecem menção são: Adutora Guandu, Reduc, Comperj; Linhas de transmissão (de energia elétrica); Barragem Guapiaçu (Cachoeiras de Macacu); Esgotamento Sanitário de Itaboraí. A razão pela qual não são abordados mais a fundo neste momento é por falta de espaço para tal explanação. Entretanto, para mais, ver: LIMA/COPPE/UFRJ, 2016; NEEPES/ENSP/FIOCRUZ, 2014.

⁵¹ Cabe enfatizar que, por serem inúmeros projetos e posições divergentes, há a marcada limitação em apresentar todas as vozes. Em sendo, esta seção expõe apenas algumas críticas mais expressivas, não de todos os projetos já aqui mencionados. O objetivo é elucidar as angústias críticas e a afetação na produção de vida das pessoas atravessadas por tantos projetos e tantas rupturas.

Um dos exemplos utilizados pelos autores relaciona o traçado do Arco e um importante marco ambiental da Baixada Fluminense. A via passa por e divide “a Floresta Nacional Mário Xavier, mesmo tendo como característica remanescentes conjuntos de Mata Atlântica que” fazem parte do “Corredor de Biodiversidade da Serra do Mar” (CAMPOS; SILVA, 2019, p. 5-6). Após críticas, o imbróglio foi eventualmente resolvido com a criação de um viaduto, mas cabe o questionamento de por que o traçado da via expressa passava por dentro da Floresta, em primeiro lugar. Convém ainda afirmar que, em outros espaços, houve situação símile, como “em Nova Iguaçu, onde o Arco corta a APA Rio Douro e tangencialmente as APAs de Tinguazininho [Tinguazinho], Tinguá e Retiro” (CAMPOS; SILVA, 2019, p. 15).

Destarte, os autores atestam que “o que se pode perceber foi que as diretrizes apontadas são dúbias e incertas podendo reforçar ainda mais a ocupação de uma área topograficamente rica pela sua diversidade ambiental” (CAMPOS; SILVA, p. 7).

Dentre as omissões do PDAM perante o aspecto ambiental, destaca-se, por exemplo, que “nenhuma atenção [foi] dada ao aumento dos índices de poluição sonora ou do ar” (CAMPOS; SILVA, 2019, p. 7) e que “pouca atenção foi dada aos impactos da instalação do Arco e tampouco aos empreendimentos estruturantes” (CAMPOS; SILVA, p. 7), apontando direções críticas a outros projetos que revolviam o Arco.

Assim, os autores aduzem à projeção do Arco como uma “janela de oportunidades” para que os agentes administrativos envolvidos em sua espacialidade possam atrair recursos para seus municípios ou estados, assim participando de uma rede transnacional do capital. Tal contexto traz à luz comparações com as situações consensuais que são impressas pelos agentes hegemônicos nas cidades-empresas, gerando disputas por capital entre si, em paráfrase à leitura de Arantes, Maricato e Vainer (2000). Conforme Campos e Silva:

(...) se confirma o fato que o Arco Metropolitano não se constitui apenas como uma intervenção física sobre as cidades, mas, a convergência da construção identitária e da retórica da unidade cidadã que determina a duplicidade entre a cidade que fala como competitiva e atrativa, e a cidade que se cala sobre suas mazelas e misérias (VAINER, 2013). O projeto sob o signo do crescimento e oportunidades, evidencia a dinâmica dos interesses dominantes que cooptam e instrumentalizam a máquina pública para render benefícios significativos a seus interesses de valorização⁵².

⁵² Neste ponto, os autores trazem as reflexões de Whitaker: “...é fácil perceber que a disputa por localizações ocorre à medida que estas rendem lucros, ainda mais em cenários – como o das cidades

As administrações municipais ao adotar uma postura de incentivo às obras do Arco, seja com claro apoio de forma a viabilizar sua construção, seja adotando postura omissa, não colocando condicionantes para ocupação no entorno do projeto, corroboram aos efeitos perversos de uma estrutura institucional política já em estado de putrefação.

(...) Portanto, o Arco Metropolitano é introduzido em um suposto cenário fértil na geração de novos investimentos para o fortalecimento do Estado do Rio de Janeiro, especialmente para a Indústria Extrativa, Empresas Transnacionais e Indústria da Construção Civil. Para tanto, *o projeto é exposto tanto pelos agentes políticos quanto os econômicos como base de um projeto econômico-industrial que seria capaz de dispor aos municípios oportunidades de desenvolvimento. O discurso tem como função reforçar a ideia que a estar aberto a oportunidades de investimento é a única saída possível.* Contudo, ressalta o Whitaker (2007), o interesse de fundo está, portanto, na possibilidade do “consenso-público-privado operativo”, o objetivo é apenas e tão somente beneficiar os interesses de rentabilidade de capitais (CAMPOS; SILVA, 2019, p. 8, grifos meus).

Nota-se, em geral, uma posição de passividade das instâncias de planejamento urbano de cada município, como mostrado no texto dos autores. Em alguns planos diretores, não havia sequer diretrizes reais de como compatibilizar o traçado da via com o desenho urbano preexistente, a evitar conflitos e futuros desdobramentos negativos (CAMPOS; SILVA, 2019). Em sendo, os autores apontam críticas sobre a discrepância do PDAM com os Planos Diretores de cada município: “nos Planos Diretores de Seropédica e de Nova Iguaçu o Arco Metropolitano é mencionado no texto, mas não é demarcado nos mapas” (CAMPOS; SILVA, p. 15).

Ainda no texto de Campos e Silva é possível encontrar importantes análises sobre um dos polos coadunados ao Arco: o Porto de Itaguaí. A ampliação deste, feita necessária dentro desta lógica de maior demanda (impulsionada pelo pré-sal), seguiu os preceitos do neoliberalismo lulista. Da mesma forma que citado ao mencionar as críticas perante o projeto do Arco, as obras do Porto outrossim demonstram uma preponderância do campo econômico em detrimento dos campos ambiental e sociocultural:

A infraestrutura portuária, e todo o complexo fixado ao redor dos portos, assumiu papel chave como espaço de fluxo de capitais transnacionais e instalação de grandes projetos urbanos, que tem como característica impor novas e rápidas reconfigurações dos territórios com impactos diretos sobre

subdesenvolvidas – em que o trabalho social investido (a infraestrutura) não é homogêneo, mas sim escasso e pontual, exacerbando os desequilíbrios de preços. [...]. Há evidentemente altos ganhos imobiliários em jogo, que ocorrem à medida que os diferentes agentes da produção do espaço vencem ou não as disputas pelas melhores localizações.” (WHITAKER, 2007, p. 140, apud CAMPOS; SILVA, p. 8).

a vida, economia e cultura das populações ali estabelecidas (CAMPOS; SILVA, 2019, p. 12).

O excerto reforça a análise já traçada por Pessanha (2015) acerca dos desdobramentos da economia do petróleo, com suas demandas específicas por aporte de capital fixo no solo.

Os autores lembram que em Itaguaí há cinco Unidades de Conservação (UC). As novas instalações, tanto concernentes ao Porto quanto ao Arco, impõe às UC a condição de “zonas de sacrifício”⁵³ ambiental (CAMPOS; SILVA, 2019, p. 14).

Corroborando tal afirmação, os autores ainda pontuam que “além dos impactos ambientais, o avanço destes grandes projetos se faz com a característica inseparável das intervenções urbanas no Brasil”, reforçando suas “lógicas de exclusão (...) e marginalização social de populações tradicionais empobrecidas” (CAMPOS; SILVA, 2019, p. 14). Rememora-se que o porto em si foi inaugurado em 1982, durante o período ditatorial civil-militar.

Adicionais posições divergentes perante o status quo do desenvolvimento econômico se referem ao outro limite do Arco, no município de Maricá. Como visto no item anterior, a espacialidade do município é drasticamente alterada. Destacam-se os já citados projetos do Emissário Terrestre e Submarino e o Terminal Ponta Negra.

De acordo com o sítio eletrônico *Mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil*, ao início de 2012 houve uma audiência pública, em Maricá, a debater o projeto do Emissário. A reportagem assinala certas obstruções ao exercício e participação democrática plena dos diferentes grupos sociais no debate e no processo, como um todo:

Segundo Laura França, o início da audiência foi marcado por uma discussão regimental, já que o representante do INEA pretendia restringir as falas e perguntas àquelas inscritas previamente pela internet, não abrindo espaço para aqueles que estavam presentes, mas que não haviam se registrado previamente. A mobilização dos presentes e a constatação de que ele feria as regras do próprio INEA, fizeram com que tal procedimento fosse cancelado e o microfone aberto à fala de todos. França também destaca que a população local, tanto individualmente, quanto representando instituições como a Colônia de Pescadores da Comunidade de Zacarias, da APALMA [Associação de Preservação Ambiental das Lagunas de Maricá] e

⁵³ Como explica Viégas: “A expressão “zonas de sacrifício” é utilizada pelos movimentos de justiça ambiental para designar localidades em que observa-se uma superposição de empreendimentos e instalações responsáveis por danos e riscos ambientais. Ela tende a ser aplicada a áreas de moradia de populações de baixa renda, onde o valor da terra relativamente mais baixo e o menor acesso dos moradores aos processos decisórios favorece escolhas de localização que concentram, nestas áreas, instalações perigosas” (VIÉGAS, 2006, p. 1).

da Associação Pró-restingas, se posicionou contra a instalação do emissário no município. Também foram apresentados estudos alternativos (realizados por pesquisadores independentes) que atestavam o risco de contaminação da APA de Maricá e do Parque Estadual da Serra da Tiririca – PESET por metais pesados, graxas e outros contaminantes (como fenóis e cianeto) (NEEPES/ENSP/FIOCRUZ, 2014).

Dentre os contra-argumentos ao Emissário, o sítio eletrônico pontua também as posições da engenheira Ana Paula de Carvalho, cujo parecer questiona “a dimensão antrópica do EIA do projeto”:

(1) O estudo não deixa claro como se realizaria o processo de desapropriação das casas existentes no trecho terrestre do traçado; (2) Não há propostas para mitigação ou propostas para enfretamento (sic) dos impactos da atividade pesqueira existente na região em caso de acidente; (3) Erros na totalização dos dados quantitativos relativos à saúde no município de Maricá; (4) Confusão entre a configuração política atual de Maricá e São Gonçalo; (5) Falha na descrição da organização do executivo municipal (omite secretarias e subsecretarias e inclui outras unidades organizativas menores); (6) Utiliza dados demográficos desatualizados, reduzindo a população do município a cerca de 1/3 da população estimada pelo IBGE para o ano de realização do estudo; (7) A estimativa de PIB do município também é distinta da utilizada por fontes oficiais; (8) A autora considera a amostra utilizada para se obter (sic) a opinião da população local sobre o empreendimento estatisticamente irrelevante; (9) O estudo não apresenta de forma consistente os impactos sociais da construção do emissário e omite os impactos colaterais, além de não apresentar estudos de vizinhança; (10) O estudo não caracteriza adequadamente a população pesqueira do município (NEEPES/ENSP/FIOCRUZ, 2014).

Adverte-se que, como exposto no item anterior, o Emissário não constava dos extramuros do Comperj, cujo projeto inicial previa a reutilização das águas no próprio sistema interno do Complexo.

Ainda de acordo com o sítio eletrônico, outro ponto bastante questionado por afetar o território de comunidades urbanas e pescadores artesanais refere-se ao Terminal Ponta Negra (TPN), também chamado como “Porto de Jaconé” ou “Porto do Pré-Sal”.

Como um dos efeitos salientados acerca da implantação do TPN, o sítio eletrônico acima citado elucida que:

(...) se instalado, [o TPN] poderá degradar os ecossistemas e diminuir a biodiversidade do município, sobretudo no entorno da praia de Jaconé. Na faixa de areia ao lado da área onde se pretende construir o porto existem formações de beachrocks ou arenitos de praia (rochas sedimentares cimentadas por carbonato de cálcio, que se apresentam de forma alongada e estreita e que se dispõem em linhas paralelas à costa), citadas por Charles Darwin em sua passagem pelo litoral fluminense, em 1832, e com relevante valor geológico (NEEPES/ENSP/FIOCRUZ, 2015).

A área dos *beachrocks* tem relevância geológica, cultural e científica, sendo parte do projeto que apresenta a região como Geoparque, que são ambientes de distinta riqueza ambiental (NEEPES/ENSP/FIOCRUZ, 2015). De acordo ainda com o sítio eletrônico, “o grupo que estava na gestão provisória do Geoparque” aguardava “o reconhecimento da proposta para o estado do Rio de Janeiro pela Rede Global de Geoparques da UNESCO” (NEEPES/ENSP/FIOCRUZ, 2015). Além, a área licenciada ao TPN é notória pela presença de sítios arqueológicos. Entretanto, o Porto não possui licença do IPHAN para sua implantação, órgão cuja responsabilidade abarca a proteção de bens de valor histórico e cultural (NEEPES/ENSP/FIOCRUZ, 2015).

Esta crítica se insere na linha de preocupação acerca da descaracterização ambiental, que está no bojo das reivindicações de grupos de pesquisadores independentes e organizações da sociedade civil, tais quais “SOS Jaconé - Porto Não!” e Associação de Amigos e Moradores de Jaconé (AMA Jaconé).

Um dos pontos que demonstra a antijuridicidade do processo é ainda relatado pelo sítio:

Para viabilizar a construção do Porto do Pré-Sal na praia de Jaconé a *Câmara de Vereadores de Maricá realizou uma mudança ilegal*, segundo Silva (2014), no *Plano Diretor da Cidade*, especificamente no seu tópico sobre o Uso e Ocupação do Solo. Esta ocorreu na última sessão do legislativo de 2011, em 14 de dezembro. Foi alterada a legislação que rege o uso e ocupação do solo do bairro de Jaconé, de residencial e de especial interesse turístico para zona industrial e comércio (NEEPES/ENSP/FIOCRUZ, 2015, grifos meus).

Ainda, os diversos grupos divergentes pontuam não haver necessidade da construção do TPN, diante da presença de outras estruturas portuárias relativamente próximas à área em questão⁵⁴.

Outro projeto decorrente dos extramuros do Comperj envolve a espacialidade de Cachoeiras de Macacu. Conforme o mesmo sítio eletrônico:

Em agosto de 2011, a Petrobras e a Companhia Estadual de Água e Esgoto (Cedae) assinaram um contrato para fornecimento e reuso de água no Complexo. A cerimônia de assinatura foi realizada no Palácio Guanabara com a presença do governador do estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, do secretário estadual do Ambiente, Carlos Minc, do diretor de Abastecimento da Petrobras, Paulo Roberto Costa, do presidente do Comperj, Nilo Vieira, e do presidente da Cedae, Wagner Victor. Segundo o

⁵⁴ Fonte: O Globo. 11/07/2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/ministerio-publico-pede-anulacao-de-licenca-para-porto-de-jacone-em-marica-23800013>> Acesso em: 25/06/2020.

convênio, a CEDAE forneceria água de esgoto da Estação Alegria para tratamento e uso industrial no Comperj a uma vazão de 1500 litros por segundo. Em contrapartida, a Petrobras se comprometeu a investir R\$ 200 mil na construção de uma barragem no Rio Guapiaçu, em Cachoeiras de Macacu, para aumentar a vazão que chega à estação de tratamento da Cedae de Imunana-Laranjal (NEEPES/ENSP/FIOCRUZ, 2014).

Contudo, tal formalização do projeto gerou uma série de posições divergentes por parte dos grupos sociais envolvidos na área, já que provocaria a desapropriação de produtores rurais. Como o sítio eletrônico explica,

De acordo com informações publicadas no portal INCID: A área alagada pela barragem será de cerca de 2.000 hectares de terra, o que corresponde a dois mil campos de futebol. A intenção é que a obra possa abastecer o Comperj, além de melhorar o abastecimento de água em Paquetá, São Gonçalo e Niterói. A previsão é de que, na área do Comperj, a população cresça de forma exponencial, ultrapassando 2,2 milhões até 2030, justificando a necessidade de aumentar o abastecimento de água. O problema é que a área alagada, além de estar próxima de reservas ambientais, também afeta a produção agrícola da região. As famílias atingidas pelo projeto são formadas principalmente por agricultores familiares. De acordo com Erenildo [da Silva, presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Cachoeiras de Macacu], a construção da barragem irá interromper uma economia de mais de R\$ 200 milhões por ano, já que o município é um dos grandes fornecedores do Ceasa, no Rio de Janeiro. Em reportagem publicada pelo jornal O Globo, o agricultor Francisco Carlos Carvalho, o Quincas, afirmou que, da região a ser alagada, saem cerca de cinco mil caixas de produtos como aipim, inhame, quiabo e milho, diariamente, para o CEASA. Informou também que muitos produtores estão ali desde a década de 1940 (...) (NEEPES/ENSP/FIOCRUZ, 2014).

Um relato contundente, expositivo do significado atribuído pelos moradores àquele espaço, é apresentado pelo próprio site, ao transcrever a fala do supracitado agricultor Quincas: “Não sei fazer outra coisa da vida a não ser trabalhar com agricultura. Não quero sair daqui para morar na cidade (...). É neste lugar que quero continuar criando meus filhos (...)” (NEEPES/ENSP/FIOCRUZ, 2014).

O sítio ainda destaca a fala de Sérgio Ricardo, membro do Comitê de Bacia Hidrográfica da Baía de Guanabara e do grupo ecológico Olhar do Mangue. Este, em matéria publicizada pelo blog *Combate Racismo Ambiental*:

Colocaram o carro na frente dos bois! O licenciamento ambiental da Refinaria da PETROBRAS (COMPERJ), em Itaboraí, foi feito às pressas, em apenas seis meses, sem critérios técnicos adequados e ao arrepio das leis ambientais. Infelizmente, não foram realizados previamente os estudos ambientais e de disponibilidade hídrica; nem sequer foram avaliados seriamente os potenciais impactos sociais sobre a pesca artesanal e a agricultura familiar, que são atividades econômicas que geram muitos postos de trabalho. Trata-se de um caso clássico de racismo ambiental institucional em que prevaleceu o mero interesse econômico de uma corporação petroleira em detrimento da violação dos Direitos destas comunidades tradicionais. Somente agora, após a mega-refinaria ter sido irregularmente licenciada numa velocidade meteórica, é que a omissa e

conivente Secretaria Estadual de Meio Ambiente anunciou que pretende avaliar de onde virá o grande volume de água que irá abastecê-la (NEEPES/ENSP/FIOCRUZ, 2014).

De acordo com moradores e outros grupos opositores, as rupturas formam a “ameaça de uma tragédia comparável à de Mariana, em Minas Gerais”⁵⁵. Ainda consoante à reportagem de *O Dia*, o presidente do Sindicato da Agricultura Familiar de Cachoeiras de Macacu ressalta o caráter unilateral do projeto e da decisão: “Nunca fomos ouvidos em todos esses 30 anos de ameaça de construção da barragem. O governo nunca nos procurou para conversar, e ignora um projeto que apresentamos como opção”. Como a matéria resume, o presidente menciona uma alternativa “que sugere a construção de três barragens menores, evitando a remoção de tantos agricultores”.

O caso acima exposto, mormente sobre pequenos produtores rurais, encontra consonância com a situação vivida pelos pescadores artesanais da Baía de Guanabara. Por se tratar de uma situação onde um ideal de desenvolvimento regional “destrói” ou “pressiona” a produção material de vida de um grupo social, geralmente minoritário (como camponeses ou pescadores artesanais em áreas metropolitanas). Assim, examina-se o fracionado recorte espacial da Baía de Guanabara para os pescadores artesanais.

Com os desdobros do Comperj que utilizaram o espaço da Baía para sinergia com outros projetos e redes, vale rememorar que o recorte marítimo da mesma foi envolvido em projetos como o sistema UHOS, a Cidade da Pesca e a construção de dutos interligando ilhas-terminais da Petrobras à REDUC e ao Complexo em si. Tal situação possui um rebatimento no modo de vida de grupos sociais que se utilizam da Baía de Guanabara.

Para entender tal situação, Binsztok, Vieira e Wasserman recorrem à formulação da “acumulação por espoliação”, de David Harvey, onde este atualiza, por sua vez, a análise acerca da acumulação primitiva de Karl Marx. Assim, a teoria de Harvey

pode ser lida como uma fase de transição, em que tal estrutura, isto é, a acumulação primitiva, deve se reproduzir ciclicamente junto ao todo reprodutivo (MOREIRA, 2015). A acumulação por espoliação é compreendida como o custo necessário de uma ruptura bem-sucedida rumo ao desenvolvimento capitalista, com o forte apoio dos poderes do Estado

⁵⁵ Fonte: O Dia, 20/02/2016. Disponível em: <[https://odia.ig.com.br/2016-02-20/projeto-de-barragem-
polemica-em-cachoeiras-de-macacu-volta-a-tona.html](https://odia.ig.com.br/2016-02-20/projeto-de-barragem-polemica-em-cachoeiras-de-macacu-volta-a-tona.html)> Acesso em: 26/06/2020.

(HARVEY, 2013, p. 128). Nesse caso, o que a acumulação por espoliação faz é se apossar desses ativos e propiciar uso lucrativo. Trata-se da apropriação da natureza por parte do Estado em prol de interesses privados, em função de um modelo de desenvolvimento alheio à reprodução da vida nos territórios antes públicos, comunais (PEREZ; GOMES, 2014, apud BINSZTOK; VIEIRA; WASSERMAN, 2018, p. 140).

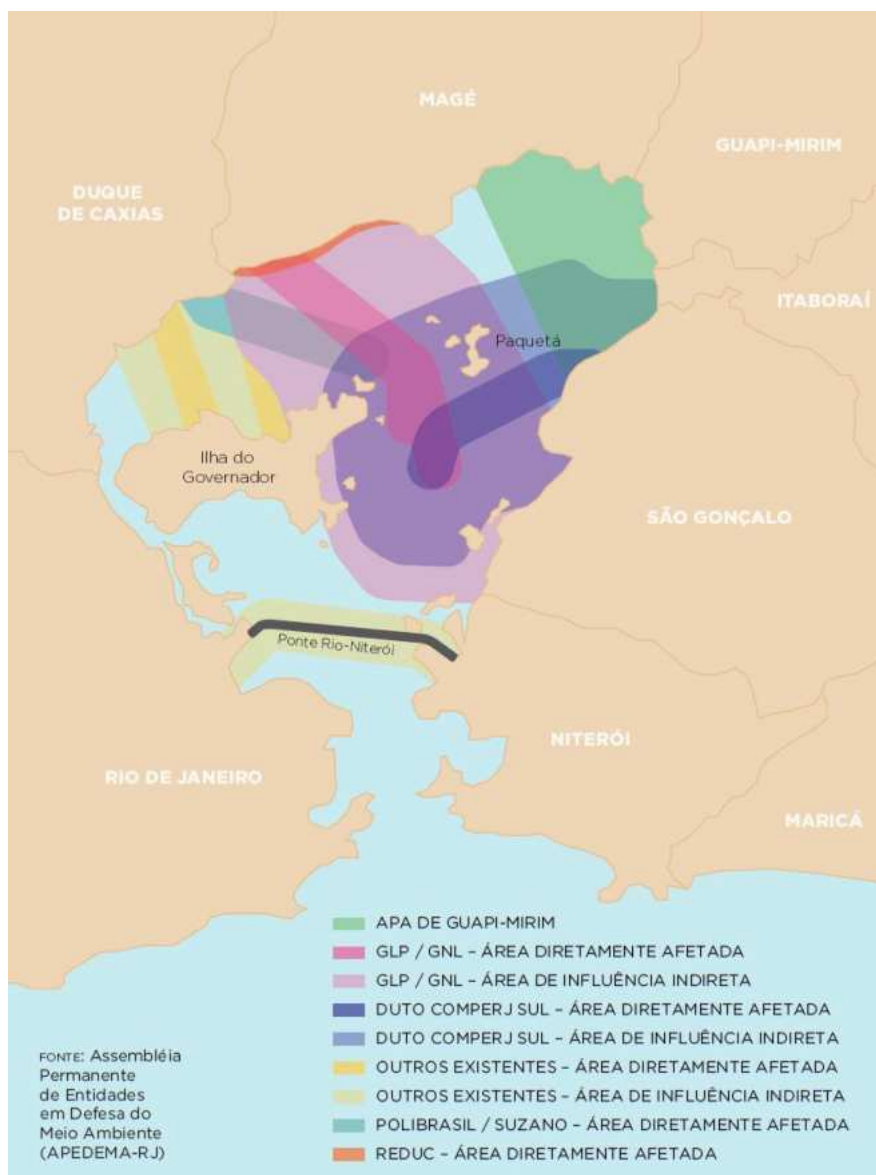
Tal noção é atinente ao que os autores nominam como a construção de despojos. Assim, tal ação da acumulação por espoliação tem como um de seus efeitos “a mercantilização da natureza que tem varrido o mundo em uma nova onda de expropriação das terras comuns” (HARVEY, 2013, p. 123, apud BINSZTOK; VIEIRA; WASSERMAN, 2018, p. 140). Com isso, tal modelo resulta, em nível local, na privação da produção material de vida de certos grupos sociais.

[Os] despojos parecem-nos uma categoria crucial para compreender o desenvolvimento do capitalismo contemporâneo, e assim entendemos os processos de expropriação do trabalhador do seu meio de produção, *seja a terra no caso do camponês, ou o mar no caso do pescador*, como a apropriação dos ambientes comuns e de uso coletivo e a sua conseqüente transformação em “bens privados”. Conforme Binsztok [e] Carneiro (2015), é primordial pensar os despojos não somente pelas ações mitigadoras decorrentes dos passivos ambientais gerados pelos empreendimentos modernizantes, mas também pela situação de absoluta penúria a que foram reduzidas as comunidades locais condenadas à expropriação compulsória (BINSZTOK; VIEIRA; WASSERMAN, 2018, p. 141), grifos meus).

De acordo com Diegues (2015), como sublinhado pelos autores, a expropriação sofrida pelos pescadores na Baía de Guanabara segue certo arquétipo: “as maiores pressões são provenientes da implantação de grandes polos petroquímicos e metalúrgicos no litoral sudeste-sul (BINSZTOK; VIEIRA; WASSERMAN, 2018, p. 142). Curiosamente, o mesmo recorte de mar territorial onde se localizam as camadas de pré-sal.

Para ater-se ao exemplo da Baía, ancorado nos autores (2018, p. 139), há uma restrição à presença de barcos pesqueiros que contabiliza 400 M à esquerda e à direita do sistema de dutos. Há outrossim um raio protetivo de 2 KM derredor dos Terminais de Ilha Redonda e de Ilha Comprida, bases da Petrobras. Chaves (2011, p. 154), conforme citada pelos três autores (2018, p. 143), aponta que apenas 25% da área da baía está livre de qualquer constrangimento à atividade pesqueira. Esse percentual ainda decai para 12%, se introduzida aí a Área de Influência Indireta dos dutos e das ilhas-terminais (fig. 31).

Fig. 31 – Mapa de áreas com restrições à pesca na Baía de Guanabara



Fonte: APEDEMA-RJ, apud Alencar, 2016, p. 42

Tal coibição possui um reflexo nas narrativas dos pescadores. Como apontado pela liderança da Colônia de Pescadores Z-9:

Nós hoje perdemos vários pontos de pesca. Tem a área do aeroporto, que não pode pescar na cabeceira do aeroporto, pois o peixe traz as aves que ficam ali sobrevoando e isso pode causar acidentes. Tem as várias plataformas. Temos o Boqueirão que não podemos pescar porque lá é uma área de segurança nacional, é área da Marinha e se entrar eles atiram, prendem a embarcação. Tem uma área que é da União e é de proteção ambiental que é a APA Guapimirim. Aí acaba que gente fica sem área pra pescar. Eles nos impedem de pescar. Eles criam isso e nos tiram a área de pesca. Se você olhar na Baía de Guanabara hoje, há milhares de navios, só que a gente não consegue pescar ali, por causa das correntes. Aí o que sobrou pra gente foi o fundo da Baía de Guanabara e hoje começaram a construção de todos esses empreendimentos no fundo da baía (Liderança da colônia Z-9, apud BINSZTOK; VIEIRA; WASSERMAN, 2018, p. 144).

A fala da liderança da Colônia Z-9 ainda traz à tona outros usos contidos no recorte espacial da baía, “tais como a Estação Ecológica da Guanabara (ESEC), os estaleiros, o aeroporto do Galeão, terminais privados, o entorno da Refinaria Duque de Caxias (REDUC) e as bases militares” (BINSZTOK; VIEIRA; WASSERMAN, 2018, p. 143).

Tal contexto de hostilidade à pesca artesanal é ainda palpável em falas de outras lideranças: “Hoje só tem “sai daí”, “chuta”; “sai fora”, “essa área é minha”. A Marinha mete bala de um lado, o INEA sai pra pegar pescador” (Liderança da colônia Z8, apud BINSZTOK, VIEIRA, WASSERMAN, 2018, p. 144). Ou ainda:

“a pesca artesanal, hoje na baía de Guanabara, eu vejo como a exclusão dela, o sumiço dela. Ela tá sendo exaurida pelos empreendimentos dentro da baía de Guanabara. É assim que eu vejo hoje a pesca na Baía de Guanabara, o sumiço dela” (Liderança da Colônia Z8, apud BINSZTOK; VIEIRA; WASSERMAN, 2018, p. 143).

Acresce-se que imbricadas em tais interdições espaciais, há ainda rupturas ambientais de diversas ordens: áreas assoreadas dentro da baía, “a poluição e o iminente risco de acidentes ambientais, como o ocorrido no ano de 2000, por vazamento de toneladas de óleo oriundos de navio a serviço da Petrobras” (BINSZTOK; VIEIRA; WASSERMAN, 2018, p. 144). Assim:

O cerceamento do espaço da Baía de Guanabara pode ser compreendido como um processo de condicionamento promovido pelos agentes desenvolvimentistas, no caso, a indústria petroquímica, que acomete os pescadores artesanais. Trata-se de um processo dirigido pelos de “cima” e imposto aos de “baixo”, resultando em uma “reclusão territorial” forçada, portanto, uma reclusão realizada de fora para dentro (HAESBAERT, 2005). De acordo com Santos (2002), trata-se das verticalidades, isto é, uma “racionalidade superior e do discurso pragmático dos setores hegemônicos” (p. 286, apud BINSZTOK; VIEIRA; WASSERMAN, 2018, p. 145).

Os autores entendem a ideia de “exclusão territorial” apenas se considerada a relação dialética entre “exclusão-inclusão”. Desta feita, “a “exclusão” corresponde sempre, na verdade, a uma reterritorialização, amiúde mais precária” (BINSZTOK; VIEIRA; WASSERMAN, 2018, p. 145).

Este extrato é crucial para entender a situação vigente da pesca artesanal na baía. Rosa e Matos refletem: “Com a diminuição dos estoques pesqueiros da Baía de Guanabara, muitos pescadores tentam compensar a situação indo cada vez mais longe na busca do pescado, o que faz aumentar ainda mais os riscos de acidentes inerentes a esta atividade” (ROSA; MATOS, 2010, apud BINSZTOK; VIEIRA; WASSERMAN, 2018, p. 146).

Esta situação de precariedade laboral é ainda amplificada se entendido que certos pescadores não possuem barcos a motor ou equipamentos para conservação do pescado, ficando assim expostos a maiores jornadas de trabalho, maiores riscos à própria saúde e menores chances de inserção nas redes próprias de seus trabalhos.

Binsztok, Vieira e Wasserman (2018, p. 147) concluem que há um descompasso entre os grandes projetos e os interesses de tais grupos sociais, “que geralmente são (...) [excluídos] por critérios de racionalidade técnico-científica de participação no referido processo”. Cabe sublinhar também que os autores registraram “a ocorrência de movimentos de resistência aos programas ditados pela modernização conservadora”, em uma nítida demonstração do exercício da cidadania insurgente (HOLSTON, 2013).

Antes de abordar sobre o Fórum Comperj e o Conleste, um último comentário é necessário acerca de como os agentes do setor imobiliário atuaram na produção e significação do espaço nos municípios da área de influência direta e indireta do Complexo. Bienenstein et al. (2018) abordam o tema da reconfiguração territorial urbana em São Gonçalo e Itaboraí, a partir da instalação do Comperj.

O estudo de caso dos autores restringe-se aos dois municípios, mas as complexidades podem ser estendidas aos outros da área de influência do Comperj, tal qual já salientado por Salandía (2018) seções acima. As disparidades entre os municípios da região apontam à complexidade na fomentação de políticas públicas para gerir os impactos na área.

Analisando as rupturas no padrão de urbanização, os autores afirmam que:

O lançamento e as obras do Comperj provocaram o crescimento diferenciado da área urbanizada nos onze municípios que inicialmente conformaram o [Conleste] (...). Tal urbanização não ocorreu de modo uniforme, tendo causado conflitos e rupturas, decorrentes do fluxo e da concentração populacional, além da entrada de novos agentes, tendendo a transformar o padrão cultural e econômico da região e gerando discrepância entre o velho e o novo (BIENENSTEIN; BIENENSTEIN; DRUMOND; GALVÃO, 2018, p. 48).

Assim, o grupo identifica que “em ambos os municípios foram observadas duas tendências opostas”: a primeira manifesta na intensificação “do ritmo dos lançamentos de novos empreendimentos imobiliários”; e a segunda “que se

evidenciou na expansão e adensamento dos assentamentos populares precários” (BIENENSTEIN et. al, 2018, p. 49).

A perspectiva de tal GPDU, assim como em outros casos símiles, “começou a atrair novos segmentos do setor imobiliário” (BIENENSTEIN et al. 2018, p. 50). Como já visto neste mesmo capítulo, os representantes das esferas administrativas locais se revelam geralmente passivos em relação a tal entrada, “cedendo às pressões” e promovendo “alterações na legislação urbanística, permitindo maior adensamento e verticalização no uso do solo e assim, supostamente ampliando as oportunidades de desenvolvimento prometidas pelo novo polo petroquímico” (BIENENSTEIN et al., 2018, p. 50).

Os autores analisam, ainda, mais a fundo os tipos de uso de tais empreendimentos e as territorialidades aos quais eles representam:

A partir daí, observam-se progressivas e radicais transformações na organização do seu território, especialmente a partir do aparecimento de um padrão de empreendimento (o qual apontava para o surgimento de outro padrão de consumo), *que visava atender à demanda de uma nova classe social de maior poder aquisitivo que se esperava que fosse atraída a partir da instalação de novas empresas*. Neste rol estavam incluídos novos objetos urbano-arquitetônicos que conformariam enclaves socioespaciais, tais como shopping centers, edifícios corporativos, hotéis e edifícios residenciais de alto padrão *vistos como símbolos de modernidade e desenvolvimento, cujo porte e respectivas volumetrias apresentavam considerável contraste com o tecido urbano existente* (BIENENSTEIN; BIENENSTEIN; DRUMOND; GALVÃO, 2018, p. 50, grifos meus).

Novamente é válido lembrar que, por mais que a análise do grupo circunscreva apenas Itaboraí e São Gonçalo, tal efeito é também observado em outras cidades da área de influência do Comperj⁵⁶.

Analisando o bojo deste movimento, os autores afirmam que tais empreendimentos “apontavam para a tendência de expulsar a população existente, na maioria dos casos, de baixo poder aquisitivo, para locais mais afastados e ainda mais precários” (BIENENSTEIN; BIENENSTEIN; DRUMOND; GALVÃO, 2018, p. 53). Ainda, o grupo acrescenta que “as expectativas geradas pelo anúncio de uma grande obra em determinado local, em países com problemas crônicos de desemprego e subemprego, ocasionam movimentos populacionais em sua direção”

⁵⁶ A elucidar um dos casos, nas torres empresariais *Oscar Niemeyer Monumental* em Niterói, as falas dos fomentadores do empreendimento deixam nítida a relação entre a construção desses novos símbolos urbanos e a “localização privilegiada” da cidade “em relação à indústria petrolífera”. Nos discursos, a perspectiva de “que a cidade só tem a ganhar com a construção das torres”, em conformidade à reportagem de Istoé, (21/01/2016. Disponível em: <https://istoe.com.br/358056_A+ULTIMA+POLEMICA+DE+NIEMEYER/> Acesso em: 03/07/2020).

(PIQUET, 2007, apud BIENENSTEIN; BIENENSTEIN; DRUMOND; GALVÃO, 2018, p. 53).

Os autores identificam que, no foco em Itaboraí e São Gonçalo, primeiramente foi atraída uma população com pouca experiência para os postos de trabalho ligados à construção civil. Ao passo que tais trabalhadores não conseguiram se colocar nesta etapa, ingressaram para o trabalho informal, num movimento que acaba por agravar as já agravadas condições urbanas de cada região (BIENENSTEIN et al., 2018).

A deslindar a situação em um exemplo específico, em Itaboraí, “apenas cerca de 10% da mão de obra” foi local (BIENENSTEIN et al., 2018, p. 55). Junto a tal movimento, os dois municípios “também não conseguiram atender à demanda por serviços e infraestrutura, resultando no surgimento de novos assentamentos precários e adensamento e expansão dos existentes” (BIENENSTEIN et al., 2018, p. 53). Assim, os autores concluem que “tais assentamentos cresceram em áreas periféricas à área urbanizada (...), em locais onde o capital imobiliário não tem interesse, geralmente impróprios à ocupação” (BIENENSTEIN et al., 2018, p. 54).

Ao ter primeiro comentado sobre o caráter das gestões municipais de forma mais isolada, os autores encaminham a crítica à forma pela qual os agentes ligados ao Conleste atuaram perante o GPDU:

Essa nova configuração de cunho político-administrativo no território fluminense não impediu que, em paralelo, logo começassem a se desenhar - e serem disputados em cada município - diferentes papéis no projeto de desenvolvimento, cada um deles obedecendo a racionalidades definidas em variadas escalas, numa complexa articulação política de atores, com evidentes fragilidades e tensões. Na verdade, cada município passou a buscar individualmente usufruir de possíveis benefícios oferecidos pelo empreendimento e um grau de relevância na atração de empresas e de população de maior poder aquisitivo, deixando em segundo plano a identificação de pautas e demandas comuns, mais abrangentes e localmente necessárias (BIENENSTEIN; BIENENSTEIN; DRUMOND; GALVÃO, 2018, p. 59, grifos meus).

Para fechar a seção, merece destaque as fragilidades e incongruências nos processos de licenciamento ambiental e legislação urbanística referentes ao Comperj.

Conforme já adiantado ao início, houve uma mudança drástica no Plano Diretor de Itaboraí para receber o empreendimento. O Plano traçado em 1990 delimitava a área que hoje abriga a planta industrial como sendo uso misto. Nela, eram-se permitidas pequenas unidades industriais, desde que o uso não

constrangesse o meio ambiente, distinto pela proximidade à APA Guapimirim (BIENENSTEIN et al., 2018).

A perspectiva de implantação do Comperj fez com que a gestão municipal revisasse a delimitação da área no Plano: em 2006, houve o afrouxamento das “exigências de proteção ambiental, permitindo a implantação de projetos industriais de grande porte, mesmo aqueles cujos resíduos pudessem causar prejuízos à saúde e ao meio ambiente” (BIENENSTEIN et al., p. 58).

Tal flexibilização ambiental, característica do processo como um todo, também é criticada por Moysés (2018). A autora identifica a propagação de jargões do “desenvolvimento sustentável” por parte do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) do Comperj e no discurso dos agentes do empreendimento. Tal forma de apresentação tem por escopo a tentativa de imprimir um consenso: instrumentaliza-se o Comperj como “uma possibilidade única” tanto na ideia de recuperar centralidade econômica ao estado e à região quanto de fortalecimento social e *ambiental* da área (MOYSÉS, 2018, p. 153).

Analisando tanto falas dos atores fomentadores quanto seus produtos, revela-se essa investida por legitimidade. Respectivamente, o representante da Petrobras, Rodrigo Pio, frisa que “nossos materiais já tão saindo com o lema do Comperj, *Comperj é petroquímica com responsabilidade socioambiental, tá?*”; assim como o próprio RIMA-Comperj, que reforça que “a ideia é garantir que a implantação do empreendimento no local atenda aos princípios *do desenvolvimento sustentável e da responsabilidade social* (p. 13)” (MOYSÉS, 2018, p. 154, grifos da autora).

Entretanto, parafraseando conclusão de Domingues ao analisar o processo participativo no campo cultural (2008, p. 204), é fácil apresentar-se como sustentável e zeloso em termos socioambientais e não o ser. E, de fato, é a esta conclusão que os estudos de Moysés se dirigem.

Primeiramente, ao analisar o procedimento do licenciamento ambiental em um determinado empreendimento, Moysés (2018) discorre sobre qual seria a esfera responsável para tal: federal, estadual ou municipal. Previamente, a autora alerta que “não existe resposta exata a esse primeiro questionamento” (MOYSÉS, 2018, p. 158), apontando que a legislação brasileira não é precisa quanto à especificação do órgão incumbido no licenciamento deste tipo.

Destrinchando documentos como a Constituição Federal e a resolução CONAMA 237/97, seus critérios e suas incongruências, a autora chega ao preceito

da “prevalência do interesse” (MOYSÉS, 2018, p. 160). Ancorada em Trennepohl e Trennepohl (2011), Moysés discorre que a lógica da prevalência corresponde a uma sobrelevação da esfera nacional em relação à esfera estadual que, por sua vez, sobrepõe-se à esfera municipal. “Ou seja, se envolver mais de um órgão, como por exemplo, da União e do estado, a competência deve ser federal” (MOYSÉS, 2018, p. 160).

Revela-se aí uma das inadequações do licenciamento ambiental referente ao Comperj. O Complexo é fomentado pela Petrobras, fato que deixa explícito por si só o interesse federal pela obra. Ademais, o projeto torna como sua área de influência as Unidades de Conservação ESEC da Guanabara e APA Guapimirim (federais) e a Baía de Guanabara (pertencente ao mar territorial nacional). As expectativas de atração de outros empreendimentos e indústrias esperados à área, como explica Moysés (2018), decerto farão os impactos ultrapassarem a Bacia Hidrográfica da Baía.

Logo, “a competência para o licenciamento ambiental, nesse caso, seria (...) do órgão ambiental federal: IBAMA. Contudo, as licenças foram expedidas pela FEEMA, hoje INEA, órgão ambiental estadual” (MOYSÉS, 2018, p. 160). Moysés (2018, p. 160), assim, conclui que “a falta de lei complementar prevista na CF (88) atua como brecha para que outros interesses (que não sejam ambientais) se sobressaiam”.

Indo mais a fundo nas incongruidades, ao analisar tanto o RIMA quanto o EIA, a autora expõe que o objetivo final de tais documentos seria o de “analisar a viabilidade ambiental (ecológica, social, econômica) de uma obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente”; não obstante, “tem como finalidade principal justificar o empreendimento em face da legislação ou das exigências dos órgãos ambientais” (MOYSÉS, 2018, p. 161).

Uma característica que confirma tais documentos como meios para imprimir o consenso do “desenvolvimento sustentável” e da “única saída possível” é o fato de que “o próprio empreendedor é o responsável pela sua execução”; isto significa que “se a empresa contratada pelo empreendedor conclui que o empreendimento não é viável ambientalmente, o empreendedor pode simplesmente contratar outra empresa” (MOYSÉS, 2018, p. 161). Em sendo, a autora afirma que em raras situações tais documentos inviabilizam a obra.

Em segundo lugar, o EIA-RIMA, em tese, “é um documento técnico de caráter holístico e intermultidisciplinar”; na prática, “os profissionais qualificados (...) concentram-se no campo das ciências ambientais e exatas”, mais precisamente com o “predomínio de conhecimentos da biologia e da engenharia” (MOYSÉS, 2018, p. 161). Como consequência, os documentos apresentam-se fragmentados e, não raro, ostentam contradições nos próprios texto e diretrizes⁵⁷. Como completa Moysés (2018, p. 161), “não há nem um diálogo entre especialistas - muito menos um (...) com os saberes de outros atores sociais que serão influenciados diretamente pelo projeto”.

3.6 Síntese do capítulo: a queda?

O exposto no capítulo teve como objetivo abordar o significado do Comperj para o desenvolvimento interescalar. As descobertas do pré-sal geraram uma série de expectativas e possibilidades de inserção da economia brasileira em um patamar de influência internacional, inclusive com a projeção de participação na Opep. O Complexo faz parte de uma série de GPDU's ligados ao petróleo, como a Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, e a Refinaria Premium I, no Maranhão. O objetivo consistia em assinalar um “retorno do Estado como indutor do desenvolvimento econômico” (BARBOSA; BINSZTOK, 2018, p. 10). Os projetos referentes à economia do petróleo, por sua vez, estavam no conjunto pertencente ao PAC.

Através da escolha de implantação em Itaboraí, uma série de diferentes projetos complementares infletiram as instâncias absoluta, relativa e relacional do espaço na região. Sejam projetos essencialmente conectados ao Comperj ou projetos que se somaram ao bojo de expectativas sintetizadas pelo Complexo, não apresentando, porém, relação direta com seu funcionamento. Tal novo significado atribuído àquele espaço, através desta inclusão da região em uma rede internacional da geopolítica energética, gerou uma série de atrações de diferentes atores e

⁵⁷ Uma das incongruências foi apontada pelo então deputado estadual Marcelo Freixo (PSOL/RJ), acerca da barragem do Rio Guapiaçu. Em sua fala na Alerj, em dezembro de 2013: “O EIA-Rima do Comperj considera que o rio Guapiaçu é fundamental para a recuperação ambiental. Porém, o projeto de abastecimento de água do mesmo Comperj diz que é fundamental a construção da barragem no mesmo lugar do rio. Sabe por que tem essa contradição? Porque o licenciamento é feito de forma partida, não é integrada, então não tem a sinergia”. Vídeo disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=en9ualJt2p8>> Acesso em: 26/06/2020.

agências. De agentes da especulação imobiliária a populações de trabalhadores compelidos pelas projeções de postos de trabalho prometidas.

Entretanto, é essencial a menção de certos eventos para total entendimento das direções que o Comperj e todos os projetos orbitantes tomaram. Como mencionam Bienenstein et al. (2018, p. 46), a Petrobras tornou-se alvo de uma série de problemas, envolvendo-se em “denúncias que têm envolvido a mencionada empresa, assim como às investigações que têm sido empreendidas por órgãos e/ou instâncias federais tanto do poder executivo quanto do poder judiciário”, mormente “desde o ano de 2014” (BIENENSTEIN et al. 2018, p. 46).

Cabe lembrar que o Comperj, anunciado a construção em 2006, e tendo suas obras iniciadas em 2008, possuía previsão de término para 2014, prazo que não foi cumprido. Um novo cronograma foi divulgado, estabelecido pelo Plano de Negócios e Gestão 2014-2018, mas este também foi transgredido.

As paralisias e mudanças de direções não afetam apenas o Comperj em si, como também apresentam uma reação em cadeia, infletindo da sua rede técnica aos blocos administrativos.

Esta situação é perceptível na Cidade da Pesca. Como o sistema UHOS foi projetado para carregamento das peças para montagem do Complexo, uma vez que o Comperj não seja finalizado, a Cidade da Pesca estará sempre em posição suspensa.

Por outro lado, outros projetos que foram finalizados, mesmo que com restrições, mostram que a tragédia do desenvolvimento não se manifesta apenas na forma das interrupções, mas que é inerente à própria noção do desenvolvimento conservador imposta nos empreendimentos analisados. Tal fica patente no Arco Metropolitano.

Ancorados em Souza (2015), Campos e Silva (2019, p. 22) apontam que, pela própria tipologia inerente ao projeto, a rodovia “causou diversos desmatamentos, trazendo consigo ainda um processo de urbanização acelerada, uma vez que as vias laterais permitem o fácil acesso às ocupações em áreas lindeiras ao Arco”.

Além, os autores comentam que “a recomendação de estímulo à industrialização em áreas ao longo do Arco, também representa uma grande ameaça à preservação ambiental, pela existência de terrenos vagos ao longo do eixo da via “próximo às UCs” (CAMPOS; SILVA, 2019, p.22). O “constante fluxo de

cargas perigosas” torna iminente o risco “de incêndios em áreas vegetadas, contaminar solo dos terrenos lindeiros e, ainda, contaminar mananciais atravessados e/ou nascentes próximas à rodovia, com reflexos negativos sobre a biota aquática” (SOUZA, 2015, apud, CAMPOS; SILVA, 2019, p. 23).

Em relação à criação de espaços industriais pela proximidade ao Comperj, na Estrada do Convento, parte do sistema UHOS, seus 6 KM de extensão estavam destinados, pelo planejamento, a se converterem em espaços industriais, com a atração de aproximadamente 600 empresas. Não obstante, de acordo com Candido e Oliveira, tem-se, no presente, “6 km de abandono e desolação” (CANDIDO; OLIVEIRA, 2018, p. 76).

Atualmente, a implantação do TPN foi suspensa, em decorrência de ações do Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ) e do Ministério Público Federal (MPF), que acataram uma Ação Civil Pública (ACP) que requeria a anulação da licença ambiental concedida preliminarmente ao grande projeto, “a proibição de qualquer autorização para começar a construção, e condenação por danos morais coletivos”, conforme matéria de *O Globo*⁵⁸.

As obras do Emissário Submarino de Efluentes estão paralisadas desde 2014. Ademais, a Prefeitura Municipal de Maricá multou a Petrobras pela interrupção do projeto de instalação de esgotamento sanitário no município, “firmado em convênio entre a prefeitura e a empresa em compensação pelo emissário”⁵⁹.

Sobre os empreendimentos-símbolos dos agentes da especulação imobiliária, Bienenstein et al. (2018, p. 51) ressaltam que muitos deles se encontram não iniciados ou não finalizados. Os autores ainda pontuam o entendimento das rupturas nas instâncias espaciais causadas pelas mudanças na projeção do Comperj:

[A] região onde está situado o Comperj (...) sofreria não somente os impactos gerados pela expectativa de sua implantação, como também pela progressiva diminuição do ritmo de suas obras, passando pela expectativa de sua paralisação ou até mesmo a possibilidade de sua completa desativação. Nesse contexto, o processo acarretou impactos diversos, agora num sentido reverso e perverso, uma vez que afetou predominantemente aqueles que compõem os grupos sociais mais fragilizados, especialmente por intermédio do aumento do desemprego.

⁵⁸ Fonte: O Globo. 11/07/2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/ministerio-publico-pede-anulacao-de-licenca-para-porto-de-jacone-em-marica-23800013>> Acesso em: 25/06/2020.

⁵⁹ Fonte: Click Petróleo e Gás, 18/11/2019. Disponível em: <<https://clickpetroleoegas.com.br/emissario-submarino-do-comperj-vai-despejar-efluentes-no-mar-de-marica-no-rio-de-janeiro/>> Acesso em: 08/07/2020.

Na verdade, as dificuldades se potencializaram com a desaceleração das obras do Complexo, a redução do escopo do projeto e atrasos no pagamento a empresas contratadas, devido à crise enfrentada pela Petrobras a partir de 2014, resultando na aceleração da dispensa de mão de obra e afetando o cenário na região, principalmente no município de Itaboraí. Dados repassados pela prefeitura, com base no Cadastro de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho, indicam que já haviam sido demitidos 17,1 mil trabalhadores e 10,9 mil haviam sido contratados, entre janeiro e junho do ano de 2015, o que correspondia a um déficit de seis mil vagas (BIENENSTEIN; BIENENSTEIN; DRUMOND; GALVÃO, 2018, p. 55).

Assim, os autores revelam rupturas que já eram previstas com a projeção de término nas obras do Comperj, mas que foram agravadas em outros graus pela incompletude do projeto. Como os autores salientam, tais rupturas afligem justamente na produção de vida dos grupos sociais mais fragilizados:

Com a crise da Petrobras e sua repercussão no Comperj, essa população flutuante e agora desempregada, que veio em busca de emprego e melhores condições de vida, não possuía mais renda para os aluguéis ou para pagar as prestações dos imóveis. Muitos não conseguiram voltar para as suas cidades de origem, o que se refletiu no aumento da informalidade habitacional e de moradores de rua e, de forma indireta, no aumento da criminalidade da região. Segundo o Centro de Referência Especializado para população em Situação de Rua do Município (Centro Pop), *em 2016, de aproximadamente 200 pessoas que viviam em situação de rua em Itaboraí, 70% dos casos eram de ex-funcionários do Comperj (...)* (BIENENSTEIN; BIENENSTEIN; DRUMOND; GALVÃO, 2018, p. 56, grifos meus).

Sobre as formas de planejamento executadas até o momento, mormente através da Conleste, Bienenstein et al. (2018) destacam que o histórico privilegiou ações locais, cujos agentes da especulação imobiliária se apropriam para prol próprio do capital:

Desnecessário dizer que se trata de um receituário que se alastra e vem contagiando as cidades brasileiras, que têm como aspecto fundante a promessa de cenário propício à geração de um círculo vicioso em que, por um lado, agentes econômicos de diversas modalidades são e/ou serão (*ou ainda, seriam*) atraídos pelo “bom clima de negócios, por intermédio de um outro protagonismo do Estado”, conforme se pode inferir a partir do que Harvey (1996, p. 48-64) denominou “empresariamento urbano” (BIENENSTEIN; BIENENSTEIN; DRUMOND; GALVÃO, 2018, p. 61, grifos meus).

Salandía (2018, p. 116) ainda ressalta a tomada de posição do setor empresarial, com nítido interesse em tal megainvestimento público, através da conformação do Fórum Comperj, legitimado pelo Governo estadual. Tal constatação revela os agentes hegemônicos do capital moldando o planejamento urbano e as cidades, com o aval das instâncias governamentais. O resultado reforça a condição

de empresariamento urbano a que tais municípios, e suas populações, foram expostos.

Tal conclusão da falta de expressão do Conleste arremata a ideia “de que tanto econômica quanto politicamente o estado do Rio de Janeiro foi o mais afetado nesta conjuntura” de “crise política, institucional, econômica e social” (CANDIDO; OLIVEIRA, 2018, p. 73). Há aí, também, um cenário de “desenvolvimento” suspenso que remonta o regresso do estado do Rio de Janeiro ao estágio de estafa política e econômica citada ao início deste capítulo.

Analisando o arcabouço de onde o Comperj proveio, cabe um último comentário acerca do PAC. Como explicam Binsztok, Vieira e Wasserman:

O advento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e a construção do Comperj seguiram um velho roteiro preconizado pelos ideólogos da modernização conservadora brasileira, ou seja, privilegiar a construção de empreendimentos que exigem mudanças estruturais em espaços ocupados tradicionalmente pelas comunidades de menor resistência social, política e econômica (2018, p. 130).

O resultado - trágico - é explícito no próprio texto dos autores. Em um quadro mostrando as dez maiores obras do PAC: uma foi abandonado (a mais dispendiosa); cinco foram terminadas, porém ou funcionando com restrições, ou com irregularidades ou com partes ociosas; duas foram interrompidas; uma está em construção; e uma está em funcionamento. O Comperj é a terceira maior obra do conjunto (BINSZTOK; VIEIRA; WASSERMAN, 2018, p. 134).

Chega-se finalmente à indagação da ideia do Comperj como uma queda. Como pode ser apreendido na pesquisa de Barbosa e Binsztok (2018), o Comperj só pode ser lido como “modernização fracassada” caso o sentido seja direcionado não ao fato do Complexo não ter sido finalizado, *mas ao próprio ideário de desenvolvimento prezado por seus agentes fomentadores* – situação que é acatada ao entendimento desta pesquisa. Porque, como visto através do levantamento mostrado aqui, todo o processo de realização e legitimação deste “desenvolvimento” foi feito ao embaraço dos campos ambiental e sociocultural, prezando o campo econômico e a possibilidade de inserção do país, do estado e da região neste contexto geopolítico energético.

Seja o Comperj fruto de um projeto fáustico (onde há o intento de alterar as condições naturais para otimizar a produção de vida das pessoas) ou de um projeto pseudofáustico (onde há a apropriação deste discurso transformador apenas

para busca de lucro e benefício próprio de um grupo hegemônico), o resultado dele revela a face da tragédia do desenvolvimento: em verdade, quanto mais fáustico, mais trágico (BERMAN, 1982).

Desta feita, há o agravante de que o projeto não foi concluído como prometido, gerando uma transformação nas instâncias espaciais, só que de outra ordem. Em suma, por mais que o Comperj não tenha sido finalizado e, como apontam as notícias atuais, não o será nas conformidades dos moldes iniciais, o projeto em si já trouxe rupturas para sua área de influência; só que rupturas agravadas pela não finalização de seu processo aberto.

Ao longo da feitura deste capítulo, diversas notícias eram lançadas pela imprensa acerca das previsões sobre o Comperj, mostrando o estágio volátil de seu desfecho. Em talvez a mais simbólica, a Petrobras, já sob novo governo federal, renomeia o Comperj para retirar “mancha de corrupção”. O GPDU, agora, chamar-se-á Gaslub Itaboraí⁶⁰.

Como a matéria expõe, “mesmo quando concluído, [o Comperj] não produzirá nem uma gota dos produtos para os quais foi concebido”. O foco da nova gestão é a conversão da planta para realizar o tratamento de gás natural – daí, a nova nomenclatura.

Ainda, a atual administração começou levantamentos para converter a área então destinada às refinarias para uma fábrica de lubrificantes. Não obstante, com o advento da pandemia de Covid-19, a empresa está a reavaliar os planos de investimento; demonstrando, indiretamente, que ainda haverá novos episódios em relação ao empreendimento. No momento, as obras do Gaslub Itaboraí se encontram paralisadas.

Por um lado, as gestões de Lula e Rousseff formaram uma continuação mais ou menos sutil do projeto neoliberal em diferentes níveis, mas, em suas tessituras narrativas, postavam-se majoritariamente como nacionais-desenvolvimentistas. Atualmente, chega-se a uma gestão que atua e se posta deliberadamente como neoliberal – inclusive, em muitos pontos, como libertária e

⁶⁰ Fonte: Folha de S. Paulo, 18/05/2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/05/petrobras-rebatiza-comperj-para-tirar-mancha-de-corrupcao.shtml>> Acesso em: 19/05/2020.

anarcocapitalista⁶¹. Assim, ao menos que simbolicamente, o nome “Comperj” parece chegar ao final de seu arco; não encerrando, todavia, seu projeto ou suas rupturas, novas e antigas reagravadas. Alegoricamente, parece se mostrar como estandarte da derrocada de uma determinada gestão e de uma determinada concepção de desenvolvimento.

Neste exato momento, onde o Comperj (ou Gaslub) ainda não foi finalizado e que seu destino não é exato, parece haver um efeito de *desindustrialização em um lugar que sequer chegou a ser industrializado*. Territórios que foram preparados e alardeados para uma mudança que, de fato, não ocorreu como preconizada e ainda está, em muitos sentidos, aberta. Instâncias espaciais absolutas, relativas e relacionais que se alteraram após terem sido preparadas para se alterarem. *Friches urbaines* – vazios e ruínas industriais – em áreas onde a atividade industrial sequer chegou a acontecer de fato. Em meio a este movimento, encontram-se produções de vida, de diversos grupos sociais, suspensas. Eis aí uma das marcas do futuro do pretérito do desenvolvimento urbano: as inconclusões que agravam os sentidos da tragédia do desenvolvimento.

⁶¹ Fonte: Folha de S. Paulo, 04/09/2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2019/08/quem-sao-os-libertarios-e-anarcocapitalistas-que-pregam-o-fim-do-estado.shtml>> Acesso em: 15/08/2020.

4 A ILHA DE ITAOCA: OS ESPAÇOS CINGIDOS E OS TEMPOS ASSINCRÔNICOS

Neste último capítulo, apresento a noção do futuro do pretérito do desenvolvimento urbano aplicada a um estudo de caso. De acordo com minhas hipóteses, acredito que a Ilha de Itaoca, atravessada pelas projeções do Comperj e da Cidade da Pesca, é exemplar para capturar tal fenômeno.

Como posto na introdução, em termos metodológicos, o capítulo está ancorado, centralmente, na análise das trajetórias de vida, coletadas através das entrevistas semiestruturadas e inseridas nos ditames da pesquisa sociourbanística. Secundariamente, a auxiliar e complementar tal análise, traz-se uma trama de técnicas de pesquisa formada por escuta-*flanêrie*, conversas abertas com interlocutores e exame de folhetos informativos e matérias jornalísticas.

Pretende-se, ao final, dar base suficiente para poder responder à questão central desta pesquisa: como e quanto a projeção de tais GPDU's fazem, fizeram (ou, ainda, *fariam*) inflexões na produção espacial e na produção da vida dos sujeitos socioculturais de Itaoca?

Como ponderação, as entrevistas abrangeram muitas questões acerca das tensões espaciais mais diversas; para esta dissertação, o foco na compilação do material foi, de uma forma mais precisa, o relacionado ao Comperj e à Cidade da Pesca, com apenas alguns tópicos (que tangenciam os GPDU's e que se relacionam a eles) transparecendo ao longo do texto.

Cabe ainda um comentário acerca das categorias eleitas para análise do fenômeno do futuro do pretérito. Como dito acima, as respostas dos entrevistados compreenderam uma gama de assuntos e eu pude extrair muitas informações sobre muitos tópicos. Todavia, algumas categorias ficaram mais patentes na fala dos interlocutores – dentre elas, espaço, território, tempo, trabalho, emprego e identidade. Portanto, a partir de meu contato com o campo, pude elencar tais categoriais para pautar minha pesquisa nesta etapa.

Também se pontua que, por se tratar de análise de trajetórias de vida e de um evento que já acontece há certo tempo, alguns números e datas escapam à memória dos entrevistados, tendendo a dúvidas e aproximações. Para ajudar a ancorar as posições, entrelaçam-se tais dados, quando necessário, ao quadro maior delineado nos outros capítulos.

4.1 A ilha e eu: aproximações através da escuta-*flânerie*

24 de agosto de 2019. Estou no ônibus, saindo da Avenida Dezoito do Forte em direção à Itaoca, no que eu acreditava ser a primeira de muitas visitas à ilha. Numa vida pré-pandemia, estamos em contato que mora perto de mim, alguns membros de sua família e eu a caminho de uma confraternização com a parte da família que mora em Itaoca.

A ilha sempre me encantou e esteve presente no meu imaginário, seja através de memórias de infância, seja através de pesquisas. Talvez pelo fato de que eu não a visite há muitos anos, estou ansioso para redescobrir aquele trecho de orla que me foi apresentado quando criança; e para entender a estranha relação entre a presença-fantasma do Comperj e da Cidade da Pesca naquela comunidade pesqueira.

Essas questões se destacam em minha memória enquanto o ônibus avança em direção à ilha, nesse agosto pré-pandêmico.

Passando pelo Porto do Rosa, vejo uma igreja Universal. Duas casas, provavelmente do período eclético. Terrenos baldios. “#luto” num muro chapiscado. Uma porca comendo grama. E, enfim, a estrada de Itaoca. Terra batida. Mototáxi. Um cachorro na rua. Um jovem de cabelo cacheado grande e de tênis Allstar. Lixo e obras abandonadas.

Animo-me e puxo assunto com uma senhora que viaja ao meu lado no ônibus. Ela é de Itaoca, da Praia da Beira. Pergunto o que estava achando das obras do Comperj. Ela me conta que, basicamente, só sabem de rumores. Diz que a única coisa que de fato mudou na vida deles foi a estrada – que ela considerou uma coisa boa. Ela estava feliz com a expectativa, mas desde então nada aconteceu pra vida dela. Pergunto da Cidade da Pesca e ela conta que já até ouviu falar. De algum modo, essa pequena conversa, entre as tremidas do ônibus, dará o tom sobre as falas das pessoas em relação ao projeto de futuro prometido.

Salto do ônibus e atravesso uma rua de terra batida até a casa da família. Há muita gente reunida para o churrasco. A casa fica atrás da Praia da Beira e na quadra adjacente à estrada do Comperj. O churrasco acontece na própria rua. Talvez por ser íntimo da parte da família de Niterói, sou muito bem recebido. Quando uma das parentes de meu contato conta que estou fazendo um trabalho

sobre o Comperj, sua tia me puxa pelo braço e se revela uma das presenças mais especiais desta pesquisa.

Ela mora perto da Praia da Luz, já atuou junto à ONG Guardiões do Mar para limpeza do mangue e veio de bicicleta para o churrasco. Aponta-me lugares e me apresenta pessoas importantes para que eu entenda a ilha e seu processo de transformação. Logo de cara, ela me relata uma mudança que ecoa até hoje em minha memória: que aqui, antes, tinha cheiro de mangue; agora, tem cheiro de óleo queimado. Principalmente no verão, o vento traz o cheiro quente e destoante.

Ela me aponta a estrada e revela memórias de marcos do lugar que já não estão mais ali. Cortaram grande parte de um morro para dar lugar a um canteiro de obras, ao lado da estrada do Comperj, chamada por ela “pistão”. Conta-me uma história envolvendo sua mãe e as corujas que habitavam aquele morro. Conta-me também que possuía uma lojinha ao pé do morro e que foi suprimida para dar lugar às obras.

Como olho e não há obra alguma acontecendo, percebo que ali há o sintoma de ser um grande canteiro de uma obra fantasma. Como alguém na antiga URSS poderia dizer dos trilhos de Stalinbahn: “eis aqui os trilhos de um trem que nunca passou”.

Aproveito o tópico das transformações paisagístico-geográficas em curso para averiguar um dado. Enquanto pesquisava para meu trabalho final de graduação, defrontei uma informação relatando que as obras do Comperj estavam desterrando sambaquis para servir de aterro para o píer. Ela me confirma. Lembrei de como os sambaquis estão associados aos primeiros registros de ocupação humana em Itaoca e entendo que o futuro do pretérito é, ao mesmo tempo que uma destituição de possibilidades de futuro, também um apagamento da memória social e o desterramento de uma cultura e de sua história. O apagar o passado para dar lugar ao futuro numa lógica torta e fáustica.

Ela me conta sobre pesca, aponta-me que uma pessoa próxima a ela, que está no churrasco, é pescadora e que a maioria das pessoas de Itaoca vive da atividade. Pergunto sobre as remoções. Ela conta que houve, em torno de cem famílias, mas, em sua opinião, as pessoas receberam boas indenizações. Uma das questões que me martelam é para onde essas pessoas foram morar. E ela me informa que muitas pessoas foram para o bairro do Salgueiro – sem orla. Havia pescadores dentre os removidos. Outras pessoas compraram casas na própria ilha

e, das muitas que foram para o Salgueiro, algumas estão voltando para Itaoca. Guardo essa informação comigo para reflexões futuras, pois sei que ela revela muito do futuro do pretérito e dos movimentos de insurgência.

Ainda consigo perguntá-la sobre suas expectativas perante os grandes projetos, se ela se sente animada. Diz-me que sim, ainda mais que dizem vir duas empresas japonesas, e cita algo sobre passar gás e óleo; mas pontua, num tom enfático, que ainda tirarão mais pescadores.

Percebo um sentimento misto e complexo em suas prefigurações para o futuro de Itaoca; uma luta para processar o sentimento de ver o desenvolvimento econômico daquela área e, simultaneamente, o amesquinamento da vida pesqueira na comunidade. Por fim, enfatiza que não queria sair de Itaoca. Ela já morou em Icaraí, Niterói, mas a ilha é seu grande lugar de memória.

Ela me situou nos principais pontos que norteariam meus formulários da pesquisa. Ela me introduziu ao grupo maior da confraternização, inclusive me apresentando a tal pessoa próxima, pescador que já trabalhou nas obras do Comperj e que se tornou um de meus interlocutores. Deixamos estabelecido que irei voltar à ilha para entrevistá-la mais formalmente e que ela me levará a uma visita guiada por Itaoca, apresentando-me a Praia da Luz, os mangues e mais histórias do lugar. Futuramente, guardarei esses momentos de maneira agridoce, pois ela falece durante a pandemia e nunca mais nos vemos.

Alguém me pergunta se eu já fui ver o píer. Digo que não. O píer da Petrobras fica muito perto dali. Não paro de pensar que, fosse a implantação da estrada do Comperj alguns metros mais à esquerda, não estaríamos tendo aquele churrasco.

Meu contato e suas parentes me levam para andar pelo lugar. Atravessamos o pistão e pela primeira vez vou ao outro lado. Levam-me a uma casa, bem perto da estrada e ao pé do restante morro, onde a avó deles morava. A casa está abandonada. Mostram-me, entre os cômodos vazios e as paredes barrentas, onde ela cuidava dos animais e me contam histórias de família.

Enquanto voltamos pelo pistão em direção ao píer, um carro nos ultrapassa e se transporta justamente à estrutura sobre o mar, para se juntar a outros carros. Desde que as obras do Comperj pausaram, contam-me, o píer tem sido usado como local de “rachas”, dentre outras funções. Situo-me perto da base do grande “T” de concreto, à beira da praia. Por razão de certas tensões específicas

daquele recorte territorial, decido não caminhar pelo píer. Fico de fora e percebo os dois lados da praia.

O píer e a estrada são tão grandes, tão incompatíveis para a escala daquele lugar, que não conseguem deixar de dividir a orla em dois pedaços. Recordo que minha mãe contava que a linha de trem, quando foi implantada na zona norte do Rio de Janeiro, dividia bairros em dois lados; um se desenvolvia mais que o outro, na visão dela, com mais opções de comércio, bares e movimentação. Tenho isso em mente quando reparo que o lado da praia à direita do píer não tem ninguém, enquanto o lado esquerdo possui mais movimento. Dirijo-me a esse.

O lado esquerdo da praia é muito mais vivo e movimentado que o outro. Aqui há mais barcos na areia, carros na beira da rua e pequenas casas de madeira. Entretanto, há mais indícios de presença humana do que presença humana em si. Um pequeno grupo, talvez também de visitantes, mexe em um drone. Mais adiante, reparo no movimento de dois homens passando verniz em um barco, embaixo de uma espécie de tenda. Fico intrigado, separo-me do meu grupo e sigo em direção a eles.

Aproximo-me, apresento-me e digo sobre minha pesquisa. O mais falante, e mais novo, mora ali na própria Praia da Beira e adiante na conversa se definirá como pescador artesanal. Ambos concordam que, para cá, o Comperj ainda não trouxe benefício algum. Trouxe apenas “isso aí no nosso ouvido o dia todo”, ao que o mais novo aponta com a cabeça, por cima dos ombros, para o grande barulho dos motores. Nessa hora, percebo por mais um ângulo o quanto aquele píer alterou a configuração do lugar; não apenas o espaço físico, mas o espaço social, uma vez que um grupo parece ter atrito com outro. Ainda complementam que, antes do píer, essas coisas só tinham “lá pra fora”.

Quando questiono sobre a Cidade da Pesca e as alterações que afetam diretamente na produção da vida pesqueira, informam que a Petrobras não consultou nem eles, nem seus mais próximos. Quando pergunto se houve contato com a associação, falam que o presidente desapareceu do lugar após receber dinheiro da Petrobras.

Eles esperavam que, com essas mudanças anunciadas, fosse melhorar o local. Ainda desabafam que, da pesca, não conseguem viver, mas sim sobreviver. E frisam que, para quem é nascido e criado ali, a vontade é continuar na ilha.

Complementam que é um dos lugares mais bonitos de São Gonçalo, mas se entristecem por estar muito abandonado.

Depois da conversa, afasto-me e flano entre a areia e a água. Na volta, o pescador mais jovem ainda me chama e pergunta se sei de alguma novidade sobre o Comperj, ao que digo que ainda estou investigando. Mais especificamente, ele me pergunta se é verdade que uma empresa chinesa comprou a ilha. Esta pergunta, para mim, revela o abismo (ou a verticalidade) entre os agentes fomentadores dos projetos e os sujeitos que terão suas vidas diretamente afetadas por eles.

Depois de conversar com o pescador, junto-me ao meu grupo e regressamos ao churrasco. Dou uma folga nas rodadas de perguntas, pois não quero soar muito forçado no meu primeiro dia na ilha. Conversamos sobre outros assuntos e, eventualmente, o Comperj de alguma forma surge.

Uma amiga da família, ex-catadora do Lixão de Itaoca, fala-me, em tom mais incisivo, sobre o processo do Comperj. Quando ouve o nome do Complexo, seu humor muda visivelmente e ela afirma que o projeto não fez nada por eles. Para quem mora ali, na visão dela, eles não arrumam nada – talvez se referindo a oportunidades de emprego ou de desenvolvimento pessoal. Acerca das indenizações pelas remoções, ela demonstra descrença e abre um paralelo sobre como os processos de indenização e capacitação após o fechamento do Lixão foram pífios. Fala-me sobre fragmentação comunitária e me faz atentar para outras temáticas que, invariavelmente, acabam se cruzando na minha pesquisa. O assunto do Comperj surge em meio a um bojo maior de transformações submetidas à ilha.

Aproveito a comida, as companhias e a fogueira que fizeram ao cair da noite. Uma outra tia de meu contato nos dará uma carona de volta em sua van. E precisamos sair antes da tempestade que se anuncia. O festejo adentra a noite e saio feliz, com a certeza de que minha pesquisa começara (fig. 32).

Fig. 32 – Detalhes de meu processo de escuta-*flânerie*



Fonte: O autor

4.2 Os quatro interlocutores

Após esse primeiro contato com a ilha, a configuração dos fatos mudou bruscamente com a chegada da crise sanitária. Como mencionei ao início da dissertação, a pandemia de Covid-19 causou atravessamentos em minha pesquisa. Eu possuía, inicialmente, o plano de realizar uma série de visitas à ilha ao decorrer de 2020 para meu processo de escuta-*flânerie*, o que não se concretizou. Tal barreira afetou minhas conexões com possíveis futuros interlocutores e meu intento de realizar diversas entrevistas com eles. Não pude voltar e estabelecer novo contato com o pescador que encontrei na Praia da Beira ou com a tia de meu contato, por exemplo.

Dadas as circunstâncias vigentes, preferi trabalhar com outro tipo de postura metodológica, ao qual me inspirei de maneira aberta na forma encontrada no trabalho “Quatro histórias, duas colônias, uma ilha”, de Myrian Sepúlveda dos Santos (2017). Neste, a autora entrelaça a análise das trajetórias de vida de quatro

sujeitos socioculturais a dados históricos, considerando “ensinamentos da história oral e de teorias da memória” (SANTOS, 2017, p. 34).

Dito isto, pude construir contato com quatro interlocutores – três deles sem relação com minha primeira visita à ilha: um pescador artesanal de Itaoca; uma ex-integrante da associação de moradores de Itaoca; um ex-integrante de uma das associações de pescadores de Itaoca; e uma ex-integrante da associação de moradores de uma localidade vizinha à Itaoca.

Por uma questão de escolha de postura metodológica, preferi deixar todos os sujeitos socioculturais em anonimato, identificando-os no texto por numeração⁶².

O interlocutor 1 é um pescador artesanal, na casa de seus 40 anos, nascido e criado em Itaoca. É meu único interlocutor derivado da ida inicial à ilha. Como me narra, embora seus pais não tenham sido pescadores artesanais, ele aprendeu como produzir a vida dessa forma na própria ilha, ainda criança. Hoje, das redes à montagem e manutenção dos barcos, ele mesmo é o responsável.

Um atravessamento entre os GPDUs e sua trajetória de vida é que ele trabalhou na construção da planta industrial em Itaboraí e na demarcação de parte da estrada do Comperj e do píer em Itaoca. Um fato curioso é que ele se encontra marginal a diversas redes de auxílio. Ele não recebe Bolsa Família, auxílio emergencial da Covid-19 ou seguro-defeso: por ter trabalhado em tais obras de carteira assinada como operário, ele se tornou irregular e ficou impedido de fazer parte do auxílio dado aos pescadores artesanais e catadores de guaiamuns. Como ele mesmo se narra, por estar fora dessas redes de aparato jurídico-legais, define-se como um “pescador fantasma”.

Atualmente, sua fonte de renda deriva dos produtos de sua pesca, da venda de iscas para outros pescadores e do aluguel de seus barcos para terceiros. Com o advento da pandemia e o enfraquecimento de suas fontes de renda, à época da entrevista, ele estava considerando estratégias como abaixar o preço de suas iscas.

⁶² Também é válido dizer que eu não fiz perguntas diretas para um delineamento do perfil sociocultural dos interlocutores (como perguntar suas fontes de renda, religião etc.), mas sim decupei algumas informações do próprio corpo das entrevistas e trouxe ao texto quando necessário. Considerando o bem-estar dos interlocutores, preocupe-me que a primeira forma, de perguntas diretas sobre perfil, pudesse ser de alguma forma constrangedora. Por fim, frisa-se que as entrevistas foram transcritas literalmente e, também por preferência metodológica, não se usará o advérbio latino “(sic)”, comumente acionado para indicar incoerência perante a norma culta da Língua Portuguesa.

Os interlocutores 2 e 3 possuem histórias de vida com histórico de representação e luta comunitária. Ela era integrante da associação de moradores de Itaoca, enquanto ele integrava uma das associações de pesca da ilha. Ambos estão na faixa dos 50 anos de idade.

Eles não são nascidos e criados em Itaoca, mas a escolheram como residência nos anos 2010. Como relatam, a partir das reuniões da Agenda 21, eles começaram a ampliar suas percepções para a questão socioambiental, valorizando a rica configuração de Itaoca. Tais conexões criadas dirigiram seus caminhos para a participação nas associações.

Nelas, eles permaneceram por aproximadamente 4 anos, em um período após grave processo de fragmentação comunitária. Assim, os membros das instituições tinham como objetivo fazer essa reconciliação entre a agenda da associação e os moradores, então em descrença quanto à imagem da organização.

Em relação aos processos envolvendo Comperj e Cidade da Pesca, ambos assomaram às instituições em um período póstumo da entrada em cena dos GPDUs. Mais especificamente, ambos chegam às instituições em um ano em que as obras do Complexo já estavam em pausa e os dois projetos, em compasso de espera.

Um dado marcante acaba sendo revelado por eles, a mim, antes e durante a entrevista. Ao final de dado ano, certas tensões do território fizeram com que eles tivessem que sair de Itaoca. À época, eles estavam tentando implementar o projeto de uma cooperativa de criação de abelhas e venda de mel. Este projeto, que já era discutido anteriormente à chegada de ambos às associações, seria uma mitigação oferecida pela Petrobras, tendo como público prioritário os pescadores da ilha, por conta do advento da Cidade da Pesca. O encaminhamento do projeto foi interrompido à saída deles de Itaoca.

Embora fossem queridos por grande parte dos moradores, e estivessem recuperando a confiança deles para com a imagem da associação, representantes de certos grupos sociais daquele território não os reconheciam como legítimos para as presidências. Extrai-se, daí, uma informação muito marcante sobre as relações territoriais em Itaoca: ser criado na ilha, ou ser “cria da ilha”, é um fator de distinção dentro do grupo social, que afeta as noções de pertencimento. Como eles não eram “nascidos e criados” na ilha, houve esse processo de fragmentação.

A interlocutora 4, nascida e criada em São Gonçalo, também está na casa dos 50 anos, possui sua trajetória fortemente ancorada na ação comunitária e a conheci, como os dois interlocutores anteriores, por intermédio de contatos da associação de moradores que participo. A questão socioambiental é também muito presente em sua trajetória de vida.

Embora não tenha crescido nem em Itaoca, nem na região adjacente, ela conhecia a área, pois possuía familiares que residiam na ilha. Depois, na vida adulta, mudou-se para o bairro vizinho à Itaoca e teve grande choque ao ver a relação entre o manguezal, a pobreza e o Lixão de Itaoca (que, como já citado, localiza-se no bairro Fazenda dos Mineiros). Por morar bem próxima à Itaoca, aqueles marcos se tornaram parte de sua perspectiva.

Em seu bairro, ela esteve presente na gênese da associação de moradores de Manoel da Ilhota – que, por ser um sub-bairro entre Fazenda dos Mineiros e Porto do Rosa, gera uma construção identitária distinta. Através de sua trajetória de participação comunitária, tecia diversos contatos com a vizinhança de Itaoca.

Em relação ao Comperj, a associação de moradores a qual ela fazia parte lutou em audiências públicas e em outras frentes para que as indenizações e mitigações do GPDU não se limitassem à Itaoca, mas se expandissem para a área de influência direta do projeto. Por exemplo, a estrada do Comperj passa pelo seu bairro e gerou remoções, o que justificaria tal posicionamento. Sua narrativa revela nuances entre cooperação e fragmentação comunitária diante de uma situação onde os recursos eram escassos e voláteis. Em relação à Itaoca, sua narrativa oferece, por um ângulo de perto, texturas sobre a vida na ilha e sobre seus processos de transformação à luz dos grandes projetos.

Atualmente, continua sua trajetória de envolvimento comunitário, embora não more mais em Manoel da Ilhota.

4.3 A presença do que não está aqui: as mudanças com a entrada do Comperj e da Cidade da Pesca

Esta parte do capítulo se dedica a entender as incidências dos GPDU nas produções espacial e territorial dos grupos sociais de Itaoca. Especificamente,

debruça-se sobre os primeiros contatos entre GPDUs e os grupos que os receberiam; expectativas; decepções; e afetações na produção espacial-territorial.

Antes de investigar os primeiros contatos entre GPDUs e Itaoca, interessou-me questioná-los sobre a relação de cada um deles com aquele espaço islenho, à parte a presença de quaisquer desses projetos.

Fica-se evidente como, em certas ocasiões, tanto em meu processo de escuta-*flânerie* quanto em alguns momentos junto aos interlocutores, Itaoca surge de alguma forma como metáfora de um “paraíso”. Ou, então, seguindo a esteira do imaginário de um lugar paradisíaco, outras falas apontam seus atributos turísticos, de beleza e de lazer.

Ainda, Itaoca surge atrelada à memória local gonçalense, como o lugar-gênese da ocupação humana nos arredores da Baía de Guanabara, de rica importância cultural. Como na evocação das características paradisíacas/turísticas, tais retratos são embebidos em um sentimento nostálgico, tristonho e de abandono. Como um lugar que, embora carregue uma importância de berço, possua sua história desvalorizada nos tempos atuais e diante de uma modernidade urbana que a atropela. Como um interlocutor coloca, um lugar que está “largado às traças”⁶³.

Itaoca é a história de São Gonçalo que tá se perdendo, menino. O sambaqueiro, o sambaqui, é a história de Itaoca, que ninguém se importa. (Interlocutor anônimo 3. Entrevista [04/12/2020]. Entrevistador: Matheus Gomes Lima. São Gonçalo, 2020, grifos meus).

Como já posto nesta dissertação, em 2006, há a descoberta das reservas de pré-sal em território brasileiro e, como uma das respostas a esse marco, o governo federal anuncia a construção do Comperj no mesmo ano. Alguns anos depois, o projeto da Cidade da Pesca surge como um dos desdobros do complexo petroquímico.

Assim, uma série de mudanças nas dimensões espaciais do município de Itaboraí desencadearam mudanças nas dimensões espaciais de lugares tais como o bairro de Itaoca. Entretanto, como me informa uma interlocutora, esse processo se apresentou em Itaoca e em sua área de influência direta antes de qualquer anúncio ou confirmação vir a público.

⁶³ Interlocutor anônimo 1. Entrevista [16/07/2020]. Entrevistador: Matheus Gomes Lima. Entrevista realizada de forma remota. Petrópolis, 2020.

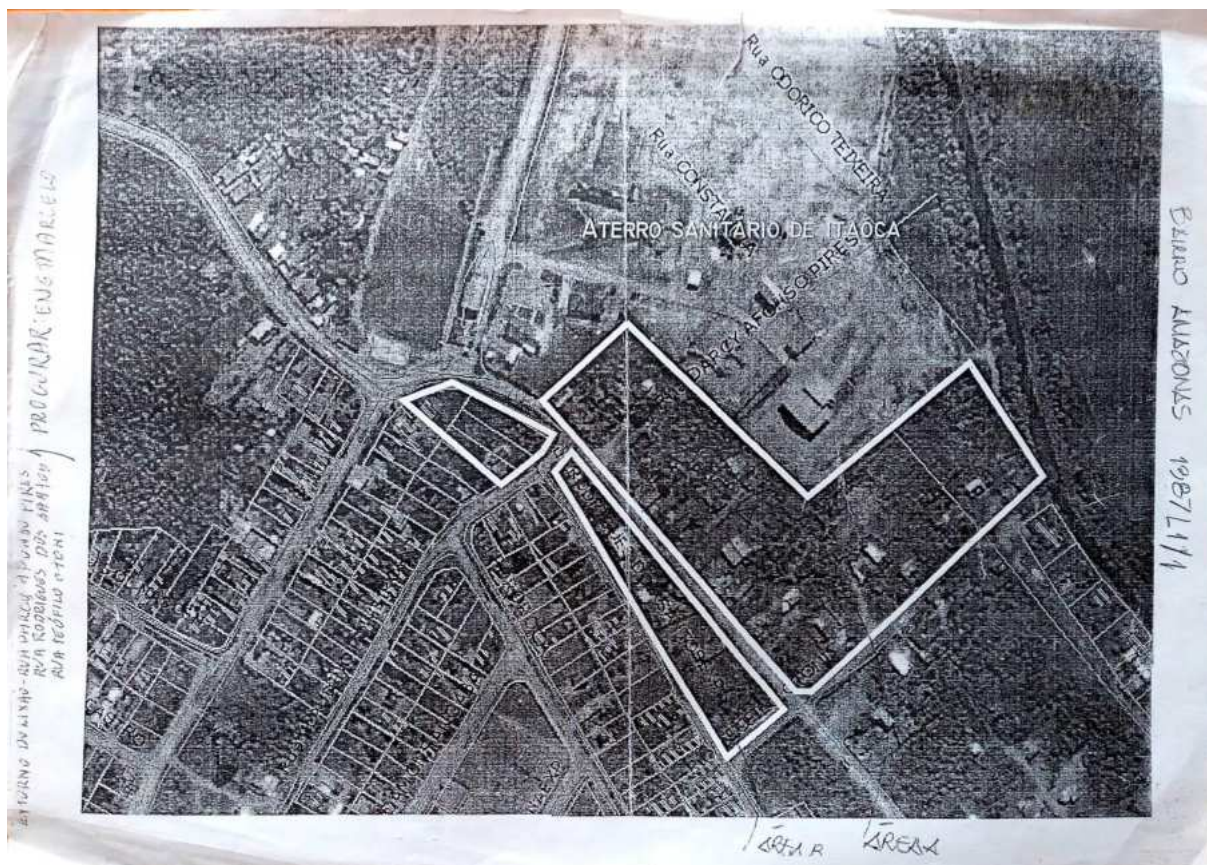
Eles começaram sem avisar nada. Muito antes, muito antes [do anúncio do Comperj]. Em 2006 ou 2007⁶⁴, eles já estavam mapeando. Porque passou uma menina, com um GPSzinho, fazendo mapeando. Nós não sabíamos o que era. Perguntamos. *Ela disse que não sabia, também, que não sabia, que não sabia*. Todo mundo ficou na curiosidade. Eu, por curiosidade, pedi, como associação de moradores, se ela podia me dar um mapa desses. Ela me deu. Esse mapa já era traçando aquela linha que seria a estrada. E isso muito antes (...). Aí, o que acontece: *ninguém entendeu nada*. E eles fizeram o mapeamento antes. Muito antes, eles já tavam fazendo pré-estudo. Antes do EIA, do RIMA, de qualquer coisa (Interlocutora anônima 4. Entrevista [20/04/2021]. Entrevistador: Matheus Gomes Lima. Entrevista realizada de forma remota. Niterói, 2021, grifos meus).

Através desta informação trazida pela interlocutora, pode-se apontar algumas observações. Primeiro, a informação reforça o caráter hermético das decisões envolvendo o Comperj, que deixavam de fora as pessoas diretamente afetadas pelo processo. Segundo, ela demonstra que, já no início, a forma como o processo foi conduzido deixava tons de indignação e dúvida nos sujeitos socioculturais que o recebiam.

Como a interlocutora me explica, o referido mapa apresenta três áreas poligonais demarcadas e algumas anotações à mão. Conforme ela descobriu mais tarde, este já era o mapeamento de um dos trechos onde a estrada do Comperj passaria. As áreas demarcadas no primeiro mapa (fig. 33) significavam espaços prováveis onde haveria remoções – o que gerou descontentamento por parte do grupo social. Abaixo, o mapa que a interlocutora gentilmente me cedeu; depois dele, a área, atualmente, já com a estrada do Comperj, em amarelo, e com as áreas do primeiro mapa, em vermelho (fig. 34).

Fig. 33 – Mapa com áreas demarcadas para possíveis remoções, anos 2000

⁶⁴ Cabe um comentário sobre datas. Como se sabe, o Comperj foi anunciado em 2006, o que indicaria, provavelmente, que o processo já estava aberto quando do episódio acima citado. Entretanto, em diversos momentos desta entrevista e de outras conversas, a interlocutora afirma não lembrar com exatidão o ano do ocorrido, mas reafirmando que ocorreu “muito antes”. Extraem-se duas possibilidades: se errada a data do trecho (e o episódio ocorreu antes do anúncio oficial), informa-se um processo feito à base de ilegalidade e sem diálogo com as pessoas afetadas pelos projetos; se verdadeira, demonstra quão pouco diálogo foi empreendido para com as pessoas, visto que uma integrante da associação de moradores desconhecia o processo.



Fonte: Material coletado pela interlocutora

Fig. 34 – Mapa da mesma área, já com a estrada do Comperj, atualmente



Fonte: O autor, sobre base do Google Earth

Ao longo da entrevista, a interlocutora de Manoel da Ilhota ainda narra que eles, da associação, levaram diversos questionamentos derivados deste primeiro contato às audiências públicas e reuniões que se seguiriam, aos quais suas reclamações foram categoricamente ignoradas. Ao passo que os reivindicantes enumeravam impactos que surgiriam através dos projetos, os agentes fomentadores afirmavam “que não teria impacto”⁶⁵.

Destarte, nascem os primeiros contatos entre as projeções de futuro dos GPDU e os receios dos grupos sociais da área. Antes de o GPDU e seus desdobros marcarem a dimensão absoluta daquele espaço, já havia inflexões em suas outras dimensões espaciais.

Tal situação, que incidirá profunda alteração na produção espacial e territorial de quem usa o espaço de forma cotidiana, encontra alguns traços de comparação com a pesquisa de dissertação de Aglio (2018) sobre os pescadores artesanais em Itaipu, Niterói. Um episódio particular que o autor narra se trata de um imbróglio entre um pescador de Itaipu e um barco dinamarquês.

Nele, o pescador alega que sua rede de pesca foi levada por um rebocador dinamarquês. Em sua busca por tentar reaver o instrumento de trabalho, ele foi à cidade do Rio de Janeiro, onde foi orientado a ir à Macaé, onde orientaram-no a ir à Justiça por motivo do dono do barco ser de outro país. Ao final da saga, o pescador de Itaipu demonstrava desesperança e arrefecimento diante da falta de resolução (AGLIO, 2015, apud AGLIO, 2018).

Aglio (2018, p. 97) traz tal exemplo “à luz das relações de poder da dinâmica da espacialidade proposta por Milton Santos”. Como o autor (2018, p. 98) expõe, o “conflito dessa natureza é descrito pelos pescadores quase sempre enfatizando a distância e a dificuldade de se dialogar com esses atores”. Aglio ainda conclui que o “poder de reivindicação dos pescadores, quando contrastado ao poder econômico e político por trás dessas grandes empresas multinacionais, se dilui, dando lugar à sensação de insignificância e de impotência” (idem).

Para ancorar a análise, o autor traz os conceitos de espaço banal e de rede, de Milton Santos (1994, apud AGLIO, 2018).

Compreende o espaço banal o “espaço de todos, todo o espaço”; aquele lugar onde as relações se atualizam horizontalmente; o “espaço contíguo”.

⁶⁵ Interlocutora anônima 4. Entrevista [20/04/2021]. Entrevistador: Matheus Gomes Lima. Entrevista realizada de forma remota. Niterói, 2021.

Partindo desse entendimento, junto com o espaço banal, num “acontecer simultâneo”, existem também as redes, e um “lugar em rede” aqui constrói-se como um lugar onde as operações se dão verticalmente; onde aqueles que atuam no território tem seu comando hospedado em um outro lugar, de um outro ponto, permitindo a existência de um “acontecer hierárquico” (AGLIO, 2015, p.30, apud AGLIO, 2018, p. 98).

Aglío conclui que:

Temos aqui, portanto, um pescador que perdeu sua rede para um rebocador e se viu impedido de conseguir travar um diálogo para resolver o problema devido ao sujeito – uma empresa dinamarquesa – e o comando essencialmente vertical por trás da presença e ação daquele rebocador estejam relacionados a outro ponto fora do território, e em outra escala de poder (AGLIO, 2018, p. 99).

Assim, da mesma forma que nesta situação narrada em Itaipu, onde a verticalidade das relações impedia o contato e entendimento sobre as mudanças espaciais e territoriais entre um pescador e um sujeito elusivo, boa parte das pessoas com quem conversei parece apontar para que essa tenha sido a tônica das relações entre agentes fomentadores dos GPDUs e sujeitos socioculturais.

De forma símile, então, essa situação é exemplificada pela associação de moradores, que pergunta sobre o que está acontecendo; uma agente representante do projeto alega “que não sabia de nada”; e, ao fim, dos sujeitos expostos àquela projeção que demarca seu espaço vivido, “ninguém entendeu nada”⁶⁶.

A mesma interlocutora juntou, além do mapa mostrado anteriormente, diversos recortes de jornais, panfletos e papéis, ao longo dos anos, sobre arquivos relacionados ao Comperj, ao Lixão de Itaoca e à região de forma geral. Ela se mostra bastante efusiva em me apresentar esse material, para meu auxílio. Alguns deles acabam por revelar muito sobre as expectativas e decepções acerca das projeções de futuro.

Ao longo do processo, a interlocutora me narra que os moradores requereram diversas reuniões com os agentes do Comperj. Em uma dessas, os agentes entregaram um folheto explicativo de como aconteceria o píer e a estrada do Comperj (fig. 35). Chamou-me a atenção, ao avaliar o folheto, que este apresentava uma série de programas ambientais conjuntamente à implantação dos equipamentos. Quando questiono a interlocutora acerca de quais projetos foram à frente, ela, em tom irônico, pontua que “nenhum”.

⁶⁶ Interlocutora anônima 4. Entrevista [20/04/2021]. Entrevistador: Matheus Gomes Lima. Entrevista realizada de forma remota. Niterói, 2021.

Pessoal do INEA teve, pessoal da Petrobras. *Só que eles montaram um cenário muito colorido.* E a população - não só a nossa, como da Ilha de Itaoca, como de Magé - reclamou muito do que ia acontecer. Mas não fomos ouvidos. (Interlocutora anônima 4. Entrevista [20/04/2021]. Entrevistador: Matheus Gomes Lima. Entrevista realizada de forma remota. Niterói, 2021, grifos meus).

Fig. 35 – Folheto explicativo sobre o sistema UHOS

Pier e Via Especial de Acesso para o Transporte dos Grandes Equipamentos do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – Comperj



BR
PETROBRAS

O que é e onde fica?

Este empreendimento, que permitirá o transporte dos grandes equipamentos destinados à implantação do COMPERJ, é composto por:

- um canal de navegação de 2,5 km de extensão que permitirá o acesso de balsas do canal central da baía de Guanabara até a praia da Beira, no município de São Gonçalo;
- um pier de atracação na praia da Beira, para recebimento dos equipamentos especiais que serão transportados pelas balsas;
- uma via terrestre que ligará a praia da Beira à BR 493, já no município de Itaboraí, passando pela estrada de Itaóca, cruzando os bairros Fazenda dos Mineiros, Salgueiro, Jardim Catarina e Santa Luzia, seguindo, então, pela direita da rua Cidade de Roma e do ramal ferroviário desativado da Central Logística.

Essa via está projetada para suportar o peso dos grandes equipamentos a serem transportados. O transporte terrestre se dará a uma velocidade muito baixa e com toda a sinalização e segurança requeridas. Esta operação será esporádica, ou seja, ocorrerá com intervalos de semanas entre uma e outra passagem de equipamentos.



Impactos Ambientais e Medidas Recomendadas

O Estudo de Impactos Ambientais identificou atividades que poderão vir a causar impactos sobre os recursos naturais e socioeconômicos. Dentre elas estão:

- contratação de mão-de-obra;
- terraplenagem e instalações;
- implantação de uma faixa de domínio da via terrestre;
- desapropriação de terras;
- supressão de vegetação na faixa de domínio;
- execução de obras civis;
- dragagem;
- desmobilização;
- operação da via especial.

A identificação e caracterização dos componentes ambientais presentes na área de influência do empreendimento permitem a avaliação dos impactos potenciais nas etapas de implantação (construção) e operação, para que estes possam ser evitados ou minimizados.




Etapa de Implantação

A etapa de implantação, com duração prevista de 10 (dez) meses, provocará, em sua maioria, impactos temporários, que cessam após o final das atividades. Também nessa etapa, ocorrerão impactos positivos importantes, como a geração de empregos, previstos em cerca de 1.200 postos de trabalho nos cinco meses de maior movimentação das obras, e também a dinamização da economia da região.

Entre os impactos, destaca-se a desapropriação de terras, benfeitorias e lotes urbanos. Neste sentido foi elaborado o Plano de Estabelecimento da Faixa de Domínio e de Indenizações, que prevê a finalização do cadastro para fins de desapropriação e a avaliação dos imóveis envolvidos, visando a orientar o processo de indenização.

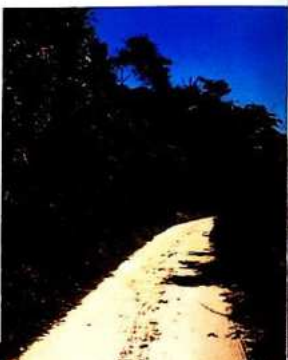
O Seccionamento de Áreas Urbanas é outro impacto que poderia ocasionar alterações na rotina de movimentação para as comunidades locais. Este aspecto será equacionado, com a previsão de passagens específicas para pedestres e veículos, onde já ocorram estas movimentações.

A interferência com a atividade pesqueira foi avaliada como um impacto de abrangência local (Praia da Beira) e temporário, ocasionado pelas atividades de dragagem para construção do canal de navegação. Para minimizar



possíveis impactos sobre esta atividade, está sendo proposto um Programa de Acompanhamento das Interferências na Atividade da Pesca Artesanal.

Destaca-se também o impacto de perda de vegetação em função da necessidade de supressão vegetal para a implantação da via terrestre. O detalhamento dos estudos ao nível de projeto executivo irá procurar uma solução técnica para minimização destas interferências.

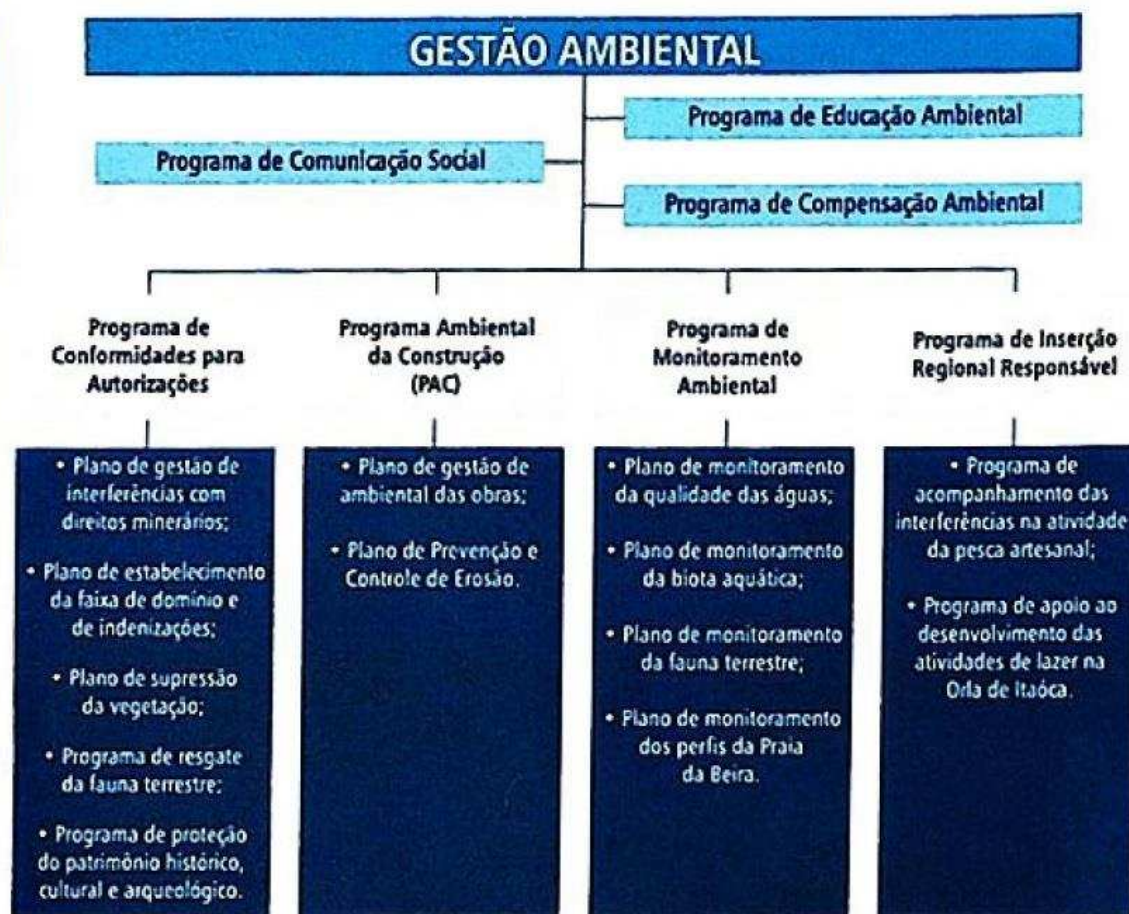


Etapa de Operação

Durante a etapa de operação, serão tomadas todas as medidas de sinalização e segurança previstas para a passagem dos equipamentos pela via, de forma a evitar acidentes envolvendo a população. Durante esta fase, terá sequência o Programa de Acompanhamento das Interferências na Atividade da Pesca Artesanal, devido à necessidade da passagem das balsas e da manutenção do canal de navegação.



Programas Ambientais



Um episódio que manifesta o cenário que circunscrevia Itaoca e adjacências, mesmo que indiretamente, é revelado por uma das matérias jornalísticas guardadas pela interlocutora. O recorte em questão é uma reportagem de 2013, do jornal “O São Gonçalo”, que relata a visita de um ex-secretário de Saúde de Seul, Coréia do Sul, no então recentemente desativado Lixão de Itaoca. O objetivo da visita era conhecer a área e levar as problemáticas ali encontradas ao conhecimento de organizações diversas, tais como o Tribunal de Haia, da ONU (MORAES, 2013, p. 5).

A visita internacional ao Lixão nos lembra a certa visibilidade que aquela região (de uma forma geral) recebia, não só com as influências do Comperj, mas também às vésperas de eventos internacionais. Vale lembrar que a recuperação da qualidade das águas⁶⁷ na Baía de Guanabara era não só uma meta para as competições que ali aconteceriam para os Jogos Olímpicos de Verão Rio 2016, mas também uma promessa do legado olímpico para a população pós-evento.

Especificamente para Itaoca, os desdobros do Comperj traziam consigo uma promessa de melhoria nas condições urbanísticas da ilha, ao passo que a perspectiva das Olimpíadas Rio 2016 trazia um conjunto de expectativas relacionadas à melhoria na qualidade da vida marinha na baía – o que afetaria positivamente a produção de vida e de espaço da comunidade pesqueira.

Conectando o panorama, na mesma página da notícia do ex-secretário de Seul, há uma reportagem sobre manifestações da população local pela Linha 3 do Metrô e pelo transporte aquaviário (BRITO, 2013, p. 5). A interlocutora também me entrega um recorte do jornal “O São Gonçalo”, de 2007, onde se vê que a Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) de São Gonçalo, feita em 2001, já passava por problemas em sua operação (O SÃO GONÇALO, 2007, p. 3).

Agora, com o evento olímpico já passado e com as muitas nuances e névoas envolvendo a situação final do Comperj/Gaslub Itaboraí, esses recortes, guardados cuidadosamente pela interlocutora em uma pasta, parecem revelar e confirmar possibilidades de futuro que foram prometidas e destituídas àquela população. Como averiguo junto à interlocutora, nenhuma providência foi tomada após a visita técnica do ex-secretário sul-coreano. A ETE São Gonçalo opera,

⁶⁷ Que está ligada ao tratamento do aterro sanitário de Itaoca.

atualmente, a uma capacidade de cerca de 10% de sua potência total⁶⁸. Os projetos do metrô e das barcas não foram realizados.

E esse bojo é trazido à discussão através dos guardados da interlocutora, que faz questão de evocá-los dentro do mesmo mosaico quando cita o tema Comperj.

Ainda sobre as expectativas perante os GPDUs, a estrutura do píer da Petrobras materializa as disputas pelo poder de significar o espaço e os anseios que os atores de Itaoca tinham sobre os projetos de futuro para a ilha.

Como sabe-se, o píer foi construído para permitir o transporte das peças do Comperj pela baía. Sabe-se também que, passado esse escopo, agentes governamentais desenvolveram o projeto Cidade da Pesca. Uma informação nova que recebo dos interlocutores é que a associação de moradores possuía um projeto de transformar aquela estrutura do píer em um estaleiro. De acordo com suas falas, o objetivo era que o estaleiro pudesse servir como oportunidade de emprego para as próprias moradoras da ilha, principalmente a população jovem. Como fica patente nas falas:

O que nós, na associação, tentávamos fazer com esse píer, nós lutamos pra botar um estaleiro lá dentro. Nós lutávamos⁶⁹. Lá dentro, tem muito garoto que (...) não tem opção. (...) Lá tinha garotos que quando eles via que a gente tava com o pessoal da Comperj, parava meu carro e falava assim pra ela, que ela era a pessoa que mais se articulava com a comunidade. (...) Aí os garoto parava na nossa frente, assim, e aí teve um que falou assim. (...) “Tia, a senhora é a tia da associação, não é?”. Aí (...) [ela] falou assim: “Sou sim, meu filho”. “Tia, quando a Comperj voltar, a senhora arranja um emprego pra mim, tia?” (Interlocutor anônimo 3. Entrevista [04/12/2020]. Entrevistador: Matheus Gomes Lima. São Gonçalo, 2020).

Aí, ficam-se reveladas as disputas pelas novas apropriações àquela base técnica recém construída. Como já mostrado alhures, Milton Santos (1996, p. 187), trazido por Candido (2019, p. 5), pontua que “as redes são técnicas, mas também sociais”, logo sujeitas às relações de poder no território sobre seu uso.

A associação de moradores projeta do píer um estaleiro, trazendo emprego para as pessoas da ilha. Agentes governamentais querem fazer do píer a Cidade da Pesca, um terminal para grandes empresas da pesca industrial, onde há

⁶⁸ Fonte: A Tribuna, 06/04/2019. Disponível em: <<https://www.tribunarij.com.br/praias-das-pedrinhas-um-esgoto-a-ceu-aberto-em-sao-goncalo/>> Acesso em 16/08/2021.

⁶⁹ Atentar às interdições temporais na mesma fala; a autocorreção de “nós lutamos” para “nós lutávamos”, que revela a memória ainda em certa tensão para perceber o que é presente e o que já é passado. A análise e percepção do tempo será muito importante nos próximos itens.

dúvidas se beneficiaria os moradores dali⁷⁰. Muitos dos usos futuros se frustram de antemão, diante da lógica do futuro do pretérito.

No atual momento, não há nem o estaleiro, nem a Cidade da Pesca, recuperando a constatação de sinais de desindustrialização em um lugar que sequer chegou a ser industrializado de fato⁷¹. Esse tipo de frustração (que abre margem também pra outros tipos de usos, apropriações e novas indagações) revela mais sobre como tais projetos, diante da lógica do futuro do pretérito do desenvolvimento urbano, acabam por destituir possibilidades de futuro projetadas pelos atores locais – manifestas aí nas disputas espaciais e territoriais por um novo símbolo/marco urbano. Atenta-se também ao momento perdido da disputa, uma vez que os integrantes não se encontram mais nas associações, o que, em muitos casos, afeta a continuidade da luta pelos projetos.

Vale pontuar, contudo, que o espaço não fica sem um uso e sem uma apropriação, uma vez que, nos períodos de intermitência onde o píer não é ocupado pelas peças a caminho de Itaboraí, há indicação de outras formas de apropriação territorial: grupos de turistas/visitantes ou moradores diversos aproveitam o píer como um mirante para a baía⁷²; corredores amadores imprimem no píer um local para prática de “rachas”.

O decorrer dos processos de desenvolvimento e paralisação dos GPDUs trouxe diversas condições peculiares na produção de vida e de espaço dos sujeitos socioculturais, tais como relatos de pescadores artesanais que trocaram seus ofícios (momentaneamente ou não) pelo futuro operário; remoções urbanas para “abrir espaço” aos GPDUs; e impedimentos à produção espacial de diversos grupos sociais de Itaoca. Foquemos nesses dois últimos itens por um momento.

Ao passo que o processo do Comperj ganhava maior materialidade, uma das informações que mais me impactaram foi perceber as inflexões que a simples projeção do Comperj e da Cidade da Pesca causava na vida das pessoas em Itaoca.

Como me narra o interlocutor 1, pescador artesanal, as perspectivas dos projetos impuseram uma série de condições à produção espacial dos moradores de

⁷⁰ Uma vez que o projeto trazia a remoção de moradores do litoral e sendo que houve ínfimos cursos de qualificação às pessoas locais, como foi-me apresentado em falas de interlocutores, o que indica que a mão-de-obra especializada viria de outras localidades.

⁷¹ Desde que colhi as entrevistas para a dissertação, o píer já foi usado para transporte de peças até o Comperj. Mas este trecho faz atentar ao fato de que a Cidade da Pesca, assim como o estaleiro, não saiu do plano – estando aquela estrutura com futuro ainda indefinido.

⁷² Como mostram informações colhidas por mim em outros momentos de meu processo de *escuta-flânerie*.

Itaoca. Particularmente, sua situação expõe um dos lados mais frágeis de como é viver sob a sombra de um projeto de futuro do pretérito do desenvolvimento urbano.

Como se sabe, os desdobros do Comperj se desenvolveram na Cidade da Pesca. O interlocutor 1 mora bem próximo ao traçado da estrada do Comperj e do píer, de modo que, por algum tempo, ele demonstra ter vivido diante de diversas dúvidas. Caso a implantação da estrada fosse uma quadra mais à esquerda, sua casa seria removida. Diante desta situação, ele já havia traçado planos pessoais perante sua remoção ou não.

Além disso, como essas estruturas iriam ser reconvertidas para a Cidade da Pesca, o interlocutor me informa que havia uma *restrição de cinco anos* para que os moradores daquela região não executassem obras em suas residências. Também havia uma segunda ameaça de remoção, a primeira tendo sido para dar lugar ao sistema UHOS e, agora, à Cidade da Pesca.

Tal trama ajuda a entender o cenário volátil ao qual os sujeitos tinham e têm ainda que moldar seus projetos pessoais de vida. Na fala do interlocutor, atenta-se também ao grau de dúvidas acerca de sua projeção pessoal de futuro, encadeada pelas incertezas nos direcionamentos dos GPDUs:

*Esse projeto [Cidade da Pesca] chegou a marcar minha casa aqui (...). Eles marcaram aqui minha casa, marcaram a casa de todo mundo. Inclusive, fui até eu que... Me chamaram pra poder, também, pra fazer o cadastramento do pessoal, entendeu? (...) Mas não deu em nada não. Deu em nada não. Apagou o projeto, não sei se tá funcionando, se vai ter... Acho que, pra mim, acho que cancelaram. Já anularam esse... É, porque não veio mais nada, não falou mais nada. Inclusive, meus barcos, a minha vida, a minha pescaria, era tudo marcado na FIPERJ [Fundação Instituto da Pesca do Estado do Rio de Janeiro]. (...) o pessoal da... Da... FIPERJ mesmo que tava marcando pra Cidade da Pesca, tem uns 6 anos já (...). Aí continuei minhas obras aqui. Entendeu? *Falaram que se passasse 5 anos nós podíamos começar nossas obras, não precisava parar as obras.**

(...)

E mais uma esperança que a gente tinha de ir prum lugar melhor, entendeu? De renovar, né? Tipo assim, eu pensava que se eles viesse pra cá, eu já tinha um projeto. Tava indo pra Mauá ver casa, tava indo na Piedade, por causa da orla. Porque sair dum lugar que... Eu não vou andar pra trás. Eu tenho que andar pra frente. Se eu eu vivo... Tipo assim, do Salgueiro⁷³, voltaram, porque não têm condições de morar lá, porque não tem trabalho lá pra eles lá. O pessoal do Salgueiro tem o trabalho deles lá: é um mercado, é uma padaria, uma lanchonete, ou um... Eles já vivem lá e já sabem como eles vivem lá. E nós aqui, nós aqui não sabe como sair daqui e viver em outro lugar que não seja uma beira de praia, uma beira de orla, uma beira de mangue. Onde tem um bichinho andando, um guaiamum, um

⁷³ Como já posto, bairro gonçalense sem saída para o mar.

caranguejo, nós dá um jeito. Entendeu? (Interlocutor anônimo 1. Entrevista [16/07/2020]. Entrevistador: Matheus Gomes Lima. Entrevista realizada de forma remota. Petrópolis, 2020, grifos meus).

Aproveitando o tópico sobre a saída da ilha, cabe destacar uma das outras problemáticas que incidiram sobre a vida dos moradores: as remoções urbanas.

Um dos meus desafios no entendimento do processo pelo qual a ilha passou se manifesta nessa temática. Pelo que pude averiguar em pesquisa junto aos interlocutores, há dois momentos de remoções urbanas. O primeiro se trata das remoções de pessoas para dar lugar à estrada e ao píer do Comperj; e o segundo, para abrir espaço à futura Cidade da Pesca.

Quando pergunto sobre as remoções, há variações nas respostas de um interlocutor para outro. Talvez porque o processo não tenha sido feito em um único momento apenas; talvez porque o processo é complexo e até hoje, de certo modo, ainda está aberto como uma possibilidade; ou talvez por certa falta de diálogo e transparência nas ações por parte dos agentes fomentadores para com os sujeitos.

De todo modo, o que pude apreender é que houve, sim, remoções. E houve um maior número de pessoas removidas, em Itaoca, para os equipamentos do Comperj que para a Cidade da Pesca.

Como me explica o interlocutor 1, ele acredita que, em Itaoca, a remoção para os equipamentos do Comperj tenha alijado cerca de 400 famílias⁷⁴. Em sua visão, as pessoas removidas foram muito bem indenizadas, recebendo quantias bem superiores ao valor de suas casas. Muitos desse grupo, com o valor da indenização, mudaram-se para outras localidades, tais como bairro do Salgueiro. Como investigo, havia pessoas, dentre as removidas, que viviam da pesca.

Tendo em mente que parte desse grupo exercia uma função na pesca, como foi-me informado; que o bairro do Salgueiro não possui saída para o mar; e que, como interpretação aos estudos sobre memória de Pollak (1992), memória é

⁷⁴ Este dado carece de observações. Primeiro, o número de 400 famílias talvez seja impreciso, visto que a população de Itaoca é de 786 famílias, como já posto em reportagem de Jusbrasil; e visto também que, em minha escuta-*flânerie*, recebi a informação de serem 100 famílias as removidas. Em outra linha de hipótese, a população do bairro pode ter crescido desde 2013, data da publicação da Jusbrasil. Outra possibilidade de interpretação é que o interlocutor tenha se referido ao número aproximado de casas removidas, visto que, na fala, ele demonstra se referir a tal instância: “Ah, rapá, bem umas... Acredito que umas... 400 famílias, mais ou menos. (...) Contando tudo, com terreno vazio... Entre terrenos vazios e com casas. Até a Ponte do Rodízio”. (Interlocutor anônimo 1. Entrevista [16/07/2020]. Entrevistador: Matheus Gomes Lima. Entrevista realizada de forma remota. Petrópolis, 2020).

sempre relação de poder; expõe-se, então, um dos lados mais cruéis do fenômeno do futuro do pretérito do desenvolvimento urbano: a tentativa de apagamento da memória local. Um apagamento material e simbólico refletido na negação a certo tipo de produção da vida, a certo tipo de manifestação sociocultural e com afetações na construção do indivíduo e de seu grupo social.

Quando essa informação é conectada ao desterramento dos sambaquis, importantes marcos culturais da história da região, percebe-se essa destruição à cultura local, por parte das projeções dos GPDU's. A pulverização da vida pesqueira da comunidade, através da reterritorialização precária dos pescadores, em conjunto com o desterramento dos sambaquis, importantes lugares de memória (NORA, 1993) dos grupos sociais de Itaoca, revela a situação delicada que os GPDU's incidem sobre os sujeitos socioculturais, em prol de um alardeado progresso futuro⁷⁵.

Nesse caso, mostra-se também os desencadeamentos nas dimensões espaciais provindas do Comperj. As indenizações "altas" pelo valor das casas estão nitidamente conectadas aos efeitos na instância relacional do espaço. O que demonstra um padrão envolvendo grandes projetos: a tentativa de etiquetar um preço e a crença que o capital numerário seria por si só suficiente para resolver todas as mitigações envolvendo os processos de rupturas por ele causados⁷⁶.

Em relação à Cidade da Pesca, o interlocutor 1 afirma que, apesar de terem marcado as casas e pessoas que seriam removidas, o processo de remoção ainda não chegou a acontecer de fato⁷⁷. Mesmo assim, o processo trouxe afetações à vida das pessoas. Como conta, "Teve gente até que... Teve um pessoal de idade aqui, com 70, 80 anos, que até morreu com desgosto, que não queria sair daqui, entendeu?"⁷⁸.

Cabe ainda salientar que, ao início, o projeto da Cidade da Pesca abarcaria a construção de novas residências em Itaoca para as pessoas removidas

⁷⁵ Ainda vale pontuar que a reterritorialização precária dos pescadores artesanais de Itaoca gera um alto grau de impacto cultural, uma vez que, por exemplo, a tradição de construção dos barcos artesanais se transmite oralmente, o que infletiria em danos à história oral local e à preservação e manutenção do modo de vida da comunidade pesqueira.

⁷⁶ Em tempo, é curioso notar que, tendo impedido ou dificultado a pessoa de exercer seu modo de produção material de vida, a indenização se torna uma resolução apenas de curto ou médio prazo – e o fato interessante é que um grupo, alguns anos após a remoção, regressa para morar em Itaoca, o que corrobora o argumento mostrado acima.

⁷⁷ Sobre a remoção para a Cidade da Pesca, outro interlocutor me conta que "praticamente não" houve pessoas e casas removidas (Interlocutor anônimo 3. Entrevista [04/12/2020]. Entrevistador: Matheus Gomes Lima. São Gonçalo, 2020).

⁷⁸ Interlocutor anônimo 1. Entrevista [16/07/2020]. Entrevistador: Matheus Gomes Lima. Entrevista realizada de forma remota. Petrópolis, 2020.

da orla. Entretanto, após mudança, o projeto não conta mais com realocação dos moradores na própria ilha, mas sim apenas com o pagamento de uma indenização pelas remoções. Tal fato entra em consonância ao posto acima e aponta novas problemáticas que ainda pairam sobre a produção de vida e de espaço dos grupos sociais da ilha.

Assim, um juízo que se chega com tais informações é que, na trama do futuro do pretérito do desenvolvimento urbano, o nível de insegurança e fragilidade na produção de vida e de espaço se dá *tanto para quem é removido quanto para quem permanece em Itaoca*.

A remoção urbana significa perda das relações de vizinhança, precarização das redes laborais, dentre outras afetações. E a permanência na ilha também não se mostra um processo definitivo, acabado, porquanto não se sabe por quanto tempo ainda se poderá morar na ilha, nem se pode garantir que não haverá mais remoções pelo caminho. Dificulta ainda a compreensão dos atores sociais o fato que as tomadas de decisão sobre o destino do lugar aparentam estar alhures, numa relação de poder desigual.

4.4 Reflexões sobre espaço, trabalho e emprego

Aproveitando o caso acima citado das remoções urbanas de pescadores artesanais, este item se debruça sobre as relações entre espaço, trabalho e emprego, interseccionando o tema com discussões como precarização e identidade.

Sabe-se que identidade e trabalho carregam imbricações substanciais ao indivíduo dentro de um grupo social. Coutinho et al. (2007, p. 34) tomam “por premissa ser o trabalho uma categoria fundamental, embora não única, para compreensão das relações sociais, dos processos identificatórios e do modo de ser dos sujeitos”, uma vez que “a dimensão ocupacional ainda ocupa um grande espaço na vida das pessoas, permeando as relações sociais”.

A relação entre espaço e identidade também se mostra importante na constituição do ser, o que fica patente quando o interlocutor 1, em sua entrevista, ao ser perguntado sobre sua trajetória, evidencia na primeira frase: “Então, minha vida foi assim: eu sou nascido e criado aqui [em Itaoca]⁷⁹”.

⁷⁹ Interlocutor anônimo 1. Entrevista [16/07/2020]. Entrevistador: Matheus Gomes Lima. Entrevista realizada de forma remota. Petrópolis, 2020.

Assim, entende-se que espaço e trabalho são duas categorias cruciais para a noção do indivíduo de *ser* e *estar* no mundo. Novamente retornando o olhar à entrevista, o interlocutor 1 traz à tona marcações como “[sou] pescador artesanal” e a já citada “nascido e criado [em Itaoca]”. Se, como se sabe através de Ricoeur (1994), a narrativa faz emergir a identidade, interessa apontar que, quando o interlocutor se narra, os balizadores das relações laborais e espaciais são trazidos para o primeiro plano: *um pescador artesanal nascido e criado em Itaoca*.

Se, por um lado, algumas relações e conceituações sobre espaço foram já marcadas alhures, vale, contudo, abordar algumas considerações mais acerca do campo trabalho, relacionando-o à temática da precariedade do trabalho. Vargas (2016) se debruça a analisar teorizações sobre trabalho e suas relações com o tema da precariedade. Para o autor, trabalho pode ser lido a partir de algumas esteiras interpretativas. Ele identifica, no conceito, “duas dimensões principais” (VARGAS, 2016, p. 15).

Na primeira dimensão,

o trabalho se define como um conjunto de atividades dotadas de conteúdos específicos, visando a fins especiais e mobilizando determinados meios, instrumentos, conhecimentos e competências. Esse trabalho se apresenta como um ofício, profissão ou ocupação; ele se caracteriza pela mobilização de um “sujeito” que se defronta com determinados “objetos”. Esses objetos tanto podem ser coisas materiais, objetos físicos, como ideias, conceitos ou símbolos, isto é, objetos imateriais, intelectuais, ou ainda pessoas e relações humanas (Gorz, 2005) (VARGAS, 2016, p. 315).

Em sua outra dimensão,

o trabalho se define como uma atividade inscrita na vida social, dotada de um determinado estatuto, reconhecimento e retribuição social e implicando o indivíduo em determinadas relações e formas de sociabilidade. Em suma, o trabalho implica uma determinada inserção do sujeito na “sociedade”, na relação com outros sujeitos sociais. Nessa qualidade, ele se destaca, também, como fonte de acesso a um rendimento, o que significa dizer que essa retribuição resultante do trabalho não é apenas uma substância econômica objetiva, derivada diretamente do ato de trabalhar, mas um produto relacional. Os critérios sociais a partir dos quais podem ser estabelecidos níveis “adequados” e legítimos de rendimento são sempre relativos e supõem, muitas vezes, disputas e conflitos, variando segundo o contexto social, político e cultural. (VARGAS, 2016, p. 315).

Portanto, Vargas (2016) atenta para o entendimento do trabalho tanto em termos objetivos quanto subjetivos. Percebido como um conjunto de ações, enumeráveis e organizadas, e também como um grupo composto pelo aspecto

social e relacional, que permite acesso a certas formas de sociabilidades e a certos símbolos de status (e, também, de estigmas).

Esse ponto é uma das chaves à interpretação da argumentação de Vargas (2016). Se o trabalho pode ser lido como tendo tanto uma dimensão objetiva quanto subjetiva, pode-se averiguar que a precariedade laboral também seja lida nesses termos. Ou seja: se se pode apreender em formas objetivas as condições que podem colocar em risco de precariedade um trabalhador (tais como aumento nas jornadas de trabalho, piora de seu local de trabalho), pode-se identificar condições também em termos subjetivos, como falas (no meu caso de pesquisa sociourbanística) e outros marcadores que apontem sofrimento, angústia, decepção etc.

O autor, então, desenha duas linhas de avaliação. Uma o trabalho sendo “atividade sobre um objeto” (VARGAS, 2016, p. 315), outra o trabalho sendo “atividade socialmente situada, dotada de estatuto e reconhecimento, de retribuição material e simbólica” (VARGAS, 2016, p. 316); daí, precariedade podendo ser entendida dentro de uma e/ou outra linha de pensamento.

Assim, dentro da premissa de o trabalho ser uma “atividade sobre um objeto” (VARGAS, 2016, p. 315),

“precariedade do trabalho” pode ser subjetivamente ressentida tanto nas ocupações que comportam atividades parceladas, repetitivas, alienantes, caracterizadas pela pobreza ou ausência de conteúdos significativos para quem as executa, como nas profissões altamente qualificadas, exercidas em condições relativamente confortáveis e adequadas, mas caracterizadas por fortes pressões objetivas e (ou) subjetivas, como é o caso daquelas em que se exige do trabalhador produtividade, desempenho e (ou) responsabilidade elevados. Nesses termos, o estresse no trabalho e as doenças profissionais de natureza física ou mental podem constituir importantes indicadores para dimensionar essa precariedade subjetivamente ressentida. (VARGAS, 2016, p. 315-316).

Tal linha de interpretação é importante para superar uma noção de precariedade do trabalho apenas atinente à informalidade, complexificando o tema.

Da premissa de trabalho como sendo “atividade socialmente situada, dotada de estatuto e reconhecimento, de retribuição material e simbólica” (VARGAS, 2016, p. 316),

a precariedade do trabalho pode ser identificada tanto pela aferição de critérios objetivos que asseguram e garantem os direitos sociais e trabalhistas – através da formalidade do trabalho, por exemplo, ou pela natureza e tipo de vínculo empregatício do trabalhador – como pela experiência subjetiva que os trabalhadores têm desses mecanismos sociais

e institucionais de proteção, reconhecimento e sociabilidade (VARGAS, 2016, p. 316).

O autor atenta à “reconstituição das condições sociais e das relações nas quais se inscrevem os atores sociais” (VARGAS, 2016, p. 316). Para tanto, Vargas reafirma que tais investigações não podem se dar apenas na abstração, mas sim unidas a um quadro de referência próprio em que os cenários onde tais relações laborais acontecem são contextualizados. Vargas ainda ancora suas reflexões a um “quadro teórico de referência” (VARGAS, 2016, p. 317), relacionando trabalho e precariedade à “premissa materialista” de Marx e Engels; à noção de Durkheim que “o trabalho é uma atividade social que, inscrevendo-se na divisão do trabalho social, constitui o fundamento da solidariedade social no mundo moderno” (VARGAS, 2016, p. 319); e à reflexão de ação social em Weber, entendendo que “o trabalho é uma atividade cujo sentido se inscreve no conjunto da vida social e nas relações que os atores estabelecem entre si” (VARGAS, 2016, p. 320).

Postas algumas considerações sobre trabalho, extraídas daí suas discussões acerca da precariedade, vale entrelaçar alguns pequenos pontos sobre trabalho, emprego e ocupação. O entendimento sobre cada termo sofre alterações com o decorrer do tempo e comporta novos significados e simbioses a partir de cada contexto sócio-histórico.

Por um lado, como já posto acima, trabalho, seguindo a linha traçada por Marx, “revela o modo como o homem lida com a natureza, o processo de produção pelo qual ele sustenta a sua vida e, assim, põe a nu o modo de formação de suas relações sociais e das idéias que fluem destas” (MARX, 1983, p. 149, apud WOLECK, 2002, p. 5).

Pode-se apreender, assim, que trabalho se dá como um intercâmbio entre ser humano e natureza, sendo a humanidade dependente da existência laboral. Só que trabalho, sendo este um sistema de objetivação, apresenta uma determinada circunscrição no tempo, no espaço, na história. Tal cenário ganha o aspecto de divisão do trabalho: “[o] modo antigo de produção baseia-se no trabalho do escravo; o feudal, no trabalho dos servos da gleba; o capitalista, no trabalho do empregado assalariado” (WOLECK, 2002, p. 6). O emprego, assim, é uma das formas como este trabalho se apresenta, num dado momento histórico, e está alocada nessa divisão do trabalho.

Ao entender que ocupação e emprego são conceitos que apresentam características deslizantes em sua apreensão ao longo dos tempos, Woleck (2002, p. 7) pontua que “a lógica subjacente às relações sociais reduziu e circunscreveu a ocupação ao trabalho e ao emprego na sociedade atual”. Sobre o entendimento acerca do emprego, o autor explica que o termo era associado, em tempos idos, “a alguma tarefa ou determinada empreitada” (WOLECK, 2002, p. 7). O termo, como o entendemos atualmente, sofre uma virada a partir dos tempos modernos, onde o conceito “reflete a relação entre o indivíduo e a organização onde uma tarefa produtiva é realizada, pela qual aquele recebe rendimentos, e cujos bens ou serviços são passíveis de transações no mercado” (SOUZA: 1981, p. 26, apud WOLECK, 2002, p. 8). Assim, entende-se que a ocupação é um trabalho sócio-historicamente determinado pela divisão do trabalho que se chama emprego.

E essas constatações surgem porque percebi que, no meu campo, as dimensões ontológicas e sociais aparecem de forma errática nas entrevistas.

Retornando à análise dos pescadores removidos de Itaoca, algumas inquietações se abrem à investigação, dentro da ótica do futuro do pretérito do desenvolvimento urbano.

A entrevista com o interlocutor 1 revela como as remoções urbanas afetaram (e ainda afetam) a vida das pessoas de Itaoca. Um dos pontos mais pungentes, pessoalmente, foi o questionamento de *como fica a vida de uma pessoa após ser removida?* Quando se debruça sobre o grupo focal das pessoas que tecem suas relações laborais na pesca, sendo Itaoca considerada uma comunidade pesqueira, percebe-se uma das grandes rupturas causadas para a relação espaço e trabalho dessas pessoas.

Como exposto, um grupo considerável de pessoas removidas se mudou para o bairro do Salgueiro que, embora seja comumente citado pelas pessoas de Itaoca (o que revela traços de conexão por proximidade entre os bairros), gera uma série de problemas à produção material de vida dos pescadores removidos (e de quem fica em Itaoca). Quando se pensa em quais afetações se pronunciam sobre este novo panorama, enumeram-se algumas.

Este sujeito, que morava mais próximo ao seu local de trabalho (a baía), estaria agora mais exposto a acordar mais cedo (e voltar mais tarde), por morar mais distante. Como o interlocutor 1 me explica, sua rotina conta com o despertar às três da manhã. Essa pessoa removida teria que acordar antes desse horário, muito

possivelmente, para se manter o ritmo de trabalho de outrora. Por extensão, há aí a incidência disso nas horas de sua nova jornada de trabalho.

Se esse sujeito ia a pé ao seu local de trabalho, agora estaria suscetível ao dilema de precisar comprar um veículo para levar seus materiais de trabalho (uma bicicleta, um carro) ou continuar a ir a pé. Ambas as situações se encaminham para gastos extras e/ou acúmulo de fadiga.

Projete-se que ele integre uma associação de pescadores/moradores em Itaoca. Como me informa a interlocutora 4, a pessoa tem que fazer parte da associação onde mora⁸⁰ (por questões de comprovação, por exemplo). Logo, se a pessoa é removida do bairro, ela perde também os laços de luta e representação comunitária, fragilizando tanto o indivíduo quanto o grupo.

Como o interlocutor 1 me conta, ele aluga os barcos e vende iscas na Praia da Beira. Projeta-se, se um sujeito nessas exatas condições fosse removido, o trabalho que seria transportar essas iscas, em um isopor, do Salgueiro para Itaoca. E os barcos, que ele guardava no quintal dele; agora, teria ele que se preocupar em alugar um espaço em Itaoca para guardá-los, arriscando perder uma de suas fontes de renda e fragilizar toda uma rede que depende de seu serviço.

E se ele tem uma rede de ajuda (familiar, vicinal) que pega isca com ele para pagar depois; ou, inversamente, se é ele quem pega alguma compra na mercearia para pagar ao final do mês. Então: essa relação mudaria, estando ele em um lugar completamente novo, esmaecendo as relações de vizinhança e as formas de solidariedade, tão importantes quando se observa o espaço em uma escala local.

E se a pessoa se orgulha de ser “nascida e criada” em Itaoca e tem que sair da ilha; pontuam-se as inflexões em sua narrativa e afetações (materiais e simbólicas) que isso acarretaria em sua decorrente produção identitária⁸¹.

Invertendo a lógica de análise, se o movimento de remoção deste indivíduo for conjugado com o projeto de realçar a pesca industrial naquele recorte espacial, materializado nos preceitos da Cidade da Pesca, percebe-se que este movimento de troca carrega consigo o enfraquecimento do ofício de pescador artesanal e coloca em xeque a manutenção daquele modo de vida da comunidade, o

⁸⁰ Como ela me narra: “Você é de lá, você tem que procurar suas coisas lá”. (Interlocutora anônima 4. Entrevista [20/04/2021]. Entrevistador: Matheus Gomes Lima. Entrevista realizada de forma remota. Niterói, 2021).

⁸¹ Infelizmente, com a incidência da pandemia de Covid-19 nesta pesquisa acadêmica, não pude conhecer interlocutores que de fato foram removidos nos idos do processo do Comperj, ficando este um braço da pesquisa para momentos futuros.

que poderia tender, no limite, ao seu desaparecimento, ao menos naquele nível local⁸².

Como se pode perceber, tais questões que se projetam podem ser inseridas nas esteiras de discussão acerca da reterritorialização precária e da precarização do trabalho. Para esta última, agrega-se ao texto certas noções de precarização laboral encontradas em Guy Standing (2014). Aqui, não se pretende igualar o grupo de pescadores artesanais ao de precariado⁸³ (classe cujo autor se debruça a analisar), mas sim utilizar de alguns conceitos-balizadores que Standing lança mão para refletir sobre a temática da precarização laboral. Um desses conceitos-chave é o de renda social.

De acordo com o autor:

Em todos os lugares, as pessoas obviamente têm de sobreviver com a renda que recebem, seja na forma de fluxo monetário ou de rendimentos em espécie, em termos do que as pessoas ou suas famílias produzem. Isso pode ser medido pelo que elas poderiam receber antecipadamente, caso venham a precisar. A maior parte das pessoas, na maioria das sociedades, tem várias fontes de renda, embora alguns possam depender de apenas uma.

A composição da renda social pode ser dividida em seis elementos. O primeiro é a *autoprodução*, os alimentos, os bens e os serviços produzidos diretamente, se consumidos, trocados ou vendidos, incluindo o que se pode plantar numa horta ou num terreno doméstico. Em segundo lugar, há o *salário nominal ou a renda em dinheiro recebido do trabalho*. Em terceiro, há o *valor do apoio fornecido pela família ou pela comunidade local*, muitas vezes por meio de créditos de seguros informais mútuos. Em quarto, há *benefícios corporativos* que são fornecidos a muitos grupos de empregados. Em quinto, há os *benefícios estatais*, incluindo benefícios de seguro social, assistência social, transferências discricionárias, subsídios pagos diretamente ou através dos empregadores, e serviços sociais subsidiados. Por fim, há os *benefícios privados derivados de economias e investimentos* (STANDING, 2014, p. 29-30, grifos meus).

Para o autor (2014, p. 31), uma das características da classe do precariado seria a “renda social insegura”. Em termos paralelos, as condições aos quais tais pescadores artesanais são expostos através da remoção urbana, se

⁸² Esta posição já foi marcada em outro momento do texto ao trazer a fala de um pescador artesanal: “a pesca artesanal, hoje na baía de Guanabara, eu vejo como a exclusão dela, o sumiço dela” (Liderança da Colônia Z8, apud BINSZTOK; VIEIRA; WASSERMAN, 2018, p. 143).

⁸³ Por exemplo, de acordo com o autor (2014, p. 31), a classe do precariado pode ser definida, dentre inúmeras características, como um grupo que carece “de uma identidade baseada no trabalho”, ocupando-se em empregos “sem tradições de memória social, ou seja, não sentem que pertencem a uma comunidade ocupacional imersa em práticas estáveis, códigos de ética e normas de comportamento, reciprocidade e fraternidade”, o que é veementemente oposto à condição dos pescadores artesanais, nesse ponto.

inseridas nessa trama delineada por Standing, permitem extrair algumas análises sobre sua condição fragilizada.

Primeiro, a autoprodução, a renda (se esta depender do local onde a pessoa more) e o último elemento de composição da renda social poderiam estar comprometidos com a remoção de Itaoca e o entendimento de que tais deslocamentos, frequentemente, fazem parte da esteira da “reterritorialização (...) amiúde mais precária” (BINSZTOK; VIEIRA; WASSERMAN, 2018, p. 145), o que significa espaços de moradia mais precários: caso a pessoa possuísse uma horta em seu quintal; alugasse parte da casa como garagem para barcos de outrem; ou tivesse investido na construção de um frigorífico em seu terreno para atender ao público local, entende-se o fenômeno.

Segundo, o apoio comunitário estaria também comprometido nessa mudança abrupta de espaços, manifestas aí na perda das relações de vizinhança imediata e dos laços institucionais das associações.

Faz-se necessário fazer uma consideração, atentada por Vargas (2016), acerca do quadro social em que se analisam tais condições. Vale ponderar que o trabalho de Standing (2014) se debruça sobre Europa e parte da Ásia, onde, de certa forma, se conheceu o Estado de Bem-Estar Social, onde a renda era complementada por uma série de políticas diretamente conectadas a esse Estado. Aqui, no Brasil, não se chegou a conhecer tal instrumento do *Welfare State* na sua plenitude. Lembra-se, por exemplo, que, em dado momento após a Segunda Guerra Mundial, enquanto muitos governos na Europa adotavam os ditames da social-democracia para dar melhores condições de vida às populações, o Brasil passava pela ditadura civil-militar. Para Vargas (2016, p. 325), no cenário brasileiro, certas porções

da população jamais estiveram integradas a um conjunto de relações de trabalho regulares e estáveis e a um sistema de proteção social. Por essa razão, a questão da precariedade do trabalho adquire contornos incertos, uma vez que, no Brasil, não chegou a se constituir a chamada sociedade salarial, caracterizada pela generalização da relação salarial estável e protegida para o conjunto da população que trabalha.

Assim, para o autor (2016, p. 324), hoje, “no Brasil, (...) uma velha precariedade e uma nova precarização do trabalho combinam-se para configurar sua contemporaneidade (Druck, 2011, 2013)”.

No que diz respeito à renda social, o que se pode apreender, ao cruzar as duas leituras, é que, no quadro social brasileiro, ela sempre foi precária. Deste modo, em países que historicamente se estabelecem como casos de renda social precária, quando se desarranja um elemento que seja dessa renda social, a situação se torna muito mais dramática, em termos de produção material de vida. Em muitos casos, como apresentado nas remoções em Itaoca, o impedimento de um só desses elementos bloqueia formas de composição comunitária da renda social.

Para entender o tamanho impacto desse desarranjo, cabe frisar que a comunidade pesqueira de Itaoca possui toda uma economia local fortemente estruturada a partir das relações laborais da pesca⁸⁴. Como a interlocutora 4 me conta:

Aí o que acontece: tem gente que... Tem senhor lá dentro que faz cada barco maneiro. Tem gente que faz aquelas redes. É que você tem que entrar em algumas ruas ali. Você vê aquele pessoal, com aquele quintal enorme, e o cara lá fazendo rede mesmo. Com um pedaço de madeira, que é uma agulha, né? Eles fazem rede, eles vendem. Tem gente que faz barco ali dentro. *Não existe só o cara que pesca; existe o cara que faz o barco, o cara que faz a rede, o cara que vai ali pra comprar o peixe e que traz aqui pra fora, tem um cara ali dentro que trabalha com carne de arraia. Ele não trabalha com outra coisa, só com carne de arraia. Tem pessoas que têm câmara frigorífica pra armazenar peixe.*

(...)

[Toda uma economia] montada em relação a isso. (...) Eu conheci uma casa que o moço, no final da casa, tinha um quarto. E eu achei que era um quarto. E não era: era um frigo... Troço de botar peixe. *Mas ele não põe só o dele; ele põe o do não-sei-quem, do não-sei-quem-lá.*

(...)

Tem o rapaz que faz a travessia... Que tem uns barquinhos. (...) Tem uns barquinhos. Então ele é responsável por levar as pessoas. Tem gente que mora na Ilha de Itaoca, mas trabalha na Ilha de Paquetá. Então ele sabe que tem um horário. Então, existe toda uma economia ali dentro. (Interlocutora anônima 4. Entrevista [20/04/2021]. Entrevistador: Matheus Gomes Lima. Entrevista realizada de forma remota. Niterói, 2021, grifos meus).

A narração da interlocutora atenta à complexidade da economia da pesca e à importância dela na conformidade/organização social local. Além disso, sua fala deixa marcado que os sujeitos socioculturais são cientes da importância das relações econômicas dentro da comunidade e questionadores quanto ao processo

⁸⁴ Ou de correspondentes, como os barqueiros que fazem o transporte de pessoas no itinerário Itaoca-Paquetá.

dos GPDU's, que precariza suas relações espaço-laborais. Sua fala também atenta à importância do modo de vida:

Aí você tá a vida inteira... Tem gente lá que tem umas marcas de sol, assim, porque eles sempre trabalharam com peixe. Ficam muito queimados, ficam meio empolados. Não sei se você reparou. *Eles, a vida inteira, trabalharam com aquilo ali. Aí vai chegar e vai falar: "Vocês vão receber dinheiro e vocês [vão] pra qualquer lugar". Você vai fazer o quê da vida?*

(...)

O quê que acontece: ninguém teve o carinho - eu vou falar "carinho" - de ir lá conhecer.

(...)

Então, você vai tirar essas pessoas e vai fazer o quê? Dar dinheiro e falar: "Vai se virar?". Essas pessoas vão recomeçar aonde? (Interlocutora anônima 4. Entrevista [20/04/2021]. Entrevistador: Matheus Gomes Lima. Entrevista realizada de forma remota. Niterói, 2021, grifos meus).

Os trechos acima trazidos se conectam à já mencionada fala do interlocutor 1 que, ao vislumbrar um possível futuro fora da ilha, marca: "nós aqui não sabe como sair daqui e viver em outro lugar que não seja uma beira de praia, uma beira de orla, uma beira de mangue"⁸⁵.

Aliás, a situação pessoal do interlocutor 1 também oferece meios para reflexão sobre precarização laboral. Como ele me narra: "minha carteira foi cancelada. Minha carteira de pescador. Porque trabalhei nessa obra aí"⁸⁶. Assim, ele afirma estar fora de qualquer seguridade social na pesca e, de alguma forma, o trabalho como operário interferiu (negativamente) em sua vida como pescador.

Como disserta Standing (2014, p. 30), "os benefícios estatais podem" ser subdivididos em outras partes, envolvendo, por exemplo, "direitos de 'cidadania' universal, ao lado de benefícios de seguro". Ao olhar a história de vida do interlocutor 1, além de impeditivos pessoais que incidem sobre seu não-recebimento de seguridades como Bolsa Família e auxílio emergencial à Covid-19, as relações laborais traçadas junto ao GPDU o impediram de fazer parte do círculo de seguridade de seu ofício original, tais como o salário de defeso do guaiamum. Como o mesmo interlocutor me narra, ele não é o único pescador artesanal a estar nesta condição informal de "fantasma" por ter feito parte das obras do Comperj, o que incide mais ainda sobre o fato trágico.

⁸⁵ Interlocutor anônimo 1. Entrevista [16/07/2020]. Entrevistador: Matheus Gomes Lima. Entrevista realizada de forma remota. Petrópolis, 2020.

⁸⁶ Idem.

Algo curioso que percebi durante nossa entrevista (e mais profundamente depois, ao analisá-la) foi o número de vezes que ele citou o termo “eu me defendo”. Sua trajetória passa pela precarização laboral, espacial e identitária. E isso parece incidir sobre a forma como manifesta enxergar a vida: ele constantemente usa a expressão “eu me defendo”, *como se a vida o estivesse atacando*. Esta, junto à sua autodefinição como um “pescador fantasma”, forma uma triste constatação exposta nos arrabaldes de sua fala e se liga à reflexão, trazida por Vargas (2016), acerca das manifestações subjetivas sobre a precariedade do trabalho.

A seguir, um dos trechos de sua entrevista onde a expressão aparece. Nela, atenta-se também à sua percepção do caráter efêmero das relações laborais propiciadas pelo GPDU, o que também diz muito sobre as perspectivas que um sujeito sociocultural de Itaoca apreende sobre a projeção de “desenvolvimento” dos grandes projetos e as oportunidades de emprego geradas por ele.

Porque lá você trabalha e manda embora. Aqui não. Aqui eu ganho o ano todo. Entendeu? Eu dependo disso daqui. Me defendo de qualquer jeito aqui. Um siri, um camarão, um caranguejo, um guaiamum. Eu vivo desse marzão aqui. (Interlocutor anônimo 1. Entrevista [16/07/2020]. Entrevistador: Matheus Gomes Lima. Entrevista realizada de forma remota. Petrópolis, 2020).

Lembra-se, por fim, que a materialização do Comperj não é o primeiro momento em que agentes da economia do petróleo causam afetações à produção de vida e relações laborais dos sujeitos do lugar. O interlocutor 3 conta que, embora integrante da associação de pescadores, ele já não exercia mais o ofício de pescador artesanal desde os anos 2000. Ele me conta que parou a função em decorrência do derramamento de óleo da Petrobras na Baía de Guanabara em 2000. Assim, percebe-se por mais um ângulo o histórico de afetações negativas que permeia a produção material de vida dos sujeitos – e que é trazido à tona nas entrevistas, de uma forma ou de outra, e nas pesquisas, como no Plano de Manejo da APA Guapimirim.

4.5 Relações de tempo: o “irá” e o “iria”

Esta parte trata da avaliação dos interlocutores sobre seus cenários atuais e futuros, já na posição póstuma ao duplo movimento de desenvolvimento e paralisação dos grandes projetos. Mais especificamente, o item aborda as noções de

impacto a partir do ângulo dos sujeitos; projeções sobre o futuro de Itaoca perante os projetos; percepção do tempo; e perspectivas de vida e projeção geracional.

Durante as entrevistas, trago aos interlocutores questionamentos, segundo a visão deles, sobre os impactos causados em Itaoca pelos GPDUs. Meu objetivo se pautou em entender, após os tantos movimentos de desenvolvimento e de pausa dos projetos, como eles avaliavam as afetações e incidências dos mesmos em suas vidas, espaços e territórios.

Cabe, contudo, discorrer sobre o próprio sentido da palavra “impacto”. Recuperando ao texto o delineamento trazido por Vainer et al. (2012) que grandes projetos são intervenções portadoras de notável capacidade para rupturas, esta pesquisa entende a noção de impacto tal como abordado por Cruz:

Em um esforço de síntese, poderíamos dizer que impacto é uma força emanada de uma ação ou um acontecimento capaz de trazer implicações diretas ou indiretas para o que ou para quem é atingido, sendo fundamental considerar que, quando socialmente sentidos, seus efeitos desdobram-se, dialeticamente, em ações, reações, contra-ações por parte da sociedade/grupo social/comunidade atingidos (CRUZ, 2020).

Fato que considerei notável foi perceber que três dos quatro interlocutores, quando indagados sobre impactos (ou quando eu disse investigar os impactos dos GPDUs em Itaoca), disseram-me, de cara, que o Comperj não havia deixado tantos impactos assim. Não obstante, na sequência de suas falas e da própria entrevista, eles revelavam diversos impactos que, como se poderá ver a seguir, apresentam-se de forma numerosa e com forte relação à entrada em cena dos GPDUs.

Como mostro na próxima fala do interlocutor 3, sua primeira frase é taxativa. Não obstante, no esmiuçar de sua explanação, as interpretações aos impactos surgem de forma mais ou menos delineada. Ao falar que onde houve grandes impactos com a estrada do Comperj foram bairros como Salgueiro e Guaxindiba, os impactos à Itaoca surgem no limiar de sua narrativa:

Itaoca, com a construção do píer, ele não teve grandes impactos não. Quem teve foi o Salgueiro. Um grande impacto da construção da Comperj. Salgueiro, Guaxindiba. Porque o Salgueiro tem um problema. O Salgueiro, Palmeira, Marinha (...), eles são dentro do mangue, praticamente. Aquilo tudo ali era um mangue. Quando o mangue sobe, a água lá começa a brotar. Quando a pista passou, a pista dividiu Palmeira prum lado, Salgueiro pro outro. E não tem escoamento. Palmeira, se, qualquer chuva que der, se a maré tiver enchendo, a água já vem na canela. Foi o grande impacto que

causou essa construção dessa rodovia, dessa pista. Da mesma forma, quando os chineses estiveram aí, nós tivemos que andar com os chineses, porque nós éramos associação. Eles chamaram a gente pra gente andar com eles lá na pista até na Comperj. E nós, quando chegamos em Guaxindiba, nós deparamos com a pista toda ruim. Os moradores tiveram que vir com um trator e abrir pra água passar pra não invadir a casa deles. É, rapaz, a coisa é feia. (...) Antes, eles alagava quando a maré tava enchendo. Mas alagava, tinha que ser uma chuva muito, muito, muito forte. Aí alagava. Agora, não. Agora, com a Comperj, qualquer chuvinha a água vem na canela. Piorou. (...) *Agora, o impacto que essa pista deu em Itaoca foi da gente ver cortando os mangues. Eles tiveram que cortar o mangue de um lado e de outro pra poder fazer a pista. Foi os nossos impactos. Impacto ambiental.* (Interlocutor anônimo 3. Entrevista [04/12/2020]. Entrevistador: Matheus Gomes Lima. São Gonçalo, 2020, grifos meus).

Aqui, fica-se nítida uma das manifestações de impacto trazidas pelo GPDU “fantasma”: uma via industrial rasgando uma área ambiental de mangue⁸⁷. Como ainda nota o interlocutor, em alguns pontos, a implantação da pista avançou tanto no suporte natural que terminou “cabando com o mangue”⁸⁸.

Em um momento adiante na entrevista, enquanto fala sobre um episódio de fragmentação comunitária dentro da ilha, o mesmo interlocutor me entrega uma análise muito incisiva sobre sua interpretação das projeções dos GPDU e que acaba por revelar bastante sobre a noção de “impacto”, diferindo de sua primeira frase, onde diz não ter havido “grandes impactos”:

E isso aí foi impacto que a Petrobras deixou dentro da ilha. Dentro da ilha, esse impacto que você vê que a Petrobras deixou um rombo no Brasil, isso teve dentro da ilha. Porque a Petrobras deu um projeto e não fiscalizou. Não favoreceu o morador. Ou seja: meia dúzia de moradores que trabalharam. Isso foi impacto muito grande. Dividiu muito. (Interlocutor anônimo 3. Entrevista [04/12/2020]. Entrevistador: Matheus Gomes Lima. São Gonçalo, 2020).

As noções de impacto “vazam” de suas falas também quando citam tópicos correlatos ao Comperj, como no episódio do jovem que pede a eles uma oportunidade, para quando as obras do Complexo voltarem. Ao evocar a situação, que relaciona periferia, juventude e trabalho, o interlocutor 3 afirma: “Então, aquilo, pra gente, impactava muito na nossa vida”⁸⁹. Ou, então, quando o tema “impacto” surge atrelado a outras noções, como a de prejuízo: “Quem é o mais prejudicado ali dentro, com aquele píer, é o pescador”⁹⁰.

⁸⁷ A mesma situação dada na implementação do Arco Metropolitano em diversas cidades como Nova Iguaçu, o que indica o mesmo receituário.

⁸⁸ Interlocutor anônimo 3. Entrevista [04/12/2020]. Entrevistador: Matheus Gomes Lima. São Gonçalo, 2020.

⁸⁹ Idem.

⁹⁰ Idem.

Outra informação que merece destaque é a própria noção de impacto que os interlocutores guardam em suas interpretações:

E Itaoca não teve grandes impactos. Eles cabaram, sim, casas que tinha, morro, uma encosta de um morro, árvores eles foram cortando. *Mas impacto de enchente nós não tivemos*, em Itaoca. (Interlocutor anônimo 3. Entrevista [04/12/2020]. Entrevistador: Matheus Gomes Lima. São Gonçalo, 2020, grifos meus).

Aqui, como anotei em minhas análises à entrevista, “impacto”, para ele, aparece quase que como sinônimo de “enchente”. Para a interlocutora 2, seu sinal de interpretação também parece apontar “impacto” como “enchente” ou “alagamento”: “O único impacto que teve lá foi ambiental. Teve o mangue e a pesca. Fora isso, se chover, não tem alagamento⁹¹⁹². Ou seja: caso a obra não tenha agravado este aspecto dos alagamentos, então ela não é lida como de “grande impacto”. Mesmo que, em suas falas, perceba-se que as obras tiveram impactos em diferentes aspectos de suas vidas: o prejuízo à pesca artesanal e ao meio ambiente, através das obras que invadem o espaço dos mangues.

Para o interlocutor 1, por exemplo, a noção de “impacto” indica variação, mas parece se relacionar mormente a algo com teor positivo, quase como “desenvolvimento” ou “progresso”.

Aqui... Pra mim, não atrapalhou muita coisa, o impacto dela não atrapalhou. Ela conseguiu fazer o píer, fez a estrada, só que agora tá abandonada. Tá chegando as peças aí e tá abandonada. E matou um pouco o lugar, porque as pessoas que vinham antigamente pra dentro, não tão vindo mais. Deu um pequeno impacto de... Entendeu? No comércio, a pessoa pensou que ela ia trazer um progresso bom, e no final ela não trouxe progresso.

(...)

Então, o Comperj não... Só que o pessoal esperava mais. Que esse progresso aí fosse... Entendeu? É... Asfaltar, fazer um trabalho de

⁹¹ A interlocutora 4 havia me atentado que muitas reivindicações que os moradores levavam à associação passavam, por exemplo, por asfalto, mas eram uma metonímia para algo maior, como saneamento básico: “Eles falavam muito de calçamento. Pediam muito pra calçar. (...) Quando eles falavam em calçar, não era no sentido de... Ah, quem não sabe vai falar: “Ah, tem como calçar a rua?”. Mas não era calçar. Era saneamento. Porque lá tinha muita vala. Então, choveu? Era aquele monte de esgoto na rua. Então, eles achavam que só passando o asfalto, ou passando o concreto, ia adiantar. Não adiantava. Eles falavam: “Ah, tem como pedir pra calçar? Pra poder o ônibus passar”. Porque, às vezes, o ônibus não passava. Parava lá na Central, lá na beira da BR. Porque não tinha como passar. Ali é barro. O ônibus não passava. Então “tem como calçar?” por quê? Você teria mais acessibilidade. Pra você ir ao Centro de São Gonçalo, pra você ir a um posto de saúde, pra você ir a um pronto-socorro. (...) Eles tavam reivindicando, quando pediam pra calçar, saneamento básico”. (Interlocutora anônima 4. Entrevista [20/04/2021]. Entrevistador: Matheus Gomes Lima. Entrevista realizada de forma remota. Niterói, 2021).

⁹² Interlocutora anônima 2. Entrevista [04/12/2020]. Entrevistador: Matheus Gomes Lima. São Gonçalo, 2020.

pavimentação na estrada. Ela veio, fez a estrada, fez o píer, foi embora e não fez o que o pessoal esperava, entendeu? Foi isso. (Interlocutor anônimo 1. Entrevista [16/07/2020]. Entrevistador: Matheus Gomes Lima. Entrevista realizada de forma remota. Petrópolis, 2020).

O que tais informações me revelam é que a noção de impacto desliza de lugar para lugar. Fica-se evidente que as formas de apreensão desses impactos são diferentes. Tal característica deslizante na apreensão do conceito também é apontada por Cruz:

(...) faz-se necessário reconhecer que o conceito de impacto tornou-se muito mais freqüente no senso comum e no vocabulário acadêmico quando associado à problemática ambiental, conforme emergência e fortalecimento dessa questão ao longo do século XX.

Entretanto, o conceito em si não se filia automaticamente a uma ou outra aplicação sua. A título de exemplo, podemos falar em impacto social, impacto cultural, impacto político, impacto econômico, além de impacto ambiental já referido, podendo ser esta lista bastante extensa (CRUZ, 2020).

A autora (2020) ainda atenta, fundamentada em Lecioni (2008), “ao fato de os conceitos existirem em movimento, portanto ganharem sentidos e significados distintos ao longo do tempo”.

De todas as entrevistas, a interlocutora 4 demonstra ser a única deste grupo a captar e expressar, de uma forma mais holística, os desdobramentos e os campos afetados pelos impactos do Comperj. Ao começar sua narrativa entrelaçada ao Comperj, ela já me alerta sobre os impactos que ela vislumbrava de antemão à implantação dos desdobros do Complexo e os divide em “três tipos”: “o impacto ambiental, social e impacto dentro da violência”⁹³. Ela traça algumas cenas fortes ao expressar os impactos que os desdobramentos auferiram à ilha, tais como nos campos ambiental e socioespacial (confirmando a fala da interlocutora 2): “a dinâmica do mangue mudou”, assim como “mudou a relação dos pescadores”⁹⁴. Ao final, costura, em tons de indignação: “E exatamente a Petrobras tem culpa. Ela se eximou. ‘Eu fiz, usei o que eu queria e saí; o que vai acontecer ali é problema da prefeitura’”⁹⁵.

Postos tais dados, chega-se a um dos pontos mais importantes desta pesquisa: as relações e percepções de tempo, manifestas nas assincronias entre o

⁹³ Interlocutora anônima 4. Entrevista [20/04/2021]. Entrevistador: Matheus Gomes Lima. Entrevista realizada de forma remota. Niterói, 2021.

⁹⁴ Idem.

⁹⁵ Idem.

“irá” e o “iria”. Como hipótese inicial do fenômeno do futuro do pretérito do desenvolvimento urbano, supus que as discrepâncias entre o postulado, antes, pelos agentes fomentadores dos GPDUs e o de fato concretizado materialmente (e o não concretizado, também) se manifestariam, de alguma forma, nos tempos verbais dos sujeitos expostos àquela projeção de futuro que os abraçava.

Como síntese dessa tensão, evidencia-se a conjugação do futuro do presente na fala dos agentes fomentadores: “a partir de agora *teremos* um antes e depois do Comperj”⁹⁶; ou “o Comperj promoverá uma transformação”⁹⁷. Como antítese, destaca-se a fala do interlocutor 1 acerca das mudanças em cena no bairro, caso a Cidade da Pesca fosse de fato implantada:

É, *ia mudar* tudo. Os pescadores tinham tudo que sair, era outro píer que *ia entrar*. Entendeu? *la ser* bem grande. Então, *ia ter* que tirar nós daqui. *la tirar* nós daqui de qualquer jeito. Não tinha jeito de ficar. (Interlocutor anônimo 1. Entrevista [16/07/2020]. Entrevistador: Matheus Gomes Lima. Entrevista realizada de forma remota. Petrópolis, 2020, grifos meus).

Fica-se patente, assim, o choque entre o otimista e transformador *futuro do presente*, conjugado pelos agentes fomentadores, e o torto e fatídico *futuro do pretérito*, conjugado pelos atores de Itaoca.

Para melhor compreensão do tema, vale explicar que quando algo há no presente, podemos afirmar que: *a Cidade da Pesca fica aqui*. Quando algo chegou a, pelo menos, acontecer no passado, pode-se recorrer, dadas as nuances, tanto ao pretérito perfeito quanto ao pretérito imperfeito, tais como, respectivamente, *a Cidade da Pesca ficou aqui* ou *a Cidade da Pesca ficava aqui*. Finalmente, quando algo estava planejado para acontecer no passado, mas sequer saiu do papel, trata-se da conjugação do futuro do pretérito. *A Cidade da Pesca ficaria aqui*. Daí provém a nomenclatura do fenômeno.

De fato, este último tempo verbal aparece amiúde nas interpretações dos interlocutores para explicar os espaços cingidos e os tempos assincrônicos do viver e estar na ilha. Por exemplo, o interlocutor 1, ao narrar como poderia ser sua vida, no cenário em que ele seria removido da ilha, projeta-se no futuro do pretérito:

⁹⁶ Fala da então prefeita de São Gonçalo, Maria Aparecida Panisset (PDT, 2005-2012). Fonte: Agência Petrobras, 08/05/2007. Disponível em: <https://www.agenciapetrobras.com.br/Materia/ExibirMateria?p_materia=2967> Acesso em: 15/09/2021.

⁹⁷ “(Disponível em: <http://www.comperj.com.br/Apresentacao.aspx>. Acesso em: 28 mar. 2011)” (SALANDÍA, 2018, p. 119, grifos meus)

É, porque *ia cortar* essa rua minha aqui. Aí, o que aconteceu: como a outra rua não tinha quase casa, eles cortaram do outro lado. Entendeu? Aqui, ó, você escuta o barulho do guindaste⁹⁸. Aqui pertinho de casa. Entendeu? Na beira da praia. (...) Se eu pego isso aí, garoto, tava morando lá em Mauá agora. Curtindo Mauá na pescaria, botando meus barcos lá, pescando lá mesmo, entendeu? *la me virar* nos trinta. *la trabalhar* de pedreiro lá e pescar, *ia fazer* de tudo de novo, *ia continuar* minha vida daqui. (Interlocutor anônimo 1. Entrevista [16/07/2020]. Entrevistador: Matheus Gomes Lima. Entrevista realizada de forma remota. Petrópolis, 2020, grifos meus).

O futuro que se planeja no passado. A hipótese que se afirma já sem esperança, praticamente, para o sujeito. A possibilidade que se aparece como já vencida.

Em outro momento da entrevista com a interlocutora 4, quando pergunto qual era o clima, de uma forma geral, para receber o projeto do Comperj, ela me narra também cenários frustrados, já dentro da ótica do futuro do pretérito:

Sim. Teve uma parte de pessimismo, mas achamos que *ia ter* uma compensação em projetos. Que fosse projetos voltados pros adolescentes, oportunidade de emprego - que não houve, porque eles também não tinham qualificação. Achamos que *ia ter* projetos que fossem voltados para qualificar as pessoas ali. Não houve. Não houve, assim, nenhuma resposta em relação ao Comperj, em relação aos impactos que tavam ali. E *podia* ter sido através de cursos, qualificação pras pessoas. Não teve isso. Nada. Eles tavam fechados, blindados, assim, entendeu? Aí o INEA deu o aval, cabou.

(...)

Eles não tinham projeto. Quando nós perguntamos, eles não tinham nada. "Ah, vamos fazer..." (...). Tá, fizeram cursos. E esses cursos eram voltados pras pessoas que tavam lá dentro [de Itaoca]? Não eram. Não foi feito assim. Entendeu? Não é que o Comperj não teve curso. Teve muito curso de capacitação. Só que não era voltado praquelas pessoas. Quando o Lixão fechou, também não teve qualificação praquelas pessoas. Fechou. A fonte de renda deles era aquilo ali. Fechou. E aí? As pessoas vão fazer o quê? Vão viver de quê? Tinha gente que não sabia catar caranguejo, não sabia pescar. *la fazer* o quê? Nunca estudou. Eles tinham que se virar. Eles sabiam catar, eles sabiam do plástico fino até o plástico grosso, qual a diferença de um plástico pro outro. Eles não sabiam outra coisa. E não foi feito, em nenhuma das duas vezes. Dos dois impactos que teve, não teve resposta social pra eles. (Interlocutora anônima 4. Entrevista [20/04/2021]. Entrevistador: Matheus Gomes Lima. Entrevista realizada de forma remota. Niterói, 2021, grifos meus).

O que se pode averiguar, diante de tais narrativas, é que tais GPDUs, na lógica do futuro do pretérito do desenvolvimento urbano, atuam num grau de subtração: subtração dos tempos, das escolhas, dos cenários, das possibilidades, dos projetos de vida. E um dos pontos onde o efeito de tais subtrações é mais

⁹⁸ Interessante notar os atravessamentos das obras em sua vida cotidiana e na sua percepção espacial-territorial, manifestas aí nos detalhes.

incisivamente trágico, ao meu ver, manifesta-se nas falas acerca das perspectivas de vida e da projeção geracional. Quando questiono ao interlocutor 1 se ele gostaria de ver seus filhos seguindo na sua trilha da pesca artesanal, sua resposta é particularmente aguda:

Cara, eu vou falar pra você? Acho que, no momento, acho que não [gostaria de ver meus filhos indo pra pesca]... Acho que queria dar... Queria que eles tivessem outra profissão e fosse viver a vida de outra maneira. Que eles têm a chance de começar uma vida nova. Entendeu? (...) Pô, muito sofrida... A minha vida foi muito sofrida, cara. Pra chegar onde eu cheguei, ralei muito e ainda não tenho um... (Interlocutor anônimo 1. Entrevista [16/07/2020]. Entrevistador: Matheus Gomes Lima. Entrevista realizada de forma remota. Petrópolis, 2020).

Aqui, um dos trechos mais importantes. O momento em que ele afirma não querer que os filhos sigam seu caminho, por sua vida, de acordo com suas palavras, ser “muito sofrida”. Mesmo que os GPDU não sejam citados neste exato momento de sua fala, pode-se questionar os graus de influência, mesmo que indireta, que a projeção dos projetos tenha infletido sobre tal decisão. Em outro momento, sem que eu pergunte sobre o tema da projeção geracional, ele o relaciona espontaneamente ao dizer que:

Mas eu quero sair daqui não é só pelo lugar, é pela qualidade de vida que quero dar pros meus filhos, entendeu? Um lugar que teje mais acesso pra poder meus filhos estudar melhor e partir. Entendeu? (...) Porque eu já vivi minha raiz aqui, eu sei que aqui não sai disso. Se, tipo assim, aí vem a Cidade da Pesca, você tem que sair. E vou sair pra onde? Como eu falei pra você: lá pra fora, não. Tem que sair pra um outro lugar. Tipo, Mauá. Mauá, como eu falei pra você, tudo asfaltadinho, carro pra todo lado, ônibus pra todo lado. Eu vejo eu saindo daqui pra lá, continuar minha pescaria lá, meus filhos estudando lá, com acesso pra todo lado. Então eles tinham mais chance de subir na vida do que eu tive aqui, que fiquei com o pé enterrado aqui. (Interlocutor anônimo 1. Entrevista [16/07/2020]. Entrevistador: Matheus Gomes Lima. Entrevista realizada de forma remota. Petrópolis, 2020).

Aqui, também, vale ressaltar que sua fala dá base para discussões acerca do questionamento anterior, sobre o quanto a projeção dos GPDU incide sobre essa sua decisão acerca do futuro seu e de seus filhos. Ele também se narra no futuro do pretérito quando complementa seu desejo de sair da ilha, ao afirmar que “meus filhos *ia ter* uma vida melhor⁹⁹”.

Por fim, busco saber junto aos interlocutores sobre suas projeções acerca do futuro de Itaoca: se eles sabem dos encaminhamentos atuais dos processos do

⁹⁹ Interlocutor anônimo 1. Entrevista [16/07/2020]. Entrevistador: Matheus Gomes Lima. Entrevista realizada de forma remota. Petrópolis, 2020.

Comperj; como enxergam o futuro da ilha, caso os GPDU's viessem a acontecer; como enxergam o futuro da ilha caso os GPDU's não ocorressem; e se eles acreditam se os projetos iriam sair ou não.

Enquanto o interlocutor 3 me conta um episódio de contato entre associação e moradores sobre questionamento em relação às indenizações pelas remoções, acaba por me revelar sobre a prospecção pessoal deles acerca do futuro de Itaoca:

Uns ficaram com o dinheiro. Outros já não receberam. Tinha gente que ia lá cobrar a gente. Morador. “Eles desapropriaram, disseram que *iam me pagar*, vocês sabem de alguma coisa?”. A gente: “Não”. “Mas não tá voltando?”. “Não sei”. De vez em quando, tem um que diz que vai fazer. (Interlocutor anônimo 3. Entrevista [04/12/2020]. Entrevistador: Matheus Gomes Lima. São Gonçalo, 2020, grifos meus).

Curioso notar que, quando pergunto diretamente sobre como eles enxergam o futuro de Itaoca, ambos interlocutores 2 e 3 relacionam suas respostas à temática da segurança pública¹⁰⁰ e desviam a direção da resposta dos GPDU's.

Quando questiono a interlocutora 4 sobre os projetos do Comperj e da Cidade da Pesca, ela me revela um conhecimento mais raso acerca do último, afirmando que ouviu falar muito e chegou até a ver uma projeção de *slides* do projeto. “Hoje em dia, eu não sei como tá. Não sei, realmente, se vai sair a Cidade da Pesca lá dentro. Que era fechar toda a ilha, pra fazer não-sei-o-quê. Mas e as pessoas que moram lá?”¹⁰¹. Quando a pergunto mais deliberadamente sobre o futuro da ilha e se ela sabe dos encaminhamentos atuais do Comperj, ela afirma não saber de nada, pois, como se mudou daquela região, não tem mais acesso às informações que detinha quando morava por lá.

Quando pergunto sobre como ela enxerga o futuro de Itaoca (e da região) caso os GPDU's venham a acontecer, ela reforça não conhecer a fundo a Cidade da Pesca, mas consegue delinear suas expectativas perante o futuro concretizado desses projetos:

¹⁰⁰ Interessante apontar que essa temática aparece muito em suas falas, a partir dessa resposta. Pode ter relação o fato de que, no final de semana anterior à entrevista, houve o segundo turno das eleições municipais. E o candidato eleito é alinhado a um espectro político onde se foca bastante no tema “segurança pública”; um campo deveras exaltado nesse tipo de discurso político. Talvez, por isso, haja essa ênfase tão grande nessa temática em suas falas, por conta do calor do momento político na cidade. Fonte: O Dia, 20/11/2020. Disponível em: <<https://odia.ig.com.br/sao-goncalo/2020/11/6031418-segundo-turno-em-sg-capitao-nelson--avante--mira-na-seguranca-publica.html>> Acesso em: 28/08/2021.

¹⁰¹ Interlocutora anônima 4. Entrevista [20/04/2021]. Entrevistador: Matheus Gomes Lima. Entrevista realizada de forma remota. Niterói, 2021.

Aí, eu vou ter que te perguntar assim: eu só sei da Cidade da Pesca o que minha colega falou, não sei exatamente, totalmente, falar do que é isso. Ela falou que *seria* uma grande indústria, lá dentro da Ilha de Itaoca, pra fazer beneficiamento de peixe. Foi a palavra que ela deu há muitos anos atrás. No tempo de Crivella¹⁰². Eu acho até que *seria* muito doido. Falei: “Ah, sério? Vai tirar aquelas pessoas todas lá de dentro? (...)”. “É, porque vai fechar não-sei-o-quê-sei-que-lá”. Eu achei que não *ia existir*, que era loucura dela. Falei: “Ah, é loucura dela”. Quando ela me mostrou, achei que *ia ser* loucura, realmente. *Mas, se realmente acontecer, o impacto vai ser muito, muito grande naquelas pessoas. São pessoas que sempre optaram por morar ali. (...) Não é questão de não poder sair; é questão de ter uma identidade. Eles têm uma identidade com a Ilha de Itaoca. Eles gostam dali. Eles se sentem bem ali. Fazem parte.* (Interlocutora anônima 4. Entrevista [20/04/2021]. Entrevistador: Matheus Gomes Lima. Entrevista realizada de forma remota. Niterói, 2021, grifos meus).

Quando faço a pergunta complementar, ou seja, o que ocorre à ilha caso os projetos não venham a acontecer, sua resposta revela a luta interna por tentar compreender as incongruências da existência dos GPDUs e qual cenário seria menos danoso à ilha e à vida de sua comunidade.

Só piora. Quer dizer: se a Cidade da Pesca não for, sinceramente, acho que pra eles vai ser melhor. Se o Comperj realmente fizesse uma ação ali dentro, efetiva, séria, *seria* muito bom. Mas o Comperj já existe, né? Ele já foi feito. Ele já teve um impacto ali; a Cidade da Pesca ainda não. Entendeu? Então, eu não sei se a Cidade da Pesca *seria* positivo praquelas pessoas ali. Não tenho certeza. Não tenho certeza mesmo. Tô falando porque eu sei pouquíssimo da Cidade da Pesca. Pouquíssimo. Achei, realmente, que não *ia existir*.

(...)

O que acontece: ali dentro, mesmo que fosse uma grande indústria, vai ser mais um impacto na baía, né? E é Magé, Guapimirim, que trabalham com isso. Porque o lixo, eles vão jogar aonde? Acontecer o que aconteceu com a [indústria] Coqueiro? Porque a Coqueiro, você passa ali, eles têm um pierzinho, não tem? Você já reparou? Já viu a podridão que é aquilo ali? É podre. Aquilo é podre. E não adianta falar que tem estação de tratamento [de esgoto], porque eu sei que tem; se na verdade ela funciona, eu não sei. Existe essa estação? Sei que existe. Se funciona? Eu não sei. Porque, se existisse, não tava podre do jeito que tá. Agora imagina o quê que vai ser o impacto na Baía de Guanabara, que já tá bem impactada? (...) Ali [na baía] já é um berçário. Se você joga ali uma indústria grande, você sabe que a baía vai morrer de vez, né? Então, não vai ter golfinho. Aí o impacto não fica em São Gonçalo só. Cadê os golfinhos que as pessoas estavam falando na semana passada no RJ¹⁰³? Acabou golfinho. Cadê os leõezinhos-marinhos? Quanto tempo? Tinha lá dentro. Hoje em dia, não tem. O pouco que tem de vida marinha vai acabar. Se for implantado, vai acabar. Aí, tamos falando da parte ambiental: e as pessoas? Vão tirá-las novamente e vão jogá-las onde agora? Vão jogar essas pessoas aonde? (Interlocutora anônima 4. Entrevista [20/04/2021]. Entrevistador: Matheus Gomes Lima. Entrevista realizada de forma remota. Niterói, 2021, grifos meus).

¹⁰² Aqui, trata-se de seu momento como Ministro da Pesca e Aquicultura do Brasil, posição que ocupou entre 2012 e 2014 durante a presidência de Dilma Rousseff.

¹⁰³ RJTV. Noticiário local transmitido pela TV Globo.

Atenta-se, por fim, à força da palavra “jogar”. Em contraposição a “realocar” ou “colocar”, “jogar” possui uma força bruta atribuída a si mesma, além de um desapego e desdém por parte de quem “joga” a “coisa”. O fato de a interlocutora narrar que, caso o projeto da Cidade da Pesca fosse implantado, as pessoas seriam “jogadas” acaba sendo uma síntese bastante reveladora sobre a apreensão dos atores locais em relação ao futuro prometido pelos grandes projetos.

4.6 Os espaços cingidos e os tempos assincrônicos

Por fim, encerra-se o capítulo refletindo, em uma forma ensaística, sobre como os impactos propiciados pelos grandes projetos marcam espaço e tempo dos sujeitos socioculturais. Em relação ao campo espacial, um espaço cingido é um espaço que de alguma forma foi ou é constrangido, reprimido – e um tempo assincrônico é desvelado, com algum grau de tensão, em um dado espaço que comporta tempos verbais diversos, díspares e dissonantes.

Para a reflexão acerca da categoria espacial, esta pesquisa se pauta bastante nos estudos sobre a dimensão tripartite do espaço de David Harvey (2015). O autor (2015, p. 128) explica o contexto ao qual surgiu sua aproximação à conceituação do tema: “argumentei que era crucial refletir sobre a natureza do espaço se estávamos buscando entender os processos urbanos sob o capitalismo” – o que diz muito sobre porquê esta conceituação se encaixa nessa dissertação.

Seu estudo também é interessante à esta análise porque, em dado ponto, ela considera a importância do entrelace entre espaço e tempo. Esta sensibilidade para com as dimensões que a categoria “espaço” carrega é um bem-proporcionado suporte para captar um fenômeno do futuro do pretérito que, como já visto até aqui, obriga a uma análise cuidadosa e a contrapelo: o espaço, muitas vezes, é marcado pelo que não aconteceu nele. Tal fato impele uma investigação na perspectiva do tempo, para entender as possibilidades que se abriam àquele território e às projeções das pessoas que teciam suas relações nele.

Voltando ao conceito, Harvey recupera suas primeiras aproximações, de 1973:

Se considerarmos o espaço como absoluto ele se torna uma ‘coisa em si mesma’, com uma existência independente da matéria. Ele possui então uma estrutura que podemos usar para classificar ou distinguir fenômenos. A

concepção de espaço relativo propõe que ele seja compreendido como uma relação entre objetos que existe pelo próprio fato dos objetos existirem e se relacionarem. Existe outro sentido em que o espaço pode ser concebido como relativo e eu proponho chamá-lo espaço relacional – espaço considerado, à maneira de Leibniz, como estando contido em objetos, no sentido de que um objeto pode ser considerado como existindo somente na medida em que contém e representa em si mesmo as relações com outros objetos. (HARVEY, 1973, p. 13, apud HARVEY, 2015, p. 128).

Conforme o autor (2015) revela mais à frente em seu texto, o espaço não é nenhuma dimensão dessas a priori, mas essas dimensões podem ser acionadas a partir das ações que se materializam naquele recorte. Vejamos mais de perto cada dimensão e como cada uma delas é acionada a partir da ótica do fenômeno do futuro do pretérito.

Dentro da primeira dimensão, o “espaço absoluto é fixo”: “[este] é o espaço de Newton e Descartes e é usualmente representado como uma grade pré-existente e imóvel (...) e está aberto ao cálculo” (HARVEY, 2015, p. 128). É a dimensão do espaço que permite a criação de mapas e delimitações medíveis. “Socialmente, é o espaço da propriedade privada e de outras entidades territoriais delimitadas (como Estados, unidades administrativas, planos urbanos e grades urbanas)” (idem).

Seguindo os preceitos conceituais de Harvey, a escolha de Itaboraí como sede do aporte fixo do capital possui uma instância absoluta; uma delimitação geográfica mensurável, corroborada pela ocupação medível de pouco mais de 10% da área total do município (BIENENSTEIN; BIENENSTEIN; DRUMOND; GALVÃO, 2018). Em Itaoca, é a dimensão absoluta do espaço que é acionada¹⁰⁴ quando da implantação do píer e da estrada do Comperj, com suas larguras e comprimentos destoantes ao desenho urbano de Itaoca. É essa também a dimensão ativada, em termos do campo governamental, quando há a demarcação no plano diretor municipal de que aquela área, cuja ilha de Itaoca pertence, trata-se de uma Zona de Uso Predominantemente Industrial (ZUPI) (CANDIDO, 2019). No suporte marítimo, é a proibição de circulação de pescadores de 400 M à direita e à esquerda do sistema dutoviário que marca a Baía de Guanabara (BINSZTOK; VIEIRA; WASSERMAN, 2018, p. 139).

Por óbvio que tais demarcações no espaço absoluto deixam marcas nas interpretações dos sujeitos socioculturais, ao que o interlocutor 1, por exemplo, ao

¹⁰⁴ Na prática, este “isolamento” da dimensão espacial não ocorre, dada a natureza não-dissociativa e simultânea do fenômeno.

ler o espaço da praia após implantação do píer, diz: “[só] o espaço que nós pescava aqui na beira da praia que mudou um bocado, entendeu? Cortou, dividiu a praia no meio”¹⁰⁵.

O espaço absoluto é uma das principais dimensões onde o sujeito sociocultural indica sentir, de forma mais direta, as reduções no seu espaço que, em muitas vezes, era comunal, era de seu uso banal.

Para Harvey, o espaço relativo está associado aos preceitos de Einstein e das “geometrias não euclidianas”¹⁰⁶ (HARVEY, 2015, p. 129). A dimensão relativa do espaço é entendida em dois significados: “de que há múltiplas geometrias que podemos escolher e de que o quadro espacial depende estritamente daquilo que está sendo relativizado e por quem” (idem). O autor mostra como Einstein chega à conclusão que “todas as formas de medição dependem do modelo de referência do observador” (idem), ao trabalhar em cima das constatações do matemático alemão Gauss. Este, ao tentar descrever a característica curvilínea da superfície da Terra, percebeu “que um mapa com escala perfeita de qualquer porção da superfície terrestre é impossível” (idem) – fazendo avançar, assim, os entendimentos espaciais. Por exemplo, com essa reflexão, pode-se investigar que a distância mais curta entre dois pontos nem sempre é uma reta, se consideradas aí variáveis como custos, meios de transporte, suportes viários, impeditivos temporais e energéticos dos mais diversos etc. (HARVEY, 2015).

A partir de tal ponto de vista, Harvey explica que “é impossível compreender o espaço independentemente do tempo”, o que, para o autor, “implica uma modificação importante na linguagem, com uma passagem do espaço e do tempo ao espaço-tempo ou espaço-temporalidade” (HARVEY, 2015, p. 129). Milton Santos também pede consideração ao enfoque espaço-temporal, atentando ainda que “o significado da mesma variável muda no decurso do tempo, isto é, na história do lugar” (SANTOS, 1988, p. 17) – o que formará uma imbricação útil para quando falarmos de tempo.

Em relação à dimensão relativa do espaço, ela está associada a movimentos. A implantação do Comperj em Itaboraí aciona outros espaços em rede, por proximidade de fluxos, medidas temporais e distâncias - tanto dentro da escala

¹⁰⁵ Interlocutor anônimo 1. Entrevista [16/07/2020]. Entrevistador: Matheus Gomes Lima. Entrevista realizada de forma remota. Petrópolis, 2020.

¹⁰⁶ Euclides é considerado, em muitos textos, como “o pai da geometria”.

municipal quanto na escala regional ou estadual. Assim, tanto os espaços e/ou bairros dentro de Itaboraí foram acionados quanto outros municípios e outros projetos que os ligavam. Esta é a dimensão relativa do espaço, que acarreta conexões e que remete, por exemplo, à materialização do Arco Metropolitano e do sistema UHOS.

Esse tipo de marcação na instância relativa também afeta a produção de vida dos sujeitos socioculturais no lugar, uma vez que traz à ilha outros quadros temporais: o que antes eram ruas cuja movimentação consistia em deslocamentos rotineiros, agora, sofre uma invasão de um fluxo industrial que demora dias de movimentação da baía até Itaboraí. Está também associada à dimensão relativa do espaço um dos motivos pelos quais aconteceram as remoções urbanas que a interlocutora 4 me conta, inclusive ao me apresentar os mapas: remoções urbanas para “abrir espaço” para um novo fluxo de uma nova rede, uma nova temporalidade.

A última dimensão espacial – a relacional – é, de acordo com Harvey (2015, p. 131), “um terreno extremamente desafiador e difícil para se trabalhar”. Esta dimensão espacial é relativa às relações que se estabelecem com o espaço. Como Harvey exemplifica:

Um evento ou uma coisa situada em um ponto no espaço não pode ser compreendida em referência apenas ao que existe somente naquele ponto. Ele depende de tudo o que acontece ao redor dele, do mesmo modo que todos aqueles que entram em uma sala para discutir trazem com eles um vasto espectro de dados da experiência acumulados na sua relação com o mundo. Uma grande variedade de influências diferentes que turbilham sobre o espaço *no passado, no presente e no futuro* concentram e congelam em um certo ponto (por exemplo, em uma sala de conferência) para definir a natureza daquele ponto. A identidade, nesta argumentação, significa algo bastante diferente do sentido que temos dela a partir do espaço absoluto (HARVEY, 2015, p. 130-131, grifos meus).

Esta dimensão é essencial para se entender as significações dadas aos espaços, pois se carregam aí vivências, projeções, expectativas e investidas de diferentes agentes (sociais, institucionais, empresariais etc.).

Assim, a valorização, entendida em termos de acúmulo de diferentes formas de capitais que foi significado àquele espaço absoluto, em Itaboraí, requalifica esses espaços relativos, por estarem próximos ou conectados nesta rede, atribuindo-lhes, assim, diferentes níveis de sobrelevação e status, também, por diferentes motivos e formas. Por exemplo, a valorização imobiliária decorrida em alguns espaços de municípios como Itaboraí, Niterói e São Gonçalo, em dado

quadro espaço-temporal. Ou, ainda, a mudança que fez o plano diretor de São Gonçalo classificar a área que contém Itaoca como ZUPI, alguns anos após o anúncio do Comperj no município vizinho.

Extraí-se desta terceira dimensão espacial, também, o sentimento de frustração ou abandono que aquele espaço insulano apresenta: depois de tantos anos e tantas promessas, o desenvolvimento esperado pelos atores sociais não se concretizou (ainda?), gerando falas como “a estrada tá hoje em dia abandonada”¹⁰⁷; e as já citadas “aqui dentro tá largado às traças”¹⁰⁸; e “Itaoca é a história de São Gonçalo que tá se perdendo, menino. O sambaqueiro, o sambaqui, é a história de Itaoca, que ninguém se importa”¹⁰⁹.

Esta dimensão espacial auxilia a captar tanto os movimentos de valorização/investimento quanto os de abandono/fragilização de um recorte espacial.

Por óbvio, essas separações, vale pontuar de novo, só acontecem num plano analítico, pois, em realidade, as ações se dão simultaneamente ativadas em cada dimensão espacial. Por exemplo, o píer, que marca a dimensão absoluta do espaço, também gera uma significação sobre ele, como os representantes das associações, que vislumbravam da estrutura do píer um novo estaleiro. Aqui, também entramos em um ponto interessante da discussão: as projeções sobre o espaço, mesmo que não se concretizem, geram efeitos reais nas dimensões espaciais. É o caso das casas na Praia da Beira que foram marcadas para remoção, visto que aquela praia seria suporte para a Cidade da Pesca. Não fosse verdade essa informação e os moradores mais sêniores da Praia da Beira não teriam falecido em desgosto perante as remoções.

Entrelaçando os conceitos, esses desdobramentos espaciais precisam ser captados no tempo.

Como Milton Santos afirma, e foi colocado alguns parágrafos acima, uma variável pode mudar no passar do tempo, alterando as significações possíveis dadas a determinado lugar. Se analisarmos o sistema UHOS em Itaoca atualmente, 2021, com movimentações intermitentes de peças sendo levadas a Itaboraí, talvez não captemos o impacto em cheio do que esta estrutura e seu GPDU-mãe signifiquem.

¹⁰⁷ Interlocutora anônima 4. Entrevista [20/04/2021]. Entrevistador: Matheus Gomes Lima. Entrevista realizada de forma remota. Niterói, 2021.

¹⁰⁸ Interlocutor anônimo 1. Entrevista [16/07/2020]. Entrevistador: Matheus Gomes Lima. Entrevista realizada de forma remota. Petrópolis, 2020.

¹⁰⁹ Interlocutor anônimo 3. Entrevista [04/12/2020]. Entrevistador: Matheus Gomes Lima. São Gonçalo, 2020.

Por outro lado, se entendermos aquele recorte espacial em três datas diferentes, como 2006, 2014 e 2021, entendemos, então, o efeito trágico que o futuro do pretérito faz alastrar pelo tempo. Na primeira data, tudo era promessa e tudo era promissor¹¹⁰; o Comperj iria ser realizado e iria transformar – para melhor – toda sua área de influência direta e indireta (incluída aí Itaoca, mesmo antes dos anúncios do sistema UHOS). A segunda data marca a previsão de sua conclusão, inicialmente, onde os indivíduos poderiam começar a aproveitar todos os benefícios gerados pelo grande projeto de desenvolvimento – como, por exemplo, no “Programa de proteção do patrimônio histórico, cultural e arqueológico” ou no “Plano de monitoramento da biota aquática”, indicados no folheto do sistema UHOS mostrado neste capítulo. A terceira data mostra a atualidade dos fatos e contrasta com qualquer expectativa promissora que se fazia presente em 2006. Isto porque, como a faixa etária de meus interlocutores revela, há uma grande diferença entre o indivíduo que recebeu aquelas notícias em 2006, quando na casa dos 25 aos 35 anos de idade, e o que hoje está mais perto de sua vida idosa. Logo, importa se o GPDU seria finalizado em 2014 ou depois de 2021.

Aí, então, revelam-se os espaços cingidos e os tempos assíncronicos que se manifestam dentro do futuro do pretérito do desenvolvimento urbano.

Não obstante, não se pode deixar de frisar um ponto muito valioso à esta pesquisa: *o futuro do presente não está apenas nas mãos dos agentes fomentadores dos GPDUs*. Numa camada mais óbvia da interpretação de tempos, o futuro do presente é ditado pelos agentes fomentadores e aos atores locais resta o futuro do pretérito em suas conjugações. Mas o futuro do presente não é uma exclusividade dos GPDUs e das coalizões urbanas: ele está em disputa.

Por óbvio, não se está a admitir que o domínio não esteja na mão desses agentes dos GPDUs, pela sua capacidade de angariar recursos, por exemplo. Mas os agentes locais também demonstram, em suas posturas, anseios de futuro do presente, imaginações de futuro. Sem tal, não haveria, por exemplo, o direito à cidade lefebvriano.

Os GPDUs não são os atores locais. Enquanto os agentes fomentadores constroem de diversas formas a espaço-temporalidade dos indivíduos na ilha, os

¹¹⁰ De acordo com as projeções dos agentes fomentadores.

sujeitos têm suas capacidades de deslizar esse tempo verbal frustrado e traçar criativamente novas formas de “recalcular suas rotas”.

Aqui, trago alguns exemplos que penso estarem alinhados à noção de cidadania insurgente de Holston (1996), por serem um desvio a uma forma de planejamento que se pretende hegemônica e mostrarem como a escala local guarda formas de ação contra.

No trecho da entrevista com o interlocutor 1, separo dois momentos de reflexão interessantes sobre os modos que os sujeitos têm de produzir o futuro do presente. Quando pergunto se, do grupo de pescadores que foi removido para dar lugar aos equipamentos do Comperj, havia quem tivesse ido morar no bairro do Salgueiro, ele me diz que: “teve... E voltou. (...) Voltou já pra Itaoca. Os que viviam da pesca. Que fica ruim lá a distância pra vir pra cá de madrugada, entendeu?”¹¹¹. A continuação de sua fala é interessante, também, pois ele acaba se entrelaçando ao lugar dos pescadores que têm de remodelar suas vidas:

Fica distante deles pro barco, entendeu? Aí, fica longe. Aí, eles voltaram pra mais próximo do mar. É que nem eu. Se eu sair daqui eu tenho que ir pra Mauá, pra Magé, pra Piedade, pra alguma coisa que teje marzão pra levar meus barcos. Tá melhor que eu venda meus barcos aqui, continue a vida lá, começando do zero, mas com um lugarzinho que sei que dá pra ganhar dinheiro. (...) Não. Eu não consigo sair daqui prum lugar que não teje mar, entendeu? (...) Tem que estar sempre por perto do... Querendo ou não, eu tô duro? Deu ruim em casa? Não tem como defender um dinheiro? *Vou* no mangue ali, boto 200 laços, pego 100 caranguejos. *Vou* ali fora ali, bota aí, 2 reais cada caranguejo, eu arrumo 200 reais rápido. Venho pra casa, faço uma compra. Então a vida da gente aqui é assim. Entendeu? [Interlocutor anônimo 1. Entrevista [16/07/2020]. Entrevistador: Matheus Gomes Lima. Entrevista realizada de forma remota. Petrópolis, 2020, grifos meus].

Assim, enquanto o interlocutor me mostra que, à revelia dos planos de remoção, parte dos pescadores artesanais regressa para continuar suas trajetórias de pesca na ilha, ele me revela que, mesmo entre tantos “iria”, também se narra no futuro do presente – e no presente, demonstrando uma vitalidade que apenas o estudo junto à escala local pode revelar.

Tal movimento também me fica nítido na postura dos interlocutores 2 e 3 que, embora tenham saído de Itaoca, buscam formas de continuar alguns projetos que foram começados na ilha – como a cooperativa para criação de abelhas e produção de mel ou a divulgação da catalogação de plantas da mata atlântica que

¹¹¹ Interlocutor anônimo 1. Entrevista [16/07/2020]. Entrevistador: Matheus Gomes Lima. Entrevista realizada de forma remota. Petrópolis, 2020.

se encontram em Itaoca. Eles também mantêm diálogo com interlocutores de lá para preservar a história de Itaoca.

Sobre o tópico das remoções, a interlocutora 4 me diz que parte do grupo removido comprou casas na própria ilha, o que demonstra uma conexão com aquele espaço islenho que nem mesmo as ações dos GPDU's conseguem quebrar, mesmo que o processo de caminhos pós-remoção seja fragmentado e complexo. Em suma: embora o Comperj e a Cidade da Pesca os expulsem ou os ameace expulsar, parte substancial dos sujeitos volta e reconstitui suas vidas e espaços da forma como pretendem.

Outro ponto que desejo destacar é sobre projeção geracional. Embora o interlocutor 1 me revele, em dada altura da entrevista, não querer que seus filhos continuem na pesca, algo interessante acontece. Enquanto nos falávamos por chamada de vídeo, alguns de seus filhos aparecem e, justo no momento em que eu estava perguntando a ele se seus filhos se manifestavam quanto ao que gostariam de fazer no futuro, ele os pergunta sobre isso ao vivo. O de 15 anos demonstra vontade de ingressar na Marinha. Ligo esta informação ao que outra interlocutora me contou, sobre um de seus filhos ser biólogo e outro, geógrafo, já formados.

Esta trama me revela que grupos das gerações mais jovens reconstituem de outra maneira essas relações com o mar e com o meio ambiente, mesmo que fora da pesca artesanal. Destarte, as relações não se perdem, mas estão contidas em outras formas de produção de vida – assim pondo em prática manifestações de imaginação do futuro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: OS POSSÍVEIS CENÁRIOS PARA FILEMO E BÁUCIA

(...) o diagnóstico da realidade urbana brasileira permite afirmar que políticas e intervenções urbanas devem ter como foco, valor estruturante e diretriz fundamental, dois objetivos: o alargamento e aprofundamento da cidadania democrática e a redução das desigualdades socioespaciais vigentes na cidade. Assumido este pressuposto, *tratar-se-ia de elaborar uma grade analítica que permitisse avaliar se e em que medida os GPUs têm contribuído, ou não, para que nossas cidades sejam mais democráticas e menos desiguais*. (VAINER et al., 2012, p. 17, grifos meus).

Este trecho, trazido por Vainer et al. (2012) ao se debruçarem às metodologias para analisar grandes projetos, serve como uma pedra angular à guisa de conclusão desta pesquisa. Afinal, os GPDU's Comperj e Cidade da Pesca conseguiram melhorar as condições de vida e de espaço das pessoas abarcadas por eles?

O Comperj foi uma das respostas da gestão brasileira à descoberta do pré-sal em seu território marítimo próximo às regiões sul e sudeste do país. O GPDU fazia parte de um bojo maior, que simbolizava um projeto para inserir o país num rol de destaque no cenário mundial. Como relembra a matéria da revista jornalística *Piauí*, “A descoberta foi tão impactante que o Departamento de Energia americano chegou a prever que, em 2030, o Brasil seria o quarto maior produtor mundial, atrás apenas da Arábia Saudita, da Rússia e dos Estados Unidos” (DIEGUEZ, 2012).

Em análise, o Complexo em si, como posto inicialmente, parecia atuar em duas frentes de desenvolvimento. Primeiro, os produtos gerados pela planta industrial afetariam positivamente o padrão de vida das pessoas de uma forma geral. Segundo, o Comperj traria um impacto ligado à sua localização; ao modificar radicalmente a região por conta de sua implantação, o GPDU geraria postos de emprego, atrairia outras indústrias e movimentaria, assim, todo um quadro socioeconômico ao seu redor.

Por os espaços apresentarem relações entre si, e por este ser um projeto relativo à economia do petróleo, os desdobramentos necessários para dar materialidade ao Comperj se espalharam para diversas áreas – de terminais em Maricá ao sistema UHOS em São Gonçalo. A ponta desta instalação, futuramente prometida para se tornar a Cidade da Pesca, forma o braço que liga Comperj à Ilha de Itaoca.

A ilha, como visto, é uma pequena comunidade pesqueira dentro de um dos municípios mais populosos da RMRJ. Enquanto grande parte da orla de São

Gonçalo, a *Manchester Fluminense* de outrora, parece ter sido projetada em prol de fins desenvolvimentistas (como dar passagem ao fluxo capitalista através da via expressa BR-101), a Ilha de Itaoca e sua orla marítima pareciam não ter apontado para este mesmo movimento – até então. Assim, no mesmo lugar onde há uma comunidade conhecida pela presença da pesca artesanal, agentes fomentadores anunciam a criação de um Terminal Pesqueiro Público que desperta a atenção de diversas empresas do ramo da pesca industrial. Obviamente, diversas questões se abrem no horizonte dos sujeitos socioculturais expostos a estas perspectivas. Ao adicionar a dimensão temporal nesta conta, com as pausas que não se sabe dizer ao certo se são paralisações ou cancelamentos, o espectro das dúvidas acerca das projeções pessoais tende a ficar mais dramático, do ponto de vista de quem tece suas relações de vida no lugar. A este choque de materialidades e simbolismos esta dissertação se debruçou.

A pergunta inicial desta conclusão se liga, por óbvio, à questão central da pesquisa. Mas, antes de se debruçar sobre aquela, precisa-se passar por esta: como e quanto a projeção de tais GPDU's fazem ou fizeram (ou fariam) inflexões na produção de vida e de espaço dos sujeitos socioculturais de Itaoca? Mais especificamente, como e quanto a projeção de tais projetos infletem suas rotinas, relações laborais, território, espaço, perspectivas de vida, noções de tempo, projeção geracional e com a comunidade em si?

Em boa parte, o que busquei realizar nesta pesquisa nada mais é que tentar colocar em prática as posturas metodológicas levantadas por Vainer et al. (2012). Assim, em uma trama onde diversas categorias são erigidas e estudadas, pude apreender algo sobre a produção de vida e de espaço dos grupos sociais em Itaoca, atravessados pela projeção dos GPDU's.

Em relação às suas rotinas, pude perceber que a projeção dos projetos infletiu de diversas formas o dia-a-dia dos indivíduos. De percepções mais sutis, como ouvir o barulho dos guindastes e máquinas do quintal de casa, a percepções mais abruptas, como as remoções urbanas. De forma geral, as projeções dos GPDU's trouxeram novas temporalidades ao interior da comunidade pesqueira, com algum grau de tensão.

Sobre suas relações de trabalho, os GPDU's deixaram marcas profundas em alguns sentidos. Suas aproximações fizeram alguns pescadores artesanais trocarem seus ofícios pelo futuro operário. O caso do interlocutor 1 mostra que um

grupo dividiu seu tempo em ambos os ofícios – com prejuízos. As remoções para “abrir espaço” aos projetos também lançaram dificuldades à produção de vida pesqueira tanto para quem foi removido quanto para quem ficou na ilha. Refletiu-se, de um lado, na precarização das relações laborais do indivíduo removido e, de outro, no enfraquecimento da comunidade pesqueira, uma vez que seu grupo foi reduzido e seu espaço, mais recortado.

Em termos espaciais e territoriais, viu-se que a implantação dos equipamentos em Itaoca, além de alterar em diferentes níveis o espaço físico, alterou o espaço social na ilha – o que ficou patente no arrabalde de algumas falas captadas em minha escuta-*flânerie* e em trechos das entrevistas¹¹². Em relação aos tempos, a distensão entre as conjugações do “irá” e do “iria” revelou a situação trágica em que os sujeitos socioculturais têm de projetar os próximos capítulos de suas vidas. Por óbvio, essa tensão se demonstra nas perspectivas de vida: nas dúvidas sobre continuar ou não em Itaoca, saber se alguns projetos (pessoais e sociais) vão sair do papel ou não.

As projeções dos GPDUs também afetaram as relações internas e externas da comunidade. Como dito acima, as remoções urbanas auxiliaram em certo processo de pulverização da comunidade pesqueira, com afetações inclusive nas relações associativas.

Sobre as projeções geracionais, consegui colher certas informações que indicam que alguns sujeitos não gostariam de ver seus filhos na vida pesqueira. Essa visão, precisa-se sublinhar, trata-se da lente dos mais velhos avisando sobre os mais novos.

Assim, retornando à questão da pesquisa, pode-se visualizar o quadro das diferentes formas *como* os GPDUs afetaram e continuam afetando a vida dos sujeitos socioculturais, mesmo que alguns pontos dos projetos estejam em pausa. Em relação a *quanto*, percebe-se que, em algum grau, há certa incidência das projeções dos GPDUs em diversos aspectos da vida social destes indivíduos, como foi apresentado acima: rupturas em níveis institucionais, sociais, políticos, ambientais, dentre tantos outros.

¹¹² Como frisei no último capítulo, recebi muitas informações em meu contato com o campo, mas tive que filtrar a forma como muitos trechos apareceriam na pesquisa. Muitos desses trechos revelam informações graves e, caso eu não fosse muito cuidadoso no tratamento deles, eu poderia colocar em posição de risco as pessoas que me confiaram tais depoimentos.

Voltando ao trajeto deixado por Vainer et al. (2012), seus dois pontos são tocados nesta pesquisa. Quando se leem os dados trazidos na dissertação, percebe-se que há, no mínimo, dúvidas se as intervenções conseguiram ampliar os cânones da participação cidadã e democrática, visto que colhi depoimentos que demonstram insatisfação e indignação quanto à forma como o processo foi conduzido desde seu início (*ou desde antes*). Sobre o segundo ponto, a leitura feita desta pesquisa também revela, ao mínimo, ceticismo à investigação sobre se houve “redução das desigualdades socioespaciais” (VAINER et al., 2012, p. 17). O que se viu, na verdade, foi um projeto tipicamente “de cima para baixo” e de pouco diálogo com os diversos atores envolvidos; uma infeliz marca de muitos projetos que acontecem no cenário brasileiro.

Em relação a apontamentos sobre os cenários possíveis, prováveis e esperados, gostaria de tomar um momento a mais e relacionar as imbricações tensas entre grandes projetos e sujeitos socioculturais à luz do livro “Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade”, de Marshall Berman (1982). Ao começo de minha trajetória no mestrado, li este livro e certas reflexões guardadas ali me interessaram por se relacionarem de forma metafórica ao que encontrei diante de meu objeto.

Para tentar desvendar alguns sentidos sobre a modernidade, Berman se debruça tanto sobre “ambientes espaciais e sociais” como “grandes empreendimentos da construção civil, represas e usinas de força, (...) os bulevares parisienses de Haussmann, os projetos de Petersburgo” e “as rodovias de Robert Moses através de Nova Iorque” (BERMAN, 1982, p. 13); quanto sobre alguns textos, como Goethe e sua versão da obra de Fausto.

Nesses, para Berman, há um impulso por “transformação do mundo ao redor” e um “terror da desorientação e da desintegração, o terror da vida que se desfaz em pedaços” (idem). E tal relação tensa se encontra em Fausto de Goethe. Como sintetiza Sakamoto:

Fausto vendera sua alma em troca de experimentar as sensações do mundo. Mas o diabo não é o Lúcifer da cristandade, não representa o mal em si, mas sim o espírito empreendedor capitalista e burguês.

A mentalidade que fomenta Fausto (“destruir para criar”) é a realidade em constante movimento (Mefistófeles perguntava a ele se Deus não havia destruído as trevas que reinavam no universo para poder criar o mundo).

No meio do caminho estavam Filemo e Baúcia, um casal de idosos.

Eram um empecilho para os planos do empreendedor Fausto e precisavam ser removidos. Quando Mefistófeles queima a casa da dupla, assassinando-os, não quer Goethe provar a sua maldade, mas expor exatamente o contrário: joga-se o empecilho fora criando a ideia de que o mal (o casal idoso) precisa ser extirpado para que a sociedade crescesse. Caem os limites morais. O desenvolvimento não possui padrões éticos, além da ética que cria para si mesmo (SAKAMOTO, 2016).

Assim, traça-se um paralelo entre a situação dos sujeitos de Itaoca e do casal de idosos vítima de Mefistófeles: na ânsia de transformar o mundo ao redor, o projeto fáustico colocou aquelas pessoas que ali viviam como um empecilho. Quando Fausto descobre sobre o assassinato do casal, entristece-se e, daí, um juízo é apresentado ao público: o vazio das terras “abertas para o progresso” se reproduz dentro do coração de Fausto, revelando como este processo não pode levar à melhoria da qualidade da vida das pessoas se, na equação, elas não constarem.

Como cenários possíveis, pode-se dizer que o Comperj, agora materializado como Gaslub Itaboraí, tenha consideráveis chances de se realizar. À época do fechamento desta pesquisa, notícias lançadas na imprensa mostram que novos capítulos se desdobram para a materialidade do reformulado polo, como uma em que representantes do estado fluminense firmaram um documento de intenções com a Petrobras para dar sequência ao projeto¹¹³. Ao contrário, encontrou-se poucas informações recentes sobre a Cidade da Pesca. Uma das únicas mostra que, em 2019, um secretário estadual manifestava interesse em tornar de âmbito estadual o projeto – então de preferência à esfera municipal gonçalense¹¹⁴.

Faltam também os pormenores de como os projetos se desdobrarão. Indaga-se, por exemplo, se os planos de preservação e manutenção dos modos de vida, do suporte socioambiental e do patrimônio histórico da ilha serão de fato recuperados e postos em ação – e se, agora, serão os projetos e planos abertos e discutidos amplamente com a comunidade local. Uma discussão maior, englobando diversas camadas da sociedade, também se faz necessária, porquanto o cenário de implementação de GPDUs deve superar o paradigma dos projetos fáusticos (e

¹¹³ Fonte: Agência Brasil, 10/09/2021. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-09/estado-do-rio-e-petrobras-firmam-protocolo-para-areas-do-polo-gaslub>> Acesso em: 10/09/2021.

¹¹⁴ Fonte: A Tribuna, 17/01/2019. Disponível em: <<https://www.tribunarj.com.br/projetos-encalhados-em-niteroi-e-sao-goncalo-estao-na-lista-de-prioridades-do-estado/>> Acesso em: 15/09/2021.

pseudofáusticos) e caminhar para projetos que, em suas equações, não destituam o sal da Terra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, A. B. Desenvolvimentismo nos governos Vargas e JK. In: **XI Congresso Brasileiro de História Econômica & 12ª Conferência Internacional de História de Empresas, 2015. Anais e Cadernos de Resumos.** Vitória/ES, 2015.

ALENCAR, E. **Baía de Guanabara: descaso e resistência.** 1 ed. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll/Mórula, 2016.

ALENCAR, D. S. H.; CALVOSA, H. G.; CAMPOS, A.; MODESTO, N. S. D. A.; PINHEIRO, C. H.; SEABRA, V. S.; SILVA, I. A. "Desvendando" as dinâmicas socioespaciais no município de São Gonçalo: entre a segregação induzida e a modernização da área central. In: Catia Antonia da Silva; Andreilino Campos. (Org.). **Metrópoles e Invisibilidades: Da política às lutas de sentidos da apropriação urbana.** 1ed. Rio de Janeiro: Lamparina, v. 1, p. 76-96. 2015.

ALVARENGA, M. S.; BATISTA, J. G. Jovens pobres de periferias urbanas em uma cartografia da relação entre educação e trabalho. In: Catia Antonia da Silva; Andreilino Campos. (Org.). **Metrópoles e invisibilidades: da política as lutas de sentidos da apropriação urbana.** 1ed. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, v. 1, p. 65-75. 2015.

AMARAL, D. V.; BIENENSTEIN, R.; SÁNCHEZ, F. O Leste Fluminense, o Comperj e a questão urbano-habitacional. In: Fabrício Leal de Oliveira; Adauto Lúcio Cardoso; Heloisa Soares de Moura Costa; Carlos Bernardo Vainer. (Org.). **Grandes projetos metropolitanos. Rio de Janeiro e Belo Horizonte.** 1ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, v. 1, p. 151-186. 2012.

APAEMFOCO. Você já conhece todos nós? **APAemFoco** (blog), 09/12/2010. Disponível em: <https://apaemfoco.blogspot.com/2010/12/blog-post_09.html> Acesso em: 15/09/2021.

ARANTES, O. B. F.; MARICATO, E. T. M.; VAINER, C. B. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos.** Editora Vozes, Petrópolis; 1ª edição, 2000.

ARAÚJO, J. T. A centralidade de Alcântara e a história urbana de São Gonçalo (RJ): A atuação dos agentes sociais na consolidação de um núcleo urbano e na transformação de um espaço público. In: **XVIII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**, 2019, Natal. Anais do XVIII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. V 1. p. 1-28. Natal: EDUFRN, 2019.

ASCOM SEDRAP. Governo do Estado desapropria área e avança com a Cidade da Pesca em São Gonçalo. **Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (FIPERJ)**, 30/10/2014. Disponível em: <<http://www.fiperj.rj.gov.br/index.php/noticia/detalhe/483>> Acesso em: 15/09/2021.

BARBOSA, J. L.; BINSZTOK, J. (org.) **Modernização Fracassada: Dossiê Comperj.** 01 ed. Rio de Janeiro/Brasil: Consequência, 2018.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BBC NEWS BRASIL. A decepção na cidade fluminense que esperava prosperar com o petróleo. **BBC News Brasil** (online), 26/06/2016. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-36385300>> Acesso em: 23/09/2021.

BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. Companhia das Letras, São Paulo, 1982.

BESSA, E.; GONÇALVES, T. Entre a preservação ambiental e a ocupação urbana: propostas e impasses do Plano Diretor de São Gonçalo. **Anais: Seminário de Áreas de Preservação Permanente Urbanas 2**. 2012.

BIENENSTEIN, G.; BIENENSTEIN, R.; DRUMOND, R.; GALVÃO, D. Urbanização nos municípios de São Gonçalo e Itaboraí: Impactos a partir de um grande projeto regional. In: Jacob Binsztok e Jorge Luiz Barbosa (org.). **Modernização Fracassada: Dossiê Comperj**. 01 ed. Rio de Janeiro/Brasil: Consequência, p. 37-66, 2018.

BIENENSTEIN, R.; FREIRE, E.; OLIVEIRA, N. Reconfiguração territorial urbana em tempos de grandes projetos regionais: o caso do Leste Metropolitano do Rio de Janeiro. In: **XV Encontro Nacional da ANPUR**, 2013, Recife. XV Enanpur Desenvolvimento Planejamento e Governança, 2013.

BINSZTOK, J. Organização das redes de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) no setor de petróleo e gás na cidade do Rio de Janeiro. In: Jacob Binsztok e Jorge Luiz Barbosa (org.). **Modernização Fracassada: Dossiê Comperj**. 01 ed. Rio de Janeiro/Brasil: Consequência, p. 15-36, 2018.

BINSZTOK, J.; VIEIRA, T. W. M.; WASSERMAN, J. Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e Projetos de Modernização Inconclusa no estado do Rio de Janeiro: perspectiva da construção de despojos no Comperj. In: Jacob Binsztok e Jorge Luiz Barbosa (org.). **Modernização Fracassada: Dossiê Comperj**. 01 ed. Rio de Janeiro/Brasil: Consequência, p. 129-150, 2018.

BOITO JUNIOR, A. A hegemonia neoliberal no governo Lula. **Crítica Marxista**, Rio de Janeiro, v. 17, p. 9-35, 2003.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: Bertrand, 1989.

BOURDIEU, P. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Papirus Editora. Campinas, São Paulo. 1996.

BRITO, C. Grupo faz manifestação pacífica e pede Linha 3 do Metrô e barcas. **Jornal O São Gonçalo** (impresso), Caderno Geral, p. 5. São Gonçalo, 29/06/2013.

CAMPOS, G. H. L.; SILVA, J. M. P. Arco Metropolitano do Rio de Janeiro: as incongruências dominantes. In: XVIII Encontro Nacional da Associação Nacional de

Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2019, Natal. **Anais XVIII ENANPUR**, p. 1-27. 2019.

CANDIDO, D. As transformações espaciais resultantes da inserção de redes técnicas em São Gonçalo: o Sistema UHOS (Ultra Heavy Over Size) e a sua refuncionalização com o projeto Cidade da Pesca. **Espaço e Economia - Revista brasileira de geografia econômica (online)**. Editora Núcleo de Pesquisa Espaço e Economia. Ano VIII, número 15. 2019. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/espacoeconomia/7063>> Acesso em: 29/05/2020.

CANDIDO, D.; OLIVEIRA, F. Investimentos produtivos, territorialidades e gestão do uso do território no leste metropolitano do Rio de Janeiro. In: Jacob Binsztok e Jorge Luiz Barbosa (org.). **Modernização Fracassada: Dossiê Comperj**. 01 ed. Rio de Janeiro/Brasil: Consequência, p. 67-96, 2018.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO DE JANEIRO. Um arco de soluções e... problemas. **Retratos da Arquitetura**. 14/02/2014. Disponível em: <<https://www.caurj.gov.br/retratos-da-arquitetura-10/>>. Acesso em: 02/06/2020.

COUTINHO, M.; KRAWULSKI, E.; SOARES, D. Identidade e trabalho na contemporaneidade: repensando articulações possíveis. **Psicologia & Sociedade**. 19, Edição Especial 1: 29-37, 2007.

COUTO, M. N. C. **Percepção ambiental de grupos representativos da comunidade de Itaoca, São Gonçalo/RJ**. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental). PGCA/UFF. Niterói, 2006.

CRUZ, R. **Sobre o conceito de impacto**. Mimeo. São Paulo, 2020.

DIEGUEZ, C. O petróleo depois da festa. **Revista Piauí**, Questões político-energéticas. Edição 72, 09/2012. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-petroleo-depois-da-festa/>>. Acesso em: 08/09/2021.

DOMINGUES, J. L. P. **A diversidade atrofiada: políticas de regulação urbana e movimentos culturais insurgentes na cidade do Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional). Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ. 2013.

DOMINGUES, J. L. P. **Programa Cultura Viva: políticas culturais para a emancipação das classes populares**. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana). Rio de Janeiro: PPFH/UERJ. 2008.

FEITOSA, G. Lixão de Itaóca - São Gonçalo/RJ. **Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos** (blog), 16/05/2011. Disponível em: <<http://gersonfeitosa.blogspot.com/2011/05/lixao-de-itaoca-sao-goncalorj.html>> Acesso em: 02/09/2021.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Projeto Cidade da Pesca: Masterplan**. mimeo.

GURSKI, R. R. A escuta-flânerie como efeito ético-metodológico do encontro entre Psicanálise e Socieducação. **Revista Tempo Psicanalítico**, v. 51, p. 166-194, 2019.

HAESBAERT, R.; LIMONAD, E. O território em tempos de globalização. **ETC, espaço, tempo e crítica**. nº 2 (4), vol. 1, agosto 2007.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. Tradução Carlos Szlak. Coordenação Antônio Carlos Robert Moraes. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola. 1992.

HARVEY, D. O espaço como palavra-chave. **Revista Em Pauta (Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro)**. n. 35, v. 13, p. 126 – 152. Rio de Janeiro. 2015.

HARVEY, D. **Social justice and the city**. Londres: Edward Arnold e Baltimore; John Hopkins University Press. 1973.

HOLSTON, J. **A cidadania insurgente – disjunções da democracia brasileira e da modernidade no Brasil**. Tradução: Claudio Carina, Revisão técnica: Luísa Valentini 1a edição. Ed. Cia das Letras, 2013.

HOLSTON, J. Espaços de cidadania insurgente. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. No. 24, Rio de Janeiro, IPHAN, pp. 243-253, 1996.

IBGE. **Censo 2010**.

KOGA, D. H. U.; RAMOS, F. R. Trajetórias de vida: desafios da pesquisa sociourbanística e contribuição para a gestão pública. **Serviço Social & Sociedade**, v. 106, p. 335-364, 2011.

LABORATÓRIO INTERDISCIPLINAR DE MEIO AMBIENTE. Análise de contexto. In: **Reavaliação Ambiental Estratégica da área de abrangência da Baía de Guanabara e região do entorno do COMPERJ**. 2016. Disponível em: <<http://www.lima.coppe.ufrj.br/images/documentos/projetos/comperj/02-Anlise-de-Contexto.pdf>>. Acesso em: 08/06/2020.

LEFÈBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Ed. Moraes, 1991.

LESSA, J. L. H. “Pioneira do progresso fluminense”: o caso da industrialização de São Gonçalo (RJ) no século XX. **Espaço e Economia**. V. 12, p. 1-19, 2018.

LIMA, M. G. A produção do espaço litorâneo nas cidades globais e nas cidades invisibilizadas: um estudo de caso sobre Niterói e São Gonçalo/RJ. In: **II Colóquio Nacional Sobre Cidades Litorâneas E Turismo (II CILITUR)**, 2019, Recife/PE. Caderno de artigos do II Colóquio Nacional sobre Cidades Litorâneas e Turismo. v. 2. p. 05-20. Recife/PE: Editora UFPE, 2020.

LIMA, M. G. **Por uma Baía: intervenção urbana na orla oriental da Baía de Guanabara**. Trabalho Final de Graduação (Graduação em Arquitetura e Urbanismo). DAU/UFRRJ. Seropédica. 2017.

LIMA, R. K.; PEREIRA, L. F. **Pescadores de Itaipu: Meio ambiente, conflito e ritual no litoral do Estado do Rio de Janeiro**. Niterói: EDUFF. 1997.

LOBO, T. **A economia do mar: ex-líder na produção pesqueira, Rio vive invasão de peixe congelado chinês**. O Globo, 03/08/2015; atualizado em 04/08/2015. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/a-economia-do-mar-1-17034878>>. Acesso em: 06/06/2020.

MACHADO, E. Governo Lula, neoliberalismo e lutas sociais. **Lutas Sociais** (PUCSP), v. 21/22, p. 23-34, 2009.

MARGARIT, E. O resgate da história de uma ferrovia nas escolas da Região dos Lagos Fluminense. In: **10º Encontro Nacional de Prática de Ensino em Geografia**, Porto Alegre, 2009.

MARTINS, M. C. **Partilhando saberes na ilha de Itaoca: a roda de siri - entre o mundo do trabalho e as memórias de infância**. Tese (Doutorado em Educação). PPGE/UFF. Niterói, 2005.

MENASCE, M. Crise atrasa obras da Cidade da Pesca, que aproveitaria píer da Petrobras em Itaoca. **O Globo**, 25/07/2015, Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/bairros/crise-atrasa-obras-da-cidade-da-pesca-que-aproveitaria-pier-da-petrobras-em-itaoca-16949842>>. Acesso em: 23/08/2019.

MENDONÇA, A. M. Vazios e ruínas Industriais. Ensaio sobre friches urbaines. **Revista Eletrônica Vitruvius**, n.83, 2001.

MESQUITA, J. Área de Proteção Ambiental de Guapi-Mirim/Estação Ecológica da Guanabara, uma boa surpresa. **Mar Sem Fim** (sítio eletrônico), 30/01/2015. Disponível em: <<https://marsemfim.com.br/area-de-protecao-ambiental-de-guapi-mirim-estacao-ecologica-da-guanabara/>> Acesso em: 02/09/2021.

MMA/IBAMA. **Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental de Guapi-Mirim**. Mimeo.

MORAES, R. Itaoca: visita internacional. **Jornal O São Gonçalo** (impresso), Caderno Geral, p. 5. São Gonçalo, 29/06/2013.

MOYSÉS, Y. S. Comperj: Desenvolvimento sustentável? In: Jacob Binsztok e Jorge Luiz Barbosa (org.). **Modernização Fracassada: Dossiê Comperj**. 01 ed. Rio de Janeiro/Brasil: Consequência, p. 151-191, 2018.

MOYSÉS, Y. S. O Comperj: modelo de desenvolvimento hegemônico e contradições no espaço local (Itaboraí, Rio de Janeiro). **Revista Geografar** (UFPR), v. 5, p. 01-24, 2010.

NASCIMENTO, A. S. **Do fixo ao fluxo: expressões da acumulação rentista-patrimonial ampliada na produção do espaço da metrópole de Recife.** Tese (Doutorado em Geografia). UFPE. Recife. 2015.

NEEPES/ENSP/FIOCRUZ. RJ – Comunidades urbanas, pescadores artesanais, organizações e movimentos sociais se mobilizam para impedir que o Terminal Portuário de Ponta Negra destrua a sociobiodiversidade de Maricá. **Mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil.** 2015. Disponível em: <<http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/?conflito=rj-comunidades-urbanas-pescadores-artesanais-organizacaoes-e-movimentos-sociais-se-mobilizam-para-impedir-que-o-terminal-portuario-de-ponta-negra-destrua-a-sociobiodiversidade-de-marica>>. Acesso em: 25/06/2020.

NEEPES/ENSP/FIOCRUZ. RJ – Construção de Complexo Petroquímico (COMPERJ) promete empregos e progresso, mas afeta 11 municípios, traz riscos à população e contrapõe os Executivos com o TCU e o MPF, que questionam a obra. **Mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil.** 17/01/2014. Disponível em: <<http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/?conflito=rj-construcao-de-complexo-petroquimico-comperj-promete-empregos-e-progresso-mas-afeta-11-municipios-traz-riscos-a-populacao-e-contrapoe-os-executivos-com-o-tcu-e-o-mpf-que-questionam-a-obra>>. Acesso em: 02/06/2020.

NETO, O. A.; SANTOS, F. O Rio de Janeiro e o Estado Nacional (1946-2010). **Dados - Revista de Ciências Sociais**, v. 56, p. 467-496, 2013.

NORA, P. Entre memória e história: A problemática dos lugares. In: **Projeto História**. São Paulo, 10, dez. 1993.

NOVAES, H. T.; RIBEIRO, C. G. Da 'Lei do Petróleo' ao Leilão de Libra: Petrobras de FHC a Dilma. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, v. 39, p. 34-58, 2014.

NUNES, S. **Planejamento urbano no Recife: futuro do pretérito.** Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano). Recife: MDU/UFPE. 2015.

O SÃO GONÇALO. Lixão pode ser desativado. **Jornal O São Gonçalo** (impresso), Caderno Política/Geral, p. 3. São Gonçalo, 04/09/2007.

PESSANHA, E. G. F. **Os Companheiros: Trabalho e Sociabilidade na Pesca de Itaipu.** 1 ed. Niterói-RJ: Editora da Universidade Federal Fluminense-EDUFF, 2003.

PESSANHA, R. M. A ampliação da fronteira de exploração petrolífera no Brasil é parte da geopolítica da energia: oportunidades e riscos de inserção global em meio às novas territorialidades regionais e ao desafio da abundância na economia dos royalties no estado do Rio de Janeiro. **Revista Espaço e Economia (online)**, n. 6, 2015. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/espacoeconomia/1511>> Acessado em: 18/03/2020.

PETRONOTÍCIAS. Greve no Comperj radicaliza e trabalhadores temem o aumento da violência. **Petronotícias** (online), 13/02/2012. Disponível em: <<https://petronoticias.com.br/greve-no-comperj-radicaliza-e-trabalhadores-temem-o-aumento-da-violencia/>> Acesso em: 23/09/2021.

POLLAK, M. Memória e Identidade Social. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, Vol. 5, nº 10, p. 200-212. 1992.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO. **História de São Gonçalo**. Disponível em: <<http://www.pmsg.rj.gov.br/historia.php>>. Acesso em: 30/11/2019.

RÊGO, T. Manguezais da Área de Proteção Ambiental (APA) de Guapi-Mirim e Estação Ecológica da Guanabara, região hidrográfica da Baía de Guanabara. **Agência Brasil**, 11/07/2019. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/foto/2019-07/manguezais-da-area-de-protecao-ambiental-de-guapi-mirim-1581293599-20>> Acesso em: 02/09/2021.

REIS, A. T. A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula). **Revista Pegada Eletrônica (Online)**, v. 19, p. 229-235, 2018.

RICOEUR, P. Tempo e narrativa. A Tríplice mimese. In: **Tempo e narrativa**, tomo I, pp. 85-132. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1994.

ROMERO, M. L.; ZAMORA, M. H. Pesquisando cidade e subjetividade: corpos e errâncias de um flâneur-cartógrafo. **Psicologia em Estudo (Online)**, v. 21, p. 451-461, 2016.

SAKAMOTO, L. Você é expulso de sua cidade e ainda bate palmas para o “progresso”? **Uol**. Blog do Sakamoto. 23/08/2016. Disponível em: <<https://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2016/08/23/voce-e-expulso-da-sua-cidade-e-ainda-bate-palmas-para-progresso/>>. Acesso em: 10/09/2021.

SALANDÍA, L. V. A implantação do Comperj e os desafios da gestão territorial nos municípios do Leste Metropolitano do Rio de Janeiro. In: Jacob Binsztok e Jorge Luiz Barbosa (org.). **Modernização Fracassada: Dossiê Comperj**. 01 ed. Rio de Janeiro/Brasil: Consequência, p. 97-128, 2018.

SÁNCHEZ, F.; BIENENSTEIN, G.; CANTO, B.; GUTERMAN, B.; BENEDICTO, D.; PICINATTO, L.; Produção de sentido e produção do espaço: convergências discursivas dos grandes projetos urbanos. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba-IPARDES, v. 107, n.107, p. 39-56, 2004.

SANDERCOCK, L. Debatendo o preconceito: a importância das histórias e de sua narração na prática do planejamento. In: **Cadernos IPPUR**, ano XIX, 1/2, jan.-dez. pp. 289-315. Rio de Janeiro. 2005.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4a edição. Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

SANTOS, M. **Espaço e método**. Nobel, São Paulo, 1988.

SANTOS, M. **Quatro histórias, duas colônias, uma ilha**. 1 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2018.

SILVA, C. A. Economia local e a nova Episteme das sociabilidades da vida coletiva: circuito produtivo da pesca artesanal e os sítios espaciais invisíveis na produção da metrópole fluminense. In: Catia Antonia da Silva; Andreilino Campos (Org.). **Metrópoles e invisibilidades: da política às lutas de sentidos da apropriação urbana**. 1 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, v. 1, p. 130-140. 2015.

SILVA, E. T. M. F. O Novo Desenvolvimentismo e os Conflitos Socioambientais: o caso do Porto de Jaconé (Maricá/RJ). In: Congresso Brasileiro de Geógrafos, Vitória-ES. **Anais do VII CBG (Congresso Brasileiro de Geógrafos)**, 2014.

SILVA, G. A. **Pescadores de Itaipu: notas sobre tradição e modernidade**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades). PPCULT/UFF. Niterói. 2018.

SOUZA, P. F. S. **Os últimos dias da “Lixeira”:** ética ambiental e seus reflexos sobre os catadores de lixo. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Antropologia). PPGA/UFF. Niterói, 2011.

STANDING, G. **O precariado: a nova classe perigosa**. Traduzido por Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

TAVARES FILHO, F. **Percepção de um grupo de pescadores sobre os efeitos socioambientais do avanço urbano-industrial na comunidade pesqueira da Ilha de Itaoca, em São Gonçalo, RJ**. Dissertação (Mestrado em Tecnologia Ambiental). PGTA/UFF. Volta Redonda. 2017.

VAINER, C.; OLIVEIRA, F.; JUNIOR, P. Notas metodológicas sobre a análise de grandes projetos urbanos. In: Fabricio Leal de Oliveira; Heloisa Soares de Moura Costa; Adauto Lucio Cardoso; Carlos Vainer. (Org.). **Grandes Projetos Metropolitanos: Rio de Janeiro e Belo Horizonte**. 1 ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, v. 1, p. 7-10, 2012.

VARGAS, F. Trabalho, emprego, precariedade: dimensões conceituais em debate. **Cadernos CRH (Online)**, v. 29, p. 313-331, 2016.

VIÉGAS, R. N. Desigualdade Ambiental e “Zonas de Sacrifício”. **Mapa dos Conflitos Ambientais no estado do Rio de Janeiro** (CD-ROM). Rio de Janeiro: FASE/IPPUR, 2006.

WOLECK, A. O Trabalho, a ocupação e o emprego: uma perspectiva histórica. **Revista de Divulgação Técnico-científica do Instituto Catarinense de Pós-Graduação**, p. 33-39, 2002.

WOYAMES, D. Festa de Nossa Senhora da Luz é realizada. **Prefeitura Municipal de São Gonçalo**, Notícias, 29/01/2014. Disponível em:

<<https://servicos.saogoncalo.rj.gov.br/noticiaCompleta.php?cod=4321&tipoNoticia=>>
Acesso em: 02/09/2021.

Filmes:

O banheiro do papa. Direção: Cesar Charlone e Enrique Fernandez. Produção: Soda Pictures. Uruguai, Brasil, França. 2007. 97 minutos.

Entrevistas:

Interlocutor anônimo 1. **Entrevista [16/07/2020]**. Entrevistador: Matheus Gomes Lima. Entrevista realizada de forma remota. Petrópolis, 2020.

Interlocutora anônima 2. **Entrevista [04/12/2020]**. Entrevistador: Matheus Gomes Lima. São Gonçalo, 2020.

Interlocutor anônimo 3. **Entrevista [04/12/2020]**. Entrevistador: Matheus Gomes Lima. São Gonçalo, 2020.

Interlocutora anônima 4. **Entrevista [20/04/2021]**. Entrevistador: Matheus Gomes Lima. Entrevista realizada de forma remota. Niterói, 2021.